

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

ANTONIO RAFAEL TEOFILLO DA SILVA

**POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE
TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ: IMPACTOS NA PROMOÇÃO DA
INCLUSÃO, NO APOIO ACADÊMICO E NO BEM-ESTAR ESTUDANTIL**

CURITIBA

2025

ANTONIO RAFAEL TEOFILLO DA SILVA

**POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE
TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ: IMPACTOS NA PROMOÇÃO DA
INCLUSÃO, NO APOIO ACADÊMICO E NO BEM-ESTAR ESTUDANTIL**

**Student assistance policies at the Federal Technological University of
Paraná: Impacts on promoting inclusion, academic support, and student
well-being**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública do Mestrado Profissional em Administração Pública - PROFIAP da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Orientador: Prof. Dr. Oséias Santos de Oliveira.

CURITIBA

2025



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Esta licença permite compartilhamento, remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



**Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Curitiba**



ANTONIO RAFAEL TEOFILO DA SILVA

**POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO
PARANÁ: IMPACTOS NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO, NO APOIO ACADÊMICO E NO BEM-ESTAR
ESTUDANTIL**

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre Em Administração Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Administração Pública.

Data de aprovação: 31 de Outubro de 2025

Dr. Oseias Santos De Oliveira, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Maria Sara De Lima Dias, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dr. Renato Fabiano Cintra, Doutorado - Universidade Federal da Grande Dourados (Ufgd)

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 31/10/2025.

Dedico este trabalho à minha família, que, com
amor e paciência, compreendeu meus
momentos de ausência e me deu força para
seguir.

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos, Artur e Davi, por encherem minha vida de alegria ao longo desta trajetória.

À minha esposa Danieli, pela compreensão e apoio ao longo deste trajeto.

À minha avó e à minha mãe, cuja ausência é sentida, mas cuja lembrança acompanhou cada passo desta conquista.

Ao meu orientador Prof. Dr. Oséias Santos de Oliveira, pela sabedoria com que me guiou nesta trajetória.

Aos membros da banca, pelos valiosos ensinamentos e recomendações que contribuíram para o aprimoramento deste trabalho.

Aos meus colegas de trabalho, cujas contribuições e trocas de experiência enriqueceram o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores do PROFIAP, pelo compromisso com a excelência e pela valiosa contribuição para minha formação.

Enfim, a todos os que por algum motivo contribuíram para a realização desta pesquisa.

“Lutar pela igualdade sempre que as
diferenças nos discriminem, lutar pelas
diferenças sempre que a igualdade nos
descaracterize (Boaventura de Souza Santos).”

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar a eficiência, a eficácia e a efetividade da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) implementada pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), entre 2018 e 2024, com foco em seus impactos na promoção da inclusão social, na redução das desigualdades educacionais e na permanência dos estudantes. De natureza qualitativa, a pesquisa adota o estudo de caso como estratégia metodológica, articulando revisão integrativa de literatura, pesquisa documental e análise de dados institucionais. A revisão da literatura contemplou 14 eixos temáticos, identificados a partir das bases Scopus, SciELO e Web of Science, enquanto a análise documental considerou normativas e relatórios oficiais da UTFPR. O tratamento computacional dos dados, realizado em linguagem Python, possibilitou a sistematização de informações e a proposição de indicadores de monitoramento. Os resultados apontam a relevância da Assistência Estudantil no contexto do ensino superior, considerando sua evolução histórica, o cenário em que está inserida e os principais desafios que busca enfrentar. Além disso, a investigação contempla a realidade da UTFPR, analisando aspectos relacionados à eficiência, a eficácia e a efetividade das ações de Assistência Estudantil no âmbito desta instituição. O produto técnico-tecnológico resultante desta pesquisa consiste em uma ferramenta digital, no formato de um *dashboard*, como potencial contribuição para o monitoramento das ações da PNAES na Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; políticas públicas de educação superior; avaliação de políticas públicas; equidade educacional; permanência estudantil.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the efficiency, efficacy, and effectiveness of the National Student Assistance Policy (PNAES) implemented by the Federal Technological University of Paraná (UTFPR) between 2018 and 2024, focusing on its impacts on promoting social inclusion, reducing educational inequalities, and supporting student retention. Qualitative in nature, the research adopts a case study as its methodological strategy, combining an integrative literature review, documentary research, and institutional data analysis. The literature review covered 14 thematic areas, identified from the Scopus, SciELO, and Web of Science databases, while the documentary analysis considered UTFPR's regulations and official reports. Computational data processing, conducted using Python, enabled the systematization of information and the proposal of monitoring indicators. The results highlight the relevance of Student Assistance in the context of higher education, considering its historical evolution, the context in which it operates, and the main challenges it seeks to address. Furthermore, the study examines the reality of UTFPR, analyzing aspects related to the efficiency, efficacy, and effectiveness of Student Assistance actions within this institution. The technical-technological output of this research consists of a digital tool, in the form of a dashboard, as a potential contribution to monitoring PNAES actions at the Federal Technological University of Paraná (UTFPR).

Keywords: Student Assistance; higher education public policies; public policy evaluation; educational equity; student retention.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução da Assistência Estudantil	25
Figura 2 – Dimensões que constituem os 6Es do Desempenho	35
Figura 3 – Tipos de revisão da literatura	52
Figura 4 – Processo de revisão integrativa	53
Figura 5 – Diagrama de levantamento de estudos	55
Figura 6 – Fluxograma de levantamento de estudos (modelo PRISMA)	55
Figura 7 – Localização dos 13 campi da UTFPR no estado do Paraná	77
Figura 8 – Situação discente - Relatórios Analíticos de Gestão - UTFPR (RAG)	80
Figura 9 – Alunos por situação	81
Figura 10 – Abrangência da Assistência Estudantil na UTFPR, sob coordenação da ASSAE	84
Figura 11 – Distribuição dos ingressantes na UTFPR (2018/1 até 2024/2) por mesor-região de origem	89
Figura 12 – Tela inicial do RAG	95
Figura 13 – Comparativo entre todos os alunos e os contemplados com o auxílio	103
Figura 14 – Número de contemplados pelo número de semestres de contemplação ..	104
Figura 15 – Número de alunos contemplados por modalidade	105
Figura 16 – Número de alunos contemplados por modalidade por unidade	106
Figura 17 – Produto Técnico Tecnológico	115
Figura 18 – Dashboard da Assistência Estudantil	119
Figura 19 – Dashboard da Assistência Estudantil	119
Figura 20 – Dashboard da Assistência Estudantil	120
Figura 21 – Bibliotecas empregadas no protótipo	121
Figura 22 – Filtro aplicado ao download dos dados referente ao <i>dataset</i> Listagem Nominal	142
Figura 23 – Filtro aplicado ao download dos dados referente ao <i>dataset</i> Auxílio Estudantil	143
Figura 24 – Filtro aplicado ao download dos dados referente ao <i>dataset</i> Taxa de Conclusão Semestral	143
Figura 25 – Filtro aplicado ao download dos dados referente ao <i>dataset</i> Taxa de Retenção	144
Figura 26 – Filtro aplicado ao download dos dados referente ao <i>dataset</i> Estudantes por Situação	145
Figura 27 – Filtro aplicado ao download dos dados referente ao <i>dataset</i> Ingressantes por Microrregião de Origem	145
Figura 28 – Registros removidos	147
Figura 29 – Alunos por situação	151
Figura 30 – Distribuição dos alunos e do auxílio por período	152
Figura 31 – Distribuição dos alunos e do auxílio por período	153
Figura 32 – Número de alunos contemplados por modalidade	154
Figura 33 – Número de alunos contemplados por modalidade por unidade	155
Figura 34 – Composição da situação acadêmica por semestre	167
Figura 35 – Composição da situação acadêmica por semestre	168
Figura 36 – Composição da situação acadêmica por semestre	169
Figura 37 – Composição da situação acadêmica por semestre	170
Figura 38 – Composição da situação acadêmica por semestre	171
Figura 39 – Composição da situação acadêmica por semestre	172

Figura 40 – Composição da situação acadêmica por semestre	173
Figura 41 – Composição da situação acadêmica por semestre	174
Figura 42 – Composição da situação acadêmica por semestre	175
Figura 43 – Composição da situação acadêmica por semestre	176
Figura 44 – Composição da situação acadêmica por semestre	177

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução das matrículas nos cursos de graduação e dos recursos para assistência estudantil na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no período de 2012 a 2022	31
Gráfico 2 – Indicadores utilizados pelas universidades para avaliação do PNAES ...	51
Gráfico 3 – Ingresso de novos estudantes	95
Gráfico 4 – Alunos desistentes	97
Gráfico 5 – Alunos com trancamento	98
Gráfico 6 – Alunos regulares por campus e semestre	99
Gráfico 7 – Alunos formados	100
Gráfico 8 – Retenção discente	107
Gráfico 9 – Coeficiente de rendimento	108
Gráfico 10 – Taxa de sucesso na graduação	112
Gráfico 11 – Finalização do curso: com auxílio	112
Gráfico 12 – Finalização do curso: sem auxílio	113
Gráfico 13 – Ingresso de estudantes	156
Gráfico 14 – Alunos desistentes	157
Gráfico 15 – Alunos formados	158
Gráfico 16 – Alunos com trancamento	159
Gráfico 17 – Alunos regulares por campus e semestre	160
Gráfico 18 – Retenção discente	161
Gráfico 19 – Taxa de sucesso na graduação	162
Gráfico 20 – Formados e desistente por semestre	163
Gráfico 21 – Coeficiente de rendimento	164
Gráfico 22 – Concluintes com êxito	165
Gráfico 23 – Concluintes com êxito	166

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparativo entre os modelos	36
Quadro 2 – Proposta de indicadores no nível Micro para as IFES	47
Quadro 3 – Indicadores levantados	48
Quadro 4 – Indicadores levantados	50
Quadro 5 – Comparativo entre os modelos	54
Quadro 6 – Matriz de síntese	56
Quadro 7 – Artigos selecionados para compor a revisão integrativa de literatura	57
Quadro 8 – Resultado da revisão integrativa de literatura	60
Quadro 9 – Matriz metodológica	73
Quadro 10 – UTFPR - Indicadores da Assistência Estudantil - 2022	85
Quadro 11 – Pontuação para cálculo do Índice de Vulnerabilidade do(a) estudante com inscrição deferida.	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ASSAE	Assessoria de Assuntos Estudantis
CBAI	Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial
CEFET/MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEFET/PR	Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
CEFET/RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Clad	Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento
COUNI	Conselho Universitário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná
CR	Coeficiente de Rendimento
DEPED	Departamento de Educação
DEPEDUC	Departamento de Educação
DIRGRAD	Diretoria de Graduação e Educação Profissional
EaD	Educação a Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESPIN	Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional
ETFPR	Escola Técnica Federal do Paraná
Fonaprace	Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FUNCEFET-PR	Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do CEFET-PR
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação
MRE	Ministério de Relações Exteriores
NAI	Núcleos de Acessibilidade e Inclusão
NUAPE	Núcleos de Acompanhamento Psicopedagógico e Assistência Estudantil
NUENS	Núcleo de Ensino
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ONU	Organizações das Nações Unidas
PAE	Programa de Auxílio Estudantil
Pape	Programa de Auxílio Para Estudantes
PBP	Programa de Bolsa Permanência
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PNAES	Política Nacional de Assistência Estudantil

PNAEST	Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais
PROAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROFIAP	Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional
Promisaes	Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
PTT	Produto Técnico Tecnológico
RAG	Relatórios Analíticos de Gestão - UTFPR
Rede Federal	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EPCT	
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU	Restaurante Universitário
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Sisu	Sistema de Seleção Unificada
SOMA	Suporte, Orientação e Mentoria Acadêmica
TSG	Taxa de Sucesso na Graduação
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEDs	Unidades de Ensino Descentralizadas
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Problema de pesquisa	17
1.2	Objetivo geral	17
1.3	Objetivos específicos	17
1.4	Justificativa e relevância da pesquisa	18
1.5	Estrutura do trabalho	19
2	REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1	Política pública de Assistência Estudantil brasileira	21
2.1.1	Políticas públicas e sociais	21
2.1.2	Evolução histórica da Assistência Estudantil brasileira	23
2.1.3	A Assistência Estudantil	29
2.2	Avaliação das políticas de Assistência Estudantil	34
2.2.1	Eficiência	37
2.2.2	Eficácia	39
2.2.3	Efetividade	40
2.2.4	Processo de avaliação e monitoramento	42
2.2.5	Indicadores aplicados à Assistência Estudantil	45
2.3	Revisão integrativa	51
2.4	Modelo lógico para avaliação do PNAES na UTFPR	68
3	PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	70
3.1	A abordagem qualitativa	70
3.2	A pesquisa exploratória	70
3.3	A pesquisa bibliográfica	71
3.4	A pesquisa documental	72
3.5	Matriz metodológica	72
3.6	Caracterização e local da pesquisa	74
3.7	Assistência Estudantil: da ASSAE à PROAE	78
4	ANÁLISE SITUACIONAL	79
4.1	Instrumentos normativos e operacionais relacionados à Assistência Estudantil	82
4.1.1	Auxílio Estudantil	86
4.1.2	Programa de Bolsa Permanência (PBP)	90
4.1.3	Protagonismo	90
4.1.4	Participação de Discentes em Eventos	91
4.1.5	Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior – PROMISAES UTFPR ..	91
4.1.6	Auxílio Estudantil Emergencial	91
4.1.7	Seguro de Vida	92
4.1.8	Inclusão de Estudantes com Necessidades Específicas	92
4.1.9	Atendimento Pedagógico	93
4.2	Viabilidade da aplicação de indicadores	94
4.2.1	Dimensão eficiência	101
4.2.2	Dimensão eficácia	107
4.2.3	Dimensão efetividade	111
5	PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO: UMA FERRAMENTA PARA CONSOLIDAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UTFPR	115

5.1	Dimensão eficiência	116
5.2	Dimensão eficácia.....	117
5.3	Dimensão efetividade.....	117
5.4	Dashboard da Assistência Estudantil - UTFPR	118
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
	REFERÊNCIAS	126
	 APÊNDICES	 139
	APÊNDICE A – CODIFICAÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS	141
	A.1–Descrição dos dados e etapas de processamento	141
A.1.1	Listagem Nominal.....	141
A.1.2	Auxílio Estudantil	142
A.1.3	Taxa de Conclusão Semestral.....	143
A.1.4	Taxa de Retenção	144
A.1.5	Estudantes por Situação	144
A.1.6	Ingressantes por Microrregião de Origem	145
A.1.7	Estudantes por Tipo de Situação	145
	A.2–Processamento	146
	APÊNDICE B – SITUAÇÃO POR CAMPUS	151
	APÊNDICE C – PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO	179
	ANEXO A – DECLARAÇÕES DE ANUÊNCIA E DE INTERESSE INSTITUCIONAL	205

1 INTRODUÇÃO

O Ensino Superior brasileiro foi marcado, historicamente, por um caráter excludente (Carneiro; Bridi, 2020). No entanto, com a expansão e a interiorização das Instituições de Ensino Superior (IES), especialmente das universidades federais nas últimas décadas, houve uma mudança significativa no perfil dos novos discentes, que passaram a ser majoritariamente oriundos das camadas mais populares da sociedade. Diante deste novo contexto, impõe-se ao Estado a responsabilidade quanto à garantia do acesso e, principalmente, no tocante à formulação e implementação de políticas públicas eficazes para assegurar a permanência destes estudantes.

Neste cenário, a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) surge como um instrumento essencial de democratização do Ensino Superior que tem o potencial de contribuir para que um número significativo de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica possam concluir sua formação acadêmica. Afinal, o ingresso na universidade, por si só, não garante a permanência, especialmente para estudantes de baixa renda e pertencentes a minorias étnico-raciais, que enfrentam múltiplas barreiras – econômicas, pedagógicas e simbólicas.

É reconhecido que estudantes provenientes das camadas populares e de grupos historicamente marginalizados encontram ainda mais dificuldades para ingressar e permanecer no Ensino Superior, sobretudo em cursos de alta demanda e prestígio social, que oferecem maiores oportunidades de mobilidade social (Paula, 2017). Desta forma, torna-se essencial que políticas como a PNAES sejam continuamente aprimoradas, de modo a reduzir desigualdades e garantir condições equitativas de permanência e conclusão dos cursos.

A PNAES, instituída pela Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, foi implementada no contexto do Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de aprimorar as condições necessárias para assegurar a continuidade dos estudantes na educação superior e educação profissional, científica e tecnológica pública federal. Esta lei contém 34 artigos e surge após 14 anos da vigência do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, o qual dispunha sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil.

Assim, é essencial que seja compreendida a dinâmica de uma política pública como a PNAES quanto à manifestação de seus resultados em relação à eficiência, à eficácia e à efetividade, uma vez que desta forma se torna possível reconfigurar ou reajustar a implementação e a execução da política pública, com foco na avaliação dos resultados, o que favorece o aperfeiçoamento contínuo. Além disso, o estudo das ações que envolvem a PNAES possibilita a maior transparência na gestão da instituição e a compreensão do impacto da política na qualidade de vida dos discentes, garantindo medidas corretivas justas e equilibradas, visando o bem-estar coletivo.

Por outro lado, a garantia da permanência dos alunos nas universidades é determinante como forma de evitar os desperdícios de recursos públicos investidos, visto que uma falha neste processo leva ao aumento nos índices de evasão. Quando há uma ineficiência neste quesito, há um comprometimento no aspecto financeiro e econômico, mas principalmente nas questões sociais e psicológicas. Há um desejo de que, neste processo, sejam empregados os recursos

de forma eficiente quanto à formação do aluno, garantindo ao final a eficácia por meio dos resultados alcançados e a efetividade por meio da transformação da realidade dos acadêmicos.

Além disso, há que se concordar com o assinalado por Fava (2021) de que, no escopo teórico sobre a aplicação de indicadores no processo de Assistência Estudantil, o desenvolvimento argumentativo é incipiente, revelando uma lacuna na literatura sobre o tema, evidenciando a carência de mecanismos com vistas ao acompanhamento deste programa governamental.

1.1 Problema de pesquisa

O problema de pesquisa que este estudo busca esclarecer está relacionado ao seguinte questionamento: como pode ser analisada a eficiência, a eficácia e a efetividade da PNAES implementada pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), entre os anos de 2018 e 2024, notadamente quanto a promoção da inclusão, à redução das desigualdades educacionais e à permanência dos estudantes na instituição?

1.2 Objetivo geral

Analisar a eficiência, a eficácia e a efetividade da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) implementada pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, entre 2018 e 2024, com foco em seu impacto na promoção da inclusão social, na redução das desigualdades educacionais e na garantia da permanência dos estudantes na instituição.

1.3 Objetivos específicos

1. Investigar os processos históricos e os fundamentos da Assistência Estudantil no Brasil, com ênfase na Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e em seus impactos na promoção da inclusão social, no bem-estar e na permanência dos estudantes no Ensino Superior.
2. Discutir os conceitos estruturantes que abarcam a eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas, à luz da literatura.
3. Identificar a abrangência dos diferentes instrumentos normativos e operacionais da UTFPR relacionados à Assistência Estudantil e a viabilidade de aplicação de indicadores de desempenho que integrem as dimensões de eficiência, eficácia e efetividade nas políticas desta área.
4. Apresentar uma proposta de ação, configurada em um Produto Técnico Tecnológico (PTT) que possibilite uma visão integrada da eficiência, eficácia e efetividade das políticas de Assistência Estudantil em desenvolvimento no contexto da UTFPR.

1.4 Justificativa e relevância da pesquisa

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) se destaca com uma das maiores IES brasileira, com unidades distribuídas por praticamente todas as regiões do Estado do Paraná, com abrangência nos 13 campi de atuação, recebendo discentes oriundos de todo o território nacional e provendo um ensino gratuito e de qualidade. Circunstâncias estas que respaldam a justificativa sobre a relevância de um estudo pormenorizado acerca da Assistência Estudantil, mais precisamente a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no que se refere a eficiência, eficácia e efetividade das ações implementadas pela IES, entre os anos de 2018 e 2024, considerando seu impacto na promoção da inclusão, no apoio acadêmico e no bem-estar estudantil, da mesma forma que a sua influência sobre o desempenho e a permanência dos estudantes na instituição.

Outro fator que corrobora para a relevância desta pesquisa é a atuação, de mais de oito anos de experiência, do pesquisador no exercício de funções diretamente vinculadas ao Departamento de Educação (DEPED), setor incumbido da implementação e desenvolvimento da Assistência Estudantil no âmbito da UTFPR. Este conhecimento técnico, adquirido por meio da convivência com os profissionais responsáveis pela implementação das políticas e pela participação em comissões internas que analisam documentos de auxílio estudantil, proporciona uma visão privilegiada sobre os desafios e as lacunas na execução destas políticas. Esta vivência contribui para uma análise sobre os instrumentos normativos e de modo especial, favorece um olhar sensível para a realidade dos discentes, suas origens e as dificuldades que enfrentam para permanecer no ambiente acadêmico.

Além disto, conforme discutem Calbino e Brito (2023), inúmeros dados sugerem uma significativa relevância do PNAES entre os programas de mestrado profissional pelo país. Uma inferência plausível para esta singularidade emerge da existência de uma rede de mestrados profissionais na área de Administração Pública (PROFIAP) e a própria natureza do PNAES, uma política pública circunscrita ao âmbito da Administração Pública, tendo por objeto as IFES.

Ademais, embora a Assistência Estudantil seja de grande relevância para a maioria dos estudantes das instituições públicas de Ensino Superior no Brasil, este tema ainda é pouco pesquisado. Tanto os gestores responsáveis pelas ações quanto os estudantes universitários possuem limitações quanto a uma compreensão mais aprofundada do significado do termo (Andrade; Teixeira, 2017).

A expectativa é de que os resultados deste estudo não se limitem ao contexto da UTFPR, pois a investigação sobre a eficiência, a eficácia e a efetividade das políticas de Assistência Estudantil poderá oferecer subsídios para melhorias nas políticas internas da própria IES e, sobretudo, também para outras Universidades que enfrentam desafios parecidos. A criação de um conjunto de indicadores que abranja os 3Es (eficiência, eficácia e efetividade) permitirá que as IES avaliem, de maneira mais precisa, o impacto de suas políticas e ajustem suas estratégias para melhor atender às necessidades dos acadêmicos.

Além disso, a pretensão de desenvolvimento de um Produto Técnico-Tecnológico (PTT) como resultado deste estudo possibilita a implementação prática das recomendações, criando ferramentas de análise que podem ser aplicadas no contexto da UTFPR e de outras IES. A transferência de conhecimento resultante deste processo é destacada, uma vez que, muitas universidades públicas enfrentam desafios orçamentários e precisam maximizar o impacto das políticas de inclusão com recursos limitados e, neste sentido, o estudo poderá contribuir para o desenvolvimento de políticas mais inclusivas que favoreçam a permanência e o sucesso acadêmico.

Por fim, cabe considerar que, no cenário atual, permeado por restrições orçamentárias e por recorrentes ajustes nas diretrizes nacionais de financiamento da educação, este estudo se torna ainda mais relevante, o que exige uma análise criteriosa da Assistência Estudantil e a identificação de áreas onde há maior impacto sobre a permanência dos estudantes. Portanto, este estudo se propõe a responder a uma necessidade institucional, ao mesmo tempo em que pode influenciar positivamente o panorama da educação superior pública no Brasil, e quiçá contribua para ampliar a inclusão social e o fortalecimento do papel das universidades como agentes de transformação social.

1.5 Estrutura do trabalho

Esta dissertação é composta por seis capítulos. O primeiro é uma introdução, que traz uma contextualização do problema de pesquisa, detalhando os objetivos da investigação — geral e específico —, apresentando a justificativa pela escolha do tema e a relevância social e científica que desperta uma compreensão mais profunda da Assistência Estudantil no cenário nacional.

O segundo capítulo, o qual se encontra segmentado em subtópicos, constitui o referencial teórico, abordando a política de Assistência Estudantil no contexto brasileiro, a avaliação das políticas de Assistência Estudantil — quanto a eficiência, eficácia e efetividade —, bem como o processo metodológico de construção da revisão integrativa adotada neste estudo.

O terceiro capítulo expõe a configuração metodológica adotada na condução da pesquisa, incluindo a caracterização do estudo, a definição do tipo de pesquisa realizado, a delimitação do ambiente da pesquisa, bem como uma análise descritiva deste local, o processo de coleta e análise dos dados, e a técnica analítica utilizada para o tratamento dos dados, em conformidade com os objetivos preestabelecidos para o estudo.

O quarto capítulo consiste em uma análise crítica da política de Assistência Estudantil na UTFPR, abordando os mecanismos internos de sua implementação e desenvolvimento. Além disso, realiza-se uma análise dos dados à luz da literatura pertinente, articulando os resultados ao processo de mensuração dos 3Es — eficiência, eficácia e efetividade — no contexto institucional da UTFPR.

O quinto capítulo apresenta os principais elementos que compõem o Produto Técnico-Tecnológico (PTT) resultante desta investigação, elaborado como contribuição direcionada à Instituição de Ensino Superior objeto deste estudo.

Concluindo esta investigação, no sexto capítulo são apresentadas as considerações finais, nas quais se evidencia que esta pesquisa atingiu seu objetivo ao investigar os processos históricos e os fundamentos da Assistência Estudantil no Brasil; ao analisar os conceitos estruturantes que permeiam a eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas, à luz da literatura especializada; ao identificar a extensão dos diferentes instrumentos normativos e operacionais da UTFPR relacionados à Assistência Estudantil; e ao avaliar a viabilidade da aplicação de indicadores de desempenho nas políticas desta área.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo são apresentados os fundamentos teóricos que estruturam esta pesquisa, focando na análise da política pública de Assistência Estudantil brasileira. A construção deste referencial visa à contextualização histórica e conceitual da Assistência Estudantil como uma política pública inserida no campo das políticas sociais, compreendendo seus objetivos, instrumentos de que dispõe, suas limitações e capacidades. Este capítulo também aborda o processo de análise e avaliação da referida política pública, quanto a eficiência, eficácia e efetividade.

Primeiramente, na seção 2.1 são apresentados os fundamentos conceituais de políticas públicas, com o objetivo de situar a Assistência Estudantil como inserida nas políticas sociais, as quais representam uma categoria específica de políticas públicas. Na sequência, discorre-se sobre a trajetória histórica da Assistência Estudantil no Brasil, a partir de uma breve retomada da história da educação no país, cujo ponto de partida é anterior à institucionalização formal desta política. Em seguida, a Assistência Estudantil é analisada quanto a sua função e o seu papel, com ênfase em seus objetivos, desafios e especificidades, deslocando o foco da abordagem histórica para uma compreensão mais prática e interpretativa de seu desenho atual.

Em seguida, na seção 2.2 são examinados os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade, bem como os processos de avaliação e monitoramento, elementos centrais para a análise de políticas públicas. Estes conceitos são explorados com o objetivo de oferecer uma base teórica sólida para a compreensão dos mecanismos de mensuração de desempenho da política de Assistência Estudantil.

Por fim, na seção 2.3, uma revisão integrativa da literatura científica sobre o tema é apresentada, seguindo a estratégia de pesquisa proposta por Botelho, Cunha e Macedo (2011), com vistas a identificação dos principais avanços, debates e lacunas existentes neste campo de estudo.

2.1 Política pública de Assistência Estudantil brasileira

Para uma melhor compreensão da essência da PNAES é indispensável inseri-la no campo conceitual e operacional das políticas públicas e sociais. Além disso, torna-se necessário examinar a evolução histórica da Assistência Estudantil no Brasil e, por fim, analisar sua configuração atual à luz da Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, que Institui a PNAES.

2.1.1 Políticas públicas e sociais

O estudo acerca do campo da política pública exige a explicitação do conceito de problema público e política pública. O primeiro é o ponto de partida da análise (Secchi, 2023), é a diferença entre a situação atual e uma situação ideal, possível para a realidade pública (Secchi; Coelho; Pires, 2019). Trata-se do fim ou da intenção de resolução (Secchi, 2023). Um

problema só se torna público quando os atores políticos intersubjetivamente o consideram problema (situação inadequada) e público (relevante para a coletividade). Já a política pública é um conceito abstrato, que se materializa por meio de instrumentos variados (Secchi; Coelho; Pires, 2019), tendo por finalidade o enfrentamento, diminuição e até mesmo a resolução do problema público, materializando-se por meio de instrumentos concretos, os quais podem ser leis, programas, campanhas, obras, prestação de serviço, subsídios, impostos, taxas, decisões judiciais, etc. (Secchi, 2023).

As políticas públicas refletem decisões de natureza predominantemente política, com elevado grau de discricionariedade (Oliveira, 2017). De acordo com Souza (2006, p. 26), “a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”. Para Carvalho (2024, p. 90), as “políticas públicas, como todas as criações humanas, devem ser consideradas como produto social, e por isso, fruto da cultura e do processo histórico”.

Uma política pública não pode ser compreendida como um todo homogêneo; pelo contrário, seu entendimento envolve uma complexidade que abarca diferentes conceitos, tanto em sua formulação quanto em sua implementação. De um lado, ela apresenta elementos relativamente estáveis no momento de sua execução — expressos em planos ou projetos —, os quais são resultado de embates sociais e políticos anteriores. De outro, mesmo quando estruturada com objetivos e metas bem definidos, uma política pública mantém um caráter dinâmico e instável, influenciado pela atuação dos diversos atores sociais que a (re)significam à medida que interagem com ela (Oliveira; Soares; Mello-neto, 2020).

Além disso, é inviável entender políticas públicas como meras ações do Estado. Para compreendê-las adequadamente, é necessário analisá-las a partir de sua função, pois existem inúmeras definições possíveis. Políticas públicas visam materializar os objetivos estabelecidos pelo Estado — inscritos em sua legislação interna ou em tratados e convenções dos quais é signatário — e não em promover direitos sociais. Esta distinção é evidente em Estados liberais, que implementam políticas públicas mesmo quando estas não estão diretamente vinculadas à promoção de direitos. Também não se pode compreender as ações estatais voltadas à garantia de direitos sociais como políticas públicas em sentido estrito (Mastrodi; Ifanger, 2019).

É preciso avançar na interpretação da política pública como uma prática definida na agenda política dos poderes Legislativo e Executivo, com a finalidade de alcançar um objetivo público qualquer, mas bem definido, baseando-se em avaliações e comparações das propostas de ação em relação a alternativas disponíveis, levando em consideração os custos e benefícios envolvidos. Além disso, é fundamental ter mecanismos para manter e corrigir as ações implementadas quando bem avaliadas ou interrompê-las em casos de avaliação negativa. Disso decorre que o escopo das políticas públicas é a realização de metas estabelecidas, voltadas ao crescimento econômico e desenvolvimento social, com previsão na lei que a instituiu e cujo custo é permitido em lei orçamentária (Mastrodi; Ifanger, 2019).

O Estado pode ser compreendido como agrupamento de instituições permanentes que viabilizam a atuação do governo, enquanto o Governo é um conjunto de programas e projetos que partes da sociedade sugerem para toda a sociedade, estabelecendo-se como a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções estatais por um determinado período. Assim, as políticas públicas são uma incumbência do Estado, no que diz respeito à implementação e manutenção, a partir de um processo de tomada de decisões que compreende órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade (Höfling, 2001).

Dentro deste escopo, as políticas sociais representam uma categoria específica de políticas públicas voltadas à efetivação de direitos sociais conquistados historicamente e respaldados pelo ordenamento jurídico, tendo como princípio norteador a equidade e a promoção da justiça social. A PNAES se insere neste conjunto de políticas, sendo um mecanismo essencial para garantir condições de permanência a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas Instituições Federais de Ensino. Ao prover suporte financeiro e estrutural, a PNAES busca mitigar as barreiras que dificultam a trajetória acadêmica destes discentes, reduzindo desigualdades e ampliando as oportunidades educacionais, conforme apontam (Garcia; Maciel, 2019).

2.1.2 Evolução histórica da Assistência Estudantil brasileira

Durante mais de dois séculos de monopólio no ensino, que se estende de 1549 a 1759, os jesuítas realizaram a primeira tentativa de criar uma universidade no Brasil, ainda no século XVI. No entanto, esta proposta foi negada pela Coroa Portuguesa (Rosetto, 2019). Com o objetivo de concretizar o projeto português de colonização foi desenvolvido uma proposta educacional que se tornou a base da nova estrutura social e ensino da Colônia. Esta situação perdurou até a expulsão dos jesuítas, um evento classificado como político e ideológico, uma vez que eles se tornaram um obstáculo às aspirações do Estado Moderno, além de deterem grande poder econômico, que despertava a cobiça da Coroa Portuguesa. No âmbito educacional, também surgiram transformações influenciadas pelo movimento iluminista e pelos princípios liberais, que almejavam a formação de um novo perfil de cidadão, que deixaria de ser um cristão, caracterizando-se como um burguês, um comerciante, definido por uma nova filosofia de vida (Shigunov-neto; Maciel, 2008).

Em 1759, o primeiro ministro de Portugal, Sebastião José de Carvalho e Melo — conhecido como Marques de Pombal —, promove a primeira reforma do sistema educacional brasileiro, passando o ensino a ser responsabilidade do Estado, mediante a Reforma de Marques de Pombal (Rosetto, 2019).

O Ensino Superior no Brasil só teve seu início a partir de 1808, após a vinda da Família Real Portuguesa, quando o país ainda era uma colônia de Portugal. O surgimento do Ensino Superior no país ocorre inicialmente mediante faculdades isoladas, destarte, em 1808 é criada a Escola de Cirurgia da Bahia, primeira entidade de educação superior, em seguida a Faculdade de Direito de São Paulo (1827) e a Faculdade de Direito de Olinda (1827) (Soares, 2021). Havia

uma preocupação dos políticos da época em relação ao ensino, não relacionada a educação primária ou secundária, mas em relação ao Ensino Superior, visto que se buscava criar uma infraestrutura responsável pela sobrevivência da corte (Rosetto, 2019).

Com a Proclamação da Independência, em 1822, a proposta de estabelecer uma universidade no Brasil ganha maior relevância (Rosetto, 2019). Apenas em 1920, no entanto, ocorre a criação da primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, resultado da fusão da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Direito (Della-méa; Veiga; Bolzan, 2019). Esse processo se deu de forma tardia em relação ao que já vinha sendo construído nas colônias espanholas da América Latina (Carneiro; Bridi, 2020). À época, inclusive, comentava-se que a fundação da Universidade visava, entre outros interesses, viabilizar a outorga do título de Doutor Honoris Causa ao Rei da Bélgica, suprimindo a inexistência de uma instituição que pudesse concedê-lo (Oliven, 2002).

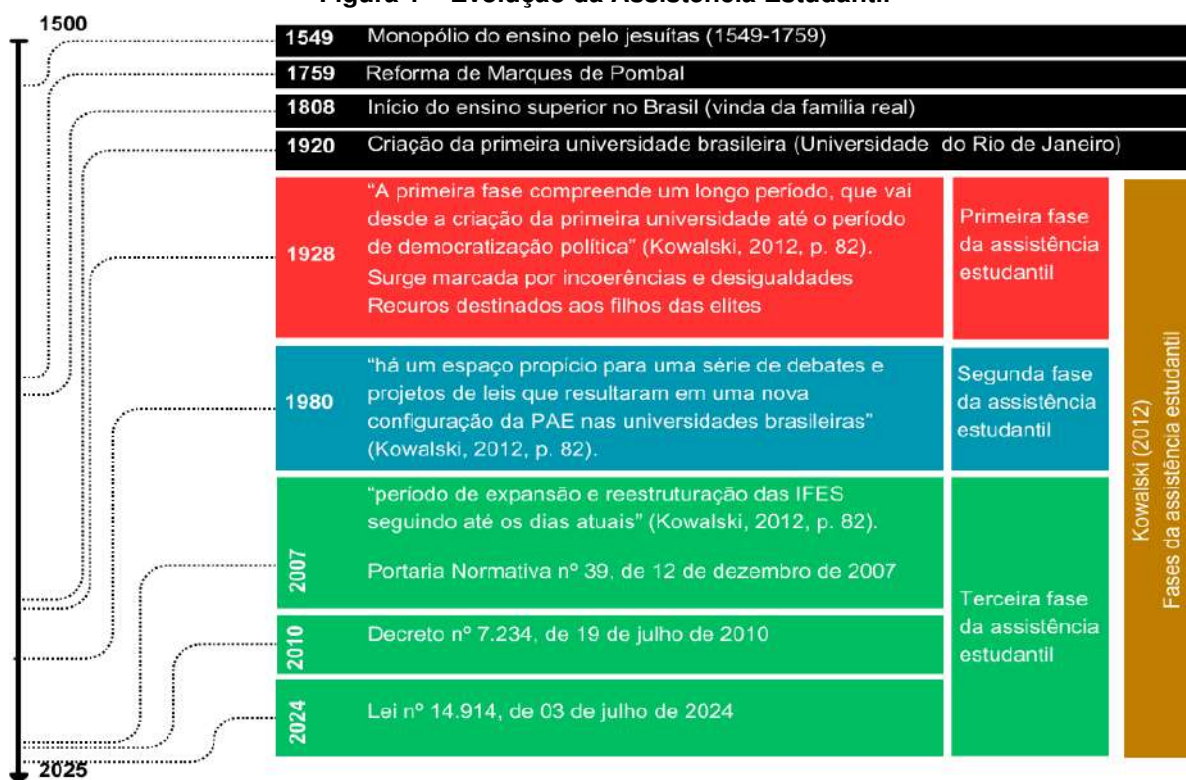
A problematização acerca da Assistência Estudantil no Brasil emerge somente após o advento da República, proclamada em 1989. Em meados da década de 1920, sob a influência da Escola Nova, o Movimento dos Pioneiros da Educação brasileira, que incorpora as ideias dos Estados Unidos e Europa, visando ao aperfeiçoamento do ensino. Os educadores envolvidos nos debates e discussões demonstravam um elevado entusiasmo pela educação, acreditando que por meio dela seria possível operar transformações na própria sociedade (Barbosa, 2009).

A história brasileira demonstra que a conclusão de um curso superior em instituição pública sempre esteve acessível apenas a uma elite do país. No sistema colonial, apenas filhos da classe dominante poderiam ingressar nas universidades, principalmente nas europeias. Isto ocorre ao longo do império e se estende até os limites do período republicano (Souza; Costa, 2020).

A política de Assistência Estudantil se estabelece em um ambiente no qual educação superior visava à expansão e à consolidação, como nível de ensino, em meio às tendências e interesse políticos vigentes no período (Silva; Carvalho, 2020).

Kowalski (2012), em sua pesquisa, propõem uma classificação temporal para a Assistência Estudantil, a qual é citada por alguns autores, tais como Gomes, Pires e Silva (2020), Dutra e Santos (2017), Silva e Carvalho (2020); para estes, a síntese histórica da Assistência Estudantil, identificada e categorizada em três fases pela supracitada autora, é retratada com certa frequência na literatura. Na Figura 1 apresenta-se uma síntese destas distintas fases pelas quais passou a Assistência Estudantil brasileira.

Figura 1 – Evolução da Assistência Estudantil



Fonte: autoria própria (2025).

A primeira fase da Assistência Estudantil no Brasil se inicia em 1928, sendo caracterizada por incoerências e pela perpetuação das desigualdades sociais. Neste período, os repasses governamentais para residências universitárias eram direcionados apenas aos filhos da elite, que viajavam à França para estudar e enfrentavam dificuldades para se estabelecer. Esta disparidade é resultado do fato de que apenas estes jovens tinham acesso ao Ensino Superior (Gomes; Pires; Silva, 2020). Esta mesma análise sobre a Assistência Estudantil é corroborada por Dutra e Santos (2017, p. 150), que afirmam que ela "nasce voltada para o atendimento das classes mais abastadas da sociedade".

No decorrer desta fase da Assistência Estudantil, alguns acontecimentos marcam a educação brasileira. Segundo Saviani (2011), após os eventos da Revolução de 1930, é retomado, pelo Estado brasileiro, o protagonismo na educação, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública naquele mesmo ano. Além disto, são destacados os decretos da chamada Reforma Francisco Campos em 1931, como o ato que estabelece o Estatuto das Universidades Brasileiras, instituído pelo Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931 e o Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Nessa mesma década é criada a União Nacional dos Estudantes (UNE), organização fundada, extra-oficialmente, em 11 de agosto de 1937, por iniciativa da Casa do Estudante do Brasil.

Nas décadas seguintes, a partir do final da década de 1940 e estendendo-se até a década de 1970, o Brasil passou por um intenso processo de federalização com a criação de universidades federais, o que contribuiu para consolidar a expansão do Ensino Superior no país. Este movimento, impulsionado pelo crescimento econômico e pela necessidade de formação de

quadros técnicos qualificados para sustentar o desenvolvimento nacional, resultou na institucionalização de diversas universidades públicas, majoritariamente localizadas nas capitais dos estados federados (Saviani, 2011).

Em 1964, tem início a intervenção militar, a qual, procurando o cerceamento das liberdades de expressão de manifestações populares, acaba por estimular os mecanismos de pressão pela reforma universitária (Saviani, 2011). Com o golpe militar (1964-1985), há uma perseguição da UNE, com a sua representatividade legalmente retirada por meio da Lei Suplicy de Lacerda, passando esta organização a atuar na ilegalidade. Apenas no final dos anos de 1970, a partir dos primeiros sinais de enfraquecimento do regime militar é que começa a sua reestruturação (Dutra; Santos, 2017).

Nesse mesmo período, há a reformulação do Ensino Superior, por meio da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Esta lei é resultante de uma proposta de reforma universitária, que visou satisfazer duas demandas contraditórias: de um lado, a dos docentes e discentes que exigiam a abolição da cátedra, a autonomia universitária e mais recursos e vagas para o desenvolvimento de pesquisas e ampliação do raio de ação da universidade; de outro, as reivindicações dos grupos associados ao regime instalado, de fortalecimento dos vínculos do ensino superior aos mecanismos de mercados e ao projeto político de modernização em alinhamento às exigências do capitalismo internacional. A lei foi aprovada pelo Congresso, mas foi ajustada às vontades do regime, por meio do Decreto-Lei nº 464/1969. Não obstante, a ampliação do ensino superior, pleiteada pelos jovens aspirantes à universidade, resultou da abertura indiscriminada, por meio do Conselho Federal de Educação, de escolas isoladas privadas, contrapondo-se tanto ao teor das demandas estudantis, quanto ao próprio texto aprovado (Saviani, 2011).

A Reforma Universitária de 1968 marcou uma inflexão no Ensino Superior brasileiro, promovendo sua modernização, mas também ampliando a participação do setor privado. Neste contexto, Paula (2017) aponta que a reforma restringiu a democratização e a igualdade no acesso, comprometendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Diante das questões abordadas, pode-se afirmar que a educação superior brasileira, a partir da Reforma de 1968, sofreu um esmagamento de sua principal atribuição, que é a de oferecer o ensino superior de modo democrático e igualitário, com qualidade. Na verdade, ela permitiu a expansão do setor privado e não criou a “verdadeira universidade”, com a sua proposta de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, então alardeada (Paula, 2017, 304).

A segunda fase da Assistência Estudantil no Brasil se inicia a partir da redemocratização do país, na década de 1980, quando há uma nova configuração política e se estabelecem as condições e o ambiente propício para a intensificação e sistematização do debate acerca da Assistência Estudantil. Existia, nesse período, um cenário em que as ações de assistência aos estudantes ainda eram fragmentadas e sem legitimidade e significativo apoio governamental (Dutra; Santos, 2017). Assim, outros atores se unem ao Movimento Estudantil (ME), visando promover a construção da Assistência Estudantil, dentre eles, o Fórum Nacional de Pró-reitores

de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) (Gomes; Pires; Silva, 2020).

Com a promulgação da Constituição de 1988, consagrou-se a autonomia universitária, consolidou-se a interdependência entre ensino, pesquisa e extensão, garantiu-se a gratuidade nos estabelecimentos oficiais, e se assegurou o ingresso por concurso público, além do regime jurídico único (Saviani, 2011).

A Constituição Federal de 1988, também chamada Constituição Cidadã, foi resultado da pressão de diversos movimentos sociais e consolidou direitos sociais e políticos reivindicados no processo de redemocratização. Nessa Carta Magna, a educação, ao lado de outras políticas sociais, é reconhecida como direito social (Imperatori, 2017, p. 288).

A promulgação da atual Carta Magna foi um marco histórico significativo, viabilizando o aprofundamento das discussões acerca da universalização do acesso e da permanência nas universidades. Este documento sinaliza para um progresso político e social de grande relevância para a sociedade, uma vez que, de forma inédita no país, as garantias dos direitos sociais são formalizadas, além de abranger o processo de redemocratização da educação, por meio da universalização do acesso e da gestão democrática, focado na formação cidadã. Mesmo que indiretamente relacionada a Educação Superior, é na Constituição que estão as bases para sustentar a relevância e legitimidade da Assistência Estudantil no ambiente universitário (Dutra; Santos, 2017).

Esse período caracterizou-se por contradições em relação à fase inicial da Assistência Estudantil. Por um lado, houve uma ampliação dos programas assistenciais, impulsionada pela crescente demanda de alunos decorrente da democratização e expansão das vagas nas IES. Por outro, a legislação vigente não consolidou mecanismos específicos para o financiamento de programas socioeducativos. Pelo contrário, observou-se uma tendência governamental de restringir recursos para a Assistência Estudantil, consolidada com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que não estabeleceu diretrizes claras para esse financiamento (Kowalski, 2012).

Visando fornecer subsídios consistentes à formulação de uma política de Assistência Estudantil em nível nacional, o Fonaprace concentrou esforços, na década de 1990, no desenvolvimento de um estudo sistemático nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a fim de mapear o perfil socioeconômico e cultural dos discentes, executando e divulgando — em 1997, 2004 e 2011 — estudos amostrais acerca dos aspectos culturais e socioeconômicos dos graduandos destas instituições. Os dados desconstruíram a percepção de que as universidades públicas eram frequentadas unicamente por estudantes das classes sociais mais elevadas, os quais eram capazes de custear sua formação acadêmica, suscitando debates sobre a relevância da gratuidade do Ensino Superior público (Dutra; Santos, 2017).

Neste período a Assistência Estudantil se desenvolveu em um ambiente marcado pelas consequências históricas e sociais resultantes do regime ditatorial civil/militar, recém cessado.

Embora houvesse uma democracia em processo de consolidação, os problemas na educação superior, como a democratização do acesso e a permanência, permaneciam adormecidos. Em um ambiente de conflitos sociais, havia uma convergência de sentimento em relação às mudanças na configuração política, visando à criação e fortalecimento de novas políticas públicas na educação (Silva; Carvalho, 2020).

Ao ingressar no século XXI, o Ensino Superior brasileiro é marcado pela crescente mercantilização, impulsionada por estratégias neoliberais ainda predominantes, e pelas políticas de universalização da Educação Básica. Este cenário evidencia uma demanda latente por vagas no Ensino Superior, agravada por um déficit estrutural na oferta. Embora a Constituição Federal/88 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96) atribuam à União a responsabilidade pelo fomento deste nível de ensino, o governo federal não consegue atender plenamente os estudantes que concluem o ensino médio anualmente, nem suprir a demanda acumulada ao longo dos anos (Carneiro; Bridi, 2020).

Somam-se, a isto, a cobrança da sociedade e a grande demanda do mercado por profissionais capacitados em nível superior. Com o propósito de suprir as exigências, o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) coloca em prática significativas políticas públicas de Ensino Superior, com a intenção de ampliação do acesso, por meio de uma série de novas políticas, bem como a continuidade e ampliação de ações já existentes no governo anterior, do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) (Carneiro; Bridi, 2020).

A terceira fase da Assistência Estudantil no Brasil se inicia a partir de 2007, tendo como referência o segundo mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2007-2010) quando, visando atender as reivindicações das IFES e dos movimentos estudantis, o Governo Federal passa a destinar recursos específicos para a Assistência Estudantil, a qual ganha status de política pública (Gomes; Pires; Silva, 2020). Assim, a Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, cria o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, o regulamenta (Junior; Carvalho, 2023).

Com diretrizes semelhantes às do PNAES, o governo brasileiro instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEST), por meio da Portaria Normativa nº 25, de 29 de dezembro de 2010. Este programa tem sua origem apenas cinco meses após o PNAES, deixando evidente a importância dada pelo órgão gestor central na criação de medidas públicas envolvendo a destinação de recursos federais para programas de suporte aos discentes. Contudo, o PNAEST vinculava as IES estaduais a sua adesão ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu), uma outra ação federal que visava facilitar o acesso à educação superior (Junior; Magalhães; Real, 2020). Atualmente, este programa está em descontinuação.

A aprovação do PNAES representa um marco na evolução das políticas de Assistência Estudantil brasileira em razão do comprometimento do governo federal, por lei, com o repasse de recursos as Instituições de Ensino Superior Federais (Paula, 2017). Há, na legislação do PNAES, uma combinação de objetivos socioeconômicos e pedagógicos, visto que o governo reconhece os problemas presentes na formação histórica brasileira, tais como as disparidades

regionais e as questões de desigualdade econômicas, agindo, por intermédio do Estado, na busca de atenuá-los (Junior; Carvalho, 2023).

Outra medida voltada à promoção da permanência estudantil está relacionada a Portaria nº 389, de 09 de maio de 2013, que cria o Programa de Bolsa Permanência (PBP), com a intenção de contribuir para a permanência e diplomação dos estudantes de graduação as IFES (em especial indígenas e quilombolas). Como critérios, entre outros, o candidato a bolsa deve possuir renda familiar per capita não superior a 1,5 salários mínimo e estar matriculado em curso com carga horária média superior ou equivalente a 5 horas diárias (Paula, 2017).

A promulgação da Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito do Ministério da Educação, representa um avanço formal na ampliação das condições de permanência e conclusão dos cursos para estudantes da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica pública federal. No entanto, é preciso pontuar que, enquanto política pública, a Assistência Estudantil está inserida em uma lógica capitalista que impõe contradições e limitações estruturais. Se, por um lado, a PNAES responde parcialmente às demandas da classe trabalhadora, por outro, reflete o caráter minimalista típico das políticas focais, marcadas pela restrição de investimentos e pela ausência de um compromisso efetivo com a universalização dos direitos sociais. A influência do neoliberalismo tem resultado no desmonte progressivo das políticas de bem-estar social, afetando diretamente o financiamento da educação e, conseqüentemente, das ações voltadas à permanência estudantil (Gomes; Pires; Silva, 2020). Ainda que tenha se mostrado economicamente inviável em diversos contextos, o neoliberalismo continua a ditar a lógica predominante no cenário global, moldando as diretrizes políticas e sociais, incluindo aquelas voltadas para a Assistência Estudantil (Garcia; Maciel, 2019).

2.1.3 A Assistência Estudantil

O pensamento do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002) elucida que os filhos da alta burguesia e da classe média, devido ao ambiente familiar em que estão inseridos, possuem maior perspectiva de sucesso educacional. Isto ocorre porque esses estudantes têm maior interação com práticas culturais e linguísticas alinhadas à cultura “erudita”, estabelecendo, assim, uma relação entre cultura e desigualdade escolar. Neste contexto, Bourdieu desenvolve o conceito de capital cultural, uma metáfora que ilustra como a cultura, em uma sociedade dividida em classes, opera como uma moeda simbólica — um instrumento de dominação —, impondo à classe subalternizada os valores e práticas da elite dominante (Brito; Costa; Souza, 2022).

Desta forma, a condição socioeconômica familiar do estudante é um fator importante na trajetória acadêmica dos jovens brasileiros e, por esse motivo, deve estar no cerne das políticas públicas voltadas à inclusão de grupos historicamente marginalizados no ensino superior (Ristoff, 2014). Estudantes provenientes de famílias com menor poder aquisitivo enfrentam desafios adicionais, como a falta de recursos para suprir custos educacionais, a necessidade de conciliar trabalho e estudo e a escassez de apoio familiar devido à sobrecarga de responsabilidades.

Esta realidade amplia a desigualdade social, uma vez que as desigualdades educacionais se perpetuam ao longo das gerações, dificultando a ascensão social destes indivíduos. Por isso, ao considerar a inclusão e a diversidade no Ensino Superior, as políticas públicas precisam ser projetadas para enfrentar esses obstáculos, promovendo mecanismos de apoio que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso acadêmico destes estudantes.

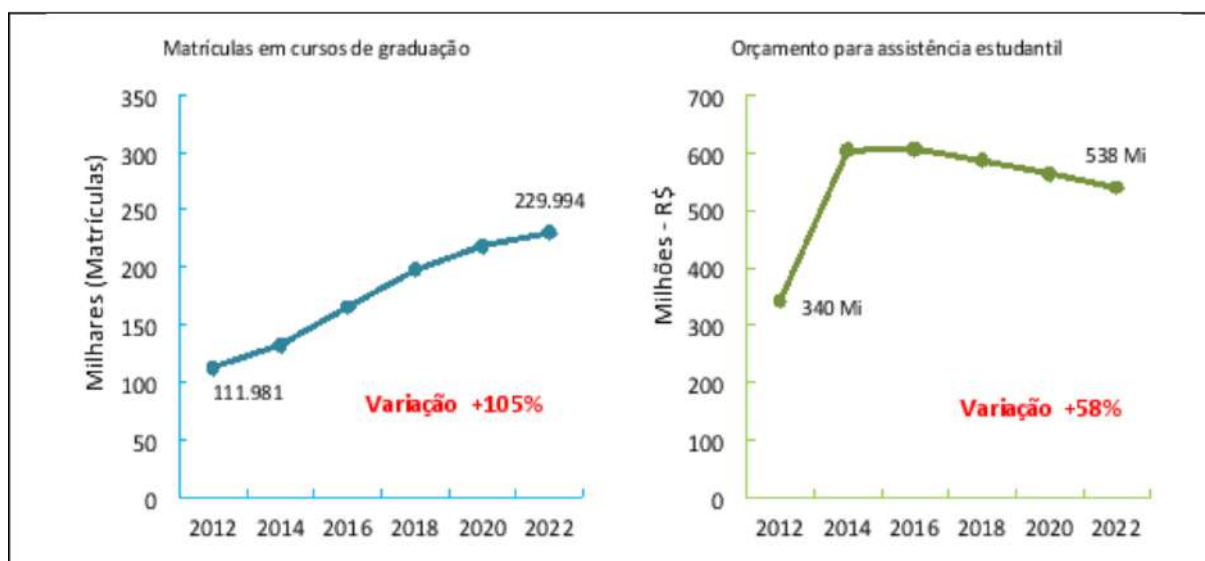
O movimento em direção à democratização do Ensino Superior, mediante a abertura de novos campi no interior e mudanças nos critérios de seleção dos discentes, alterou as características dos atuais ingressantes no sistema universitário brasileiro, caracterizando-se pelo aumento de pessoas historicamente excluídas da possibilidade de acesso a uma Universidade, pressionando a capacidade das IES federais no atendimento a demanda por Assistência Estudantil, seja pela falta de recursos ou pela dificuldade de gestão (Mota; Santos; Campos, 2023).

Embora a permanência estudantil tenha recebido mais investimentos nos últimos anos, estes recursos não acompanharam, na mesma proporção, a expansão do acesso ao Ensino Superior, resultando em uma desproporcionalidade que ainda hoje persiste (Recktenvald; Mattei; Pereira, 2018).

Por meio da Lei 11.892/2008 é implementado, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal EPCT), vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) e de Minas Gerais - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG); Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e Colégio Pedro II, visando a oferta tanto da educação básica quanto da educação superior e, transversalmente, como modalidade, a educação profissional e tecnológica. Esta rede alcançou em 2023, 1,5 milhões de matrículas, 680 unidades, 11,8 mil cursos e 82,9 mil professores e técnicos (TCU, 2024).

Em auditoria operacional visando ações voltadas ao enfrentamento da evasão cujo escopo abrangeu os 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o CEFET/RJ, o CEFET/MG e o Colégio Pedro II, recaindo sobre os cursos técnicos, de graduação e de qualificação profissional, o relatório do TCU (2024) apontou que a evasão na Rede Federal EPCT alcançou, em média, 41% nos cursos técnicos e 51% nos cursos de graduação, no ano de 2022. Este mesmo levantamento destacou que enquanto as matrículas tiveram um aumento de 105%, os recursos destinados a Assistência Estudantil aumentaram apenas 58%, com tendência de redução (TCU, 2024), conforme observado por meio do Gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução das matrículas nos cursos de graduação e dos recursos para assistência estudantil na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no período de 2012 a 2022



Fonte: TCU (2024, p. 7).

Estes dados evidenciam que, mesmo havendo resultados positivos, o simples acesso não garante a permanência dos estudantes, sendo necessário um aumento significativo do aporte financeiro destinado a este subsistema (Recktenvald; Mattei; Pereira, 2018). Ademais:

A assistência estudantil é composta por uma variedade de eixos de atuação e adota como proposta a articulação de diferentes áreas dos direitos humanos, das quais são resultados de distintas políticas sociais, de modo a garantir um padrão de proteção social amplo. Essas áreas compreendem ações que envolvem ideais, condições de saúde, acesso aos instrumentos pedagógicos para formação profissional, acompanhamento das necessidades educativas especiais, além de necessidades básicas dos estudantes, tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros (Brito; Costa; Souza, 2022, p. 14).

Na pesquisa de Menda *et al.* (2022), com o objetivo de conhecer o perfil das equipes, os serviços oferecidos aos discentes, as condições de trabalho e as necessidades de capacitação das universidades federais brasileiras em relação ao atendimento à saúde mental, foi obtida uma amostra composta por equipes de Assistência Estudantil de 65 universidades federais, com 215 participantes. Os resultados indicaram que as equipes multiprofissionais apresentam uma estrutura bastante diversificada, tanto em termos das profissões representadas quanto do número de profissionais e das atividades realizadas. Embora se partisse da premissa de que assistentes sociais, psicólogos e pedagogos estivessem presentes em todas as equipes que atendem estudantes em situação de crise, verificou-se que apenas os assistentes sociais estavam presentes em todas as equipes.

A integração entre diferentes profissionais se mostra relevante, pois, conforme destaca Silveira *et al.* (2011, p. 248), "o sucesso dos estudantes depende também do seu bem-estar físico, social e mental".

Compreender o indivíduo em sua totalidade, reconhecendo suas particularidades e anseios pelo bem-estar, impacta diretamente as questões de permanência no ensino superior, uma vez que o processo de transição e adaptação ao ensino superior mostra-se, em muitos casos, um desafio para a maioria dos estudantes, além de impactar diretamente na sua integração ao contexto acadêmico, podendo determinar de forma positiva ou negativa o seu desempenho acadêmico ao longo da graduação. Soma-se a isso, o fato de que o atendimento institucionalizado de apoio a permanência discente não deve estar restrito exclusivamente a um segmento, mas deve ser disponibilizado a todos os estudantes (Zbunovicz; Mariotti, 2021).

Quanto as ações, considerando as limitações orçamentárias, há a necessidade de priorizar algumas em detrimento a outras. Neste sentido, é mais comum, nas IFES, os estudantes serem assistidos nas áreas de alimentação, transporte, moradia estudantil e apoio pedagógico, exatamente nesta ordem. Assim, a assistência as demais áreas acontece, mas não com a mesma intensidade que as mencionadas (Recktenvald; Mattei; Pereira, 2018). Esta conclusão é ratificada, em partes, por Fava e Cintra (2022), ao afirmar que moradia e alimentação se configuram como as que mais possuem ações nas instituições analisadas, em relação às áreas abrangidas pelo PNAES.

O conceito e o entendimento da Assistência Estudantil ainda demanda uma definição mais precisa, uma vez que, em muitas universidades, as ações principais estão direcionadas à concessão de bolsas e auxílios, visando ao atendimento das necessidades mais básicas envolvendo a subsistência dos acadêmicos em situação de vulnerabilidade socioeconômica (Scher; Oliveira, 2020).

A vulnerabilidade pode ser interpretada como uma condição de desvantagem, não apenas econômica, que coloca indivíduos ou grupos à margem da sociedade, desenvolvendo processos de exclusão social. Desta forma, um indivíduo pode sofrer processos de exclusão devido à orientação homoafetiva, raça/etnia ou gênero. Uma família pode estar enfrentando situações agravadas de violência intrafamiliar ou ainda ter um componente com uma doença crônica; todos são exemplos de situações de vulnerabilidade que geram sofrimento, independentemente de estarem marcadas por critérios econômicos, mas que se enquadram em condições de exclusão ocasionadas por desvantagens sociais (Carvalho, 2024, p. 80-81).

Em não havendo um delineamento preciso acerca dos investimentos financeiros em cada área proposta no PNAES, inexistem garantias da equidade entre elas, com a priorização de algumas, especialmente alimentação, transporte e moradia, em detrimento de outras também comprovadamente relevantes, como a saúde (Bleicher; Oliveira, 2016). Porém, é necessário — em razão da abordagem diferenciada com que atendem seus discentes, em decorrência

das especificidades regionais — o desenvolvimento das ações da Assistência Estudantil pelas próprias IFES (Recktenvald; Mattei; Pereira, 2018).

Outro fator a ser considerado é que a mera publicação dos editais de inscrição não configura, por si só, o acesso, uma vez que os discentes se submetem a processos distintos, de acordo com sua realidade social. Assim, questões presentes em pesquisas anteriores tais como a compreensão parcial ou enviesada acerca da política, processos burocráticos, insuficiência de valores e número de bolsas, prazos limitados para a inscrição, desconhecimento da política aliada a falta capacitação para seu desempenho, baixa coesão comunicacional no âmbito da equipe, necessidade de adaptação da política a grupos distintos, e a superação do aspecto “bolsificador” se fundem a subjetividade dos operadores da política (Carvalho, 2024).

Para a garantia da permanência e o êxito na formação, a Assistência Estudantil deve considerar os diferentes aspectos da vida acadêmica de todo o corpo discente, tais como: socioeconômicos; de apoio social (envolvendo transporte, alimentação, saúde, moradia, creche); rendimento acadêmico (por meio da orientação nos processos de ensino-aprendizagem, inclusão digital, bibliotecas, ensino de línguas, bolsas e estágios remunerados); suporte psicopedagógico; acesso a atividades culturais e de lazer (mediante manifestações artística e esportivas) e questões relacionadas a juventude (como a adoção de medidas de prevenção de riscos e discussões relevantes de interesse dos alunos) (Scher; Oliveira, 2020).

Concorrem basicamente duas concepções acerca da atuação da Assistência Estudantil. Uma estratégia de natureza seletiva, portanto restritiva, focada exclusivamente na assistência financeira, que, apesar de sua relevância, pode resultar em processos educacionais que reforçam o status quo da sociedade de classes. Outra, com uma perspectiva universalizante, a qual pode ser capaz de contribuir para o processo de emancipação, dado que pretende atender o estudante em sua multidimensionalidade (econômica, social, acadêmica, desenvolvimento humano, dentre outros) (Soares; Amaral, 2022).

Debatem-se também concepções de Assistência Estudantil, variando entre uma abordagem mais restrita ou mais abrangente, com foco em um público-alvo de forma mais seletiva ou universal; que implemente ações com uma abordagem mais ampla e universalizante, ou mais estreita, direcionadas à satisfação das necessidades básicas de um grupo de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica; que permita uma gestão mais centralizadas, sob incumbência dos pró-reitores das áreas, ou mais democrática, aberta a uma participação mais ampla da comunidade acadêmica (Dutra; Santos, 2017).

Assim, é necessário compreender, para além da esfera individual e econômica, os elementos que interferem no acesso e permanência do estudante. Para contrapor-se ao habitus excludente — presentes, historicamente, nas universidades brasileiras — é imperativo que haja uma demanda por políticas de Assistência Estudantil, visto que, a partir de meados da década de 1960, houve uma reinterpretação das perspectivas de educação e suas concepções, rejeitando-se a ideia do desempenho escolar dependente exclusivamente dos dons individuais, e adotando-se o entendimento de que o desempenho está vinculado a origem social do estudante (Brito; Costa; Souza, 2022).

A ampliação e massificação da educação superior constituem um passo inicial rumo à democratização do sistema, mas são insuficientes para a inclusão efetiva das camadas sociais e historicamente marginalizadas. Em outras palavras, o acesso não assegura a permanência no Ensino Superior, especialmente para estudantes de baixa renda e minorias étnicas, que enfrentam desafios econômicos, pedagógicos e simbólico-subjetivos. As universidades federais foram estruturadas para atender estudantes das classes sociais dominantes, que não precisam trabalhar, deixando de considerar o perfil do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante. Essa situação se torna ainda mais crítica quando consideramos que a demanda por bolsas excede amplamente a oferta disponível. Já as dificuldades pedagógicas estão associadas ao fato de que estudantes de baixa renda detêm menos capital cultural e social. Muitos deles proveniente de escolas públicas de nível médio, que apresentam infraestrutura inadequada e qualidade inferior em comparação às instituições de elite, estando despreparados, portanto, para o enfrentamento dos desafios que os cursos universitários exigem (Paula, 2017).

A evasão permanece como o principal fenômeno a ser monitorado, pois as políticas de permanência visam prevenir a desistência dos discentes, contudo, é preciso observar também que a retenção de alunos além do período necessário para a conclusão do curso configura um problema tão sério quanto a evasão, visto que o desempenho dos discentes integrados a programas assistenciais repercute diretamente nos indicadores da instituição. Desta forma, além de prevenir o abandono do curso, uma fração das pesquisas internacionais tem se empenhado em analisar se os programas favorecem a conclusão dos estudos em um período adequado e com rendimento satisfatório (Silva; Sampaio, 2022).

Aferir o tempo até a diplomação, dos alunos envolvidos em programas de combate à evasão, é importante para verificar se as políticas colaboram para que os estudantes completem o curso dentro do prazo regulamentar. Estudantes beneficiados por auxílios subsidiados pelo governo podem gerar custos inesperados ao erário quando não conseguem se graduar dentro do prazo regulamentar, uma vez que os períodos adicionais vinculados à instituição de ensino resultam em pagamento de assistência por um período maior (Silva; Sampaio, 2022).

2.2 Avaliação das políticas de Assistência Estudantil

A elaboração desta subseção visa atender ao segundo objetivo específico, descrito na introdução desta dissertação, o qual consiste em discutir os conceitos estruturantes que abarcam a eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas, à luz da literatura.

É necessário, primeiramente, esclarecer o que se compreende por avaliação de uma dada política pública, diferenciando-a de outras formas de avaliação: avaliação política e a análise de políticas públicas (Arretche, 2013). Avaliação política é compreendida como a análise e a explicação dos critérios que sustentam uma determinada política, em outras palavras, as razões — relevantes — que a tornam mais adequada em comparação a outras alternativas (Figueiredo; Figueiredo, 1986). A análise de políticas públicas é a análise da estrutura institucional e dos elementos constitutivos do programa, visando reconstituir as diversas características, de

modo a compreendê-la como um todo coerente e inteligível. Ainda que a análise de uma dada política pública possa atribuir um determinado desenho institucional a alguns resultados prováveis, somente a avaliação desta política permitirá estabelecer uma relação de causalidade — causa e efeito —, com relativa “segurança”, de um programa efetivamente implementado e seu sucesso ou insucesso. Avaliar implica, essencialmente, realizar um julgamento e atribuir valor, não havendo qualquer avaliação ou análise de políticas públicas apenas instrumental, técnica ou neutra. Assim, o uso adequado de instrumentos de análise e avaliação é fundamental para evitar que as preferências pessoais sejam confundidas com os resultados da pesquisa (Arretche, 2013).

Os indicadores se inserem como instrumentos de gestão essenciais nas atividades de monitoramento e avaliação das organizações, bem como seus projetos, programas e políticas, permitindo acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços, melhorias de qualidade, correção de problemas, necessidades de mudança (SECRETARIA DE GESTÃO, 2009).

Uma avaliação sistemática, contínua e eficaz é um instrumento gerencial de grande relevância ao proporcionar aos formuladores e gestores de políticas públicas as condições necessárias para otimizar a eficiência e a efetividade dos recursos alocados. Desta forma, é preciso desenvolver um conjunto equilibrado e sistemático de indicadores que abranjam os 3Es e suas inter-relações. Porém, observa-se a ausência de concordância acerca da definição de indicadores sociais na esfera pública, o que não ocorre, de modo geral, no setor privado, pois neste os indicadores já são amplamente reconhecidos e aplicados em nível internacional (Sano; Montenegro-filho, 2013).

O modelo de Cadeia de Valor e dos 6Es do Desempenho é estruturado com base nas dimensões de esforço e resultado. As dimensões de esforço englobam a economicidade, a execução e a excelência. Por sua vez, as dimensões de resultado compreendem a eficiência, a eficácia e a efetividade (SECRETARIA DE GESTÃO, 2009), conforme ilustrado na Figura 2.

Figura 2 – Dimensões que constituem os 6Es do Desempenho



Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO (2009, p. 19).

Os indicadores de esforços associam-se aos insumos e processo de trabalho, em outras palavras, aos recursos do processo e aos esforços envolvidos, visando atingir os resultados

esperados, enquanto os de resultado estão associados às consequências das ações, medindo o efeito dos produtos e serviços oferecidos. Trata-se de uma classificação importante especialmente em contextos que exigem a priorização de indicadores (Bahia, 2021). Metodologicamente esta investigação terá como foco as dimensões de resultado, seguindo a proposta de Sano e Montenegro-Filho (2013). Estes autores compilam sete propostas de utilização de indicadores (3Es) na gestão pública, visando ao aprimoramento das políticas sociais, conforme é explicitado posteriormente, no Quadro 1.

Quadro 1 – Comparativo entre os modelos

Modelo	Vantagens	Desvantagens	Pode induzir o desenvolvimento ao:
Sistema de indicadores	Possibilidade de acompanhamento da eficiência no uso dos recursos, a eficácia no cumprimento das metas e a efetividade das mudanças.	Dificuldade de vinculação da política pública à mudança ocorrida.	Fornecer informações sobre o uso dos recursos públicos, o cumprimento dos compromissos governamentais e a mudança na vida dos cidadãos.
Balanced Scorecard	Monitoramento sistemático dos resultados.	Dificuldades de motivação dos funcionários públicos para um desempenho por resultados.	Direcionar o foco de toda gestão pública para a realização de efetivas mudanças sociais.
Quadro Lógico	Relaciona cada resultado e objetivo a um indicador.	Necessidade de especialistas por não ser de fácil domínio.	Demonstrar com clareza quais são as mudanças desejadas.
Entidades de Fiscalização	Experiência em auditorias e independência funcional.	Conflitos resultantes de possíveis diferentes conclusões sobre os aspectos subjetivos da efetividade das ações. Necessidade de um amplo domínio de conhecimentos multidisciplinares.	Ampliar seu papel de fiscalização introduzindo a efetividade no rol de suas auditorias operacionais.
Planilhas	Fácil estabelecimento e entendimento.	Desconsidera os aspectos da eficácia e efetividade.	Permitir que os cidadãos avaliem a qualidade e eficiência dos serviços públicos prestados.
Estado para Resultados	Abrange os 3Es.	Difícil aceitação pelos executantes (servidores públicos). Não avalia a coerência dos indicadores entre si.	Mudar a cultura vigente de baixa eficiência, efetividade e eficácia dos serviços públicos.
TOM Web	Fomento a transparência e eficiência no uso dos recursos municipais.	Desconsidera os aspectos da eficácia e efetividade.	Facilitar a fiscalização da aplicação dos recursos municipais.

Fonte: Sano e Montenegro-Filho (2013, p. 55).

Eficácia, eficiência e efetividade são conceitos que sempre estiveram na essência dos processos administrativos. Embora de maneira implícita, qualquer procedimento que conduza

a eles implicará repensar as estruturas de controle internos que deverão ser implementados (Cardin *et al.*, 2015).

O preferível é que eficiência, eficácia e efetividade se manifestem de forma conjunta, ainda que se admita a possibilidade de condutas administrativas produzidas com eficiência, embora não tenham eficácia ou efetividade. Sob outra perspectiva, é possível que a conduta não se revele muito eficiente, mas, em virtude da eficácia dos meios, acabar por ser dotada de efetividade. É possível, inclusive, admitir que condutas eficientes e eficazes não alcancem os resultados desejados; em consequência, estarão desprovidas de efetividade (Camargo; Guimarães, 2013).

Convém enfatizar que uma instituição pública com processos eficientes e que presta serviços de qualidade não necessariamente atenderá às necessidades do cidadão ou da sociedade (efetividade). Caso essa organização não esteja orientada para o cidadão, deixará de cumprir sua função social. Uma melhor gestão de pessoas e o aperfeiçoamento da gestão interna colaboram para que uma organização pública melhore sua eficiência, ofertando serviços com qualidade (eficácia) e cumpra a sua função social (efetividade) (Ghelman; Costa, 2006). Para o autor, qualidade esta associada à eficácia e ao cumprimento da função social a efetividade.

Além disso, a oferta de um produto ou serviço com eficiência e eficácia não assegura, por si só, a efetividade, entendida como a geração de benefícios, efeitos ou impactos, diretos ou indiretos (Ghelman; Costa, 2006).

2.2.1 Eficiência

Percebe-se, seja no âmbito governamental ou não, que a eficiência é tanto amplamente desejável, quanto reflexo de competência na utilização dos recursos utilizados (Lima; Oliveira; Chagas, 2021). Administrar recursos públicos exige que certas áreas de investimentos sejam priorizadas, o que implica a necessidade de tomar providências que visem não só atingir resultados, mas alcançá-los com menor custo dos recursos dos contribuintes (Lima; Oliveira; Chagas, 2021).

A substituição da gestão burocrática pela gerencial exigiu a superação de antigos padrões rígidos e evidenciou a urgência pela busca de instrumentos que promovessem a eficiência no atendimento das demandas da sociedade (Lima; Oliveira; Chagas, 2021). A busca pela eficiência no setor público reflete uma tendência global contemporânea, cujo foco está no atendimento dos interesses da coletividade com rapidez e com resultados concretos (Medeiros; Valério; Lima, 2024).

Hodiernamente, a avaliação da eficiência é possivelmente a ação mais necessária e urgente a ser concretizada. Nos últimos anos, manifestou-se um significativo aprimoramento dos métodos de avaliação de eficiência, impulsionados por diversos fatores como: escassez de recursos públicos, o que exigem maior racionalização do gasto; a necessidade de estudos sobre a avaliação da eficiência, diante de um universo populacional destinatário das ações dos pro-

gramas sociais; por fim, apesar de frequentemente negligenciadas, as avaliações de eficiência promovem um objetivo democrático, uma vez que a eficiência, a probidade e a competência são um dos requisitos para a confiança pública no Estado e nas instituições, em regimes de governo democrático (Arretche, 2013).

A eficiência está significativamente associada à capacidade de realizar mais com menos, assegurando a maximização dos resultados obtidos (Sperling *et al.*, 2023); não focando nos resultados, mas apenas nos meios, vinculando-se às operações voltadas aos aspectos internos da organização (Castro, 2006); não devendo avaliar apenas se houve desperdícios ou desvios de recursos, mas também analisar a eficiência obtida em relação a outras organizações que possam se transformar em *benchmarks* (Sano; Montenegro-filho, 2013).

A eficiência diz respeito igualmente à avaliação de processos, ao se mensurar a relação entre o esforço despendido na implementação de uma determinada política e os resultados obtidos. Assim, o importante é a otimização dos recursos disponíveis, buscando um custo mínimo para alcançar o máximo benefício possível (Martelli; Coelho, 2021).

Eficiência, eficácia e efetividade são conceitos distintos e não devem ser confundidos entre si. A eficiência está relacionada à forma como se desenvolve o desempenho da atividade administrativa, refletindo diretamente na conduta dos agentes responsáveis por sua execução (Camargo; Guimarães, 2013). O princípio da eficiência, conforme descrito normativamente, parece abarcar a eficácia e a efetividade, como se todos esses conceitos representassem unicamente a ideia de eficiência. Sob uma ótica técnica, os conceitos de eficácia, eficiência e efetividade correspondem a parâmetros diferenciados de mensuração dos impactos da ação estatal, podendo ou não ocorrer de forma simultânea. Elas são indicadores de resultados de qualquer serviço público, sendo passíveis de apreciação no âmbito dos planos, programas, projetos e orçamentos gerais, por exemplo. Podem ser entendidas como entregas concretas, cuja mensuração é possível por meio de metas, benefícios sociais e legitimação política. Como medidas e cálculos de aferição da administração pública, independentemente de estarem vinculadas a um exercício financeiro, gestão governamental, ou mesmo programa estruturante e serviços público essencial, são passíveis de quantificação com base nos resultados obtidos, podendo fundamentar os mecanismos de controle interno e externo da administração pública (Rodrigues, 2023).

Para a compreensão e avaliação dos impactos da ação governamental, não é suficiente o conhecimento apenas do volume de recursos alocados em despesas ou investimentos destinados a uma política pública específica. Torna-se essencial analisar os resultados efetivamente gerados por tais gastos e verificar se esses poderiam ser alcançados de forma mais eficiente (Peres *et al.*, 2024).

Esta busca por eficiência na gestão pública é uma exigência alinhada às tendências contemporâneas, que demandam respostas rápidas e resultados efetivos no atendimento aos interesses coletivos. É desejável um estado que planeje, desenvolva e execute suas funções de forma eficaz e com mais efetividade, adotando novas técnicas e hábitos que objetivem resultados permanentes e satisfatórios. Um comprometimento por parte da Administração e também de seus agentes é necessário para que o princípio da eficiência seja efetivo, devendo a ativi-

dade administrativa ser conduzida por gestores comprometidos com a efetividade na entrega de serviços públicos em escala ascendente de eficácia. Assim, o papel do gestor é importante para tornar a atividade estatal mais alinhada às reivindicações da sociedade, aproximando as demandas da sociedade às ofertas de serviços e produtos compatíveis (Camargo; Guimarães, 2013).

A eficiência implica uma equação mais elaborada, que considera custos, insumos, além da quantidade e qualidade dos resultados. Propõe-se uma análise que compare custos e benefícios de políticas e programas voltados à 'utilidade pública', ou seja, com o objetivo de resolver questões sociais, e não apenas uma avaliação do uso dos recursos financeiros sem planejamento e objetivos claros para sua aplicação (Fagundes; Moura, 2009).

2.2.2 Eficácia

A formulação genérica dos programas sociais governamentais, aliada à multiplicidade de objetivos que os orientam, impõe obstáculos significativos à avaliação de sua eficácia, quer estas contemplem dimensões diretamente vinculadas aos programas ou se fundamentem em critérios e funções de bem-estar social de maior amplitude (Marinho; Façanha, 2001). Em sua essência, a complexidade da política social brasileira está, por um lado, na melhor focalização dos recursos disponíveis e, por outro, em direcionar estrategicamente os esforços para os programas e ações mais eficazes, criando as bases necessárias para que os grupos em situação de vulnerabilidade estejam não apenas preparados para participar e se beneficiar do crescimento, mas principalmente, de forma ativa, colaborar com ele (Barros; Carvalho, 2003).

Além disso, a avaliação de eficácia não está limitada à aferição do alcance das metas estabelecidas por um programa ou política pública, ou seja, à mera contagem dos beneficiários contemplados pelo programa. Esta avaliação considera não apenas os efeitos diretos da intervenção, mas também os efeitos indiretos — aqueles que foram planejados ou desejados, ou os chamados efeitos perversos, que acabam contrariando, de forma imediata ou ao longo do tempo, os objetivos originalmente propostos. Cabe frisar que o desenvolvimento e os resultados de uma ação não são determinados apenas pela intervenção planejada ou pelo cotidiano já previsto, pois fatores imprevistos também podem surgir e influenciar significativamente os resultados de uma ação programada. Essas determinações podem ocorrer em diferentes níveis: podem ser internas à própria ação, estar vinculadas à organização em que ela se desenvolve ou, ainda, estar relacionadas ao contexto mais amplo da sociedade. Nessa abordagem de avaliação, o essencial é aprimorar os procedimentos de análise, ou seja, compreender a relação entre a ação realizada e os resultados produzidos, mais do que dispor das melhores técnicas de medida (Fagundes; Moura, 2009).

A avaliação da eficácia investiga a operacionalização do programa, correspondendo à análise da pertinência e consistência dos meios e instrumentos empregados na execução do programa e seus impactos a curto, médio e longo prazo, considerando objetivos previamente estabelecidos. Revela-se significativo este tipo de avaliação, uma vez que monitora continua-

mente e informa gradativamente se os meios adotados mostram-se pertinentes à obtenção dos resultados pretendidos ou se há a necessidade de revisão de estratégias. Esta talvez seja a avaliação mais amplamente adotada atualmente em políticas públicas, mais concreta e menos dispendiosa (Westphal; Mendes, 2009).

Os repasses públicos à execução de políticas públicas, inclusive o PNAES, exigem processos de Monitoramento e Avaliação a fim de verificar se os objetivos estão sendo alcançados e também satisfazendo aos interesses e necessidades da coletividade. Ademais, a mensuração da eficácia abrange múltiplas dimensões, viabilizando a aplicação de abordagens diversas, inclusive englobando outras dimensões de avaliação compatíveis com os propósitos da instituição e dos respectivos programas (Macedo, 2017). Tanto que em sua pesquisa, Macedo (2017) considerou as dimensões de demanda e benefício, gestão dos recursos, perfil dos estudantes cotistas atendidos pelo PNAES e a avaliação da qualidade da permanência.

A eficácia remete à capacidade de alcance dos resultados desejados (Sperling *et al.*, 2023), permitindo as instituições avaliadas responderem às pressões por transparência, evidenciando que os resultados estão sendo atingidos (Sano; Montenegro-filho, 2013), ou seja, a preocupação com os fins, com o atingimento dos objetivos, com o foco nos aspectos externos a organização (Castro, 2006). Caracteriza-se por ser a mais comumente aplicada nas avaliações atuais em políticas públicas. Este tipo de avaliação envolve uma equação entre as metas anunciadas por um programa e a sua relação com aquelas alcançadas, baseando-se nas informações acessíveis. Trata-se da avaliação mais exequível e menos dispendiosa de ser executada, concluindo acerca do sucesso ou fracasso da política (Arretche, 2013).

Em escala reduzida, porém regularmente empregada é a avaliação que se processa entre os instrumentos previstos para a implementação de uma política pública e os que de fato são adotados. Com maior frequência, esta avaliação envolve o exame da processualidade concreta e da conformidade e coerência dos meios e instrumentos empregados durante a vigência de um programa (Arretche, 2013). A eficácia está relacionada aos meios e instrumentos utilizados pelos agentes no desempenho de suas funções administrativas, possuindo, portanto, um sentido essencialmente instrumental (Camargo; Guimarães, 2013). Sendo que a principal dificuldade reside na obtenção e veracidade das informações sobre o funcionamento real do programa em estudo. No entanto, este tipo de avaliação demanda pesquisas de campo que possibilitem mensurar e reconstituir o processo de implementação e/ou operacionalização da política sob análise (Arretche, 2013).

Além disso, os programas sociais são orientados por objetivos de eficácia, uma vez que se espera que os investimentos mobilizados resultem nos efeitos desejados (Marinho; Façanha, 2001).

2.2.3 Efetividade

Outro conceito que surge — modernamente na literatura especializada e também mais complexo que o de eficiência e eficácia — é o de efetividade, aferindo em que medida os resul-

tados de uma ação são benéficos à população (Castro, 2006). “A noção de efetividade supõe um compromisso real e verdadeiro com os objetivos sociais e as demandas políticas da comunidade” (Brotti; Lapa, 2007, p. 633). Trata-se de um conceito mais abrangente que eficácia, visto que esta sinaliza se o objetivo foi alcançado, enquanto a efetividade procura demonstrar se o referido objetivo proporcionou melhorias à população destinatária (Castro, 2006). Assim, a avaliação da efetividade prioriza menos a aferição do cumprimento das metas e objetivos e mais a avaliação da relação entre a concretização de um determinado programa e seus impactos nos resultados em termos de uma verdadeira transformação nas condições de vida das populações alcançadas pelo referido programa (Westphal; Mendes, 2009).

A efetividade de um programa social esta condicionada a sua aptidão em atingir os segmentos mais vulneráveis economicamente assim como do impacto produzido sobre eles, seja mediante a ampliação da capacidade produtiva deste segmento, seja por meio da garantia de oportunidades, a fim de que essa capacidade possa ser utilizada, bem como promovendo o acesso dos beneficiários a um conjunto de bens e serviços públicos indispensáveis (Barros; Carvalho, 2003). Martelli e Coelho (2021) define algumas formas pelas quais a efetividade pode se manifestar:

Um programa pode gerar efeitos sociais e/ou institucionais, pode gerar mudanças quantitativas numa dada realidade (efetividade objetiva); pode alterar o “estado de espírito” da população (efetividade subjetiva) e pode mudar qualitativamente as condições de vida da população (efetividade substantiva). Como ele tem a dizer sobre mudanças nas condições de vida de uma dada população, falar em efetividade exige uma avaliação política da mudança, ou seja, entram no debate critérios éticos e morais no desenho da política (Martelli; Coelho, 2021, p. 626).

Para Sperling *et al.* (2023) a eficiência e eficácia na gestão pública são instrumentos visando ao alcance de um propósito maior, a promoção do bem-estar e do desenvolvimento coletivo. Já a efetividade está voltada aos resultados gerados pelas ações administrativas, valorizando o alcance real e positivo dos objetivos (Camargo; Guimarães, 2013).

A efetividade é externa à administração, possuindo um conteúdo predominantemente sociopolítico, indicando se os benefícios foram gerados e efetivamente vivenciados pela sociedade, sinalizando se a necessidade social foi atendida de forma definitiva, e informando a existência de algum grau de participação social, além de avaliar a conduta justa do agente público. A efetividade possui uma natureza predominantemente subjetiva, atuando como uma medida de aferição da dimensão política do Estado, transitando entre a legitimidade e a governabilidade. Foi a partir do enfoque assentado na efetividade da política pública para a garantia da concretização dos direitos fundamentais que o princípio da eficiência adquire importância e papel fundamental no ordenamento jurídico-constitucional (Rodrigues, 2023).

Nesse sentido, uma organização efetiva precisa incorporar um conjunto abrangente de medidas de desempenho junto à sociedade, as quais fundamentam um sistema de avaliação da gestão estratégica. Nessa perspectiva, os indicadores de efetividade podem assumir o papel de

instrumentos essenciais na aferição do grau de efetividade organizacional. Os indicadores de efetividade contribuem para que a organização dimensione adequadamente seus resultados internos, articulando-os aos efeitos produzidos no contexto externo (Sampaio, 1999). Além disso, uma atenção voltada para a efetividade, além de orientar a atuação estatal para o atendimento das demandas do cidadão, contribui para a ampliação do controle social. Ao adotar um sistema de mensuração e avaliação do desempenho organizacional voltado à sociedade, a instituição pública reforça a transparência de suas ações, possibilitando ao cidadão atuar como agente fomentador da melhoria na qualidade dos serviços prestados (Ghelman; Costa, 2006).

Avaliar a efetividade é uma tarefa complexa, pois demanda a atribuição causal dos resultados obtidos à ação ou projeto analisado (Frasson, 2001). Para Frasson (2001):

A avaliação de efetividade é imprescindível na medida em que o projeto pode estar alcançando seus objetivos (eficácia) e os recursos podem estar sendo aplicados adequadamente (eficiência), sem que o projeto esteja respondendo às necessidades ou provocando mudanças reais no público-alvo (efetividade). Daí a necessidade de se criar mecanismos que possibilitem avaliar o impacto dos projetos desenvolvidos. [...] É no desenho do projeto a ser apresentado pela organização social que deve ser construído o sistema de indicadores para avaliar se os projetos são executados com eficiência, eficácia e efetividade. Isto porque o sistema de indicadores representa a principal ferramenta a ser utilizada pelo avaliador nas fases subsequentes da avaliação de projetos sociais (Frasson, 2001, p. 243–307).

Ainda que a análise de uma dada política pública possa atribuir um determinado desenho institucional a alguns resultados prováveis, somente a avaliação desta política permitirá estabelecer uma relação de causalidade (Arretche, 2013). Segundo Fagundes e Moura (2009):

É precisamente na avaliação de efetividade que a distinção entre avaliação e análise torna-se mais clara e relevante, devido à necessidade já mencionada de demonstrar que os resultados encontrados na realidade social estão causalmente relacionados àquela política ou programa particularmente (Fagundes; Moura, 2009, p. 101).

2.2.4 Processo de avaliação e monitoramento

Avaliação e monitoramento constituem etapas essenciais ao planejamento estatal, com crescente relevância acadêmica. Este processo pode ser conduzido antes, durante, ou em um período posterior — após um programa produzir integralmente seus efeitos — com o foco centrado no modo, medida e razão dos benefícios advindos. Avaliação e monitoramento de programas envolvem a verificação da adequação do desenho à sua finalidade e aos objetivos estabelecidos, da relação entre os serviços oferecidos e as metas estabelecidas estrategicamente, dos efeitos mensuráveis e, finalmente, da lógica de eficiência implícita — verificando se os benefícios resultantes da política compensam os custos (Ramos; Schabbach, 2012).

A avaliação exige informações provenientes do monitoramento para emitir juízos sobre a eficiência, eficácia e efetividade dos programas. Embora a avaliação e o monitoramento sejam complementares, a avaliação se destaca por sua amplitude, pois investiga se o plano originalmente delineado está realmente promovendo as mudanças desejadas. Além disso, a avaliação é uma ferramenta crucial para otimizar a eficiência dos gastos públicos, aprimorar a qualidade da gestão, fortalecer o controle social e garantir a efetividade das ações do Estado. Essa abordagem não apenas assegura que os recursos sejam utilizados de maneira responsável, mas também promove uma gestão mais transparente e responsável, contribuindo para a construção de políticas públicas mais eficazes e voltadas para as reais necessidades da sociedade (Ramos; Schabbach, 2012).

É notória a existência de propostas metodológicas de avaliação desenvolvidas por organismos internacionais a exemplo do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (Clad), Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial (*World Bank*), Organizações das Nações Unidas (ONU). Em âmbito nacional, o crescente interesse governamental em processos avaliativos está vinculado aos aspectos relacionados: à eficiência, à eficácia, à efetividade, ao desempenho e ao *accountability* da gestão pública. Destarte, conforme a literatura anglo-saxã, a avaliação incorpora uma dupla natureza: estudo da política (*of policy*) e para a política (*for policy*), assim, ora representa a atividade acadêmica que visa aprimorar a compreensão do processo político, ora se volta à solução de questões sociais, sendo, portanto, aplicada (Ramos; Schabbach, 2012).

As avaliações se classificam em externas, internas, mistas e participativas, segundo a procedência dos executores (Cotta, 2014). A escolha de uma das alternativas inevitavelmente acarreta em ganhos e benefícios. A avaliação externa é realizada por avaliadores que não estão vinculados à instituição responsável pelo programa, o que confere vantagens significativas, como isenção e objetividade. No entanto, este tipo de avaliação pode enfrentar dificuldades de acesso aos dados, uma vez que os agentes avaliados podem adotar uma postura defensiva, fornecendo informações fragmentadas e minimizando os efeitos das melhorias dos programas (Cunha, 2018).

Por outro lado, a avaliação interna é conduzida dentro da própria instituição, com maior envolvimento dos participantes do programa. Uma das vantagens desta abordagem é a superação da resistência frequentemente encontrada em avaliações externas. Contudo, esta proximidade pode comprometer a objetividade, pois os avaliadores também podem estar envolvidos na formulação e execução do programa. Se a avaliação interna for realizada por indivíduos que não participaram do programa, a situação se aproxima da avaliação externa, pois estes avaliadores ainda trazem uma perspectiva externa, mas sem o mesmo nível de independência. Portanto, é crucial considerar o contexto e a composição dos avaliadores para garantir que a avaliação seja tanto objetiva quanto construtiva, contribuindo de forma eficaz para a melhoria contínua dos programas (Cunha, 2018).

A avaliação mista é a que busca combinar as formas de avaliação interna e externa, estabelecendo uma relação estreita entre os avaliadores externos e os participantes do pro-

grama avaliado, com o objetivo de preservar as vantagens e superar as desvantagens das duas avaliações supracitado. Por fim, a avaliação participativa é a aplicada a pequenos projetos notadamente, considera o envolvimento dos beneficiários das ações no planejamento, programação, execução e avaliação dos mesmos (Cunha, 2018).

As avaliações, de acordo sua natureza, podem ser classificadas em formativas e somativas. As avaliações formativas produzem informações aos participantes diretos do programa, visando disponibilizar subsídios para a correção de procedimentos e aprimoramento do programa (Cunha, 2018). Trata-se de uma avaliação intermediária, frequentemente aplicada no decorrer da implementação de um programa como forma de obter maior compreensão quanto ao processo de aprendizagem, ao qual se pretende agregar valor. O objetivo é auxiliar e aprimorar a gestão, a execução e o desenvolvimento do programa. Tanto os avaliadores quanto os clientes são, em sua maioria, internos, sendo os gerentes do próprio programa frequentemente responsáveis pela autoavaliação. A objetividade das conclusões não costuma ser o foco principal, pois maior importância é atribuída à aplicabilidade direta dos resultados. Devem tratar de questões operacionais relacionadas ao acompanhamento dos eventos e, até certo ponto, também com elementos ligados ao impacto (Ala-harja; Helgason, 2014).

Quanto às avaliações somativas, estas estão vinculadas à análise e geração de informações acerca de etapas posteriores e ocorrem quando o programa já está em execução há algum tempo ou depois de sua implementação, a fim de verificar a sua efetividade e fazer a apreciação do seu valor geral (Cunha, 2018). Já Ala-Harja e Helgason (2014) afirmam que na avaliação somativa a análise é quanto a sua eficácia, sendo a avaliação empregada comumente como um recurso para auxiliar na alocação de recursos ou promoção de maior responsabilidade. Os clientes costumam ser externos, incluindo políticos e outros tomadores de decisão. Neste tipo de avaliação, a objetividade e a confiabilidade das observações são vistas como aspectos significativos e as avaliações geralmente são realizadas por avaliadores externos.

De acordo com Cotta (2014), dependendo do momento em que ocorre a avaliação, esta pode ser *ex-ante*, executadas antes do início do programa ou projeto; ou *ex-post*, desenvolvidas durante a etapa de execução ou após a finalização do programa. Na avaliação *ex-ante*, o elemento central é o diagnóstico — que contribui para a alocação dos recursos disponíveis conforme os objetivos estabelecidos (Cunha, 2018). Enquanto a *ex-post* é desenvolvida durante o andamento ou ao final do programa, neste último caso as decisões são fundamentadas nos resultados obtidos, julgando-se o programa em execução deve continuar ou não, tendo por base os resultados obtidos até o momento.

Segundo Cunha (2018), com base nos estudos de Cohen e Franco (2004) e Cotta (2014), é possível distinguir dois enfoques de avaliação: a avaliação de processos e a avaliação de impacto ou resultados. A avaliação de processos é executada no decorrer da implementação do programa, relacionando-se a dimensão de gestão. É uma avaliação periódica, visando identificar as dificuldades surgidas ao longo do processo, permitindo a realização de correções ou ajustes necessários. Funciona como suporte para aprimorar a eficiência operacional (Cunha, 2018).

Já a avaliação de impactos ou resultados visa alcançar objetivos mais ambiciosos, indagando se houve alterações na situação-problema após a intervenção. É a fase mais desafiadora do processo avaliativo em particular nos programas e projetos sociais, no qual se busca identificar as origens das transformações que muitas vezes estão associadas a fatores externos ao conhecimento do pesquisador (Cotta, 2014).

Ainda, é possível distinguir a avaliação de eficiência, citada no estudo desenvolvido por Cotta (2014).

Por fim, há ainda a avaliação de eficiência, que permite comparar intervenções alternativas quanto a seus custos. Basicamente, busca-se responder às seguintes indagações: a) os recursos estão sendo dirigidos aos fins visados? b) o programa ou projeto funciona a um custo razoável? c) pode-se valorar monetariamente os resultados atingidos? d) o programa é tão bem-sucedido quanto outros de custo igual ou menor? (Cotta, 2014, p. 111).

Em sua pesquisa, Macedo e Soares (2020) sustentam que o avaliar as políticas sociais é ainda mais desafiador, dado que abrange desde as interferências resultantes dos processos de produção e reprodução das relações sociais, até a própria configuração das políticas sociais, caracterizadas pela focalização, seletividade e precarização, considerando seu caráter ambivalente de servir tanto aos interesses do Capital quanto do Trabalho. Ademais, as políticas sociais experimentam mudanças de acordo com o cenário político, social e econômico nos quais se inserem e sua existência está condicionada, em grande parte, a habilidade de organização da sociedade, mediante lutas e mobilizações políticas da sociedade e movimentos sociais pertencentes às classes populares.

A contextualização discutida anteriormente é essencial para a avaliação e análise da política de Assistência Estudantil, abordando de forma crítica os critérios de eficiência, eficácia e efetividade. Ao explorar estes aspectos, busca-se a compreensão dos processos de implementação da política e a avaliação de seu impacto real na vida dos estudantes em situação de vulnerabilidade. Este exame permite, ainda, a identificação dos pontos fortes e áreas que necessitam de melhorias, contribuindo para o desenvolvimento de práticas mais eficazes e inclusivas no âmbito da Assistência Estudantil.

2.2.5 Indicadores aplicados à Assistência Estudantil

A aplicação de indicadores na Assistência Estudantil é uma ferramenta estratégica indispensável para o aprimoramento das políticas de inclusão e permanência no Ensino Superior visto que estes instrumentos possibilitam mensurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações desenvolvidas, oferecendo subsídios para o monitoramento contínuo, a tomada de decisão qualificada e a prestação de contas à sociedade. No contexto das Instituições de Ensino Superior públicas, os indicadores contribuem para transformar a Assistência Estudantil em uma

política estruturante, articulada à gestão acadêmica e social, favorecendo a democratização do acesso e a redução das desigualdades educacionais.

Em sua pesquisa, Fava (2021) apresenta recomendações relativas à implementação dos indicadores de Assistência Estudantil, fundamentando-se na teoria da Cadeia de Valor e no conjunto de dimensões dos 6Es de Desempenho[®]. Foram delineados sete indicadores, conforme Quadro 2, os quais foram desenvolvidos a partir dos dez procedimentos estabelecidos no documento orientador da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento (2009).

Quadro 2 – Proposta de indicadores no nível Micro para as IFES

Dimensão	Objeto de mensuração	Indicador	Fórmula	Unid.	Sentido do indicador	Fonte	Metas	Notas	Coleta de dados	Período de coleta
E1 Efetividade	Quantidade de alunos com renda per capita menor ou igual a 1,5 salário mínimo assistidos pelo PNAES	Taxa de cobertura do PNAES	Razão entre o número de alunos com bolsas pela quantidade de alunos com renda per capita menor ou igual a 1,5 salário mínimo	Porcentagem	Maior-melhor	Editais de seleção	> 75%	Quadro dos 6Es	Pró-Reitoria específica	Semestral
E2 Eficiência	Número de estudantes desistentes cobertos pelo PNAES	Evasão PNAES	Total de ingressantes – total de concluintes no tempo de integralização (turmas que iniciaram em 2015 e finalizaram em 2021, por exemplo)	Porcentagem	Menor-melhor	Relatórios de Gestão ou sistema acadêmico	0%	Quadro dos 6Es	Pró-Reitoria específica	Período de integralização do curso
E3 Eficiência	Número de estudantes PNAES concluintes	Sucesso do estudante assistido	Total de alunos PNAES que se formaram dividido pela quantidade total de alunos cobertos pelo PNAES	Porcentagem	Maior-melhor	Sistema acadêmico	> 75%	Quadro dos 6Es	Pró-Reitoria específica	Semestral
E4 Execução	Tempo estimado desde a abertura do edital até a concessão do auxílio	Tempo de espera para recebimento do auxílio	Tempo médio do total de dias corridos entre a abertura do edital e concessão do auxílio ao estudante (cada aluno terá o seu e o indicado será a média de todos)	Dias	Menor-melhor	Edital (dados da inscrição e percepção do auxílio)	< 30	Quadro dos 6Es	Pró-Reitoria específica	A cada edital ou mensal, se for fluxo contínuo
E5 Excelência	Tempo de integralização do estudante	Velocidade média de conclusão de curso	Quantidade de alunos que se formaram no tempo normal (dentro do prazo de integralização: 4 anos ou 5 anos)	Porcentagem	Maior-melhor	Sistema acadêmico	> 75%	Quadro dos 6Es	Pró-Reitoria específica	Semestral
E5 Excelência	Satisfação do estudante assistido diante dos auxílios recebidos e atividades propostas	Satisfação do estudante assistido	Média aritmética das notas de cada aluno pelo número de estudantes assistidos	Média aritmética	Maior-melhor	Pesquisa junto aos estudantes assistidos	> 6	Quadro dos 6Es	Pró-Reitoria específica	Semestral
E6 Economicidade	Valor financeiro destinado à AE para a IFES e o número de assistidos	Ticket médio por aluno assistido	Razão do total do valor destinado para a IFES para pagamento de auxílios pelo número de estudantes (CPF) assistidos	R\$	Maior-melhor	Relatório de Gestão, extratos financeiros	Maior possível	Quadro dos 6Es	Pró-Reitoria específica	Semestral

Fonte: Fava (2021, p. 98).

Outra pesquisa, com o objetivo de analisar os resultados da implementação do PNAES, desta vez, no âmbito da Universidade Federal do Tocantins (UFT), por meio de uma pesquisa descritiva e documental, baseadas nos critérios de avaliação em relação à eficiência, a eficácia e a efetividade e levando em consideração as dimensões operacionais insumo, processo, resultado e transformação, em que Mauricio (2019), expõem um método para avaliar a Assistência Estudantil quanto à eficiência, a eficácia e a efetividade, conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Indicadores levantados

Dimensão	Indicadores
Insumo	Despesas pagas com o recurso do PNAES
	Alocação das ações conforme áreas do PNAES
Dados	% ingressantes vulneráveis
Processo (Eficiência)	Número de estudantes solicitantes da Assistência Estudantil da UFT
	Número de estudantes atendidos pela Assistência Estudantil da UFT
	Número de benefícios concedidos
Resultados (Eficácia)	% evasão
	Média do Coeficiente de Rendimento dos cursos
Transformação (Efetividade)	Taxa de Sucesso da Graduação

Fonte: Mauricio (2019, p.170-171).

Com vistas à avaliação da Dimensão Insumo foram identificadas as despesas pagas com a Assistência Estudantil e a alocação do recurso nas áreas do PNAES, ao passo que na Dimensão Processo (Eficiência) foram analisados o percentual de ingressantes vulneráveis, número de estudantes solicitantes das ações de Assistência Estudantil, número de estudantes atendidos com as ações e número de benefícios concedidos. O objetivo foi analisar, ao longo do tempo, se a Universidade conseguia ampliar a quantidade de atendimentos sob a ótica de maximização dos resultados com recursos reduzidos (Mauricio, 2019).

O percentual de evasão e média do coeficiente de rendimento foram os indicadores utilizados quanto à avaliação da Dimensão Resultados (Eficácia). O objetivo foi avaliar se as iniciativas da Assistência Estudantil asseguravam condições equânimes de permanência, assim como de aproveitamento acadêmico, além de contribuir para a redução da evasão, de acordo com os objetivos do PNAES (Mauricio, 2019).

Por fim, com o intuito de avaliar se as ações de Assistência Estudantil impactaram diretamente na conclusão do ensino superior, com o objetivo de promover a inclusão social por meio da educação, analisando se tais ações geraram efeitos concretos nas condições dos estudantes, especialmente na obtenção do diploma, foram analisados, no contexto da Dimensão Transformação (Efetividade), os indicadores de Taxa de Sucesso na Graduação (TSG), segmentados por ano e por curso. A TSG é um indicador de desempenho empregado em instituições de ensino superior, que expressa a relação percentual entre o número de estudantes que obtiveram o diploma e o total de ingressantes (Mauricio, 2019).

De acordo com Santos (2024), embora o decreto que regulamenta o PNAES não estabeleça explicitamente os mecanismos para sua avaliação, ele apresenta um conjunto de princípios que podem orientar sua implementação. A operacionalização do programa pode ser adaptada por cada instituição de ensino superior conforme suas especificidades e demandas institucio-

nais, sendo possível listar possíveis resultados esperados da Política de Assistência Estudantil que podem ser avaliados: rendimento acadêmico, diminuição da retenção; redução da evasão; satisfação e êxito dos estudantes universitários assistidos, a partir dos quais são sugeridos os indicadores: Índice de Desempenho Acadêmico, Taxa de Evasão, Taxa de Retenção, Taxa de Satisfação, Taxa de Sucesso (Santos, 2024).

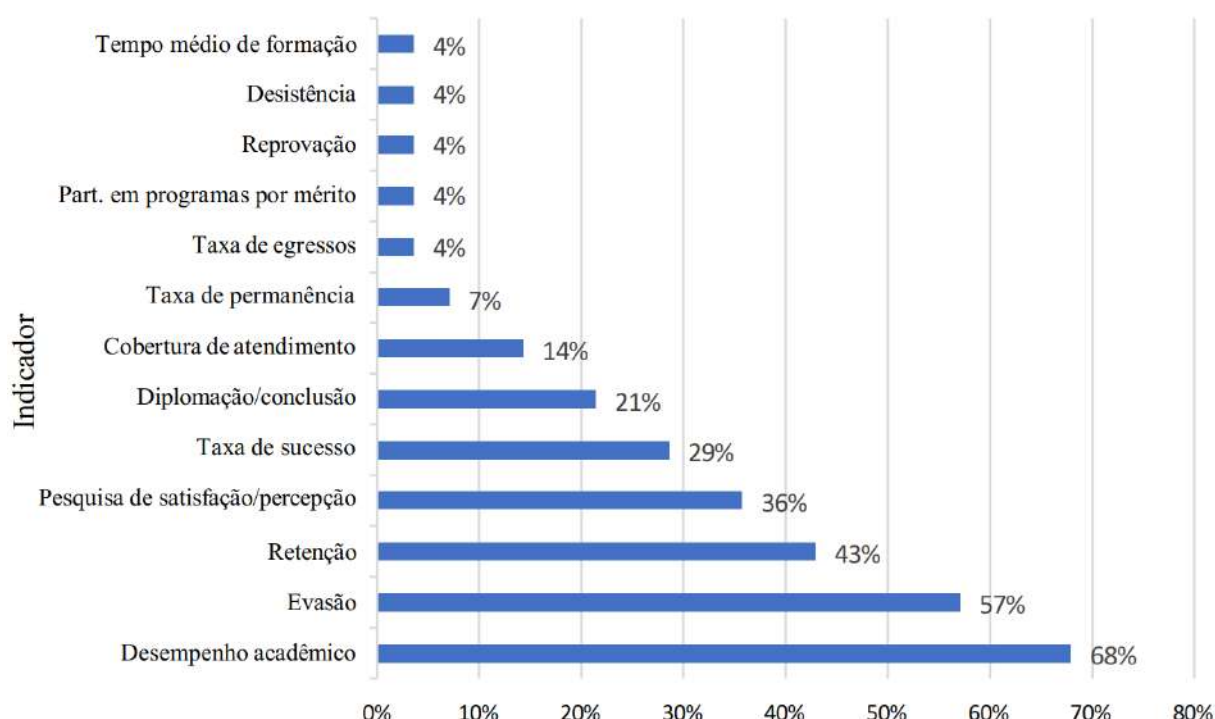
Ainda, de acordo com Santos (2024), este aponta que algumas das IFES detalharam a metodologia de análise dos indicadores e apresentaram as fórmulas empregadas nos respectivos processos de avaliação, conforme Quadro 4. Uma das metodologias adotadas consiste na comparação entre os estudantes beneficiados por ações de Assistência Estudantil e aqueles não contemplados (Santos, 2024).

Quadro 4 – Indicadores levantados

Universidade	Indicador	Fórmula
Universidade Federal do Ceará	Taxa de Permanência dos estudantes assistidos	$TP = \{ \text{Evadidos} / [\text{Total Assistidos} - (\text{Diplomados} + \text{Falecidos})] \}$
Universidade Federal Rural de Pernambuco	Taxa de Sucesso	$Tsg = n.^{\circ} \text{ de diplomados} / n.^{\circ} \text{ total de assistidos}$
Universidade Federal do Pará	Taxa de Sucesso da Assistência	$TSAE = N.^{\circ} \text{ total de diplomados já assistidos} / N.^{\circ} \text{ total de ingressantes já assistidos.}$
Universidade Federal do Pará	Taxa de Evasão - TEEA	$TEEA = \text{estudantes assistidos que se evadem da instituição} / \text{Total de estudantes assistidos na Instituição.}$
Universidade Federal do Pará	Taxa de Retenção - TRAS	$TRAS = \text{estudantes assistidos retidos em seus cursos na instituição} / \text{Total de estudantes assistidos.}$
Universidade Federal do Pará	Taxa de Desempenho Acadêmico da Assistência Estudantil – TDAE	$TDAE = \text{Coeficiente de aprendizagem dos alunos assistidos} / \text{Coeficiente de aprendizagem dos alunos da instituição.}$
Universidade Federal do Pará	Pesquisa de Satisfação - TSAE	$TSAE = \text{Total de alunos assistidos satisfeitos} / \text{Total de alunos assistidos}$
Universidade Federal de Lavras	Taxa Geral de Sucesso da AE	$TGSAE = \text{número de estudantes AE concluíram os requisitos acadêmicos} / \text{número de estudantes AE em curso}$
Universidade Federal de Lavras	Índice de Retenção da AE	$IRetAE = \text{número total de estudantes da AE reprovados em disciplinas} / \text{número de estudantes da AE}$
Universidade Federal de Lavras	Índice de Evasão da AE	$IEvaAE = \text{número total de estudantes da AE que abandonaram, desistiram do curso} / \text{número de estudantes da AE}$
Universidade Federal do Espírito Santo	Taxa de Evasão da Ufes – assistidos TEae	$TEae = \text{Número de alunos evadidos da Ufes assistidos} / \text{Número de alunos matriculados assistidos}$
Universidade Federal do Espírito Santo	Taxa de Retenção – assistidos - TRae	$TRae = \text{Número de alunos retidos assistidos} / \text{Número de alunos matriculados assistidos}$
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	Taxa de evasão da AE	$TEAE = \text{número de estudantes assistidos desvinculados} / \text{número de estudantes assistidos vinculados}$
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	Taxa de retenção - TR	$TR = \text{número de possíveis retidos+retidos} / \text{total de estudantes assistidos.}$

Fonte: Santos (2024, p. 48-49).

Com base em uma coleta de dados, obtida por meio de perguntas abertas aplicadas a 68 universidades federais brasileiras, Santos (2024) percebeu que, mesmo estando previsto no Decreto n.º 7.234/2010, apenas 42% das instituições afirmam possuir algum mecanismo de avaliação do PNAES. Além disso, os métodos de avaliação adotados pelas instituições são específicos de cada instituição. Os indicadores adotados podem ser observados por meio do Gráfico 2.

Gráfico 2 – Indicadores utilizados pelas universidades para avaliação do PNAES

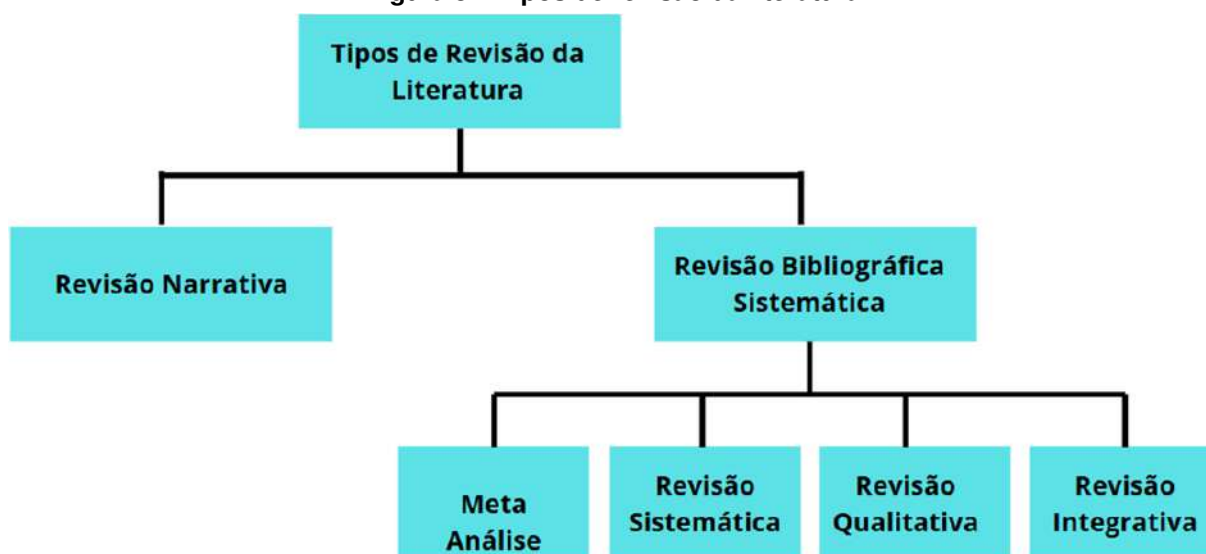
Fonte: Santos (2024, p.47).

Por meio do Gráfico 2 é possível observar que os indicadores mais adotados estão relacionados a retenção, evasão e desempenho acadêmico. Dentre os menos utilizados, destacam-se o tempo médio de formação, a desistência e a reprovação.

2.3 Revisão integrativa

A revisão da literatura representa o primeiro estágio da produção do saber científico, uma vez que é por meio dela que emergem novas teorias, assim como são reconhecidas lacunas e oportunidades para a formulação de estudos direcionados a uma temática específica (Botelho; Cunha; Macedo, 2011). Contudo, as tradicionais revisões narrativas da literatura sempre foram expostas ao olhar e aos vieses de quem a escreve, justamente pela falta de métodos, especialmente no tocante a inclusão e exclusão de artigos. Nesse sentido, as revisões sistemáticas, por demandarem uma metodologia bem estabelecida, permitem uma análise com maior grau de criticidade (Estrela, 2018). Na Figura 3 é exposto uma representação gráfica quanto aos tipos de revisão de literatura.

Figura 3 – Tipos de revisão da literatura

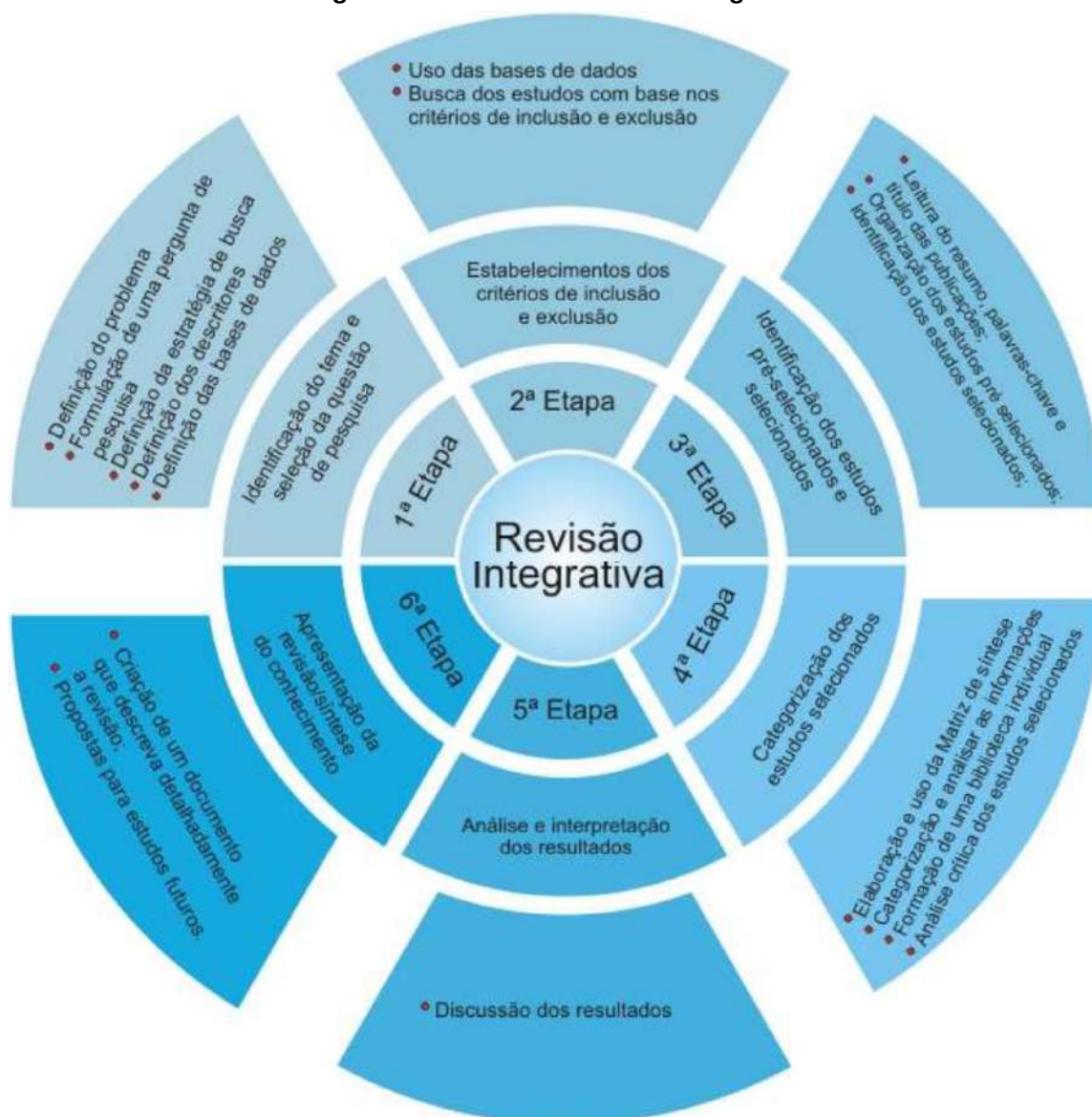


Fonte: Botelho, Cunha e Macedo (2011, p. 125).

Para o atendimento do primeiro objetivo específico desta dissertação — investigar os processos históricos e os fundamentos da Assistência Estudantil no Brasil, com ênfase no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e em seus impactos na promoção da inclusão social e na permanência dos estudantes no ensino superior—, foi realizada uma análise integrativa, além de consultas as referências empregadas pelos artigos selecionados e materiais que abordassem o contexto histórico da Assistência Estudantil.

A revisão integrativa segue a metodologia proposta por Botelho, Cunha e Macedo (2011). Estes autores propõem uma sucessão composta por seis etapas bem definidas as quais devem ser seguidas pelo pesquisador, conforme Figura 4.

Figura 4 – Processo de revisão integrativa



Fonte: Botelho, Cunha e Macedo (2011, p. 129).

A primeira etapa — identificação do tema e seleção da questão de pesquisa — consiste na definição do problema e respectiva pergunta de pesquisa, os quais estão presentes na introdução desta dissertação. Como estratégia de busca, não foram delimitados espaços de tempo ou escolha específica de material. Para a pesquisa, foram abordando diferentes termos relacionados à Assistência Estudantil — tanto em português, quanto em inglês —, o que pode aumentar a diversidade de resultados. O termo “Assistência Estudantil” aborda diretamente o tema central, enquanto os termos em inglês — “*student assistance*”, “*student support*”, “*student aid*”, “*student services*” — asseguram que não haja a exclusão de artigos relevantes escritos neste idioma. Para a criação dos textos de busca, foram realizados alguns testes experimentais, baseados na tentativa e erro, de modo a obter a melhor combinação de termos. Buscou-se ajustar o texto de busca para que o mesmo termo fosse empregado nas três bases de dados, o qual pode ser consultado no Quadro 5.

Quadro 5 – Comparativo entre os modelos

BASE DE DADOS	TEXTO DE BUSCA
SCOPUS	TITLE-ABS-KEY ("Assistência Estudantil"OR "student assistance"OR "student support"OR "student aid"OR "student services") AND TITLE-ABS-KEY ("Brasil"OR "Brazil") OR TITLE-ABS-KEY ("PNAES")
WEB OF SCIENCE	TS=("Assistência Estudantil"OR "student assistance"OR "student support"OR "student aid"OR "student services") AND TS=("Brasil"OR "Brazil") OR TS=("PNAES")
SCIELO	("Assistência Estudantil"OR "student assistance"OR "student support"OR "student aid"OR "student services") AND ("Brasil"OR "Brazil") OR ("PNAES")

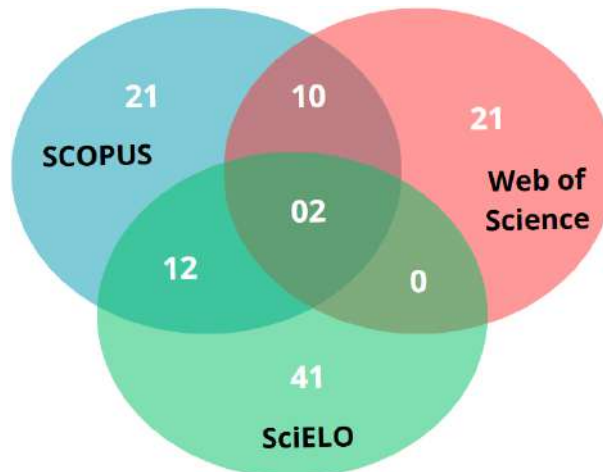
Fonte: autoria própria (2025).

Há uma ampla diversidade de fontes acessíveis para consulta ao estruturar um projeto de revisão. Nesse caso, as bases eletrônicas que indexam revistas científicas tendem a ser uma escolha vantajosa, por concentrarem um vasto conjunto de matérias sobre tópicos específicos que podem ser acessadas com facilidade. Esta busca pode ocorrer: em bases de dados especializadas como a PubMed da Medicina, PsycInfo da Psicologia, ERIC da Educação, entre outras; em convencionais grandes, indexadores como SCOPUS, *Web of Science*, EMBASE; e, em casos em que a pesquisa envolve um contexto específico, os indexadores locais podem ser alternativas viáveis, como por exemplo o SciELO e LILACS na América Latina (Costa; Fontanari; Zoltowski, 2022).

Nesta pesquisa, por opção metodológica, foram selecionadas as bases de dados SCOPUS, *Web of Science* e SciELO. A segunda etapa — estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão — surge após a escolha das bases de dados e se caracteriza pelo uso delas, identificando e selecionando estudos com base nos critérios de elegibilidade. Esta última consulta nas bases de dados ocorreu em 06 de fevereiro de 2025, tendo por base os textos de busca conforme apresentados no Quadro 5. Para ser considerado elegível, o artigo deve contribuir para a resposta a pelo menos um dos tópicos apresentados na matriz de síntese, Quadro 6.

Neste levantamento, foram encontrados nas bases de dados SciELO, Scopus e Web of Science, 55, 45, 33 pesquisas respectivamente — resultando em um total de 133 artigos. Em seguida foram excluídos aqueles constantes em duas ou mais bases de dados, conforme pode ser visualizada no Diagrama de Venn-Euler, Figura 5.

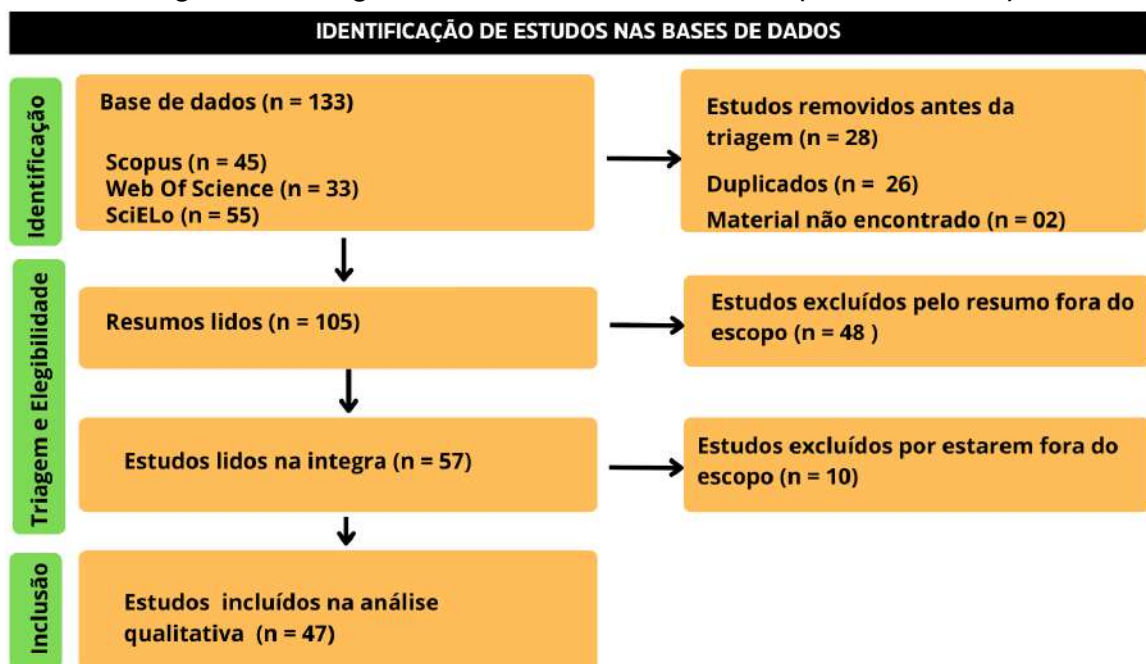
Figura 5 – Diagrama de levantamento de estudos



Fonte: autoria própria (2025).

Na Figura 6 é apresentado o fluxograma de levantamento de estudos, baseado no modelo PRISMA, que ilustra o percurso das informações ao longo das diversas etapas adotadas pela revisão sistemática, com o detalhamento da quantidade de registros encontrados, selecionados e descartados, além de apresentar as razões para as exclusões.

Figura 6 – Fluxograma de levantamento de estudos (modelo PRISMA)



Fonte: autoria própria (2025).

A identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados — terceira etapa — ocorre por meio da leitura criteriosa dos títulos, resumos e palavras-chaves de todas as publicações completas encontradas pela estratégia de busca, visando na sequência analisar sua conformidade aos critérios de inclusão do estudo. Não sendo possível definir a seleção a partir do título, resumo e palavras-chave, busca-se a publicação do artigo na íntegra. Uma vez concluído este procedimento, é elaborado uma tabela com os estudos pré-selecionados para a revisão

integrativa (Botelho; Cunha; Macedo, 2011). Para este estudo, elaborou-se a matriz de síntese, conforme apresentado no Quadro 6, ressaltando-se que estes elementos constituem as categorias da análise efetivada a posteriori.

A quarta etapa da revisão integrativa consiste na sistematização e documentação dos dados extraídos dos artigos científicos analisados nas fases precedentes, recomendando-se a elaboração de uma matriz de síntese para organização e comparação das informações (Botelho; Cunha; Macedo, 2011). A matriz de síntese deste estudo é representada pelo Quadro 6, e os tópicos analisados resultam de uma reflexão, fundamentada, em parte, nos apontamentos dos membros da banca de qualificação.

Quadro 6 – Matriz de síntese

		1. Indicadores e avaliação	2. Mudança de estrato social	3. Educação à distância (EaD)	4. Áreas do PNAES	5. Escassez de informações	6. Impacto	7. Limitação financeira	8. Destinação de recursos	9. Correção de distorções	10. Resultados do Programa	11. Caráter restritivo ou abrangente	12. Autonomia	13. Critério de seleção dos alunos	14. Contrapartida discente
1	Vargas(2011)														
...	...	...													
47	Serra et al. (2024)														

Fonte: autoria própria (2025)

A discussão dos resultados é a quinta etapa, na qual é realizada a comparação entre os dados emergentes da análise dos artigos e o referencial teórico estabelecido, com base na interpretação e síntese dos achados (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

A sexta e última etapa desta pesquisa compreende a apresentação da síntese do conhecimento produzido. É por meio do rigor e detalhamento das etapas, critérios e procedimentos que será possível ao leitor a avaliação quanto a robustez metodológica e validade interna da revisão integrativa, sendo necessário garantir que as informações estejam completas e detalhadas em relação a forma como foi conduzida a revisão, de forma a favorecer a replicabilidade. Ademais, a não omissão de evidências relacionadas, ainda que de forma moderada, pode ser importante para os leitores (Ursi, 2005).

Os artigos selecionados por esta revisão integrativa estão apresentados no Quadro 7.

Quadro 7 – Artigos selecionados para compor a revisão integrativa de literatura

	AUTOR/ANO	TÍTULO
1	Vargas (2011)	Ensino superior, Assistência Estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG
2	Ristoff (2014)	O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação
3	Araújo; Leite (2014)	Avaliação da política de apoio ao estudante desenvolvida pela UNIRIO: o Projeto de Bolsa Permanência
4	Borsato; De Moraes Alves (2015)	Student assistance in higher education in Brazil
5	Bleicher; Oliveira (2016)	Políticas de Assistência Estudantil em saúde nos institutos e universidades federais
6	Machado; Pan (2016)	Direito ou benefício? Política de Assistência Estudantil e seus efeitos subjetivos aos universitários. Estudos de Psicologia (Natal).
7	Imperatori (2017)	A trajetória da Assistência Estudantil na educação superior brasileira
8	Andrade; Teixeira (2017)	Áreas da política de Assistência Estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários
9	Paula (2017)	Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década
10	Dutra; Santos (2017)	Assistência Estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções
11	Schramm; Schramm; Aguiar (2017)	A web-based procedure for student assistance program selection in Brazil
12	Recktenvald; Mattei; Pereira (2018)	Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias
13	Araújo et al. (2019)	Efetividade da Assistência Estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro
14	Macedo; Soares (2020)	Avaliação da eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil para permanência de cotistas na Universidade Federal da Paraíba
15	Souza; Costa (2020)	Monitoramento e avaliação da assistência ao estudante universitário: o caso do Programa de Residência Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco
16	Scher; Oliveira (2020)	Acesso e permanência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Realeza/PR
17	Lima; Mendes (2020)	Estudos sobre a avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil à luz das múltiplas abordagens teórico-metodológicas
18	Gomes; Pires; Silva (2020)	Contradições do ideário neoliberal na política de Assistência Estudantil: do nascedouro aos dias atuais
19	Carneiro; Bridi (2020)	Políticas públicas de ensino superior no Brasil: um olhar sobre o acesso e a inclusão social
20	Santos Junior; Magalhães; Real (2020)	A gestão da evasão nas políticas educacionais brasileiras: da graduação à pós-graduação stricto sensu
21	Saccaro; França; De Andrade Jacinto (2020)	Dropout in tertiary education in Brazil: An analysis of the effects of the PNAES Bolsa Permanência
22	Oliveira; Soares; Mello Neto (2020)	Desigualdade e juventude: reflexões acerca de critérios adotados pelo plano nacional de Assistência Estudantil no Brasil
23	Cespedes et al. (2021)	Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo

(Conclusão)

	AUTOR/ANO	TÍTULO
24	Palavezzini (2021)	A multidimensionalidade da vulnerabilidade acadêmica no programa de Assistência Estudantil da UTFPR
25	Abreu; Ximenes (2021)	Pobreza, permanência de universitários e Assistência Estudantil: uma análise psicossocial
26	Ganam; Pinezi (2021)	Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de Assistência Estudantil
27	Silva; Santos; Reis (2021)	Assistência Estudantil e ações afirmativas: um estudo das condições materiais e simbólicas
28	Braga; Dal Prá (2021)	A incorporação da família e de metodologias de acesso na Assistência Estudantil no contexto do PNAES
29	Menda et al. (2022)	Perfil das equipes de Assistência Estudantil nas universidades federais do Brasil no atendimento à saúde mental dos estudantes
30	Silva; Sampaio (2022)	Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro
31	Gomes; Oliveira (2022)	Política de Permanência na Universidade Brasileira: Psicologia e Inserção Social pela Educação
32	Soares; Amaral; Ferreira (2022)	Políticas de Assistência Estudantil e educadores não docentes nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia
33	Soares; Amaral (2022)	A Assistência Estudantil no processo educacional: possibilidades de atuação
34	Fava; Cintra (2022)	Indicadores na Assistência Estudantil: análise nas universidades federais brasileiras
35	Brito; Costa; Souza (2022)	Política pública de Assistência Estudantil no ensino superior brasileiro como um instrumento para novos habitus nas universidades
36	Dias; Sampaio (2023)	A constituição da Assistência Estudantil como campo científico
37	Silva; Nunes; Pacheco (2023)	Mecanismos de avaliação das políticas de Assistência Estudantil utilizados pelas Universidades Federais a partir do PNAES.
38	Ferreira; Cintra (2023)	O orçamento do PNAES e a “fatia” do esporte e lazer nas universidades federais brasileiras: mais do mesmo!?
39	Ferreira et al. (2023)	Assistência Estudantil: uma avaliação de sua efetividade
40	Vaneli Junior; Carvalho (2023)	A política pública de Assistência Estudantil nas instituições federais de ensino superior: conscientização e educação libertadora em debate
41	Fava; Cintra (2023)	Avaliação e monitoramento da Assistência Estudantil nas Universidades Federais no Brasil: proposta de indicadores para implantação
42	Calbino; Brito (2023)	Programa Nacional de Assistência Estudantil: tendências e lacunas a partir da análise integrativa
43	Souza; Fava; Cintra (2023)	Restaurante universitário no contexto da Assistência Estudantil: Análise da produção científica (2010-2021)
44	Vieira Silva; Alves De Freitas; Da Silva Teixeira (2024)	Proposição de instrumento de avaliação de impacto do PNAES a partir de aplicação nos campi fora da sede da FURG
45	Januario; Nelson; Medeiros (2024)	Mapeamento das ações de Assistência Estudantil realizadas pelas universidades federais na gestão do PNAES
46	Gomes; Schlickmann (2024)	Política de apoio pedagógico no ensino superior: um estudo de caso
47	Serra et al. (2024)	Os investimentos das universidades federais brasileiras contribuem para a performance? Evidências nos destinos dos recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)

Fonte: autoria própria (2025).

A codificação não é uma prática adotada por todos os pesquisadores qualitativos, contudo, em grande medida, é uma técnica fundamental para selecionar os dados e manter o grande volume deles sob controle. A forma mais comum de codificação é a categorização do conteúdo temático dos dados, facilitando o acesso e a comparação relativamente rápidos de todos os dados rotulados com os mesmos códigos (Gibbs graham; flick, 2009).

Os artigos selecionados para comporem esta revisão integrativa, submetidos a uma leitura completa, proporcionam uma análise pormenorizada dos impactos, desafios, configurações e características da Assistência Estudantil, além de sua relevância no contexto acadêmico, com especial ênfase aos efeitos desta política sobre a trajetória educacional dos estudantes da graduação.

No Quadro 8, apresenta-se o resultado de uma revisão integrativa sobre Assistência Estudantil, contemplando os 14 tópicos mencionados no Quadro 6.

Quadro 8 – Resultado da revisão integrativa de literatura

Indicadores e avaliação	1. Inexiste no PNAES o estabelecimento de indicadores, parâmetros e critérios de avaliação. A omissão do referido instrumento normativo pode ser interpretada como uma não interferência na autonomia das IFES, ou indicar a baixa priorização, por parte do formulador da política (Souza; Costa, 2020), acarretando, assim, avaliações avulsas, desarmonizadas e sem indicadores específicos (Silva; Sampaio, 2022). 2. Há uma determinação para que as IFES estabeleçam mecanismos de avaliação do PNAES, contudo, não são fornecidas informações claras sobre os aspectos a serem avaliados, os critérios a serem adotados, nem é apresentada uma metodologia sistematizada para a avaliação das ações de Assistência Estudantil (Silva; Nunes; Pacheco, 2023). Por esta razão, as instituições recorrem às orientações do Unicef para a análise quanto à eficácia, efetividade, eficiência, análise de custo-efetividade, satisfação de usuário, sustentabilidade, análise de custo-efetividade e equidade (Januario; Nelson; Medeiros, 2024). 3. As avaliações podem contribuir para a melhoria na operacionalização do Programa, no controle social, <i>accountability</i>, entre outros (Lima; Mendes, 2020), sendo oportuno que se realize o monitoramento e a avaliação a fim de verificar se os objetivos estão sendo alcançados (Macedo; Soares, 2020). 4. A falta de mecanismos de avaliação afronta, dentre outros: o princípio da eficiência, o direito constitucional aos níveis mais elevados do ensino — por haver uma vaga a menos à disposição das pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica —, o controle social — inviabilizando a participação da sociedade em razão da ausência de acompanhamento sistemático, um dos principais mecanismos de controle nas sociedades democráticas (Souza; Costa, 2020). 5. Há uma escassez de instrumentos avaliativos amplos, difundidos e holísticos do PNAES. Documentos acessados contribuem para reforçar o argumento da inexistência de um sistema de avaliação por parte do governo quanto ao acompanhamento e monitoramento das ações desenvolvidas pelas IFES na execução do PNAES (Lima; Mendes, 2020). 6. O contexto brasileiro tem se restringido à análise de fatores ligados ao abandono de cursos e/ou seu impacto sobre o rendimento acadêmico dos alunos, mas estudos internacionais também destacam a importância do tempo de conclusão do curso pelos estudantes. Torna-se essencial adotar, sempre que viável, uma abordagem de análise tripla que apresente impacto sobre a evasão, o tempo até a diplomação e o rendimento acadêmico (Silva; Sampaio, 2022).
Mudança de estrato social	1. A política de Assistência Estudantil surge principalmente para atender às necessidades dos alunos que enfrentam dificuldades financeiras para continuar o curso (Soares; Amaral; Ferreira, 2022), apoiando estudantes de baixa renda na obtenção do diploma de graduação, contribuindo para a formação de profissionais qualificados — portadores de credenciais valorizadas — e para o seu ingresso no mercado de trabalho, expandindo, assim, suas oportunidades de mobilidade social (Vargas, 2011). 2. Nas sociedades modernas, a educação superior exerce uma função central no processo de hierarquia e mobilidade social. Pessoas com diplomas de ensino superior possuem significativamente mais chances de acessar as melhores oportunidades de emprego, tanto em termos de remuneração quanto de condições de trabalho, em comparação àquelas que não concluíram a educação superior. Há a alegação por parte de alguns autores de que a aspiração por posições ocupacionais e de status superiores às dos pais tornou-se viável, entre outros aspectos, devido às oportunidades proporcionadas pelo acesso aos capitais culturais de distinção, possibilitado pelos níveis de escolarização. Desta forma, o ensino superior passou a ser, portanto, um símbolo da igualdade de oportunidades (Brito; Costa; Souza, 2022).

(continuação)

	3. Uma política de Assistência Estudantil conscientizadora tem o objetivo de aprimorar a compreensão real do mundo, questionar as desigualdades e garantir uma educação de qualidade, pública, gratuita e direito de todos, não como uma mercadoria focada apenas na formação técnica e voltada à competitividade. Também representa uma ruptura à lógica da omissão do Estado no apoio às camadas populares, representando, assim, uma conquista (Junior; Carvalho, 2023).
Educação à distância (EaD)	1. Esta revisão integrativa da literatura não permitiu, dentre os artigos selecionados, identificar pesquisa alguma que abordasse esta modalidade de ensino em relação à Assistência Estudantil, mais precisamente o PNAES. 2. Há uma assimetria de tratamento entre o Educação a Distância (EaD) e a educação presencial. A permanência do estudante na modalidade EaD é um desafio significativo, uma vez que os dados evidenciam a existência de obstáculos que dificultam a continuidade e a conclusão dos estudos, inexistindo políticas públicas de manutenção do aluno EaD matriculado em instituições públicas. Ocorre o inverso, uma proibição de utilização de recursos financeiros para o apoio ao aluno EaD, uma vez que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) não admite o direcionamento de recursos para estes alunos, conforme era possível constatar por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (Arruda, 2018).
Áreas do PNAES	1. No campo político, é necessário que o PNAES passe por um processo de sistematização, permitindo a distribuição adequada dos financiamentos, de maneira a abranger todas as áreas propostas no Decreto 7.234/2010, sobretudo no que diz respeito à atenção à saúde do estudante das IFES (Bleicher; Oliveira, 2016). 2. No que tange à área de alimentação, Souza, Fava e Cintra (2023) enfatizam a relevância do restaurante universitário no âmbito acadêmico. 3. Quanto à área de inclusão digital, em relação à avaliação da gestão dos recursos do PNAES no âmbito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Macedo e Soares (2020) afirmam não ter encontrado ações nas áreas estratégicas de inclusão digital, cultura e esporte. 4. Em relação às ações de apoio pedagógico no ensino superior, estas representam um fenômeno recente nas universidades brasileiras, sendo estabelecidas por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, nos anos 2010 (Gomes; Schlickmann, 2024). A Psicologia, no âmbito da Assistência Estudantil, foi chamada a intervir no atendimento direto às necessidades específicas relacionadas à área de saúde do estudante, uma das esferas do PNAES (Gomes; Oliveira, 2022). 5. O conceito de Assistência Estudantil ainda precisa de uma definição mais precisa. Em muitas universidades, as principais ações concentram-se na distribuição de bolsas e auxílios para suprir as necessidades básicas de subsistência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica (Scher; Oliveira, 2020). 6. Suprir as necessidades financeiras dos estudantes é importante, mas fatores diversos, como deficiências na educação básica, também podem contribuir para o aumento da taxa de evasão (Saccaro; França; Jacinto, 2020). 7. Compreender os fatores que impactam o acesso e a permanência dos estudantes é uma necessidade que deve ser compreendida para além da esfera individual e econômica (Brito; Costa; Souza, 2022). 8. Além disso, há uma tendência da política de Assistência Estudantil assumir um caráter meramente assistencialista. Observa-se que as universidades federais enfrentam insegurança jurídica quanto à utilização dos recursos do PNAES em ações de esporte e lazer, uma vez que o Decreto PNAES indica as ações a serem contempladas, mas não informa como e nem quais (Ferreira; Cintra, 2023).

(continuação)

Escassez de informações	1. A falta de dados em relação as ações de Assistência Estudantil é um empecilho, uma vez que há apenas informações fragmentadas, tornadas públicas pelas próprias instituições ou em estudos de caso (Imperatori, 2017). 2. Em uma pesquisa cujo objetivo foi buscar identificar a existência de indicadores de avaliação em relação ao PNAES, nas 69 universidades federais brasileiras, Fava e Cintra (2022) apontam como limitações para sua pesquisa: a ausência de padronização das informações nos sites das instituições, falta de comparação histórica para analisar variáveis ao longo do tempo, ausência de uma análise qualitativa das informações disponibilizadas, e a não contextualização regional ou nacional sobre as atividades do programa, em razão de não terem sido encontrados elementos comparativos entre as instituições de uma mesma região ou até mesmo no contexto nacional.
Impacto	1. Embora pouco representativo do cenário das instituições federais, o volume de pesquisas indica que o PNAES alcançou com êxito os seus objetivos, destacando a efetividade nas ações de permanência estudantil (Calbino; Brito, 2023). 2. Em um estudo realizado na Universidade Federal de São Paulo, Ganam e Pinezi (2021) concluíram, a partir da análise de entrevistas, que elas demonstram que o programa de Assistência Estudantil desempenha um papel essencial ao garantir não só a permanência dos estudantes de camadas populares, mediante o oferecimento de suporte ao atendimento das necessidades materiais mais imediatas, como também ao viabilizar o ingresso desses estudantes. 3. Porém há críticas e apontamentos ao programa. De acordo com Paula (2017), a política assistencialista adotada pelas universidades federais brasileiras fundamenta-se, principalmente, no apoio financeiro aos estudantes em situação de vulnerabilidade, ainda que bastante insuficiente para atender à demanda, relegando a segundo plano as suas necessidades de ordem acadêmica, simbólica e existencial, relacionadas a sentimentos de exclusão em um ambiente ainda elitista e pouco favorável à inclusão. Para Imperatori (2017), é válido questionar até que ponto a renda, por si só, reflete as vulnerabilidades sociais e se esse valor de renda é aplicável a todas as realidades brasileiras. 4. Outro fator diz respeito aos cursos, ao analisar os efeitos do programa de Assistência Estudantil na Universidade de Brasília (UnB), no período de 2010-2014, em relação a evasão pelo prestígio do curso, Ferreira <i>et al.</i> (2023) identificaram que a taxa de evasão é inversamente proporcional ao prestígio social do curso, quanto maior o prestígio social, menores as taxas de evasão, surgindo a necessidade dos programas de Assistência Estudantil contornar as diversas interações presentes entre os cursos nas universidades.
Limitação financeira	1. O cenário de congelamento dos gastos e redução das ações de assistência — decorrentes não só do contexto de crise, mas também pelas decisões de priorização dos gastos públicos adotadas pelo governo federal — põe o PNAES em um dilema que pode representar claramente retrocessos em conquistas e direitos (Macedo; Soares, 2020). 2. Se por um lado há uma crescente demanda dos estudantes pela Assistência Estudantil em virtude da expansão do acesso ao ensino superior às camadas populares, por outro, não há o aporte orçamentário necessário para as universidades, ou seja, a crescente demanda discente não é atendida pelos recursos do PNAES repassados as universidades (Scher; Oliveira, 2020). 3. A permanência, ainda que tenha obtido mais recurso, este não foi na mesma proporção do que ocorreu com a ampliação do acesso, gerando um descompasso que ainda persiste (Recktenvald; Mattei; Pereira, 2018). 4. Muitas mudanças institucionais ocorreram. O sistema de cotas tornou-se o mesmo para todas as universidades, o número de estudantes no ensino superior aumentou significativamente e o governo estabeleceu um novo processo para os estudantes ingressarem nestas instituições: o SiSU. Como resultado, o novo perfil de discentes ingressantes no ensino superior pode ter provocado uma maior demanda por assistência financeira (Saccaro; França; Jacinto, 2020).

(continuação)

	5. Com o neoliberalismo, a possibilidade de concretização do Estado de Bem-Estar Social é eliminada, incentivando cortes abruptos nos gastos sociais. Esses cortes incidem principalmente sobre as políticas sociais, com destaque para a política de educação, compreendendo também as ações voltadas para a Assistência Estudantil (Gomes; Pires; Silva, 2020).
Destinação de recursos	1. Com o passar do tempo, ampliou-se o conjunto de ações de Assistência Estudantil. Regulamentos anteriores priorizavam iniciativas voltadas a saúde, material escolar, alimentação e moradia. Contudo, a partir de 2007, o atendimento se expandiu para nove categorias, incluindo cultura e esporte e por meio do Decreto nº 7.234/2010, estendeu-se, assim, para as dez possibilidades de ações (Soares; Amaral, 2022). 2. Se não houver um delineamento claro para os investimentos financeiros em cada área proposta no PNAES, inexistente garantia de equidade entre elas. É comum a priorização de algumas delas, sobretudo alimentação, transporte e moradia, em prejuízo de outras também importantes (Bleicher; Oliveira, 2016). 3. Quanto às áreas abrangidas pelo PNAES, moradia e alimentação são as que apresentam o maior número de ações nas instituições analisadas (Fava; Cintra, 2022). 4. É mais comum aos discentes serem assistidos nas áreas de alimentação, transporte, moradia estudantil e apoio pedagógico, exatamente nesta ordem (Recktenvald; Mattei; Pereira, 2018). 5. Apenas 11,59% das universidades desenvolvem ações em todas as áreas do PNAES, e as áreas prioritariamente atendidas foram moradia (100%), alimentação (100%) e apoio pedagógico (97,1%), e aquelas com menor atenção foram esporte (52,17%), acessibilidade (47,82%) e cultura (44,92%) (Januario; Nelson; Medeiros, 2024). 6. As ações relacionadas à Assistência Estudantil devem considerar outras formas de vulnerabilidade social, não somente o enfrentamento da pobreza por meio de ações de subsistência (Fava; Cintra, 2022).
Correção de distorções	1. O capitalismo, em todas as fases, visou à imposição de ideologias que legitimassem a dominação de uma elite privilegiada sobre a população empobrecida, não sendo possível, portanto, compreender este sistema sem considerar o antagonismo de classes (Gomes; Pires; Silva, 2020). 2. O PNAES e outras políticas surgem como valorosas conquistas das camadas populares, não sendo possível considerá-los como mera reprodução do sistema e como forma de arrefecimento de tensões sociais (Junior; Carvalho, 2023). 3. A Assistência Estudantil não apenas contribuiu para nivelar as condições de permanência no ensino superior, como também contribuiu para a redução das desigualdades entre as classes sociais, visto que o ingresso no ensino superior representou para os assistidos uma melhora nas condições de inserção no mercado de trabalho (Vargas, 2011). 4. Os discentes provenientes de classes vulneráveis encontram dificuldades na adaptação ao ensino superior sob a influência de um habitus acadêmico diferente do seu capital cultural de origem. Esta situação evidencia a importância da implementação de políticas de Assistência Estudantil no ensino superior, visando contrapor o habitus excludente, historicamente, existente nas universidades brasileiras (Brito; Costa; Souza, 2022).

(continuação)

Resultados do programa	1. É incontestável o consenso quanto à relevância do processo de Assistência Estudantil no alcance de seus objetivos, entretanto, faz-se necessário destacar, divulgar e analisar quais as conquistas que ele tem provocado (Fava; Cintra, 2022). 2. Ao investigar o Programa de Auxílio Para Estudantes (Pape) — da Universidade Federal de São Paulo, cujos recursos vêm do PNAES —, quanto à sua eficácia e possíveis impactos sobre o desempenho acadêmico, Céspedes <i>et al.</i> (2021) observou que os resultados demonstravam que o percentual de evadidos é menor e o coeficiente de rendimento é maior e menos disperso entre os participantes do programa, concluindo pela eficácia do programa ao garantir a permanência de estudantes vulneráveis assim como por promover condições de melhor desempenho acadêmico. A partir de uma revisão integrativa, Calbino e Brito (2023, p. 21) concluem que os principais achados “indicam que os beneficiários do programa de Assistência Estudantil apresentam menores taxas de evasão em comparação aos não contemplados”. 3. “Nota-se que, ao mesmo tempo em que crescem vagas e ingressos, fomentados pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a partir de 2008 houve uma queda significativa no ritmo de crescimento dos concluintes. O emblemático é que, mesmo nos anos seguintes à implantação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em 2007, não se observa um impacto significativo na taxa de conclusão dos cursos de graduação, mas, ao contrário, o seu declínio” (Paula, 2017, p. 310). 4. “Os documentos analisados foram reveladores quanto a questão da emergência da avaliação do PNAES, justamente por não apresentarem dados reveladores quanto a efetividade desta política. [...] A estatística demonstrou o volume orçamentário que o governo federal disponibilizou para a implementação desta política pública. Em contrapartida, os dados apresentados com a taxa de concluintes foram decrescentes, o que demonstra um desafio para compreender os fatores relacionados à implantação do PNAES.” (Lima; Mendes, 2020, p. 211). 5. Segundo Recktenvald, Mattei e Pereira (2018), o benefício para os estudantes depende do modo como as universidades administram os recursos do PNAES.
Caráter restritivo ou abrangente	1. É importante destacar que vários fatores influenciam o processo de escolarização, abrangendo desde aspectos estruturais até questões individuais. Diante disso, reafirma-se o caráter multidimensional dos fenômenos relacionados à permanência, ao desempenho e à evasão acadêmica (Palavezzini, 2021). 2. Coexistem basicamente duas concepções sobre a Assistência Estudantil. Uma de natureza seletiva e, conseqüentemente, restritiva, com foco exclusivamente assistencial financeiro, que, embora reconheça sua relevância, pode contribuir para a perpetuação de processos educacionais que reproduzem o status quo da sociedade de classes. Outra, universalizante, à qual se atribui o potencial de contribuir para o processo de emancipação, tendo em vista que o objetivo é atender o estudante em sua multidimensionalidade (econômica, social, acadêmica, desenvolvimento humano, dentre outros) (Soares; Amaral, 2022). 3. Para Dutra e Santos (2017), o processo de construção da política de Assistência Estudantil no Brasil resultou na elaboração de distintas concepções acerca da assistência ao estudante no âmbito da Educação Superior. Neste processo de discussões e debates que vão se desenvolvendo acerca desse tema, as concepções se confrontam em alguns aspectos na busca de uma assistência ideal no espaço universitário, revelando, assim, as diversas perspectivas a partir das quais a assistência ao estudante é concebida. 4. “Desse modo, disputam-se concepções de uma AE [Assistência Estudantil] mais restrita ou mais abrangente, que abarque um público-alvo numa perspectiva mais seletiva ou mais universal; que desenvolva ações numa abordagem mais ampla e universalizante ou mais estreita, voltada para o provimento das necessidades básicas de um grupo de estudantes tido como em situação de vulnerabilidade socioeconômica; que admita uma gestão mais centralizada, sob responsabilidade restrita dos pró-reitores da área, ou mais democrática, aberta à participação da comunidade acadêmica de um modo mais geral” (Dutra; Santos, 2017, p. 174).

(conclusão)

	5. De acordo com Scher e Oliveira (2020), a Assistência Estudantil, essencialmente baseada no auxílio financeiro, não se mostra suficiente para atender aos múltiplos desafios enfrentados pelo corpo discente. A questão econômica e o atendimento às necessidades básicas de alimentação, moradia, transporte, representam apenas um dos elementos da vida universitária. 6. "As ações da assistência estudantil não devem ser construídas de forma genérica, contemplando todos os problemas que afligem o ensino superior em relação a evasão, devem ser ações voltadas as especificidades e necessidades dos cursos e das áreas de conhecimento, pois, como apresentado pelos resultados, a taxa de evasão varia de acordo com o prestígio social do curso, além de outros estudos que identificaram diferentes razões para evasão por área de conhecimento"(Garcia <i>et al.</i>, 2021, <i>apud</i> Ferreira <i>et al.</i>, 2023, p. 11).
Autonomia	1. A condução das ações de Assistência Estudantil diretamente pelas IFES é necessária, visto que o atendimento aos estudantes ocorre de forma distinta, respeitando as especificidades de cada região (Recktenvald; Mattei; Pereira, 2018). 2. Embora as instituições gozem de autonomia para estabelecer regras específicas conforme o contexto local, a documentação que regula o plano também estabelece um critério de recorte de renda, servindo como guia básico para a elegibilidade ao financiamento (Oliveira; Soares; Mello-neto, 2020). 3. Cada IFES desenvolveu e executou seus programas e políticas de Assistência Estudantil conforme as especificidades regionais e as demandas do seu corpo discente, dificultando a comparação e o monitoramento destas ações em razão da diversidade de modelos de atuação em cada instituição (Ferreira <i>et al.</i>, 2023).
Critério de seleção dos alunos	1. A adoção de índices, frequentemente chamados de índices de vulnerabilidade, para fins de classificação, tem se mostrado uma alternativa válida, promovendo boas práticas na condução desta política pública (Fava; Cintra, 2022). 2. O uso da renda como único critério para a seleção nos programas de Assistência Estudantil vem gerando amplas discussões e sendo relativizada pelos profissionais da área. Das 68 universidades federais existentes, aproximadamente 60 têm adotado o critério de renda estipulado pelo PNAES —1,5 salário mínimo per capita — durante o processo seletivo, contudo, elas adotam outros critérios para além da renda ao classificar os estudantes. Na UTFPR os programas de Assistência Estudantil têm seguido o critério de renda estabelecido pelo PNAES no processo de classificação dos estudantes, contudo, outros critérios — condições de habitação, transporte, saúde, etc. — são utilizados em conjunto com a renda. Estes novos parâmetros vêm sendo organizados em um índice de vulnerabilidade denominado IVA-UTFPR (Palavezini, 2021).
Contrapartida discente	1. Não é consensual na literatura e nos relatos sobre Assistência Estudantil a necessidade de contrapartida, contudo, condiciona-se em geral o apoio financeiro ou material as questões acadêmicas, como frequência mínima às aulas e desempenho acadêmico, ou o envolvimento em atividades de ensino, pesquisa e extensão (Dias; Sampaio, 2023). 2. Algumas universidades exigem que os estudantes desenvolvam um projeto específico em troca do benefício, enquanto outras não impõem esta exigência (Saccaro; França; Jacinto, 2020).

Fonte: autoria própria (2025).

A partir desta Revisão Integrativa de Literatura ficou evidenciado que a Assistência Estudantil desempenha um papel importantíssimo na democratização do Ensino Superior no Brasil, que se estrutura como um dos pilares para a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Contudo, a análise integrativa também revela algumas lacunas estruturais e desafios significativos na implementação e avaliação do Programa Nacional de

Assistência Estudantil (PNAES), o que provoca um comprometimento quanto a sua efetividade e concorre para a ampliação da insegurança institucional na gestão dos recursos.

A questão dos indicadores e critérios de avaliação do PNAES pode ser destacada como um dos aspectos de maior gravidade, uma vez que a falta de clareza quanto a um modelo normativo explícito impede um monitoramento eficiente das ações implementadas pelas IFES, resultando em avaliações isoladas e desarticuladas. Esta lacuna pode ser interpretada tanto como uma garantia de autonomia institucional quanto como um sinal de negligência por parte dos agentes formuladores da política – sendo que ambas as perspectivas podem comprometer o princípio da eficiência e o direito constitucional ao Ensino Superior. É notório que a falta de dados estruturados limita o controle social, dificultando a participação comprometida da comunidade acadêmica e da sociedade na avaliação desta política pública.

Outro ponto crítico reside na falta de abrangência do PNAES, especialmente em relação à EaD. Enquanto a modalidade presencial recebe apoio financeiro e estrutural, os acadêmicos inseridos em cursos em EaD são sistematicamente excluídos das políticas de Assistência Estudantil, apesar de enfrentarem desafios similares ou até mais acentuados na permanência e conclusão dos seus cursos. A falta de direcionamento de recursos do PNAES para esta modalidade explicita uma assimetria que acentua desigualdades dentro do próprio sistema público de Ensino Superior, o que desconsidera a crescente importância da EaD no contexto educacional brasileiro.

No que se refere à mudança de estrato social promovida pelo Ensino Superior, pode-se destacar um consenso na literatura sobre sua relevância para a mobilidade social. No entanto, a Assistência Estudantil que, muitas vezes, fica reduzida a um instrumento de financiamento pontual, deve ser compreendida como parte de um projeto educativo mais amplo. A política necessita ser compreendida para além do assistencialismo imediato, de modo que promova uma formação crítica e cidadã que, ao garantir um diploma universitário, também possibilite uma inclusão efetiva dos egressos no mercado de trabalho e na sociedade.

Ainda, os estudos apontam para uma fragmentação e para a falta de um sistema padronizado de informações sobre o PNAES, o que dificulta a análise aprofundada de seu impacto. Os dados disponíveis são pulverizados e frequentemente divulgados sem critérios de comparação entre instituições e regiões, impedindo uma visão holística da política e a formulação de estratégias para o aprimoramento do programa.

Os estudos arrolados no corpus desta Revisão Integrativa de Literatura apontam contribuições relevantes do PNAES, especialmente para a permanência estudantil contudo, persistem críticas quanto ao seu caráter predominantemente assistencialista e à insuficiência dos recursos para atender plenamente às demandas dos estudantes. Para além das questões de cunho orçamentário-financeiro, existem ainda desafios relacionados ao acolhimento acadêmico e psicossocial, à adequação dos serviços prestados e à inclusão de estudantes em suas múltiplas dimensões de vulnerabilidade.

Para que o PNAES se torne um instrumento transformador e inclusivo, é fundamental que sua estruturação contemple uma gestão mais transparente, um modelo avaliativo eficiente

e uma visão ampliada das necessidades dos estudantes do Ensino Superior brasileiro. A transparência na gestão precisa envolver para além da prestação de contas detalhada dos recursos aplicados, também a participação ativa da comunidade acadêmica na formulação, no monitoramento e na avaliação das políticas. Um modelo avaliativo eficiente precisará incluir métricas objetivas, sistemáticas e comparáveis entre diferentes IES, possibilitando a identificação de boas práticas e a correção de eventuais ineficiências. Além disso, a ampliação da visão sobre as necessidades dos estudantes requer uma abordagem que considere a diversidade socioeconômica, cultural e regional do país, incorporando soluções que contemplem modalidades de ensino distintas, suporte psicossocial, ações afirmativas e programas de inserção profissional que garantam a permanência acadêmica e o sucesso pós-formação.

Ademais, a destinação de recursos financeiros para as políticas de Assistência Estudantil é um vetor estratégico e de fundamental importância para a garantia de equidade educacional, assim como para a consolidação de condições objetivas que garantam a permanência e a trajetória acadêmica dos alunos no ensino superior. Todavia, a alocação dos recursos no âmbito da política de Assistência Estudantil não se concretiza de modo uniforme entre os distintos eixos de atuação que compõem a política de Assistência Estudantil, levando a desequilíbrios. A análise da alocação dos recursos no contexto do PNAES evidencia a necessidade de um direcionamento técnico, criterioso na aplicação dos recursos, de modo a garantir a cobertura de todas as áreas previstas nesta política.

As políticas de Assistência Estudantil são mecanismos institucionais estratégicos voltados à atenuação das disparidades socioeconômicas, com ênfase na provisão de suporte a discentes oriundos de segmentos socialmente vulneráveis. Tais políticas exercem função relevante na redução de obstáculos estruturais que condicionam de forma negativa o acesso, a permanência e a mobilidade acadêmico-profissional de jovens provenientes das classes inferiorizadas.

A análise dos impactos do PNAES possibilita o mapeamento dos avanços obtidos, das barreiras persistentes e das fragilidades que comprometem sua eficácia. Logo, o entendimento dos resultados gerados por estas medidas é determinante para o aprimoramento das práticas de gestão dos recursos, do fortalecimento do papel da Assistência Estudantil na mitigação das desigualdades sociais e na promoção de uma educação superior mais igualitária e inclusiva.

A autonomia institucional das IFES revela sua importância na personalização das políticas assistenciais, respeitando a multiplicidade de perfis dos discentes e de suas realidades regionais. Esta autonomia concedida permite moldar as iniciativas conforme as demandas específicas do aluno, promovendo um apoio mais eficiente e contextualizado. Se por um lado a flexibilidade garante uma atuação mais alinhada às realidades individuais, por outro, dificulta a manutenção de critérios uniformes quanto à padronização, ao monitoramento e à avaliação destas políticas, em virtude da diversidade de modelos adotados por cada IFES.

Em relação aos critérios de acesso à Assistência Estudantil, houve uma evolução na abordagem das desigualdades enfrentadas pelos estudantes. Tradicionalmente centrada na renda, esta estratégia tem se expandido a fim de incluir uma visão mais ampla, considerando

também condições como moradia, transporte e saúde, refletindo a busca por uma política mais abrangente e justa, capaz de reconhecer a complexa realidade enfrentada pelos estudantes nas diversas instituições de Ensino Superior. Além disso, em razão das especificidade de cada núcleo familiar, o critério de renda pode ser insuficiente para representar as dificuldades de acesso a universidade.

A questão da contrapartida discente nos programas de Assistência Estudantil envolve posicionamentos diversos quanto à necessidade de vincular o apoio financeiro ou material à compromissos acadêmicos ou de participação em atividades universitárias. Enquanto algumas instituições decidem pelo estabelecimento de condições como frequência mínima, desempenho acadêmico ou contribuições em projetos de ensino, pesquisa e extensão, outras preferem uma abordagem mais flexível, sem exigência de contrapartida formal. Esta discussão conduz a diferentes visões sobre o papel da Assistência Estudantil e sua relação com a formação acadêmica e o comprometimento institucional dos discentes.

A revisão integrativa realizada, no âmbito desta dissertação, apresenta algumas limitações visto que não foram identificados artigos que abordassem a Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, algo esperado, tendo em vista a recente promulgação do referido diploma normativo, abrindo caminho para futuras pesquisas acadêmicas quanto a sua implementação e efetividade. No tocante à correção de desigualdades sociais e mudança de estrato social, o PNAES aparece como um mecanismo transformador, que tem sua origem no conflito de classes, e age não como um favor, mas como reparação por décadas de desigualdade.

Pode-se concluir que discutir a Assistência Estudantil é necessário para garantir a permanência dos estudantes e melhorar a qualidade do ensino superior brasileiro, reconhecendo que os desafios não se limitam ao aspecto financeiro, envolvendo questões sociais, econômicas e pedagógicas. Nesta dissertação, enfatiza-se a importância de políticas públicas que integrem estas dimensões. Além disso, uma abordagem mais abrangente e sensível às realidades dos estudantes poderá colaborar com a construção de um ambiente acadêmico inclusivo, e, talvez, para com a transformação e o fortalecimento do Ensino Superior brasileiro.

2.4 Modelo lógico para avaliação do PNAES na UTFPR

Dispor de uma ferramenta de monitoramento de uma política com a expressividade da PNAES reveste-se de extrema importância no contexto da UTFPR, motivando, assim, a proposição, nesta pesquisa, de um dashboard para a Assistência Estudantil na instituição.

Dashboard é "um painel visual que contém informações, métricas e indicadores para análise rápida" (Silva, 2023, p. 18), organizando diferentes dados e indicadores visualmente, por meio de gráficos e tabelas, permitindo o acompanhamento concomitante de um volume considerável informações, acessíveis de forma centralizada (Siqueira *et al.*, 2020).

Como evidencia Lemes, Dias e Oliveira (2023), em uma revisão sistemática de literatura, visando ao fornecimento de um panorama dos estudos envolvendo o uso de dashboards como instrumento de suporte à tomada de decisão em instituições de ensino, que o uso de dash-

boards vem ocorrendo de forma majoritária no ensino superior, em especial, para o suporte a processos de tomada de decisão. Além disso, por meio dos artigos analisados em sua pesquisa, concluíram pela unanimidade do reconhecimento de que os dashboards são ferramentas com aptidão elevada ao apoio de decisões estratégicas mais precisas, favorecendo o aumento da eficiência nas atividades conduzidas pelas instituições de ensino.

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos que fundamentam a execução desta pesquisa; o objeto de estudo, a definição dos objetivos específicos e as estratégias para sua consecução; os métodos adotados para a coleta, processamento e análise dos dados, com vistas à obtenção dos resultados almejados, assim como à formulação de conclusões e recomendações aplicáveis ao contexto institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

3.1 A abordagem qualitativa

Esta dissertação é uma pesquisa de natureza qualitativa, estruturada metodologicamente em um estudo de caso. Adota-se uma estratégia metodológica fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, com suporte quantitativo descritivo.

Uma pesquisa qualitativa é uma pesquisa interpretativa, que parte de dados baseados em texto e imagem, com passos singulares na análise dos dados, e que se vale de diferentes abordagens. Neste tipo de pesquisa, o enfoque volta-se a exploração e ao entendimento do significado atribuído a um problema social ou humano por indivíduos ou grupos (Creswell; Creswell, 2021).

Um caso se configura como uma condição complexa e/ou intrigante, cujo esforço na sua compreensão é justificável devido a sua importância, ao passo que o estudo de caso qualitativo corresponde a investigação de uma unidade específica, inserida em seu contexto, escolhida de acordo com critérios previamente estabelecidos, visando fornecer uma visão global do fenômeno estudado, valendo-se, para isto, de múltiplas fontes de dados (Alves-mazzotti, 2006).

3.2 A pesquisa exploratória

Este tipo de pesquisa em algumas situações pode se configurar como a fase inicial de uma investigação que será progressivamente expandida e aprofundada (Henriques; Medeiros, 2017). Visa proporcionar uma compreensão mais profunda do problema com o objetivo de torná-lo mais explícito (Ramos, 2009).

A pesquisa exploratória tem como objetivo aprimorar, esclarecer e modificar conceitos e ideias. Por meio dela é possível formular problemas e hipóteses de modo mais preciso. Caracteriza-se por uma menor rigidez no planejamento, em relação às abordagens descritivas ou explicativas, sendo um tipo de pesquisa indicado para tópicos pouco investigados que, devido a isso, impedem a elaboração precisa de hipóteses que sejam operacionalizáveis (Henriques; Medeiros, 2017).

Para Ramos (2009), nesta abordagem, nem sempre se faz necessário a formulação de hipóteses em resposta aos problemas apresentados; são propostas questões propulsoras que direcionam a compreensão do tema e a interpretação do problema. O processo é realizado por

meio de revisões bibliográficas, entrevistas com especialistas do setor, visitas a instituições e empresas, além da consulta a fontes digitais. Frequentemente, adota a abordagem de pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

Com base em seus objetivos, uma pesquisa pode ser classificada em descritiva, explicativa e exploratória. A exploratória foca apenas na obtenção de informações acerca de um objeto específico, definindo, desta forma, um escopo de atuação, identificando as condições de manifestação desse objeto (Severino, 2017).

3.3 A pesquisa bibliográfica

O levantamento de dados figura como uma das primeiras fases de qualquer pesquisa científica, podendo se concretizar mediante pesquisa documental (utilizando-se de fontes primária) ou pesquisa bibliográfica (valendo-se de fontes secundárias) (Lakatos, 2021).

Há semelhanças entre a pesquisa documental e a bibliográfica, uma vez que livros, artigos científicos e anais também são documentos (Henriques; Medeiros, 2017). Contudo, não se deve confundir pesquisa documental e bibliográfica, pois elas divergem quanto à fonte dos documentos, visto que esta tem como foco documentos já submetidos a um tratamento analítico, muitas vezes publicados em formato de livros ou artigos (Junior *et al.*, 2021).

Para o levantamento do referencial teórico desta dissertação, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, a qual possibilitou uma análise aprofundada dos escritos de diversos autores que investigam a temática da Assistência Estudantil. Este procedimento permitiu a identificação das principais abordagens teóricas e empíricas sobre o tema, possibilitando a delimitação de um referencial teórico consistente e alinhado ao primeiro objetivo específico da pesquisa, que buscou investigar os processos históricos e os fundamentos da Assistência Estudantil no Brasil, com ênfase na PNAES e em seus impactos na promoção da inclusão social e na permanência dos estudantes no Ensino Superior.

Ainda, no tocante a avaliação das ações projetadas para a Assistência Estudantil, no contexto brasileiro, a pesquisa bibliográfica foi fundamental para o alcance do segundo objetivo desta dissertação, voltado à discutir os conceitos estruturantes que abarcam a eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas, à luz da literatura.

Ao explorar as contribuições de estudiosos renomados na área, foi possível construir uma base sólida de conhecimento, essencial para a compreensão das dinâmicas que envolvem a Assistência Estudantil no contexto das políticas públicas, bem como a dinâmica de avaliação desta importante política pública.

Além disso, realizou-se uma revisão integrativa da literatura com o intuito de mapear os estudos existentes na área de Assistência Estudantil, permitindo uma visão abrangente sobre o estado da arte sobre o tema. A revisão integrativa possibilitou a síntese de resultados de pesquisas anteriores, publicadas em repositórios como SciELO, Scopus e *Web of Science*, destacando tendências, divergências teóricas e metodológicas, bem como identificando lacunas no conhecimento. Este tipo de revisão representa o ponto de partida na produção do saber cientí-

fico, pois, ao fornecer uma visão crítica e organizada sobre as publicações existentes, evidencia oportunidades para a formulação de novos estudos direcionados a questões específicas. Assim, a revisão integrativa realizada contribuiu para o aprofundamento teórico e para o avanço do conhecimento na área investigada.

3.4 A pesquisa documental

O terceiro objetivo específico desta dissertação consiste em identificar a abrangência dos diferentes instrumentos normativos e operacionais da UTFPR relacionados à Assistência Estudantil e a viabilidade de aplicação de indicadores de desempenho que integrem as dimensões de eficiência, eficácia e efetividade nas políticas desta área. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa documental, focada nos documentos institucionais produzidos no âmbito da UTFPR, com ênfase naqueles direcionados à política de Assistência Estudantil promovida e executada por esta IES.

A escolha pela pesquisa documental justifica-se pela necessidade de compreender como a UTFPR estrutura e operacionaliza suas políticas de assistência, permitindo uma análise crítica sobre a abrangência e a efetividade das ações implementadas.

O desenvolvimento da pesquisa envolveu a sistematização dos dados extraídos dos documentos institucionais, organizados em uma matriz de síntese para facilitar a categorização das informações. A análise documental foi realizada a partir da leitura criteriosa do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2023–2027, normativas, regulamentos, relatórios de gestão, planos de ação e demais registros oficiais, buscando a identificação das diretrizes, objetivos, metas, critérios de elegibilidade e indicadores de desempenho utilizados na Assistência Estudantil. Posteriormente, as informações foram interpretadas à luz da literatura especializada sobre Assistência Estudantil, permitindo um confronto teórico-prático que contribui para a compreensão das políticas implementadas pela UTFPR. Esta abordagem possibilitou para além da identificação das estratégias adotadas pela IES, também a avaliação crítica de sua eficácia e potencial de aprimoramento, com base em parâmetros reconhecidos na literatura sobre políticas públicas.

3.5 Matriz metodológica

Para orientar de forma sistemática e rigorosa a condução desta pesquisa, foi elaborada uma Matriz Metodológica que organiza, de maneira estruturada, os objetivos específicos, as fontes e documentos consultados e as ações metodológicas destinadas ao levantamento e à análise dos dados. Apresentada no Quadro 9, esta matriz funcionou como um plano de trabalho detalhado, permitindo visualizar as etapas do estudo e garantir a coerência entre os objetivos propostos e os procedimentos adotados.

Quadro 9 – Matriz metodológica

Objetivos Específicos	Fontes e Documentos	Ações Metodológicas para Levantamento e Análise
Investigar os processos históricos e os fundamentos da Assistência Estudantil no Brasil, com ênfase na Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e em seus impactos na promoção da inclusão social e na permanência dos estudantes no Ensino Superior.	Artigos científicos das bases SciELO, SCOPUS e <i>Web of Science</i> (sem restrição temporal).	• Revisão integrativa nas bases de dados com as palavras-chave: "Assistência Estudantil", "<i>student assistance</i>", "<i>student support</i>", "<i>student aid</i>", "<i>student services</i>", "Brasil", "<i>Brazil</i>", "PNAES". • Seleção de artigos por critérios de inclusão via leitura de títulos e resumos • Fichamento e categorização dos principais conceitos e informações.
Discutir os conceitos estruturantes que abarcam a eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas, à luz da literatura.	Artigos disponíveis na internet.	Revisão narrativa da literatura.
Identificar a abrangência dos diferentes instrumentos normativos e operacionais da UTFPR relacionados à Assistência Estudantil e a viabilidade de aplicação de indicadores de desempenho que integrem as dimensões de eficiência, eficácia e efetividade nas políticas desta área.	• PDI (2018-2022); • PDI (2023-2027) • Deliberação nº 36/2017 – Conselho Universitário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (COUNI) • RAG.	Análise dos documentos à luz da literatura.
	• RAG.	Downloads dos dados para processamento via linguagem de programação Python, visando à extração de informações.
Apresentar uma proposta de ação, configurada em um PTT que possibilite uma visão integrada da eficiência, eficácia e efetividade das políticas de Assistência Estudantil em desenvolvimento no contexto da UTFPR.	• Evidências das análises prévias • Referencial teórico sobre boas práticas de permanência.	• Organização e estruturação dos achados das fases precedentes • Análise crítica e contextualizada do cenário atual • Elaboração de um processo ou tecnologia denominado: "<i>Dashboard</i> da Assistência Estudantil: uma ferramenta para o monitoramento das ações da PNAES na Universidade Tecnológica Federal do Paraná", Apêndice C desta dissertação.

Fonte: autoria própria (2025).

Ao descrever os métodos, técnicas e instrumentos utilizados, a matriz metodológica adotada para este estudo assegura a transparência e a consistência da pesquisa, facilitando sua replicabilidade e validação científica.

3.6 Caracterização e local da pesquisa

Pode se inferir que a UTFPR e o PNAES tem suas origens focadas em propósitos análogos: atendimento de um estrato social economicamente fragilizado. Conforme situam Carvalho, Oliveira e Lima (2018), a UTFPR possui uma longa trajetória histórica, com mais de 100 anos de tradição na educação técnica, tecnológica e superior. A instituição foi fundada em 1910 como Escola de Aprendizes Artífices e passou por várias mudanças de nome e enfoque ao longo do tempo, tornando-se Liceu Industrial do Paraná em 1937, Escola Técnica de Curitiba em 1942, Escola Técnica Federal do Paraná em 1959 e Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET/PR) em 1978. A expansão com foco no ensino superior ocorreu a partir de 2005, quando foi transformada em Universidade Tecnológica Federal do Paraná por decreto presidencial. É reconhecido que desde sua origem a instituição já tinha um enfoque voltado para o atendimento dos jovens das camadas menos favorecidas da sociedade (UTFPR, 2023a). O Decreto do PNAES surge um século após, visando democratizar as condições de permanência e mitigar os impactos das desigualdades sociais na continuidade e conclusão da graduação (Ferreira *et al.*, 2023).

A criação de escolas de aprendizes artífices, em todos os Estados brasileiros, tem início por meio da assinatura do Decreto Federal nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 (Leite, 2010). Neste contexto, surge, em Curitiba, a Escola de Aprendizes e Artífices, sob o governo do então Presidente da República, Nilo Peçanha. Sua inauguração ocorre em 16 de janeiro de 1910, em um imóvel situado na Praça Carlos Gomes, centro da cidade de Curitiba. Contando, à época, com 45 estudantes, os quais recebiam os conhecimentos elementares durante o período matutino e, durante o vespertino, adquiriam competências nas áreas de sapataria, alfaiataria, marcenaria, serralheria e, posteriormente, de pintura decorativa e escultura ornamental (UTFPR, 2023a). Este é o embrião do que se tornaria a UTFPR, quase um século após.

Em 1936, a Instituição se instala em uma nova sede, a qual se mantém até os dias atuais, na Avenida Sete de Setembro, esquina com a Rua Desembargador Westphalen. Neste mesmo período, em 1937, a Escola assume a nova denominação de Liceu Industrial do Paraná, passando a oferecer o ensino de ginásio industrial (UTFPR, 2023a). Com a estruturação do ensino industrial em todo o território nacional, em 1942, este passou a ser oferecido em dois ciclos: ensino industrial básico, de mestria e artesanal; e ensino técnico e pedagógico (UTFPR, 2017a). Assim, conforme o Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, o Liceu Industrial do Paraná recebe o nome de Escola Técnica de Curitiba, ministrando ensino de 1º e 2º Ciclos. A formação oferecida pelas Escolas Técnicas era mais completa e longa, quando comparado ao que era oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), à época (Leite, 2010).

Em 1946, grandes reformas e ampliações no prédio tiveram início, estendendo-se por muito tempo. Neste mesmo ano, é criada a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI), em cooperação com o governo americano, visando formar professores para atuar no ensino industrial. Neste processo de cooperação, especialistas para o desenvolvimento do

ensino industrial eram enviados ao Brasil, enquanto seus centros de estudos recebiam professores e técnicos brasileiros para serem treinados. A CBAI vai ser extinta em 1963, por meio do decreto do presidente da República, João Goulart (Leite, 2010).

O cenário de industrialização vivido pelo país demandava uma qualificação maior da força de trabalho. Neste cenário, o ensino técnico industrial expandiu sua relevância a tal ponto que a Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, estabelece uma nova organização escolar e administrativa para os estabelecimentos do ensino industrial. Nesta regulamentação, o Decreto nº 47.038, de 16 de novembro de 1959, definiu as Escolas Técnicas que comporiam a rede federal de ensino técnico, convertendo-as em autarquias e em Escolas Técnicas Federais (Ramos, 2014). Assim, a Escola Técnica de Curitiba passa a denominar-se Escola Técnica Federal do Paraná (ETFPR). Em 5 de outubro de 1973, o Conselho Federal de Educação aprova a oferta dos cursos superiores de engenharia da instituição. Em fevereiro de 1974, acontece o primeiro vestibular dos Cursos de Engenharia de Operação, com 450 candidatos disputando as 40 vagas ofertadas para Construção Civil. O segundo semestre desse mesmo ano é marcado pela entrada em operação dos cursos de Eletrônica e Eletrotécnica (Leite, 2010).

A ETFPR era reconhecida pela excelência de seus cursos, consolidando-se como um referencial no ensino técnico em nível nacional (UTFPR, 2017a). Ademais, mesmo sendo amplamente reconhecida pelo ensino tecnológico, promovia e incentivava cursos e eventos relacionados a temas humanísticos, como por exemplo: a implantação do Clube de Línguas (1973), a I Mostra Internacional de Filmes Super-8 (1975), o I Encontro de Professores de Língua Portuguesa das Escolas Técnicas (1978) e a I Feira do Livro Técnico (1979) (Leite, 2010).

Em 1978, a Instituição foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR), com cursos de graduação em Engenharia Industrial Elétrica (com ênfase em Eletrotécnica), Engenharia Industrial Elétrica (com ênfase em Eletrônica/Telecomunicações), curso superior de Tecnologia em Construção Civil que foi transformado em Engenharia de Produção Civil e, posteriormente, em Engenharia Industrial Mecânica (UTFPR, 2023a, p. 42).

A expansão do CEFET/PR para o interior, com a implementação de Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), ocorre em 1986, por meio do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico. Este processo se desenvolve nos anos seguintes: Câmpus Medianeira (1989); Câmpus Cornélio Procopio, Ponta Grossa e Pato Branco (1993); Câmpus Campo Mourão (1995); Câmpus Dois Vizinhos (2003) (UTFPR, 2017a). A transformação em CEFET/PR capacitou a instituição a promover cursos de Extensão, Aperfeiçoamento e Especializações, com o objetivo de atualização profissional na área técnica e industrial, capacitando-a a manter intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras. O principal objetivo da direção e de toda a comunidade escolar, no âmbito do ensino, era transformar o CEFET/PR num centro de formação por excelência (Leite, 2010).

Os impactos decorrentes da política governamental vigente à época repercutiram de maneira significativa no então CEFET/PR. O ano de 1996 é um dos períodos mais desafiadores

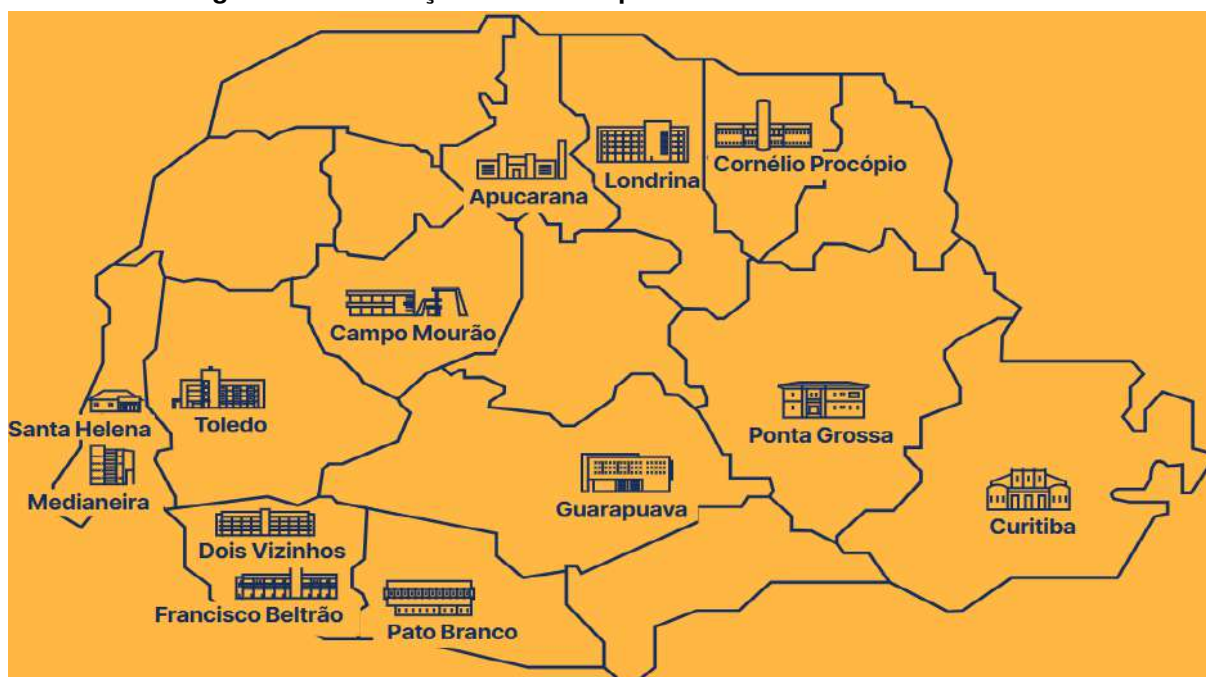
para a administração institucional. As adversidades enfrentadas foram tantas, que comprometeram à eficiência e à qualidade das atividades administrativas e educacionais da instituição. Contudo, proporcionaram um aprendizado significativo, e a crise atuou como um catalisador para inovações, resultando em propostas para a gestão financeira, de pessoal e patrimonial da instituição. Uma destas conquistas importantes para o Sistema CEFET-PR foi a criação e implementação da Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do CEFET-PR (FUNCEFET-PR), em 1997, com autonomia financeira, administrativa e patrimonial, constituída por pessoas físicas e/ou jurídicas, chamados “instituidores da FUNCEFET-PR” (Zipperer, 2005).

Quatro meses após o envio do projeto ao Ministério da Educação, Cristovam Buarque, então ministro, assina, na cidade de Curitiba, em 15 de setembro de 2003, a mensagem do Projeto de Lei que transformaria o CEFET-PR em Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Leite, 2010). Esta transformação apresentava requisitos suficientes, uma vez que o CEFET/PR apresentava indicadores acadêmicos suficientes em relação ao ensino, pesquisa e extensão. Assim, por meio da Lei nº 11.184, de 7 de outubro de 2005, sancionada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, tem-se a primeira Universidade Tecnológica do país (UTFPR, 2017a; UTFPR, 2023a).

Em 2007, inauguram-se quatro novos campi — Apucarana, Francisco Beltrão, Londrina e Toledo. Em 2009, a Universidade adere ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), adotando o Sisu, fazendo uso apenas da nota do ENEM para o ingresso nos cursos de graduação. Esta medida entra em vigor, substituindo o Vestibular de Verão de 2010 (Leite, 2010). Em 2010, o MEC aprova o campus de Guarapuava. Por fim, em 2014, é inaugurado o campus Santa Helena, passando a Instituição, desde então, a contar com 13 campi, distribuídos por diferentes pontos do estado do Paraná (Palavezzini, 2020).

Com sede na cidade de Curitiba, representada na figura da Reitoria, e instalações distribuídas por 13 cidades paranaenses, cada uma constituindo um campus da universidade, conforme Figura 7. A universidade conta atualmente com 3.532 servidores, destes, 2.434 são docentes e 1.098 são técnicos administrativos, além de funcionários terceirizados e estagiários.

Figura 7 – Localização dos 13 campi da UTFPR no estado do Paraná



Fonte: UTFPR (2023a, p. 43).

Em relação ao desenho organizacional da UTFPR, o COUNI é a autoridade máxima, estabelecendo relação de subordinação. Enquanto as Pró-Reitorias desempenham funções de controle no âmbito de suas competências, exercendo, inclusive, prerrogativas de autoridade sobre os Campi (Bertolino; Dergint; Mendes, 2020).

A Universidade vem experimentando, ao longo de sua trajetória, grandes transformações em sua configuração estrutural e funcional. Uma das mais recentes corresponde a instituição da nova Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE) e a sua incorporação diretamente a estrutura da Reitoria, mediante a Resolução COUNI/UTFPR nº 126, de 9 de maio de 2024.

A PROAE terá como atribuição planejar, propor, coordenar, supervisionar e avaliar a execução de atividades de assistência e assuntos estudantis, voltadas ao apoio, à permanência, à inclusão e ao desenvolvimento acadêmico dos estudantes da Instituição. A essa Pró-Reitoria incumbe-se a responsabilidade de propor políticas, diretrizes e regulamentações acerca da permanência, inclusão e desenvolvimento acadêmico dos estudantes, assim como a gestão dos programas, projetos e ações relacionadas a finalidade para a qual foi criada (UTFPR, 2024a).

De acordo com o caput, § 1º, § 2º, § 3º, da Deliberação nº 34, de 17 de dezembro de 2018, a Política de Assuntos Estudantis da UTFPR visa nortear os programas e serviços de Assistência Estudantil da Instituição. A Assistência Estudantil no contexto da UTFPR é definida — sob a ótica da inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida — como um conjunto de ações que reforçam a continuidade nos estudos e êxito dos estudantes na Instituição. Este conjunto de ações se traduz em acompanhamento e atendimento estudantil, assim como na execução de procedimentos especializados, devendo favorecer a igualdade de oportunidades, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico, assim como na prevenção de situações que possam acarretar a re-

tenção e a evasão. Os alunos atendidos são aqueles que atendem aos requisitos estabelecidos em cada uma das ações executadas e estejam matriculados de forma regular (UTFPR, 2018).

3.7 Assistência Estudantil: da ASSAE à PROAE

A Assessoria de Assuntos Estudantis (ASSAE) exerce função relevante, uma vez que os programas, projetos e intervenções relacionados à Assistência Estudantil e assuntos estudantis são efetivados sob sua gestão, com relativa autonomia da pasta, ao mesmo tempo em que se articula com as demais pró-reitorias da instituição. Nos campi, estas ações são desenvolvidas pelos Núcleos de Acompanhamento Psicopedagógico e Assistência Estudantils (NUAPEs), e Núcleos de Acessibilidade e Inclusões (NAIs) (UTFPR, 2024a).

Devido a sua importância, a ASSAE, em 2021, foi vinculada diretamente ao Gabinete da Reitoria. No entanto, nos campi, a estrutura organizacional permaneceu inalterada, com a Assistência Estudantil conduzida pelos NUAPEs, que estão sob a estrutura do Departamento de Educação (DEPED) e que, por sua vez, subordina-se à Diretoria de Graduação (DIRGRAD). Contudo, no nível da reitoria, o NUAPE reporta-se à ASSAE (UTFPR, 2024a).

Visando ampliar as ações já desenvolvidas em relação à área de Assistência Estudantil e assuntos estudantis, a UTFPR demonstra interesse na constituição de uma Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) dos anos de 2013/2017, 2018/2022 e de 2023/2027. Assim, a instituição de uma Pró-Reitoria voltada assuntos e Assistência Estudantil asseguraria a uniformidade na estrutura administrativa e hierárquica em todos os campi da UTFPR (UTFPR, 2024a).

No intervalo temporal correspondente à elaboração deste estudo, verifica-se um estágio incipiente de operacionalização da nova Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE), caracterizado pela ausência de consolidação estrutural e funcional, particularmente nos 13 campi que integram a instituição. Isto se deve a recente aprovação da Resolução COUNI/UTFPR nº 126, de 9 de maio de 2024, a qual institui a PROAE.

A aprovação do projeto de implementação da PROAE pelo Conselho Universitário (COUNI) sinaliza uma etapa importante para a UTFPR. Sua concretização ocorrerá em até dez anos, com ações distribuídas em três fases: curto prazo (um a três anos), médio prazo (quatro a seis anos) e longo prazo (sete a nove anos) (UTFPR, 2025c).

De acordo com a Resolução COUNI/UTFPR nº 126/2024, a PROAE será integrada à estrutura da Reitoria e assumirá a responsabilidade pelo planejamento, proposição, coordenação, supervisão e avaliação da execução de atividades de assistência e assuntos estudantis, voltadas ao apoio da permanência, da inclusão e do desenvolvimento acadêmico discente. Será encarregada de propor políticas, diretrizes e regulamentações acerca da permanência, inclusão e desenvolvimento acadêmico dos discente, assim como pela gestão dos programas, projetos e ações relacionadas à sua finalidade. Para isto, será composta pelas unidades administrativas e pelas suas respectivas atribuições (UTFPR, 2024a).

4 ANÁLISE SITUACIONAL

Com base nos objetivos previamente estabelecidos nesta dissertação e na pergunta que esta pesquisa buscou responder, verificou-se que as informações contidas apenas em documentos normativos oficiais não seriam, por si só, suficientes. No decorrer da pesquisa, observou-se a existência de um volume significativo de dados adicionais potencialmente relevantes, contidos no Relatórios Analíticos de Gestão (RAG), produzidos pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), instituição analisada. Os referidos dados adicionais, contudo, encontram-se condicionados a autenticação mediante login e senha, acessíveis exclusivamente ao pesquisador responsável, na condição de servidor vinculado à instituição objeto da pesquisa. A utilização destes dados sensíveis exigia uma autorização formal da instância superior da instituição — especificamente, a Reitoria —, o que foi obtido no decorrer do processo. As permissões institucionais para a realização da pesquisa e o emprego de tais dados estão formalmente dispostos no Anexo A desta dissertação, e o processamento, assim como a estratégia de extração dos dados, no Apêndice A.

Para a extração de informações e a geração de visualizações a partir dos dados analisados nesta pesquisa, utilizou-se da linguagem de programação Python, a qual se mostrou fundamental para o tratamento, organização e interpretação de grandes volumes de dados institucionais. Esta escolha foi particularmente decisiva diante da dificuldade de acesso a séries históricas consistentes, uma vez que os relatórios institucionais da UTFPR, por vezes, não mantêm a padronização ou atualização de dados em suas versões subsequentes. Isto pode ocorrer devido aos diferentes focos adotados por cada equipe responsável pela produção dos documentos, considerando o expressivo volume de dados que a instituição gera continuamente.

A linguagem Python, amplamente utilizada em projetos científicos e análises de dados no contexto acadêmico, contribuiu significativamente para superar estas limitações, permitindo automatizar tarefas, e extrair informações a partir dos dados, considerando que o arquivo com maior volume de dados era uma matriz composta por 488.995 linhas ou registros e 69 colunas. Muitos cientistas de dados optam pelo Python devido à ampla variedade de bibliotecas disponíveis, tais como NumPy, SciPy, Matplotlib, Pandas e Scikit-learn, com a finalidade de simplificar as tarefas referentes a *data science*. Além disso, Python também é uma linguagem precisa, facilitando o uso de multiprocessamento em grandes volumes de dados, tornando o processo de análise mais ágil (Mueller; Massaron, 2020). Assim, o uso da linguagem Python possibilitou o tratamento técnico das informações vinculadas a este estudo e, ao mesmo tempo, fortaleceu a qualidade metodológica da investigação, contribuindo diretamente para a produção de conhecimento mais sólido e confiável.

Por se tratar de uma pesquisa cuja abrangência se propôs a analisar as políticas de Assistência Estudantil no contexto de toda a UTFPR, optou-se por apresentar, no corpo desta dissertação, os dados consolidados dos 13 campi da instituição. Contudo, são apresentados no Apêndice B deste trabalho os dados contendo informações individualizadas por campus.

As informações expostas nesta pesquisa são um retrato semestral da instituição e o estudo dos dados não envolveu a aplicação de métodos estatísticos, com exceção do uso de regressão linear nos gráficos 3, 4, 5, 6, 7, 13, 14, 15, 16 e 17, visando favorecer a análise, quando limitou-se a representar a realidade observada e extraída diretamente dos registros analisados.

Para a análise do conteúdo subsequente, faz-se necessário compreender a situação do aluno em relação à instituição. De acordo com o RAG, demonstrado na Figura 8, o discente poderá encontrar-se na condição de vínculo ativo no curso, situação na qual será enquadrado em uma das seguintes modalidades: "Regular", "Trancado", "Afastado" ou "Matrícula sub judice". Em uma segunda possibilidade, o discente finalizou com êxito seu percurso formativo, sendo, neste caso, classificado em uma das seguintes situações: "Formado", "Enade pendente" ou "Aguardando entrega de versão final". Por fim, contempla-se a hipótese de conclusão do vínculo acadêmico sem êxito, na qual o discente será categorizado em uma das hipóteses: "Transferido", "Jubilado", "Desistente", "Falecido", "Mudou de Curso" ou "Dissertação/Tese reprovada".

Figura 8 – Situação discente - RAG

Situação

Regular

Todas

Todas (ativo no curso)

Todas (finalizado sem êxito)

Ativo no curso

Regular

Trancado

Afastado

Matrícula sub judice

Finalizado com êxito

Formado

Enade pendente

Aguardando entrega de versão final

Finalizado sem êxito

Transferido

Jubilado

Desistente

Falecido

Mudou de Curso

Expulso

Dissertação/Tese reprovada

Fonte: Relatórios Analítico de Gestão – RAG, UTFPR (2025).

A incorporação da análise referente à situação acadêmica dos discentes fundamenta-se na necessidade de uma compreensão precisa do universo amostral a ser considerado na pesquisa. Esta definição é importante, por exemplo, para avaliar a taxa de estudantes contemplados pela política de Assistência Estudantil, sobretudo ao se estabelecer se a análise incluirá apenas discentes com matrícula regular ou se também abrangerá aqueles com situação acadê-

mica ativa, o que pode impactar diretamente na interpretação dos resultados e na formulação de indicadores mais precisos. Considera-se aluno regular aquele que ingressa na universidade mediante processo de seleção oficial, ocupando uma vaga nos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação (UTFPR, 2020). O jubramento é o desligamento compulsório do estudante que não finaliza o curso no prazo máximo estabelecido em função da duração do curso. O trancamento de matrícula no curso é a interrupção total das atividades escolares a pedido do estudante e será concedido por um tempo máximo de 4 (quatro) períodos letivos no regime semestral e 2 (dois) períodos letivos no regime anual, consecutivos ou não. Já o estudante ativo é aquele estudante que esteja no sistema acadêmico em situação regular, em mobilidade (nacional ou internacional), matriculado sub judice ou trancado. O processo de afastamento do estudante ocorre por aprovação em programas de intercâmbio (UTFPR, 2019b). A Figura 9 apresenta uma visão semestral da distribuição dos alunos conforme as diferentes situações de vínculo com a UTFPR.

Figura 9 – Alunos por situação

Ingressantes	4810	3948	4648	4415	4723	4050	4253	3441	3839	3206	3926	2653	3477	3054
Regular	27087	26647	27448	26879	29527	29206	30385	29801	29896	28051	26848	25399	24798	23921
Trancado	2349	2604	2642	2948	2131	2485	2870	3352	3913	4048	4265	4320	3191	3538
Afastado	221	303	286	346	218	151	133	153	189	225	234	230	211	242
Formado	1180	1517	1494	1572	1153	862	725	1229	1467	1673	1525	1607	1546	1451
Desistente	2319	2191	2556	2467	1930	2877	2362	2496	2311	2934	3517	2325	3361	2363
Enade pendente	50	4	3	6	0	1	82	2	39	4	6	11	4	11
Falecido	4	3	6	3	16	1	6	6	5	4	5	9	8	5
Jubilado	29	37	47	60	35	6	0	0	1	8	32	27	24	6
Mudou de curso	399	28	70	158	133	75	1	0	18	163	184	93	182	68
Sub judice	10	8	7	3	5	4	5	4	7	8	9	11	6	6
Transferido	78	29	112	127	140	101	10	8	59	130	135	63	86	47
Expulso	0	0	1	1	0	0	2	0	1	1	0	0	0	0
	2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2
	Semestre													

Fonte: autoria própria (2025).

As informações resultantes do RAG proporcionam um exame pormenorizado, semestre a semestre, compreendendo o período de 2018/1 a 2024/2. Parte deste período coincide com o momento em que o país e o mundo adotaram medidas de isolamento social em decorrência da pandemia de Covid-19. No Brasil, o primeiro caso registrado de Covid-19 – uma doença infecciosa respiratória aguda causada pelo vírus SARS-CoV-2 – ocorre em 26 de fevereiro de 2020 e, por meio da Portaria nº 913, de 22 de abril de 2022, foi oficialmente declarado o fim do período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Covid-19.

Esse período de pandemia impactou a UTFPR, exigindo que se repensassem as estratégia de atendimento dos discentes, principalmente em relação aqueles em situação de maior vulnerabilidade, considerando o volume restrito de recursos destinados à Assistência Estudantil e a necessidade de a universidade atuar conforme a disponibilidade orçamentária. Durante todo o período da pandemia, a universidade manteve o atendimento aos discentes, adotando, para isso, uma configuração de trabalho compatível com as exigências do isolamento social. Toda-

via, pode-se inferir que a pandemia acarretou consequências para os estudantes da instituição, entre outras, pelo elevado número de alunos com matrículas trancadas.

Os dados resumidos na Figura 9 estão desdobrados por campus na Figura 29, sendo apresentados com maior nível de detalhamento nas figuras 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44. Observa-se, a partir da Figura 9, que em todos os semestres analisados, o número de alunos formados é significativamente inferior ao de desistentes, com destaque para os picos de diferença registrados em 2020/2, 2023/1 e 2024/1. Este cenário reforça a importância de iniciativas como o PNAES, cujo objetivo é reduzir as taxas de retenção e evasão na educação pública federal. Um aluno trancado não pode ser considerado retido, é importante destacar que a retenção se refere à situação do estudante que, mesmo matriculado, não avança para a etapa seguinte do curso por motivos como reprovação ou descumprimento da carga horária mínima. Já o trancamento é uma pausa autorizada no curso e não uma falha no desempenho. Contudo, é importante analisar em que medida a solicitação de trancamento de matrícula pode estar associada a fatores que poderiam ser mitigados por ações relacionadas Assistência Estudantil. Pode-se inferir que o trancamento, em algumas situações, pode estar relacionado a questões como a dificuldade de aprendizagem, o que exigiria um trabalho pedagógico, psicológico ou financeiro, o que demandaria uma intervenção por meio do auxílio estudantil. Na Figura 9 percebe-se um aumento do número de trancamentos, principalmente no período pós-pandemia.

4.1 Instrumentos normativos e operacionais relacionados à Assistência Estudantil

Neste tópico a discussão tem seu foco voltado ao primeiro aspecto proposto no terceiro objetivo específico da pesquisa, que consiste na identificação da abrangência dos diferentes instrumentos normativos e operacionais da UTFPR relacionados à Assistência Estudantil.

A Assistência Estudantil na UTFPR é compreendida como um conjunto de medidas que impulsionam a permanência e o êxito dos estudantes na instituição, sob a ótica da inclusão social, desenvolvimento integral, construção do conhecimento, fortalecimento do rendimento acadêmico e qualidade de vida (UTFPR, 2018). A Política de Assuntos Estudantis é um documento normativo que reflete esta convicção, destacando a relevância de abordar questões, ações, projetos e programas relacionados ao bem-estar, engajamento e desenvolvimento dos discentes (UTFPR, 2024a). Esta política foi aprovada mediante a Deliberação nº 34, de 17 de dezembro de 2018, do COUNI (UTFPR, 2018).

Os termos "Assistência Estudantil" e "assuntos estudantis" são empregados de maneira variável, ora utilizados como sinônimos, ora como conceitos complementares, e, em alguns casos, como categorias distintas. A Assistência Estudantil é comumente empregada para designar programas, projetos e iniciativas direcionadas a estudantes que apresentam vulnerabilidades de natureza socioeconômica ou acadêmica. O termo assuntos estudantis refere-se, comumente, a um conjunto abrangente de medidas destinadas a assegurar a permanência e o desempenho acadêmico dos estudantes. Essas ações não se limitam às situações de vulnerabilidade, mas também incluem iniciativas voltadas ao desenvolvimento acadêmico, à formação humana,

cultural, artística, ética, científica e crítica. Entretanto, em algumas abordagens, a Assistência Estudantil também abrange essa concepção mais ampla (UTFPR, 2024a).

Deste modo, as ações de Assistência Estudantil englobam o atendimento e o acompanhamento dos discentes e também a realização de práticas especializadas, favorecendo a igualdade de oportunidade e, desse modo, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico, com atuação preventiva quanto à retenção e evasão. No âmbito desta Política, são contemplados todos os estudantes que cumpram os critérios estabelecidos em cada uma das ações desenvolvidas, assim como aqueles que estejam regularmente matriculados conforme as normas da instituição (UTFPR, 2023a).

A área de Assistência Estudantil tem como atribuição o planejamento, a coordenação, a supervisão e a execução das ações voltadas ao corpo discente, com o objetivo de promover condições que favoreçam a permanência institucional, a progressão acadêmica e a conclusão do curso (UTFPR, 2017a). Atualmente, as iniciativas, projetos e intervenções voltadas à assistência e assuntos estudantis são elaboradas e implementadas no contexto da Assessoria de Assuntos Estudantis (ASSAE). Nos campi, as ações, em sua maioria, são desenvolvidas pelos Núcleos de Acompanhamento Psicopedagógico e Assistência Estudantil (NUAPEs) e pelos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão (NAIs) (UTFPR, 2024a).

Nos campi, os Departamentos de Educação (DEPEDs) são organizados em dois núcleos, Núcleo de Ensino (NUENS) e NUAPE, sendo que este último realiza o acompanhamento pedagógico, psicológico e assistencial dos discentes, visando à sua permanência e ao aprimoramento no processo de ensino-aprendizagem, enquanto o NUENS realiza atividades voltadas ao suporte pedagógico dos cursos de graduação e de educação profissional propostas, a nível de reitoria, pelo Departamento de Educação (DEPEDUC) (UTFPR, 2017a). As atividades do NUAPE transcendem a concessão de auxílios estudantis ao desenvolverem um conjunto de atividades cujo objetivo é acolher, acompanhar, encaminhar discentes em dificuldades, assim como a realização de serviços e ações em que o objetivo consiste na permanência com qualidade do discente no ensino superior. Para este fim, são realizados atendimentos individuais e em grupo, ações preventivas, além de promover o acesso à informação, cultura, esporte, bem-estar e saúde mental, entre outras atividades. Sem, contudo, deixar de ressaltar o papel fundamental da Assistência Estudantil para uma universidade de excelência (UTFPR, 2024a).

A Figura 10 apresenta a abrangência da Assistência Estudantil na UTFPR, evidenciando a estrutura e as principais áreas de atuação sob a coordenação da Assessoria de Assuntos Estudantis (ASSAE). O esquema ilustra como as diferentes ações e programas se organizam institucionalmente, indicando as modalidades de auxílio ofertadas em todos os campi da universidade.

Figura 10 – Abrangência da Assistência Estudantil na UTFPR, sob coordenação da ASSAE



Fonte: UTFPR (2023a, p. 267).

Na UTFPR, a Política de Assuntos Estudantis é estruturada a partir de eixos, os quais se organizam em: assistência socioeconômica; atendimento e acompanhamento psicológico, pedagógico e social; inclusão, diversidade e cidadania, visando promover, por meio de ações e serviços, a acessibilidade e inclusão dos estudantes com necessidades educacionais específicas; respeito às especificidades étnico-raciais, culturais, religiosas, de gênero e de diversidade sexual; e qualidade de vida acadêmica, por meio de ações e serviços focados na saúde, esporte, cultura e lazer, valorizando o bem-estar e a integração estudantil e a produção técnica e científica (UTFPR, 2023a).

Esse bem-estar estudantil é uma preocupação da instituição e que pôde ser observado por meio de textos oficiais elaborados pela instituição durante o período analisado neste estudo (2018 a 2024), evidenciado também por um conjunto de ações implementadas. O edital do Protagonismo Estudantil, publicado anualmente, envolvia a seleção de projetos que fomentassem a resolução de problemas locais do campus, a melhoria do apoio pedagógico através de instrumentos, ferramentas e ações que promovessem o bem-estar (UTFPR, 2024a). Neste ano, o Protagonismo Estudantil foi substituído pelo programa intitulado Suporte, Orientação e Mentoria Acadêmica (SOMA).

A preocupação com o bem-estar estudantil também se manifesta por meio do Edital do programa Qualidade de Vida Estudantil, de 2015, o qual visava apoiar, por meio de recurso da instituição, projetos desenvolvidos por servidores técnicos administrativos ou docentes, envolvendo ações de aprimoramento da qualidade de vida dos discentes da instituição, tais como as atividades que favoreçam o bem-estar físico, mental e emocional dos discentes. Embora o edital tenha encerrado sua execução em 2020, tratava-se de uma ação da instituição visando o bem-

estar (UTFPR, 2024a). Tal busca pelo bem-estar estudantil também se manifesta nas ações e atendimento dos psicólogos, interpretes de libras, pedagogos.

O NUAPE, em cada campus da UTFPR, no contexto da Assistência Estudantil, realiza o atendimento especializado direcionado aos discentes e, quando necessário, aos seus responsáveis legais. Estas ações visam à promoção e ao acompanhamento integral dos discentes nas áreas de apoio psicológico, pedagógico, social e de saúde, com atenção especial aos estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem ou enfrentam desafios de adaptação ao ambiente universitário. Cabe também aos NUAPEs a responsabilidade pela organização e execução dos serviços de atenção à saúde discente, abrangendo as áreas médica, de enfermagem e odontológica, condicionados à disponibilidade de recursos humanos e materiais.

O Relatório de Autoavaliação Institucional da UTFPR referente ao ano de 2023, que abrangeu integralmente o exercício de 2022, destacou-se pela abrangência e profundidade com que tratou a Assistência Estudantil, apresentando um conjunto denso de informações e dados qualitativos e quantitativos relacionados às ações e políticas de apoio ao discente. A opção por apresentar os dados referentes ao ano de 2022, em vez de dados mais recentes, deve-se ao fato de que os Relatórios de Autoavaliação Institucional posteriores não disponibilizam essas informações. Alguns dos conjuntos de dados podem ser visualizados no Quadro 10. Documentos institucionais e normativos, a exemplo do PDI 2023 a 2027; da PNAES, Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024; da Política de Assuntos Estudantis da UTFPR, Deliberação nº 34/2018; do Programa de Auxílio Estudantil da UTFPR, Deliberação nº 36/2017, fundamentam as ações de assistência e assuntos estudantis na UTFPR.

Quadro 10 – UTFPR - Indicadores da Assistência Estudantil - 2022

Atendimentos	Número de atendimentos realizados
Atendimentos nutricionais - somente campus Curitiba	213
Atendimentos sociais	9.301
Atendimentos pedagógicos	4.818
Atendimentos psicológicos	5.952
Demais atendimentos	1.947
Atendimento necessidades educacionais específicas	1.062
Atendimentos a pessoas com deficiência	3.190
Atenção à saúde	Número de atendimentos realizados
Enfermagem	2.926
Médico	500
Odontológico	2.031
Total	31.940

Fonte: UTFPR (2023, p. 219).

A partir dos dados apresentados no Quadro 10, é possível afirmar que, considerando o número de alunos regulares da instituição – conforme exposto anteriormente na Figura 29 –, a UTFPR atendeu, em 2022, um número expressivo de discentes por meio das políticas de Assistência Estudantil, totalizando 31.940 atendimentos. Este volume evidencia não apenas a amplitude da política institucional, mas também a preocupação efetiva da universidade em responder às demandas sociais e acadêmicas de seu corpo discente. Tal indicador revela o

compromisso da UTFPR com a inclusão, a permanência e o bem-estar estudantil, especialmente em um cenário de desafios socioeconômicos enfrentados por muitos estudantes. Além disso, estes dados reforçam a importância da Assistência Estudantil como política estratégica para a democratização do acesso ao Ensino Superior e para a redução das desigualdades educacionais, consolidando-se como um fator relevante para a permanência e o êxito acadêmico no ambiente universitário.

4.1.1 Auxílio Estudantil

O Programa Auxílio Estudantil da UTFPR tem por objetivo a democratização e a ampliação das condições de permanência dos discentes na universidade, por meio do estímulo ao desenvolvimento acadêmico, visando à diminuição das taxas de evasão e à retenção dos discentes (UTFPR, 2017c). Para isso, este programa conta com quatro modalidades de auxílios estudantis oferecidas aos discentes da instituição: alimentação, moradia, básico e infância (UTFPR, 2024a).

Até a publicação do Edital nº 01/2024 – PROGRAD/ASSAE, o processo seletivo do Programa de Auxílio Estudantil (PAE) era regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Com a publicação do Edital nº 01/2025 – PROGRAD/ASSAE, o referido processo passa a ser regido pelas diretrizes legais instituídas pela Lei nº 14.914, de 03 de julho de 2024, que estabelece a PNAES, conferindo-lhe uma nova fundamentação legal. O PAE é um programa voltado ao processo de seleção e classificação dos estudantes da UTFPR, considerando as condições de vulnerabilidades sociais, econômicas e de saúde do grupo familiar do estudante, para a concessão do Auxílio Estudantil, nas modalidades: alimentação, básico, infância e moradia.

No âmbito deste processo seletivo, procede-se à verificação documental por meio da análise técnica dos arquivos submetidos eletronicamente por meio do portal institucional, em conformidade com as exigências estabelecidas em edital. Os discentes que apresentarem documentação em desacordo com os critérios estabelecidos – seja por omissão de documentos obrigatórios, por inconsistências nas informações apresentadas, por não conformidade temporal entre o período exigido no edital e o período indicado nos documentos submetidos – e que não sanarem as pendências durante o período destinado à complementação de documentos, terão suas solicitações indeferidas de forma definitiva.

Os estudantes cuja inscrição for deferida serão classificados em uma lista unificada em ordem decrescente do Índice de Vulnerabilidade. No cálculo deste índice, é levado em consideração vários fatores: renda familiar per capita, condição de moradia do grupo familiar, situação atual de moradia do estudante, outro membro do grupo familiar cursando graduação, estudante cotista, condições de saúde do estudante, condições de saúde de outro membro do grupo familiar e situações atípicas da família — situações que ocorrem na vida do estudante ou do grupo familiar agravantes de sua vulnerabilidade de acordo com parecer emitido pelo profissional de serviço social (UTFPR, 2025a), conforme Quadro 11.

Quadro 11 – Pontuação para cálculo do Índice de Vulnerabilidade do(a) estudante com inscrição deferida.

	Critério	Pontuação
Renda Familiar Per Capita	Maior que 1,35 e menor igual a 1,50 salário mínimo	0
	Maior que 1,20 e menor igual a 1,35 salário mínimo	0
	Maior que 1,00 e menor igual a 1,20 salário mínimo	0
	Maior que 0,90 e menor igual a 1 salário mínimo	40
	Maior que 0,75 e menor e igual a 0,90 salário mínimo	50
	Maior que 0,60 e menor e igual a 0,75 salário mínimo	60
	Maior que 0,45 e menor e igual a 0,60 salário mínimo	70
	Maior que 0,30 e menor e igual a 0,45 salário mínimo	80
	Maior que 0,15 e menor e igual a 0,30 salário mínimo	90
	Maior e igual a 0 e menor e igual a 0,15 salário mínimo	100
Condição de Moradia do Grupo Familiar (Segurança e Despesa)	Própria	0
	Financiada (em pagamento)	10
	Ocupação	10
	Alugada	20
Situação Atual de Moradia do(a) Estudante (reside com)	Pais / Outros familiares / Cônjuge sem filhos	0
	Sozinho(a)	5
	Moradia Compartilhada (Pensionato / República / ou similares)	10
	Cônjuge e Filhos	15
	Apenas com Filhos	20
Outro Membro do Grupo Familiar Cursando Graduação	Apenas o(a) estudante cursa graduação	0
	Outro familiar cursa graduação	5
Estudante Cotista	Não Cotista	0
	Cotista	5
Condições de Saúde do(a) Estudante	Não possui doença crônica com complicações e/ou deficiência	0
	Possui doença crônica com complicações e/ou deficiência	5
Condições de Saúde de outro membro do grupo familiar	Não possui doença crônica com complicações e/ou deficiência	0
	Possui doença crônica com complicações e/ou deficiência	5
Situações atípicas da família	Situação na vida do(a) estudante ou do grupo familiar que se configure como agravante de vulnerabilidade de acordo com o parecer social do profissional de Serviço Social	20 até 40

Fonte: recorte adaptado (UTFPR, 2025a).

A concessão dos auxílios aos discentes ocorre conforme critérios que envolvam o índice de vulnerabilidade socioeconômica, a escolha das modalidades no momento da inscrição e a devida comprovação da situação declarada. Por exemplo, um estudante que solicita os auxílios referentes a almoço, jantar, básico e moradia, mas não comprova a condição exigida para o auxílio moradia, poderá ser contemplado apenas nas demais modalidades. Ainda assim, a concessão está condicionada ao seu índice de vulnerabilidade, podendo o discente ser contemplado em uma ou mais modalidades de acordo com este critério.

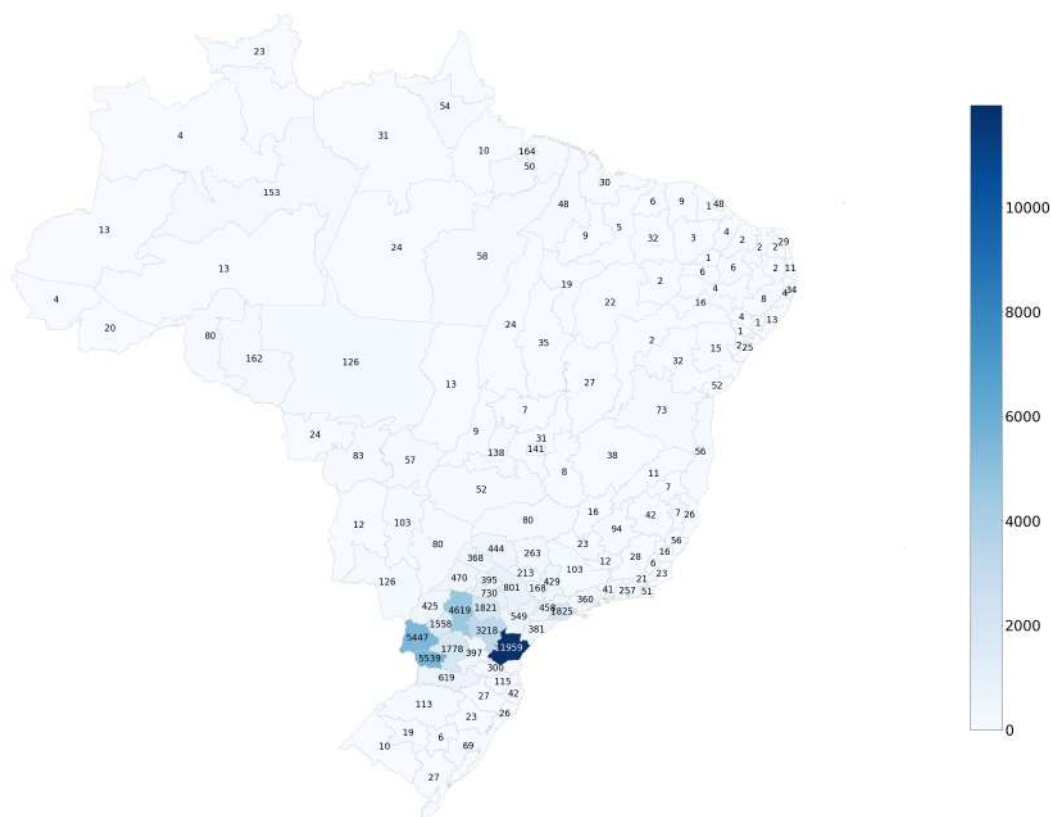
Os montantes atribuídos a cada modalidade de auxílio vêm detalhadamente especificados nos editais. Até a publicação do Edital nº 02/2022 - PROGRAD/ASSAE, o valor estipulado era de R\$ 300,00, sendo majorado para R\$ 350,00 a partir do Edital nº 01/2023 - PROGRAD/ASSAE, para a modalidade auxílio moradia. A mesma lógica de atualização incide sobre o auxílio básico, cujo valor foi reajustado de R\$ 200,00 para R\$ 250,00 a partir do mesmo edital. Ressalta-se, ainda, a introdução do auxílio infância, previstos nos editais nº 01/2024 e nº 01/2025 - PROGRAD/ASSAE, com valor fixado em R\$ 250,00.

O auxílio alimentação enquanto benefício assistencial visa assistir os discentes quanto às despesas decorrentes de alimentação, mediante a disponibilização de refeições, prioritariamente por meio dos Restaurantes Universitários (RUs) da UTFPR, durante os períodos e dias letivos. Na hipótese do Restaurante Universitário (RU) deixar de operar durante os períodos ou dias letivos, o auxílio alimentação, na modalidade almoço e/ou jantar, será disponibilizado por meio de transferência financeira diretamente para a conta bancária do estudante beneficiário do referido auxílio (UTFPR, 2025a). Nos campi em que não há unidade do RU em funcionamento ou nos casos em que o discente esteja impossibilitado de utilizá-lo, é realizado o pagamento de auxílio financeiro substitutivo, com um valor mensal como referência e estipulado em edital para o almoço e para o jantar. Este valor era de R\$ 75,00 conforme o Edital nº 36/2019 PROGRAD/ASSAE, sendo reajustado para R\$ 100,00 nos editais nº 05/2021, nº 02/2022 e nº 01/2023 PROGRAD/ASSAE. A partir do Edital nº 01/2024, o auxílio passou a ser de R\$ 150,00. Os valores referem-se à concessão do auxílio para uma das refeições (almoço ou jantar), devendo ser calculados em duplicidade para os casos em que o discente for contemplado simultaneamente nas duas modalidades. Este auxílio atende ao objetivo previsto no inciso II, do parágrafo § 1º, do art. 5º, da Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024 e inciso II, do parágrafo § 1º, do art. 3º, do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 na área que o PNAES denomina alimentação.

O auxílio moradia tem por finalidade subsidiar os custos relacionados à locação de imóvel por discentes UTFPR, que, por razões acadêmicas, se obriga a fixar residência fora de sua localidade de origem, sendo disponibilizado sob a forma de subsídio financeiro (UTFPR, 2025a). Este auxílio atende ao objetivo previsto no inciso I, do parágrafo § 1º, do art. 5º, da Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024 e inciso I, do parágrafo § 1º, do art. 3º, do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 na área de moradia estudantil.

O auxílio moradia é um instrumento fundamental de apoio aos estudantes, uma vez que a UTFPR recebe discentes provenientes de todo o Brasil, que encontram na UTFPR a oportunidade de cursar um ensino superior de qualidade. Considerando o exposto, a Assistência Estudantil desempenha um papel importante ao fomentar a inclusão desses estudantes no ensino superior. A partir de consulta ao RAG, foi possível identificar a origem dos estudantes da instituição, por mesorregião, entre 2018/1 e 2024/2, conforme demonstrado na Figura 11.

Figura 11 – Distribuição dos ingressantes na UTFPR (2018/1 até 2024/2) por mesorregião de origem



Fonte: autoria própria, a partir de dados extraídos do RAG (2025).

Por meio da Figura 11, observa-se a origem dos ingressantes conforme a mesorregião. Ao analisar por microrregião, foi possível identificar que 58,03% dos ingressantes da UTFPR, no período de 2018/1 a 2024/2, são oriundos da mesma microrregião do campus em que ingressaram. Em números absolutos, isto corresponde a 28.766 estudantes, enquanto 20.803 são de outras microrregiões. Este cenário reforça o papel estratégico da universidade no processo de inclusão educacional, ao possibilitar o acesso ao Ensino Superior para estudantes que, de outra forma, enfrentariam dificuldades para frequentar instituições distantes de suas residências. Ao mesmo tempo, evidencia a preocupação da UTFPR em apoiar a permanência de alunos vindos de outras localidades, por meio de políticas de Assistência Estudantil que buscam reduzir as desigualdades e garantir condições adequadas para a continuidade dos estudos.

O auxílio básico busca contribuir com os custos relacionados a material didático, transporte, internet e demais despesas associadas à permanência do estudante na instituição, sendo concedido na forma de auxílio financeiro. Este auxílio atende aos objetivos previstos nos incisos III e V, do parágrafo § 1º do art. 5º da Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024 e incisos III e V, do parágrafo § 1º do art. 3º do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 nas áreas de transporte e inclusão digital.

O auxílio infância tem por objetivo apoiar o estudante da UTFPR que possua filho(s) com idade entre 0 e 6 anos incompletos, concedido na forma de recurso financeiro em valor,

independentemente da quantidade de filhos. Para isso, a criança deve residir com o estudante e fazer parte de seu grupo familiar durante o registro formal de solicitação do Auxílio Estudantil (UTFPR, 2025a). Este auxílio atende ao objetivo previsto no inciso VIII, do parágrafo § 1º, do art. 3º, do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, referente à área denominada creche. No inciso VIII, do parágrafo § 1º, do art. 5º, da Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, esta área passa a ser denominada atendimento pré-escolar a dependentes.

O período de concessão do auxílio aos estudantes contemplados não se alinha integralmente ao ano civil (1º de janeiro a 31 de dezembro). Em geral, os benefícios têm início em março ou abril do ano de publicação do edital e se estendem até março ou abril do ano subsequente, quando há a publicação de um novo edital. Esta publicação inicia um novo processo classificatório por meio do cálculo do índice de vulnerabilidade. Esta observação é relevante, uma vez que os dados relacionados ao auxílio estudantil utilizados nesta pesquisa estão organizados em recortes semestrais.

4.1.2 Programa de Bolsa Permanência (PBP)

Estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013, sob a forma de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior, dos cursos de graduação, com carga horária mínima diária de 5 horas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, compreendido esta como a renda familiar per capita não superior a 1,5 (um e meio) salário mínimo nacional, assim como para estudantes indígenas e quilombolas, sem restrição quanto à carga horária diária do curso ou renda. Este programa sofreu alterações, e, atualmente, destina-se a assegurar a permanência no curso de graduação presencial das IFES somente a discentes indígenas e quilombolas vulneráveis socioeconomicamente, cabendo às IFES o processo seletivo de monitoramento e de informação regular sobre o atendimento dos requisitos de participação dos estudantes contemplados (UTFPR, 2024a).

4.1.3 Protagonismo

No segundo semestre de 2014, foi introduzida uma inovação institucional com o propósito de promover a permanência discente, por meio da divulgação do Edital AE01/2014 UTFPR - Protagonismo Estudantil, por parte da ASSAE. O edital do programa é publicado anualmente visando à seleção de projetos voltados ao desenvolvimento de novas práticas que estimulem o surgimento de uma cultura de engajamento e proatividade dos estudantes dentro da UTFPR. Os projetos são desenvolvidos pelo estudante selecionado, o qual recebe uma bolsa, e são orientados por um servidor técnico-administrativo ou docente, responsável pelo acompanhamento e desenvolvimento do projeto pelo estudante (UTFPR, 2024a).

4.1.4 Participação de Discentes em Eventos

A finalidade deste programa é prover assistência aos estudantes por meio de auxílios para o pagamento de inscrição e/ou ajuda de custos com deslocamentos, alimentação, estadia dos discentes ao participarem de eventos técnico-científicos, culturais, esportivos, artísticos, olimpíadas do conhecimento, empresas juniores, concursos/competições extracurriculares, correlatos às áreas de formação dos respectivos cursos, sejam eles de âmbito nacional ou internacional. A seleção é realizada com base na solicitação dos estudantes e na disponibilidade de recursos financeiros (UTFPR, 2024a).

O programa contempla duas áreas de atuação – previstas nos incisos VI e VII, do parágrafo § 1º do art. 5º da Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024 e incisos VI e VII, do parágrafo § 1º do art. 3º do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 – a cultura e o esporte.

Anualmente, é aberto período para a inscrição dos discentes em eventos. Nesse intervalo, os estudantes preenchem um formulário e enviam os comprovantes de inscrição nos eventos. Atendendo aos requisitos estabelecidos, recebem o recurso financeiro, sendo obrigados a comprovar a participação nos eventos conforme as exigências prevista no ato de inscrição. O edital não contempla a participação apenas como ouvinte.

4.1.5 Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior – PROMISAES UTFPR

O Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes) busca oferecer suporte financeiro em dinheiro a estudantes estrangeiros participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), e assim, promover a cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e os países com os quais firma acordos, principalmente africanos e latino-americanos, no campo da educação e cultura (UTFPR, 2024a). Por meio do PEC-G, a UTFPR recebe estudantes de países em desenvolvimento para cursarem uma graduação. Ao ingressarem na instituição pelo PEC-G, os discentes estão habilitados a concorrerem a dois tipos de bolsas, o Promisaes — com recursos do MEC — e a Bolsa Mérito — com recursos do Ministério de Relações Exteriores (MRE). A seleção do Promisaes ocorre anualmente pela própria UTFPR, ao passo que a seleção para a Bolsa Mérito é conduzida pelo MRE (UTFPR, 2017b).

4.1.6 Auxílio Estudantil Emergencial

A implementação deste programa ocorre em 2015, com o pagamento em pecúnia aos estudantes em condição de extrema vulnerabilidade, mas é por meio da Resolução nº 36/2020 - COGEP, de 17 de agosto de 2020, que o Regulamento para Concessão do Auxílio Estudantil Emergencial para Estudantes Matriculados nos Cursos Regulares da UTFPR foi aprovado, ainda que tenha sido executado por um longo período. O objetivo deste programa é oferecer

apoio ao discente, visando atenuar a vulnerabilidade socioeconômica proveniente de situações eventuais, adversas e momentâneas, que não coincidam com o período de inscrição no Programa de Auxílio Estudantil. Após o esgotamento das alternativas viáveis à resolução da situação causadora da solicitação e subsequente à avaliação socioeconômica fundamentada em parecer técnico emitido por profissional do Serviço Social, são concedidos auxílios pecuniários aos discentes que demandam o suporte da UTFPR (UTFPR, 2024a).

4.1.7 Seguro de Vida

O seguro contra acidentes pessoais abrange os discentes dos cursos do Ensino Médio Técnico, Graduação, Pós-Graduação *Stricto Sensu*, bem como estagiários com matrícula ou vínculo formal com a universidade, em todos os 13 campus da instituição. O objetivo do seguro é garantir a proteção e o bem-estar dos indivíduos cobertos em situações de sinistro, com ênfase nos eventos ocorridos nas dependências da UTFPR ou sob sua responsabilidade. A cobertura inclui acidentes que resultem em morte, invalidez total ou parcial, além de despesas médico-hospitalares relacionadas (UTFPR, 2025b).

4.1.8 Inclusão de Estudantes com Necessidades Específicas

Núcleos de Acessibilidade e Inclusão (NAI), estabelecido por meio da Instrução Normativa PROGRAD/ASSAE nº 2, de 4 de julho de 2019, é um órgão de acolhimento, orientação e acompanhamento das pessoas com necessidades específicas de aprendizagem. Já a Comissão Central de Acessibilidade e Inclusão tem por objetivo a propositura de alternativas para a inclusão do público-alvo da educação especial, educação inclusiva e diversidade, mediante a elaboração de projetos de fomento aos órgãos competentes (UTFPR, 2023a). O descrito nesta subseção atende a uma das áreas do PNAES, prevista no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, o qual traz:

§ 1º As ações de Assistência Estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: [...] X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010, art. 3º, § 1º, inciso X).

Ou com redação mais recente:

§ 1º As ações de Assistência Estudantil do PAE serão desenvolvidas mediante a concessão de benefício direto ao estudante assistido pelo programa e direcionadas a: [...] X - acesso, participação, aprendizagem e acompanhamento pedagógico de estudantes: a) com deficiência, nos termos da legislação; b) com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades e superdotação; c) beneficiários de políticas de ação afirmativa estabelecidas na legislação" (BRASIL, 2024, art. 5º, § 1º, inciso X).

Em 13 de junho de 2022, foi publicada a Instrução Normativa PROGRAD/ASSA-E/UTFPR que regula, os processos de acompanhamento de alunos com necessidades educacionais específicas, competindo aos NUAPes realizar o atendimento. A ação é direcionada aos estudantes com dificuldades educacionais relacionadas às condições de saúde, disfunções ou limitações que exijam adaptações razoáveis no contexto acadêmico, em caráter permanente ou temporário, que não correspondam ao público-alvo da educação especial. Tem por objetivo assegurar à comunidade acadêmica o suporte e acompanhamento sob uma ótica educativa e inclusiva, no que tange ao acesso e à permanência na instituição. Viabiliza, assim, o fortalecimento do vínculo entre o estudante e a instituição, por meio das adaptações razoáveis que, além de assegurar um direito, funcionam como uma estratégia para combater a retenção e a evasão (UTFPR, 2024a).

4.1.9 Atendimento Pedagógico

A UTFPR, por intermédio dos NUAPes, disponibiliza atendimento psicológico, de assistência social, de interpretação em Libras, bem como acompanhamento pedagógico. Este último pode ocorrer por iniciativa do próprio estudante ou por meio de ações voltadas ao seu acolhimento, atendendo a um dos objetivos do PNAES, que consiste no apoio pedagógico, previstas nos incisos IX, do parágrafo § 1º, do art. 5º, da Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024 e incisos IX, do parágrafo § 1º, do art. 3º, do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. O atendimento pedagógico é importante no contexto da UTFPR, por contribuir diretamente para a permanência, a inclusão e o êxito acadêmico do discente, prestando suporte ao longo de sua trajetória acadêmica até a conclusão do curso.

As análises apresentadas permitem afirmar que a Assistência Estudantil da UTFPR contempla as dez áreas previstas no Decreto nº 7.234/2010, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Esta abrangência é fundamental, pois garante que as ações desenvolvidas pela instituição não estejam limitadas apenas à concessão de auxílios financeiros, antes abranjam também, de forma integrada, dimensões essenciais para a permanência e o bem-estar dos estudantes no ambiente universitário, como alimentação, moradia, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, apoio pedagógico, creche e apoio a estudantes com deficiência.

Atender a estas dez áreas assegura que a UTFPR cumpra uma exigência normativa, mas sobretudo, que estabeleça o seu compromisso institucional com a promoção da equidade, da inclusão social e da democratização do acesso e da permanência no Ensino Superior público de qualidade. Em um contexto marcado por desigualdades socioeconômicas e regionais significativas, especialmente em um estado como o Paraná, cuja diversidade geográfica e socioeconômica é expressiva, garantir a cobertura de todas essas áreas é essencial para reduzir as barreiras que dificultam o percurso acadêmico de estudantes em situação de vulnerabilidade.

Cabe salientar que a atuação nestas dez áreas fortalece o papel da UTFPR enquanto universidade multicampi e tecnológica, permitindo atender de forma mais adequada e sensível

às especificidades regionais e locais de cada unidade. Isto amplia a efetividade das políticas de Assistência Estudantil e contribui para o desenvolvimento acadêmico, social e profissional dos estudantes, potencializando a função social da universidade no território paranaense e nacional.

4.2 Viabilidade da aplicação de indicadores

Neste tópico busca-se atender ao proposto na segunda parte do terceiro objetivo específico, o qual volta-se para a análise da viabilidade da aplicação de indicadores de desempenho que integrem as dimensões de eficiência, eficácia e efetividade nas políticas da área da Assistência Estudantil no contexto da UTFPR. De modo preliminar pode-se inferir que há viabilidade da aplicação de indicadores de desempenho com base nos dados constantes do RAG; entretanto, alguns apontamentos são necessários. As informações armazenadas neste sistema apresentam elevada riqueza de informação; entretanto, apenas um subconjunto é aplicável à Assistência Estudantil, mais precisamente em relação ao auxílio estudantil.

O RAG é um instrumento de monitoramento voltado à análise contínua do desempenho acadêmico discente e da eficiência dos cursos ofertados pela instituição, possibilitando a atuação proativa dos gestores, com o objetivo de executar ações que mitiguem a evasão e promovam a retenção estudantil. O RAG foi disponibilizado em 2014 e está submetido a processos periódicos de aprimoramento contínuo. Com o propósito de aperfeiçoar a acessibilidade e a extração dos dados, esta ferramenta dispõe de recursos como “dashboards” com informações referentes ao curso, ao Campus e à UTFPR, por meio de tabelas e gráficos interativos, permitindo inclusive o acesso a nome, e-mail de contato dos alunos em determinadas turmas (UTFPR, 2019a).

Na Figura 12, é observada a interface gráfica de usuário do sistema RAG. De forma concomitante à funcionalidade de apresentação dos dados na tela de exibição, a aplicação também disponibiliza a funcionalidade de exportação de tabelas em formato de arquivo (.xlsx) compatível com o Microsoft Excel.

Figura 12 – Tela inicial do RAG

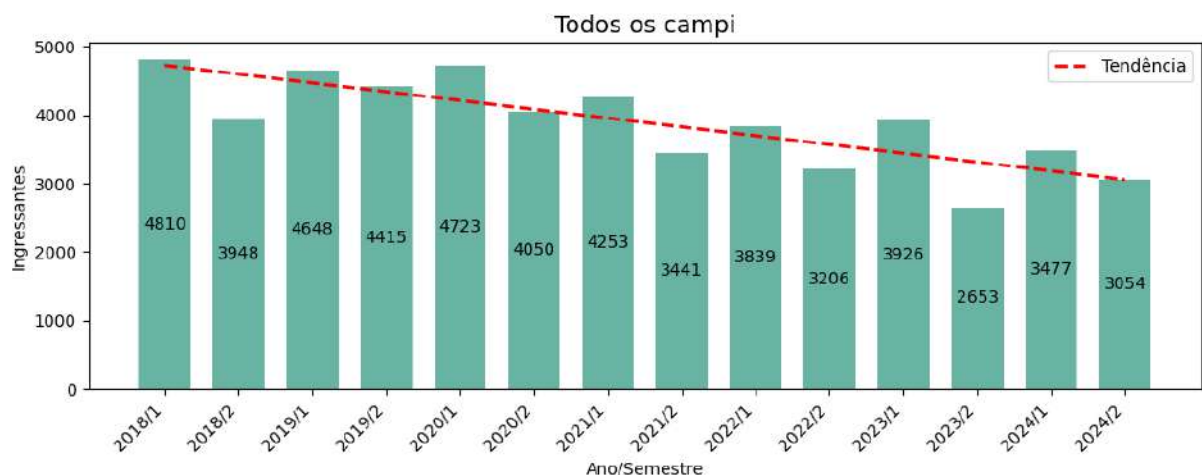


Fonte: Relatórios Analítico de Gestão – Rag, UTFPR (2025).

Os arquivos disponíveis no sistema podem ser processados utilizando ferramentas especializadas em análise de dados ou por meio de alguma linguagem de programação. Para os fins desta pesquisa, foi escolhida a linguagem de programação Python, a qual possibilita a extração de informações relevantes, desempenhando um papel importante na avaliação dos dados disponibilizados. Os diversos conjuntos de dados, assim como os métodos e filtros aplicados no processo de download, bem como os procedimentos de extração de informações, estão detalhados no Apêndice A.

O primeiro aspecto a ser evidenciado nesta pesquisa é a tendência de queda no número de ingressantes na UTFPR, conforme demonstrado pela linha tracejada no Gráfico 3, que representa a regressão linear dos dados.

Gráfico 3 – Ingresso de novos estudantes



Fonte: autoria própria, a partir dos dados da RAG (2025).

Embora se observe certa variação entre os semestres, o comportamento geral aponta para um decréscimo consistente no número de estudantes que ingressam na UTFPR entre 2018/1 e 2024/2. Os dados mostram que, se no início do período o número de ingressantes ultrapassava 4.800 estudantes em um semestre, nos períodos mais recentes, este número caiu para pouco mais de 3.000.

Essa tendência de redução no ingresso de novos estudantes pode estar associada a múltiplos fatores, incluindo mudanças no perfil socioeconômico da população, diminuição na procura pelo ensino superior público em determinadas regiões e impactos do cenário pós-pandemia de Covid-19, que afetam a capacidade de oferta e atratividade dos cursos.

A constatação observada nos dados da UTFPR referentes ao ingresso de novos estudantes na instituição reflete uma tendência mais ampla, não se restringindo ao contexto desta instituição. Conforme reportagem da UNESP (2023), verifica-se uma redução contínua do número de jovens candidatos a vagas no Ensino Superior em anos recentes. Entre os fatores considerados como causas deste fenômeno estão a retração econômica, combinado com período de pandemia, os quais afetaram as inscrições para o Enem e os vestibulares de universidades estaduais, e que esta redução foi mais acentuada em segmentos de menor poder aquisitivo. Em 2022, o número de inscritos no Enem foi o segundo menor desde 2005, antes da prova assumir o caráter de um vestibular nacional. Situação semelhante ocorre em alguns dos vestibulares mais tradicionais e mais concorridos do país. Em São Paulo, nas universidades estaduais de Campinas (Unicamp) e Paulista (Unesp), o número de concorrentes em 2022 foi o menor desde 2012: 61,2 mil e 67,5 mil, respectivamente. Ao passo que o vestibular da Universidade de São Paulo (USP) apresentou o menor número de inscritos em 2021, 110,7 mil, com um ligeiro acréscimo no ano de 2022, 114 mil, embora muito abaixo do recorde registrado em 2013, quando 172 mil candidatos fizeram a inscrição para o vestibular do ano letivo de 2014 (UNESP, 2023). No âmbito da UTFPR, a Reitoria, a PROGRAD, as Diretorias de Campus e as DIRGRADs demonstram preocupação com os indicadores relacionados ao total de alunos, número de estudantes ativos, total de formandos e à Taxa de Conclusão Semestral, especialmente diante da expressiva redução no número de alunos ativos, que passou de 36.650, em 2022, para 28.168, em 2024 (UTFPR, 2025c).

Entre os pontos citados na reportagem da UNESP (2023) estão o enfraquecimento das políticas de cotas para entrada no Ensino Superior, já que os jovens que mais se afastaram das universidades foram sobretudo os mais pobres, os pretos, os indígenas e aqueles com deficiência, sendo urgente o oferecimento de apoio financeiro às famílias, a fim de que elas consigam garantir a permanência de seus filhos neste nível de ensino, assumindo os custos relacionados ao transporte e à alimentação (UNESP, 2023).

Se a redução do número de ingressantes é um desafio, a evasão também merece a mesma atenção. O Gráfico 4 apresenta a quantidade de alunos desistentes (ou evadidos). Ao se analisar o conjunto de todos os campi, observa-se uma tendência, ainda que sutil, de elevação do número de desistências durante o período analisado. Para Vargas (2011), o risco de evasão e retenção é maior para estudantes oriundos das classes populares, ao passo que as

probabilidades de acesso são menores do que para aqueles pertencentes às classes médias e altas.



Fonte: autoria própria, a partir dos dados da RAG (2025).

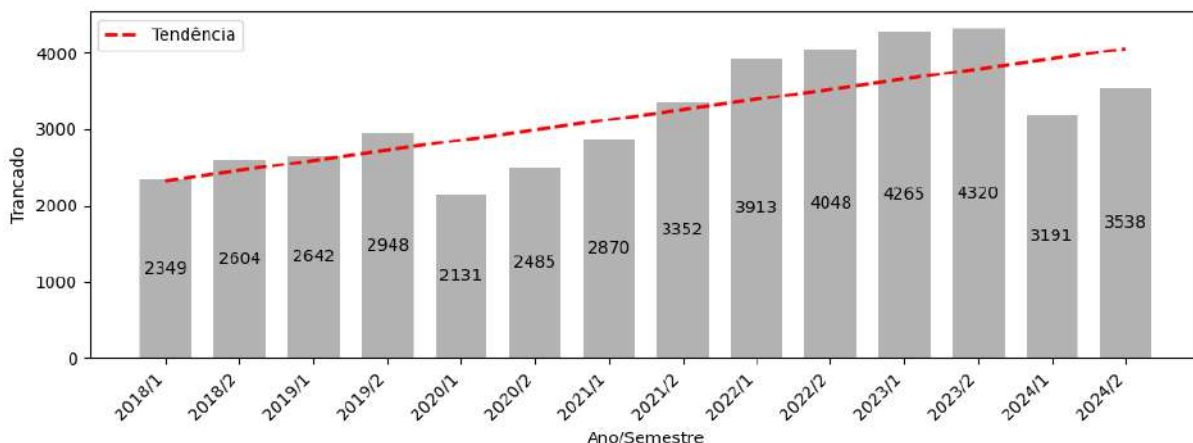
Esta tendência apresentada no Gráfico 4 indica que os números oscilam entre 2.319 desistências em 2018/1 e picos preocupantes como os registrados em 2023/1, com 3.517 desistências — o maior valor de todo o período. Esse comportamento revela que, além de atrair novos estudantes, a instituição enfrenta dificuldades em manter os alunos vinculados até a conclusão de seus cursos. Ao se observar os dados agregados, identifica-se uma tendência, ainda que discreta, de elevação no número de desistências, o que desperta preocupação, considerando os esforços institucionais voltados à permanência estudantil. Este cenário reforça a importância de políticas de Assistência Estudantil bem estruturadas e abrangentes, capazes de mitigar as desigualdades socioeconômicas e reduzir os fatores de vulnerabilidade que afetam o desempenho e a permanência dos estudantes.

No caso da UTFPR, esta tendência de aumento gradual nas desistências aponta para a necessidade de aprofundamento das análises qualitativas sobre as causas da evasão. É fundamental compreender não apenas quem desiste, mas, sobretudo por que desiste, considerando variáveis como situação socioeconômica, área do curso, microrregião de origem e acesso aos auxílios e serviços ofertados pela instituição. Este diagnóstico permitirá o aprimoramento das estratégias de permanência, com ações preventivas e interventivas mais direcionadas, reforçando o papel da Assistência Estudantil para além da simples ideia de uma política compensatória, antevendo-a, portanto, como um instrumento estruturante para a democratização efetiva do Ensino Superior público.

Outro fator que merece atenção é evidenciado pelo Gráfico 5, o qual revela uma tendência de aumento no número de alunos com trancamento de matrícula na UTFPR, coincidindo com o período crítico da pandemia de Covid-19 no Brasil (compreendido entre o 1º semestre de 2020 e o 1º semestre de 2022) que se caracteriza por profundas alterações no cotidiano acadêmico e social dos estudantes. Neste intervalo, fatores como o ensino remoto emergencial, dificuldades

de acesso a recursos tecnológicos, agravamento das condições socioeconômicas e questões emocionais e de saúde mental impactaram significativamente a permanência estudantil.

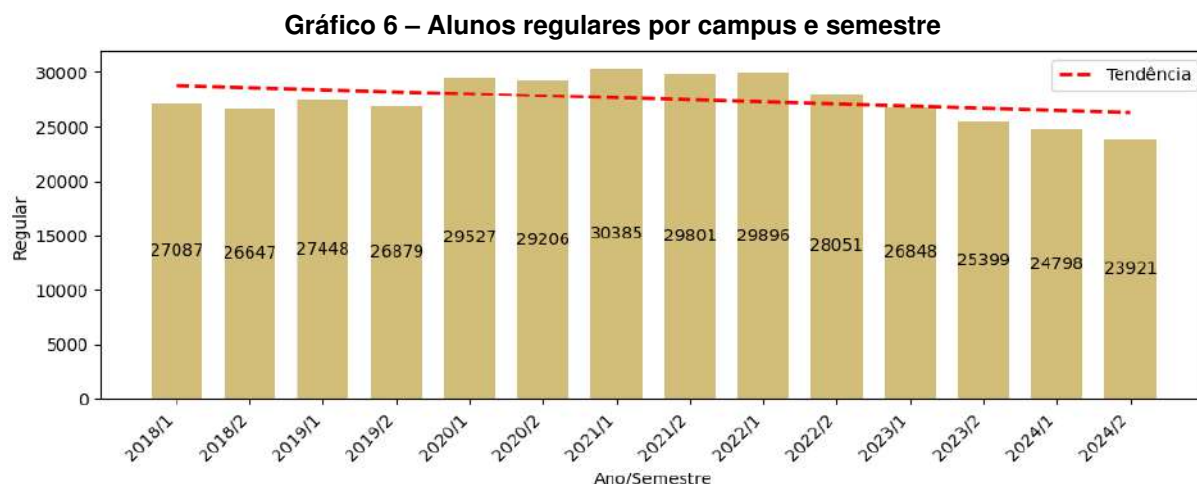
Gráfico 5 – Alunos com trancamento



Fonte: autoria própria, a partir dos dados da RAG (2025).

De acordo com Vasconcelos (2010), a Assistência Estudantil tem como finalidade fornecer os recursos necessários para que os estudantes superem as barreiras e obstáculos que comprometem o bom desempenho acadêmico, favorecendo sua permanência e conclusão do curso de graduação. O aumento no número de alunos com matrículas trancadas, portanto, sugere que ainda existem lacunas a serem enfrentadas. É indispensável que a instituição revise e amplie suas estratégias de permanência, considerando os novos desafios impostos pela pandemia e seus desdobramentos, que vão além do aspecto financeiro, atingindo também dimensões emocionais, sociais e pedagógicas. Portanto, a análise deste indicador reforça a necessidade de articulação da Assistência Estudantil como uma política estruturante capaz de dialogar de forma integrada com outras áreas da gestão acadêmica. Esta articulação pode contribuir efetivamente para a redução dos índices de evasão e trancamento, além de assegurar melhores condições de permanência, desempenho e formação aos estudantes.

O número de alunos regulares da UTFPR – ou seja, aqueles que efetivamente ocupam uma vaga na instituição – pode ser acompanhado a partir dos dados apresentados no Gráfico 6. Este indicador é um parâmetro importante para avaliar a permanência discente e a efetividade das políticas acadêmicas e de Assistência Estudantil, pois reflete o ingresso de novos estudantes e essencialmente a capacidade da instituição de manter estes alunos vinculados aos seus cursos até a conclusão da graduação.



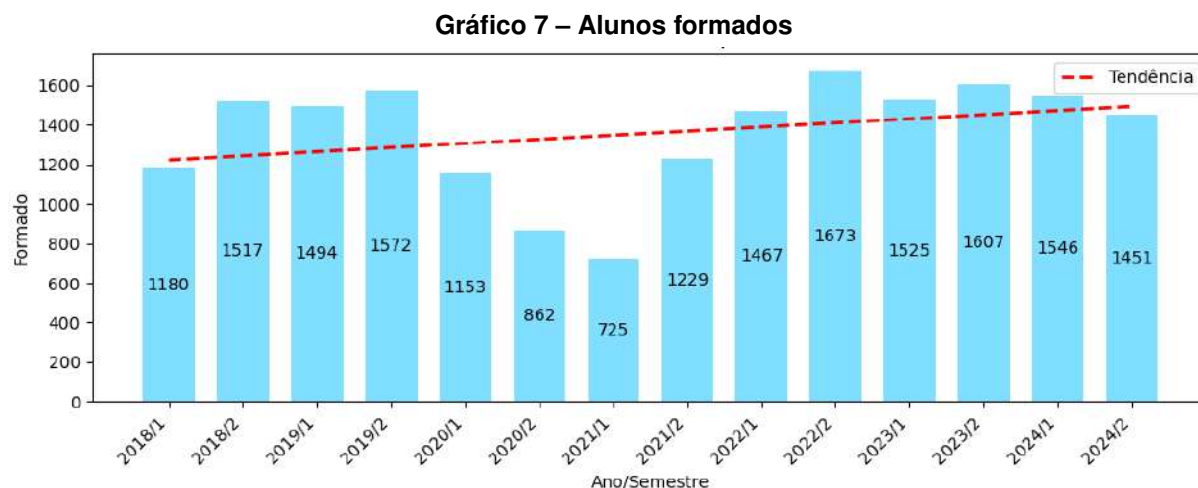
Fonte: autoria própria, a partir dos dados da RAG (2025).

A tendência apresentada pela linha tracejada do Gráfico 6 evidencia um movimento de queda gradual no número de alunos regulares ao longo dos semestres. Embora entre 2020 e 2022 se observe um leve crescimento, o cenário se altera a partir de 2022/2, com uma redução acentuada nos períodos subsequentes. Os dois semestres mais recentes analisados, 2024/1 e 2024/2, registram os menores números de estudantes regulares de todo o intervalo considerado, com 24.798 e 23.921 alunos, respectivamente.

Pizza e Siquelli (2024) afirmam que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é essencial para garantir a permanência e o sucesso acadêmico de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica nas instituições federais. As autoras destacam que a Lei nº 14.914/2024, que eleva o PNAES a Política Nacional de Assistência Estudantil, responde a demandas sociais históricas, oferecendo maior segurança jurídica e assegurando a continuidade das ações, mesmo diante de mudanças políticas e econômicas. No entanto, para que os benefícios sejam plenamente alcançados, é necessário compromisso político permanente, alocação adequada de recursos e articulação eficiente entre governos e instituições. Nesse cenário, a redução no número de estudantes regulares reforça a urgência de ampliar não apenas os auxílios financeiros, mas também as ações pedagógicas, psicossociais e institucionais que garantam o direito à educação superior pública, gratuita e de qualidade.

Por outro lado, estes dados institucionais reforçam a importância de a UTFPR, enquanto instituição multicampi e de abrangência estadual, manter uma política de Assistência Estudantil articulada, eficiente e efetiva, em constante diálogo com as especificidades regionais de seus campi, de modo que isso potencialmente possa contribuir para a redução dos índices de evasão e trancamento. A continuidade desta tendência descendente, se não enfrentada de forma estratégica, poderá comprometer a função social da universidade de garantir educação pública, gratuita e de qualidade a estudantes de diferentes contextos socioeconômicos e geográficos. Por isto, o monitoramento deste indicador, associado a análises qualitativas e à aplicação de indicadores integrados de eficiência, eficácia e efetividade, torna-se indispensável para o redesenho das políticas de permanência e inclusão da UTFPR.

No Gráfico 7 apresenta-se o número de alunos formados por semestre na UTFPR ao longo do período analisado. Estes dados são relevantes uma vez que permitem refletir sobre o alcance dos resultados concretos das políticas institucionais de permanência e Assistência Estudantil. Este indicador expressa a capacidade da IES em atrair e manter estudantes e, sobretudo de conduzi-los à conclusão de seus cursos.



Fonte: autoria própria, a partir dos dados da RAG (2025).

Os dados indicam uma tendência de crescimento no número de concluintes, ainda que de forma moderada, conforme evidenciado pela linha de tendência ascendente. Embora haja oscilações — com quedas perceptíveis entre 2020/2 e 2021/1, reflexo direto dos efeitos da pandemia de Covid-19, que impactou o calendário acadêmico, as condições de ensino-aprendizagem e o desempenho dos estudantes —, os números voltaram a crescer a partir de 2022/1, alcançando, em 2022/2 e 2023/2, os melhores resultados do período.

Este movimento é relevante porque o principal propósito das políticas de Assistência Estudantil é justamente garantir condições para que o estudante, sobretudo aquele em situação de vulnerabilidade socioeconômica, consiga ingressar e concluir sua formação acadêmica. O aumento gradual de formados aponta que, apesar dos desafios enfrentados, as estratégias institucionais, associadas ao PNAES, têm contribuído para mitigar as barreiras à permanência e à conclusão dos cursos. Ainda assim, diante das tendências de redução de ingressantes e elevação da evasão, reforça-se a necessidade de qualificar as políticas de Assistência Estudantil, ampliando sua integração com ações pedagógicas, psicossociais e de orientação profissional, de modo a consolidar a permanência estudantil com qualidade e a formação integral dos estudantes.

Com base nos dados apresentados nos gráficos 3, 4, 5, 6 e 7, foi possível visualizar de forma consolidada os principais indicadores relacionados ao ingresso, evasão, trancamento, número de alunos regulares e formados na UTFPR, considerando o conjunto de todos os seus campi. Embora esta abordagem agregada permita identificar tendências institucionais importantes, uma análise pormenorizada por campus ultrapassaria os limites e objetivos definidos para esta pesquisa.

Ainda assim, é relevante ressaltar que os 13 campi da UTFPR, distribuídos em distintas regiões do Estado do Paraná, possuem realidades próprias, marcadas por diferentes contextos socioeconômicos, perfis populacionais, estruturas institucionais e ofertas de cursos, o que interfere diretamente nos indicadores de permanência e Assistência Estudantil. Reconhecendo esta diversidade, optou-se por incluir no Apêndice B os gráficos 13, 14, 15, 16, 17, entre outros, que apresentam os dados desagregados por campus, possibilitando futuras análises e comparações mais específicas, respeitando as particularidades regionais e acadêmicas da instituição.

A partir da realidade observada e da pesquisa desenvolvida, é possível propor um conjunto de indicadores apresentados nas subseções 4.2.1, 4.2.2 e 4.2.3. Embora o PNAES seja omissivo quanto aos instrumentos de avaliação do programa, é apresentado um conjunto princípios orientadores de sua materialização, permitindo a cada universidade adotar aquela que melhor se ajuste a sua realidade. Entre estes princípios estão a melhoria do desempenho acadêmico, a redução das taxas de retenção e evasão e êxito dos estudantes universitários assistidos, permitindo a partir deles sugerir indicadores (Santos, 2024).

4.2.1 Dimensão eficiência

Conforme já discutido ao longo deste estudo, a eficiência está diretamente vinculada à capacidade de otimizar o uso dos recursos disponíveis para alcançar os melhores resultados possíveis. No âmbito do PNAES, no contexto da UTFPR, esta busca pela eficiência se torna ainda mais desafiadora diante de um orçamento limitado e da necessidade de atender a uma comunidade discente distribuída em 13 campi, localizados em diferentes regiões do Estado do Paraná, cada qual com suas particularidades socioeconômicas e demandas específicas. A Tabela 1 ilustra bem essa realidade, evidenciando não apenas as variações orçamentárias ao longo dos anos, mas, sobretudo, a drástica redução sofrida em 2021, quando os recursos destinados à Assistência Estudantil caíram para R\$ 16,5 milhões — o menor valor do período analisado.

Tabela 1 – Orçamento do PNAES

ANO	VALOR (R\$)
2018	R\$ 20.733.224,34
2019	R\$ 21.501.062,00
2020	R\$ 20.993.811,00
2021	R\$ 16.577.395,00
2022	R\$ 19.952.985,54
2023	R\$ 21.426.583,83
2024	R\$ 25.869.333,00

Fonte: dados compilados pelo autor com base em documentos institucionais: UTFPR (2024c), UTFPR (2024b).

Essa queda orçamentária representou um obstáculo expressivo à manutenção e ampliação das ações assistenciais, comprometendo a execução de serviços e benefícios fundamentais

para garantir a permanência estudantil. Cavalcanti (2023) analisa esta situação vivida pela instituição e destaca que o número de estudantes atendidos só não foi ainda menor naquele ano devido ao redirecionamento emergencial de R\$ 3 milhões oriundos da dotação orçamentária de custeio da UTFPR, atitude que evidencia a gravidade da situação e a necessidade de priorização da Assistência Estudantil mesmo em cenários de restrição orçamentária. Vale ressaltar que os recursos do PNAES devem contemplar dez áreas previstas na legislação que a regulamenta, abrangendo alimentação, moradia, transporte, saúde, apoio pedagógico e inclusão digital, entre outras – o que aumenta a complexidade da gestão eficiente destes recursos.

Além disso, o cenário de incerteza financeira, fortemente impactado por decisões governamentais e políticas de austeridade e cortes de recursos, que sacrificam as políticas sociais, impõe riscos constantes à previsibilidade orçamentária do programa. Embora em 2024 o orçamento tenha alcançado seu maior patamar no período (R\$ 25,8 milhões), este acréscimo não elimina a necessidade de estratégias permanentes para potencializar o uso dos recursos e garantir que sua aplicação atenda de forma equitativa e efetiva as diversas demandas dos estudantes.

Deste modo, se sobressai que mais do que administrar valores disponíveis, a gestão eficiente do PNAES na UTFPR passa a exigir, cada vez mais, um planejamento técnico, além de mecanismos de monitoramento e de avaliação contínua, aliados a um articulação institucional, para assegurar a permanência qualificada dos estudantes e minimizar os efeitos das oscilações orçamentárias sobre suas trajetórias acadêmicas.

Diante da atual configuração da IES, marcada pela baixa atratividade dos cursos entre os potenciais ingressantes, pela evasão discente e, principalmente, por restrições orçamentárias, optou-se por analisar o papel do auxílio estudantil, uma das principais ações implementadas pela UTFPR no âmbito da Assistência Estudantil. Esta escolha também se justifica pela possibilidade de acesso a dados primários, disponíveis no sistema institucional.

Cabe destacar que a UTFPR não dispõe de um sistema de registro formalizado, por parte de psicólogos e demais profissionais, referente aos atendimentos realizados. Por outro lado, os dados relacionados ao auxílio estudantil são, em sua maioria, públicos, por se submeterem ao princípio da publicidade, o que facilita sua utilização na análise e no acompanhamento das ações assistenciais desenvolvidas pela instituição.

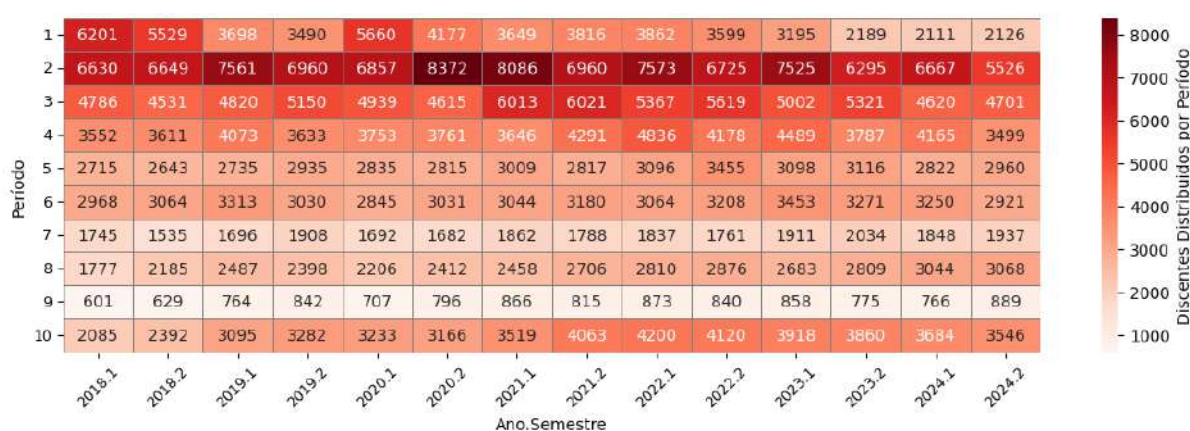
O auxílio estudantil da UTFPR apresenta uma característica de distribuição dinâmica ao longo dos semestres, conforme evidencia a Figura 13 (b). Os dados apresentados nesta figura resultam do processamento aplicado sobre os conjuntos de dados Listagem Nominal (Apêndice A.1.1) e Auxílio Estudantil (Apêndice A.1.2), representando uma aproximação devido à aplicação de critérios de exclusão de registros, conforme descrito nas seções metodológicas. O procedimento de junção entre os dois conjuntos de dados se impôs em função da inexistência do dado referente ao período do aluno no *dataset* Auxílio Estudantil.

A Figura 13 (a) apresenta a distribuição por período de todos os alunos, enquanto a Figura 13 (b) exhibe exclusivamente os estudantes contemplados com auxílio. O eixo vertical (y) representa o período dos alunos e o eixo horizontal (x) indica os semestres. A análise compara-

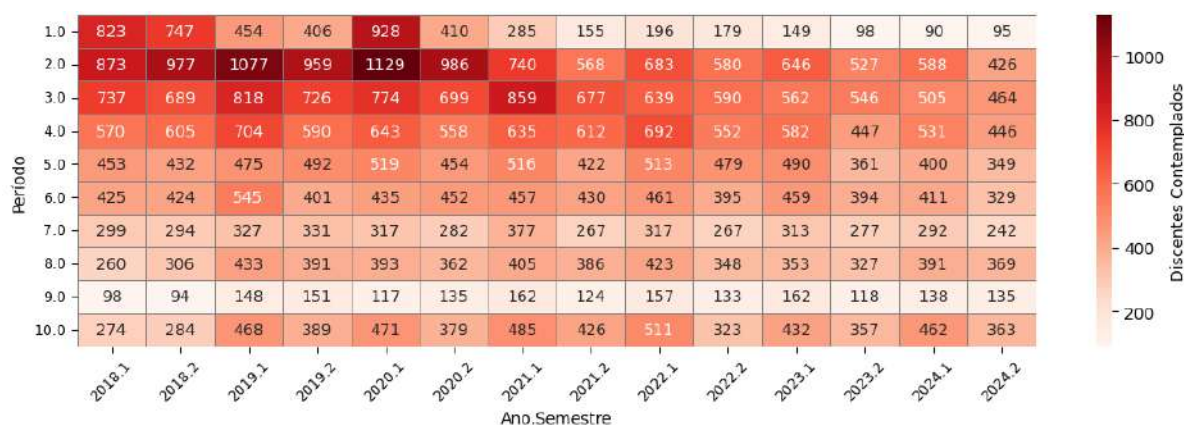
tiva entre os dois gráficos sugere uma proporcionalidade na distribuição dos auxílios em relação ao total de discentes por período.

Para a determinação do período acadêmico do discente, o sistema acadêmico utiliza como referência a carga horária semanal das disciplinas obrigatórias e optativas previstas para o respectivo período, em comparação a carga horária das disciplinas efetivamente cursadas pelo estudante, não avançando para o período subsequente o aluno que alcançar 16 aulas ou mais de carga horária semanal faltante, somando-se a carga horária semanal das disciplinas obrigatórias mais as optativas.

Figura 13 – Comparativo entre todos os alunos e os contemplados com o auxílio
(a) Todos os alunos



(b) Apenas alunos contemplados com o auxílio



Fonte: autoria própria (2025).

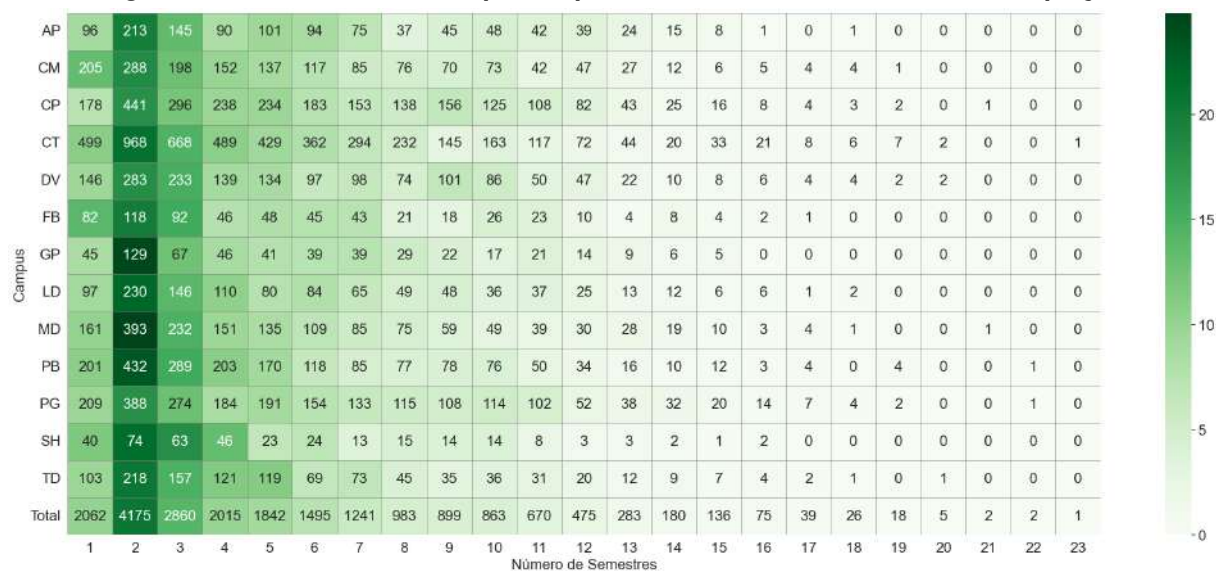
Em 2018/1, observa-se que a concessão dos auxílios concentrava-se majoritariamente entre os estudantes dos primeiros períodos. Entretanto, com o passar dos semestres, nota-se uma redução do número de beneficiários nas séries iniciais, com deslocamento progressivo para os períodos intermediários e finais dos cursos. Este comportamento pode estar relacionado à redução no número de ingressantes, evidenciada anteriormente no Gráfico 3.

A comparação entre as Figuras 13 (a) e 13 (b) sugere relativa proporcionalidade na concessão dos auxílios em relação à quantidade de alunos por período, embora algumas discrepâncias sejam perceptíveis. Vale mencionar que, nesta análise, não se diferenciou o tipo de

auxílio concedido — se básico, moradia, alimentação ou infância —, considerando-se apenas a contemplação no programa.

A Figura 14 apresenta a distribuição do número de semestres em que cada discente da UTFPR foi contemplado com, pelo menos, uma modalidade de auxílio estudantil, organizando os dados por campus e por frequência de concessão. Para esta visualização, foi necessário realizar um novo download completo do banco de dados referente ao Auxílio Estudantil, contemplando todos os registros disponíveis sem restrição temporal, a fim de garantir maior abrangência e fidelidade na análise. Com isto foi possível a identificação da quantidade de semestres em que cada aluno foi beneficiado e o padrão de distribuição da política institucional ao longo do tempo.

Figura 14 – Número de contemplados pelo número de semestres de contemplação



Fonte: autoria própria (2025).

A leitura do gráfico pode ser ilustrada, por exemplo, pelos dados do campus Curitiba (CT), onde se observa que 968 discentes foram contemplados por exatamente dois semestres, 668 por três semestres e 499 por apenas um semestre. Este padrão se repete, com variações, nos demais campi. Importante destacar que, diferentemente dos gráficos anteriores — limitados ao período de 2018/1 a 2024/2 —, a Figura 14 abrange todo o histórico de concessão registrado no sistema, conferindo à análise uma dimensão longitudinal mais consistente.

Os dados apresentados suscitam uma importante reflexão sobre os critérios de distribuição dos auxílios. Diante da limitação orçamentária, surge o dilema: deve-se priorizar a permanência dos discentes já contemplados ao longo de toda a graduação, garantindo estabilidade e continuidade, ou adotar uma lógica distributiva que amplie o acesso, ainda que com menor duração? A escolha por um ou outro modelo de gestão tem implicações diretas na estrutura e nos efeitos da política de Assistência Estudantil. Caso se priorize a manutenção do auxílio para os mesmos estudantes, poderia ser observada um deslocamento das tonalidades mais escuras (indicativas de maior frequência de concessão) das primeiras colunas para as colunas subse-

quentes, garantindo que os discentes permaneçam apoiados até sua conclusão. Contudo, o recebimento de assistência a partir da décima coluna pode sinalizar uma situação indesejada, considerando que, idealmente, o aluno já deveria ter se graduado. Por outro lado, uma abordagem distributiva mais ampla, que assegurassem tratamento equitativo entre estudantes das séries iniciais e aqueles em fases mais avançadas do curso, poderia ampliar o alcance da política, porém, com possível impacto negativo na permanência de longo prazo, especialmente entre os estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. Esta análise é vital para subsidiar decisões institucionais mais estratégicas, equilibrando equidade, impacto e viabilidade da política de Assistência Estudantil.

A Figura 15 expõe a distribuição do auxílio estudantil de acordo com o número de discentes contemplados segundo as distintas modalidades de auxílio disponibilizadas pela UTFPR entre os semestres de 2018/1 e 2024/2, ressaltando-se que um mesmo indivíduo pode acumular mais de uma modalidade de auxílio o que reflete a multiplicidade de demandas que a Assistência Estudantil busca atender, como alimentação, moradia e auxílio financeiro básico.

Figura 15 – Número de alunos contemplados por modalidade

		Todos os campi													
Auxílios	RU Almoço	3738	3978	4104	3905	2846	0	0	0	2771	2270	2281	1881	1834	1486
	RU Jantar	3118	3272	3485	3184	2002	0	0	0	2312	1916	1948	1584	1524	1225
	Básico	3927	4375	4563	4642	4102	40	2281	4057	4502	3811	4098	3429	3789	3205
	Moradia	3099	3290	3526	3434	3080	0	1230	2368	2798	2476	2705	2203	2505	2229
	Alimentação Pago	58	63	84	119	114	38	23	19	52	44	55	46	51	42
		2018.1	2018.2	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2	2021.1	2021.2	2022.1	2022.2	2023.1	2023.2	2024.1	2024.2
		Semestre													

Fonte: autoria própria (2025).

É importante observar que, nos semestres de 2020/2, 2021/1 e 2021/2 – marcados pela pandemia de Covid-19 e pela suspensão das atividades presenciais –, os auxílios vinculados ao Restaurante Universitário (RU Almoço e RU Jantar) foram suspensos, em função do fechamento das unidades de alimentação coletiva. Neste período, a UTFPR precisou reorganizar seu atendimento, priorizando modalidades de auxílio que pudessem ser operacionalizadas de forma remota.

Destaca-se ainda a relevância do auxílio básico como a modalidade com maior número de discentes atendidos em quase todo o período, evidenciando sua importância para o custeio das despesas essenciais do estudante. Modalidades como moradia também assumiram papel estratégico na manutenção da permanência estudantil, especialmente para discentes deslocados de suas cidades de origem. Constatou-se que a retomada dos auxílios vinculados ao RU ocorreu a partir de 2022/1, acompanhando a volta gradual das atividades presenciais, embora os números permaneçam inferiores aos registrados antes da pandemia.

A reflexão em torno destes dados permite uma compreensão da dinâmica de concessão dos auxílios e também da capacidade institucional de adaptação em cenários de crise, o que

reflete o papel estruturante da Assistência Estudantil no tocante à garantia de permanência e inclusão social no ensino superior público federal.

A Figura 16 apresenta a evolução da quantidade de auxílios concedidos aos discentes da UTFPR, organizados por modalidade e semestre. Diferente das figuras anteriores, este gráfico revela o volume total de benefícios entregues, considerando o número de refeições efetivamente servidas no Restaurante Universitário (RU Almoço e RU Jantar) e a quantidade de repasses financeiros realizados mensalmente nas modalidades de auxílio básico, moradia e alimentação pago.

Figura 16 – Número de alunos contemplados por modalidade por unidade

Auxílios	Todos os campi													
	2018.1	2018.2	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2	2021.1	2021.2	2022.1	2022.2	2023.1	2023.2	2024.1	2024.2
RU Almoço	139055	188776	146631	183899	26347	0	0	0	83093	81733	71609	68791	54087	55370
RU Jantar	85301	112960	91779	105492	12011	0	0	0	51754	47993	43664	41491	33118	32520
Básico	10510	16494	12576	18278	8154	149	7418	19990	19189	20160	14497	18661	13951	17783
Moradia	13558	14588	15913	15642	11988	0	3879	11543	11540	13159	11559	12029	11171	12110
Alimentação Pago	171	205	266	512	410	136	79	79	172	237	196	251	235	233

Fonte: autoria própria (2025).

Observa-se que, nos anos de 2018 a 2019, os auxílios vinculados à alimentação (RU Almoço e RU Jantar) representam os maiores volumes absolutos. O impacto da pandemia de Covid-19 aparece de forma nítida a partir do segundo semestre de 2020, com a interrupção total do serviço de alimentação coletiva, refletindo as medidas de isolamento social e suspensão das atividades presenciais.

A partir de 2022/1, há uma retomada do auxílio alimentação, embora os números permaneçam aquém dos patamares anteriores à pandemia. Além disso, os auxílios básico e moradia, por sua vez, demonstram certa estabilidade ao longo do período analisado, com pequenas variações.

Um olhar atento para estes dados pode reforçar a relevância da Assistência Estudantil como política imperiosa para a permanência e o bem-estar discente, além de sobressair a capacidade de adaptação institucional em contextos adversos e as consequências de restrições financeiras na oferta de serviços fundamentais à permanência estudantil.

Quando o olhar investigativo voltou-se para a distribuição dos auxílios, constatou-se que, mesmo em contextos de restrição orçamentária, houve esforços para contemplar estudantes ingressantes e veteranos. Observa-se uma crescente relevância das políticas voltadas para os segmentos socialmente mais vulneráveis, com foco em resultados operacionais e na capacidade de produzir melhores impactos com os recursos disponíveis, como foi evidenciado na restrição de recursos vivenciada em 2021.

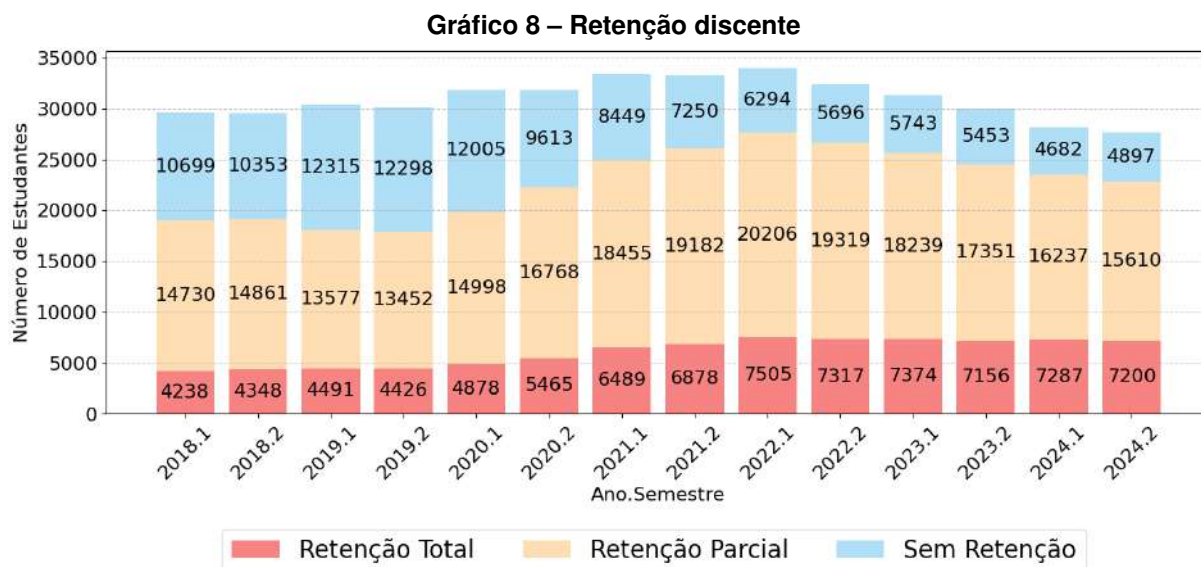
Por fim, considerando a proposta central e a gestão da Assistência Estudantil na UTFPR — especialmente nos anos de pandemia — observa-se que, apesar das limitações financeiras,

a instituição conseguiu otimizar o alcance social da política. A análise da evolução histórica do orçamento (conforme a Tabela 1), aliada à quantidade e às modalidades de auxílios ofertados (ver Figura 16), revela a capacidade adaptativa da UTFPR. Mesmo diante de desafios fiscais e operacionais, a universidade manteve índices razoáveis de cobertura, demonstrando a importância de priorizar os segmentos mais vulneráveis. Os dados reforçam a relevância da formulação de diretrizes que assegurem o equilíbrio entre custo, cobertura e impacto social.

4.2.2 Dimensão eficácia

Como destacam Sperling *et al.* (2023) a eficácia diz respeito à capacidade da gestão pública de alcançar os fins propostos — e, neste caso, trata-se de reduzir os índices de retenção e evasão, como previsto no inciso III do Art. 2º da Lei nº 14.914/2024.

O Gráfico 8 revela, ao longo dos semestres analisados, o comportamento das taxas de retenção total, parcial e dos estudantes sem retenção na UTFPR, o que permite avaliar diretamente a eficácia das políticas institucionais voltadas à permanência e conclusão dos cursos.



Fonte: autoria própria, a partir dos dados da RAG (2025).

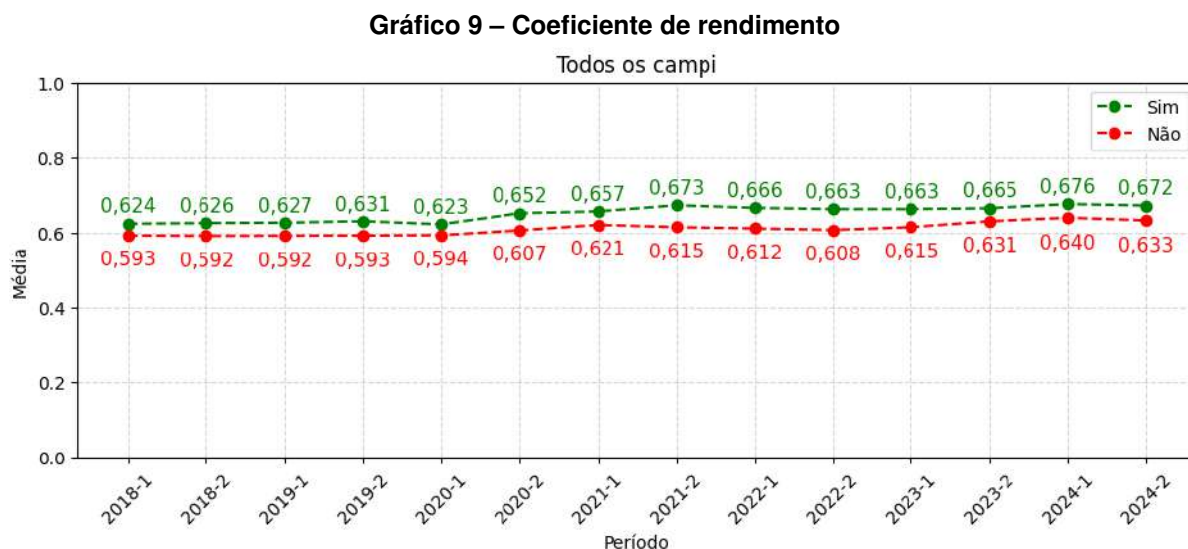
Observa-se que, entre 2018 e 2024, há uma oscilação nas taxas de retenção parcial e total. A partir de 2020/2, verifica-se um crescimento expressivo na retenção parcial, atingindo seu ápice em 2022/1, possivelmente em razão dos efeitos prolongados da pandemia sobre a vida acadêmica, dificultando a integralização curricular e afetando a continuidade regular dos estudos. Como argumentam Silva e Sampaio (2022), a retenção prolongada configura um desafio tão grave quanto a evasão, pois compromete o tempo médio de formação e onera as estruturas institucionais, ao ocupar vagas de permanência sem efetivar a diplomação.

Apesar dos esforços promovidos pelo PNAES e pelas estratégias institucionais, evidenciadas pela continuidade dos auxílios mesmo em momentos de contingenciamento orçamentário, os dados da Gráfico 8 indicam que o objetivo de redução significativa da retenção ainda

não foi plenamente alcançado, o que reforça a importância de políticas integradas para o pleno atendimento das ações assistenciais, notadamente ajustadas às distintas realidades socioeconômicas e regionais dos campi.

Assim, ao associar os dados de retenção à análise de eficácia, percebe-se que, embora haja a cobertura e manutenção dos auxílios (como indicado anteriormente nas figuras 15 e 16), os efeitos sobre a permanência regular e a conclusão dos cursos demandam ações mais estruturadas e articuladas. Retomar e ampliar o monitoramento da trajetória acadêmica dos estudantes contemplados pelo PNAES e estabelecer estratégias preventivas da retenção além do período necessário devem se consolidar como prioridades institucionais, considerando que, como defende (Castro, 2006), o foco da eficácia está no impacto final das ações públicas junto à sociedade, e não apenas nos aspectos internos de sua execução.

Outro fator fundamental para a avaliação da eficácia das políticas de Assistência Estudantil é o desempenho acadêmico dos discentes, aferido pelo Coeficiente de Rendimento (CR), conforme ilustrado no Gráfico 9. O CR é um indicador que expressa, de forma padronizada, o desempenho acumulado do estudante ao longo de sua trajetória na instituição, sendo sensível a diferentes condições socioeconômicas, contextos pedagógicos e suporte institucional. De acordo com a UTFPR (2019b), esse coeficiente é calculado conforme equação definida por $CR = \frac{\sum_{i=1}^k (NF_i \cdot CH_i)}{10 \cdot \sum_{i=1}^k CH_i}$. Este indicador numérico reflete o desempenho acadêmico ao longo do período em que o aluno está vinculado a universidade, sendo CR o Coeficiente de Rendimento Absoluto; NF_i a Nota Final na unidade curricular i , expressa de 0,0 a 10,0; CH_i a Carga Horária Total da unidade curricular i , em horas; e k o número total de unidades curriculares cursadas.



Fonte: autoria própria (2025).

Em sua pesquisa, Santos (2024) conclui que a análise deste indicador tem por finalidade fortalecer medidas que assegurem a igualdade de oportunidades, além de melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes, um dos objetivos da PNAES, ao permitir "a comparação do Índice de Desempenho Acadêmico entre os estudantes beneficiados pela Política de Apoio Estudantil e os não beneficiados" (Santos, 2024, p. 58).

Conforme apresentado no Gráfico 9, verifica-se que, ao longo do período analisado, os estudantes contemplados com auxílio estudantil mantiveram, de forma consistente, médias de Coeficiente de Rendimento superiores às aquelas obtidas pelos estudantes não contemplados. Essa diferença, ainda que numericamente discreta, revela-se institucionalmente relevante, pois evidencia que os programas de assistência além de colaborar para a permanência física dos estudantes na universidade, também favorecem melhores condições de aproveitamento acadêmico, resultando em permanência qualificada.

Outra consideração importante e que merece destaque é a articulação das ações da PNAES-UTFPR entre os recursos financeiros disponibilizados por meio do auxílio estudantil e o acompanhamento psicológico e pedagógico. Observa-se que os editais, em geral, estabelecem, em algum grau, a necessidade do acompanhamento pedagógico e psicológico, determinando que o estudante contemplado, após previa convocação, DEVERÁ comparecer e realizar as atividades acadêmicas e/ou de acompanhamento social, pedagógico ou psicológico determinados NUAPE de cada campus, ou área responsável pelo PAE (UTFPR, 2025a), o que pode estar contribuindo para o melhor desempenho acadêmico por parte dos discentes contemplados.

Como ressaltado por Mauricio (2019), a média do coeficiente de rendimento entre os estudantes atendidos por programas de assistência constitui um critério relevante para a aferição da eficácia, pois reflete se as ações implementadas favorecem não apenas a permanência física, mas a permanência qualificada, associada ao bom desempenho.

Os dados da UTFPR, analisados neste estudo, corroboram os achados de Cespedes *et al.* (2021), os quais demonstraram que estudantes participantes do Programa de Auxílio Para Estudantes (PAPE) da Universidade Federal de São Paulo obtêm coeficientes de rendimento superiores e com menor dispersão em comparação aos não participantes. Esta constatação indica que, além de contribuir para a redução da evasão e retenção, os programas de assistência impactam positivamente o desempenho acadêmico, possibilitando condições mais equânimes de participação no Ensino Superior.

A análise da Gráfico 9 mostra que as médias de CR entre os contemplados situaram-se consistentemente acima de 0,62, alcançando picos superiores a 0,67 nos períodos de 2021/2, 2024/1 e 2024/2, mesmo diante de adversidades como a pandemia de COVID-19 e as limitações orçamentárias registradas no período. Tal estabilidade reforça a importância das ações complementares implementadas pela UTFPR, como os programas de apoio pedagógico, atendimento psicossocial e flexibilização de atividades acadêmicas, que parecem ter mitigado parcialmente os impactos negativos do cenário externo sobre o rendimento discente.

É pertinente observar que, apesar desta estabilidade, persiste uma diferença média de cerca de 0,04 a 0,05 pontos no CR entre estudantes com e sem auxílio, o que aponta para a necessidade de políticas ainda mais ajustadas às vulnerabilidades específicas dos diferentes grupos estudantis.

Em sua pesquisa, Abreu e Ximenes (2021) afirmam que os principais fatores socioculturais relacionados à permanência envolvem a forma pela qual os estudantes se integram ao ambiente acadêmico, um aspecto determinado pelas relações dentro da universidade, o que

pode despertar o sentimento de inclusão ou exclusão. Além disso, vários são os mecanismos excludentes que levam à divisão de fronteiras entre alunos cotistas e não cotistas, ricos e pobres, entre eles estão as desigualdades socioeconômicas, a sensação de estrangeirismo e o estereótipo de cotista. Assim, essa assimetria descreve uma fragmentação social baseada em critérios estabelecidos pelas cotas, escolas de origem, situação socioeconômica e rendimento acadêmico. Considerando os aspectos pedagógicos envolvidos na dimensão subjetiva da permanência, pode-se considerar a dificuldade de proficiência em uma língua estrangeira, déficit relacionados a aprendizagem na educação básica, dificuldade de conciliar tempo para estudo, ausência de um ambiente propício aos estudos, dificuldades financeiras para a aquisição de livros e equipamentos.

Resta evidenciado que os dados da UTFPR dialogam com a concepção de eficácia apresentada por Sperling *et al.* (2023), na medida em que demonstram o alcance, ainda que parcial, dos objetivos institucionais de promover condições acadêmicas adequadas para a permanência e bom desempenho dos estudantes. Além disso, contribuem para fortalecer a recomendação de Ferreira *et al.* (2023) de que o monitoramento e a avaliação das políticas públicas são fundamentais para a gestão pública e para a sociedade, pois viabiliza a obtenção de informações e a definição de ações. As avaliações permitem verificar se a política está alcançando seus objetivos e se os recursos disponibilizados estão sendo empregados da forma mais assertiva. A avaliação, para a sociedade, está em consonância com o princípio constitucional da publicidade, possibilitando o controle pela administração, acompanhando a aplicação dos recursos públicos em conformidade com os princípios e objetivos estabelecidos.

Pode-se inferir que a análise do coeficiente de rendimento confirma que as políticas de Assistência Estudantil da UTFPR vêm apresentando resultados satisfatórios no tocante à permanência qualificada dos discentes, configurando-se como ferramenta eficaz para a redução das desigualdades acadêmicas e para a promoção de melhores condições de desempenho acadêmico, especialmente em contextos adversos.

Na reflexão em torno da Dimensão Eficácia, tendo como objeto os resultados apresentados pela IES pesquisada constatou-se que, embora o PNAES-UTFPR tenha obtido avanços pontuais no cumprimento de seus objetivos, sobretudo na manutenção da permanência estudantil e no desempenho acadêmico, os desafios permanecem consideráveis. Como discutido ao longo deste estudo, a eficácia, no campo das políticas públicas, refere-se essencialmente à capacidade de concretizar os resultados previstos (Sperling *et al.*, 2023). No caso da UTFPR, os dados de retenção, coeficiente de rendimento e concessão de auxílios apontam um cenário de relativa estabilidade, ainda que marcado por oscilações e pela necessidade de adequações contínuas frente às adversidades contextuais, como a pandemia de Covid-19 e as restrições orçamentárias que atingem as IES públicas federais.

A avaliação realizada demonstrou que, embora as taxas de retenção total e parcial apresentem tendência de redução moderada nos últimos semestres, o coeficiente de rendimento médio dos estudantes manteve-se em níveis aceitáveis, especialmente entre aqueles contemplados com a Assistência Estudantil, indicando que os recursos investidos cumprem, ao menos

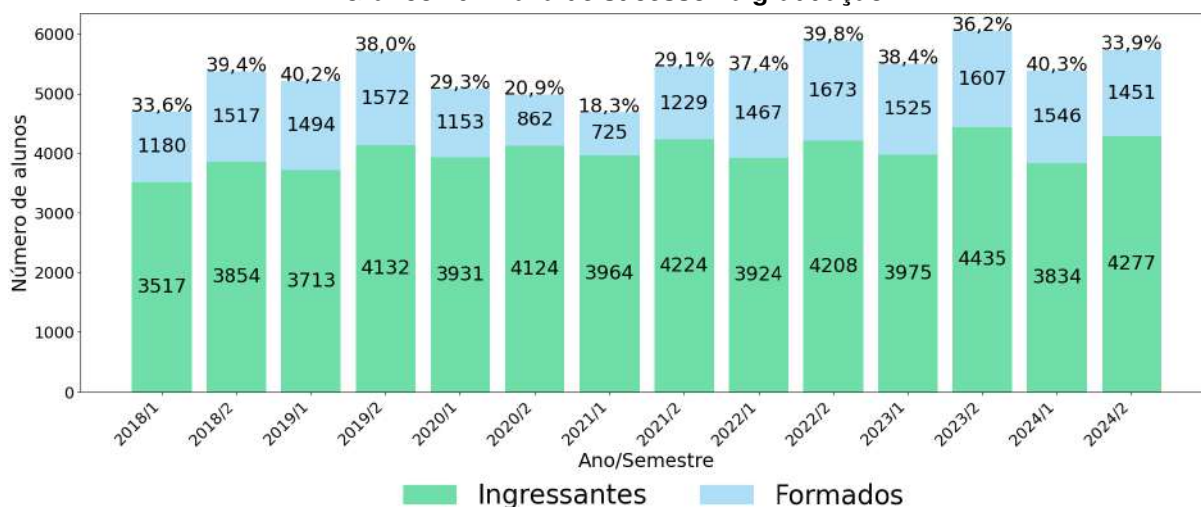
em parte, sua função social e acadêmica. Esta constatação reforça o argumento de que, mais do que verificar a execução formal das ações, é por meio da avaliação da eficácia que se pode analisar a correspondência entre as metas fixadas e as efetivamente atingidas (Arretche, 2013), além disso, ainda de acordo com Arretche (2013, p. 130) "o avaliador estabelece uma equação entre metas anunciadas por um programa e, com base nas informações disponíveis, as relaciona às metas alcançadas e, deste modo, conclui pelo sucesso ou fracasso da política".

Desta forma, a partir da análise dos dados, revelou-se a importância de acompanhar a coerência entre os instrumentos adotados e os objetivos do programa. A preocupação com os fins e atingimento dos objetivos está inserida no contexto da eficácia, ao permitir a análise do êxito no atingimento dos objetivos (Castro, 2006). Portanto, pode-se afirmar que os resultados aqui discutidos apontam para o alcance parcial, mas significativo, dos objetivos previstos no PNAES-UTFPR e ressaltam, simultaneamente, a urgência de institucionalizar uma cultura avaliativa periódica e sistematizada e, especialmente compromissada com o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas (Sano; Montenegro-filho, 2013).

4.2.3 Dimensão efetividade

A Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) é um indicador de desempenho empregado em instituições de Ensino Superior, que expressa a relação percentual entre o número de estudantes que obtiveram o diploma e o total de ingressantes. O objetivo deste indicador se destaca por avaliar se as ações de Assistência Estudantil impactaram diretamente na conclusão do Ensino Superior, visando promover a inclusão social por meio da educação e analisando se tais ações geraram efeitos concretos nas condições dos estudantes, especialmente na obtenção do diploma, no contexto da Dimensão Transformação (Efetividade), segmentados por ano e por curso (Mauricio, 2019).

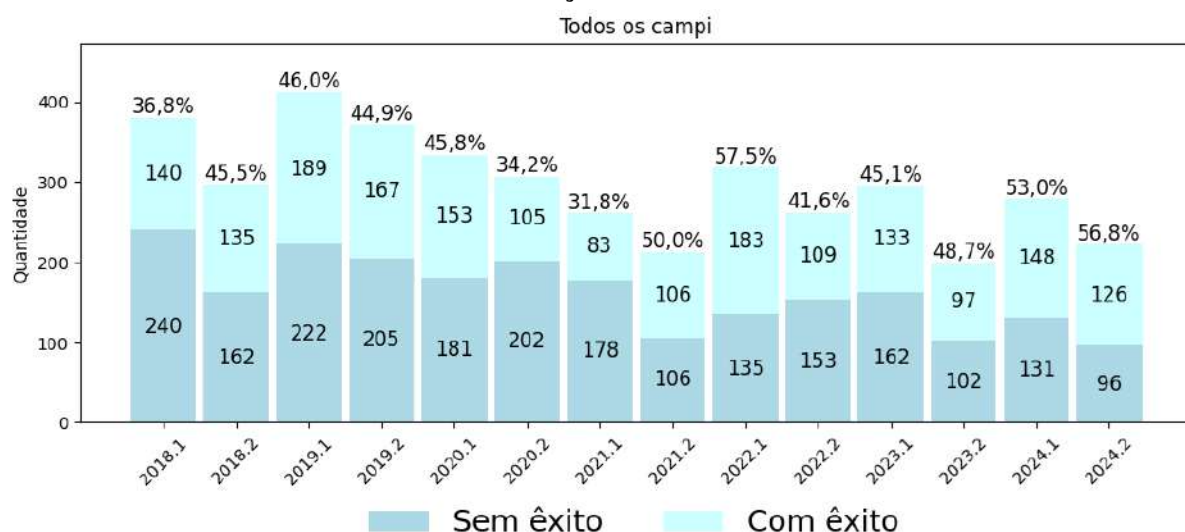
O Gráfico 10 ilustra a TSG da UTFPR, no período analisado. Este indicador consiste na divisão do número de alunos formados pelo número de alunos ingressantes no ciclo.

Gráfico 10 – Taxa de sucesso na graduação

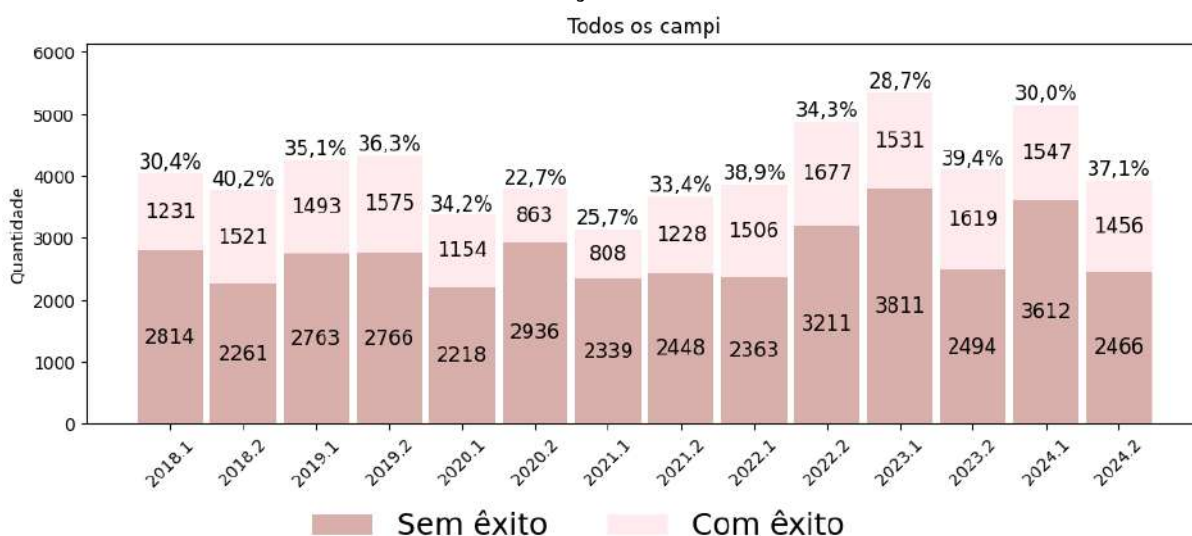
Fonte: autoria própria, a partir dos dados da RAG (2025).

A análise da Taxa de Sucesso na Graduação (TSG), representada no Gráfico 10, revela oscilações no percentual de concluintes em relação aos ingressantes no ciclo, com períodos de maior e menor desempenho. Nota-se, por exemplo, que os semestres de 2020 a 2021 – coincidentes com a pandemia e seus efeitos sobre o Ensino Superior – apresentaram um declínio acentuado nas taxas de conclusão, seguidas por uma recuperação gradual a partir de 2022. Este comportamento reflete, notadamente, as dificuldades conjunturais enfrentadas pela universidade ao passo que destacam a resiliência do programa de Assistência Estudantil em mitigar parte destes impactos, garantindo a continuidade e a conclusão dos cursos.

Complementando esta análise, os gráficos 11 e 12 reforçam a efetividade relativa do programa ao demonstrar que os estudantes contemplados com algum tipo de auxílio apresentaram, em média, taxas de conclusão com êxito superiores às registradas no conjunto geral de alunos.

Gráfico 11 – Finalização do curso: com auxílio

Fonte: autoria própria (2025).

Gráfico 12 – Finalização do curso: sem auxílio

Fonte: autoria própria (2025).

Esta constatação corrobora a argumentação de que as políticas de permanência, quando devidamente estruturadas e operacionalizadas potencialmente evitam a evasão e reduzem a retenção e, notadamente promovem melhores condições para a conclusão do Ensino Superior.

Tal indicativo é consistente com os achados de Mauricio (2019) e Céspedes *et al.* (2021), que apontam para o papel da Assistência Estudantil na democratização do acesso e na efetivação da permanência qualificada no Ensino Superior.

Cabe ressaltar que a efetividade, enquanto dimensão avaliativa, demanda a observação de resultados quantitativos e, sobretudo, a análise qualitativa de seus efeitos sobre a população beneficiada e sobre a missão institucional. Neste sentido, os dados obtidos nesta pesquisa sinalizam para avanços relevantes, embora a persistência de diferenças entre os indicadores dos assistidos e dos não assistidos – ainda que menores – indica a necessidade de aperfeiçoamento contínuo. Para Westphal e Mendes (2009) a avaliação da efetividade atribui menor importância à aferição do cumprimento das metas e objetivos e mais a avaliação da relação entre a concretização de um determinado programa e seus impactos nas condições de vida das populações alcançadas.

A análise da Dimensão Efetividade nesta pesquisa permitiu transcender a mera constatação do alcance das metas formais estabelecidas pelo programa de Assistência Estudantil da UTFPR, avançando para a compreensão de seus efeitos mais amplos e socialmente relevantes sobre a realidade dos estudantes. Diferentemente da eficácia, que verifica se os objetivos foram cumpridos, a efetividade busca identificar se tais objetivos promoveram, de fato, melhorias concretas na vida dos beneficiários e na dinâmica institucional, considerando tanto aspectos objetivos quanto subjetivos destas transformações.

Os dados analisados apontam para efeitos positivos e palpáveis da política de Assistência Estudantil na permanência e no desempenho dos alunos em situação de vulnerabilidade

socioeconômica. A constatação de que os estudantes assistidos apresentaram, de modo geral, melhores resultados no desempenho acadêmico e taxas superiores de conclusão de curso confirma a existência de uma efetividade objetiva, materializada em mudanças quantitativas que beneficiam diretamente este grupo, reduzindo desigualdades de permanência e acesso ao diploma no Ensino Superior público.

Igualmente, também se pode inferir a presença de uma efetividade substantiva, à medida que as ações desenvolvidas pela instituição proporcionam oportunidades educacionais mais equânimes, ampliando o acesso à formação de nível superior e suas repercussões na inclusão social e na mobilidade socioeconômica.

Tal entendimento coaduna com o pensamento de Figueiredo e Figueiredo (1986), que defendem não ser suficiente aferir o impacto de uma política, sendo necessário verificar em que medida as mudanças promovidas contribuem efetivamente para condições de vida mais justas. Por esta razão, o exame da efetividade substantiva exige, segundo os autores, uma avaliação política da mudança.

Ainda que não mensurada diretamente nesta pesquisa, a permanência com qualidade e o sucesso acadêmico favorecem a construção de novas expectativas e a percepção de pertencimento institucional por parte dos estudantes beneficiados, o que remete à efetividade subjetiva, refletida em mudanças simbólicas e na melhoria das condições de inserção e participação desses indivíduos na vida acadêmica.

Ao contemplar estes múltiplos efeitos, verifica-se que as ações de Assistência Estudantil cumprem seu papel exatamente quando respondem às demandas imediatas de suporte financeiro e pedagógico e principalmente quando atuam como instrumento de democratização do Ensino Superior, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais. Desta forma, pode-se depreender que a política pública analisada insere-se como parte de um projeto maior, voltado à promoção do bem-estar coletivo, uma vez que amplia as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes historicamente mais vulneráveis.

Por fim, os resultados desta pesquisa reafirmam a importância de incorporar, na avaliação das políticas públicas, critérios que considerem a relação entre meios e fins e especialmente dos impactos sociais, institucionais e éticos gerados. A efetividade, neste sentido, torna-se um referencial indispensável para qualificar a gestão pública universitária, orientando decisões mais inclusivas e voltadas à transformação das condições de vida da população atendida. Os dados expressam, assim, que embora a UTFPR procure oferecer a Assistência Estudantil com excelência, permanecem desafios que exigem o contínuo aperfeiçoamento das estratégias, a ampliação dos investimentos e o fortalecimento da cultura avaliativa no âmbito das políticas de permanência estudantil.

5 PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO: UMA FERRAMENTA PARA CONSOLIDAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UTFPR

A finalidade deste capítulo é apresentar os principais elementos que compõem o Produto Técnico-Tecnológico (PTT), organizado sob o formato de processo ou tecnologia, intitulado "Dashboard da Assistência Estudantil: uma ferramenta para o monitoramento das ações da PNAES na Universidade Tecnológica Federal do Paraná", disponível no Apêndice C desta pesquisa. O PTT é resultado da pesquisa desenvolvida no âmbito desta dissertação, atendendo a um dos requisitos para a conclusão do Mestrado no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), conforme Figura 17.

Figura 17 – Produto Técnico Tecnológico



Fonte: autoria própria (2025).

Conforme discutido no capítulo anterior, a UTFPR enfrenta uma série de desafios no âmbito institucionais. Nesse sentido, a proposta de desenvolvimento de uma ferramenta de análise voltada à Assistência Estudantil busca garantir o aprimoramento das ações implementadas, bem como fortalecer os mecanismos de transparência perante a comunidade externa.

De modo geral, foi possível observar que a UTFPR não dispõe de uma ferramenta para o monitoramento das ações da PNAES. Ademais, percebe-se nos documentos institucionais disponíveis uma escassa e fragmentada apresentação dos resultados quantitativos disponíveis acerca das ações desenvolvidas, o que impõe dificuldades à análise mais completa da eficiência, eficácia e efetividade dos desdobramentos das ações de Assistência Estudantil.

Quando se analisa os instrumentos de avaliação da PNAES, percebe-se, conforme citado por Lima e Mendes (2020), que há uma escassez de instrumentos avaliativos amplos, difundidos e holísticos sobre o PNAES. Nesse mesmo sentido é a observação de Santos (2024), de que a PNAES embora seja omissa em relação aos instrumentos de avaliação do programa, possui um conjunto de princípios orientadores que permitem a cada universidade adotar aquela que melhor se ajuste a sua realidade.

A partir dos principais fatores identificados nesta pesquisa e dos princípios orientadores do PNAES, elaborou-se, como PTT, um processo ou tecnologia que apresenta um conjunto de proposições estratégicas voltadas à análise da eficiência, eficácia e efetividade das ações no contexto da Assistência Estudantil, a ser desenvolvida sob o formato de um *dashboard*.

5.1 Dimensão eficiência

Sob a ótica da eficiência — entendida como a capacidade de realizar mais com os recursos disponíveis —, algumas sugestões incluem a criação de uma ferramenta analítica que permita acompanhar o número de atendimentos semestrais realizados por médicos, nutricionistas, assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, enfermeiros e dentistas, além do número de profissionais envolvidos. Essa ferramenta pode ser relevante para analisar a eficiência, possibilitando a comparação entre o número de atendimentos realizados por semestre e em relação ao número de profissionais envolvidos.

Além disso, recomenda-se a adoção do indicador "Sucesso do Estudante Assistido", proposto por (Fava, 2021), cujo objetivo consiste em mensurar o número de estudantes concluintes atendidos pelo PNAES. Ele é calculado a partir da razão entre o total de alunos beneficiados pelo PNAES que se formaram e o total de alunos contemplados pelo programa, resultando em uma porcentagem.

Outro indicador sugerido consiste na análise da distribuição dos estudantes atendidos pelo PNAES, de acordo com o período do curso, em comparação ao total de alunos da instituição no mesmo intervalo. A análise comparativa permitirá uma avaliação da proporcionalidade dos atendimentos em relação ao total de discentes por período.

Por fim, ainda em relação a eficiência, sugere-se o acompanhamento da quantidade de semestres em que cada aluno da UTFPR recebeu atendimento por área do PNAES, segmen-

tando os dados por campus e número de concessões, com vista à análise da continuidade do atendimento, especialmente em relação às modalidades de auxílio estudantil.

5.2 Dimensão eficácia

Quanto à dimensão eficácia, recomenda-se a utilização dos dados apresentados no Gráfico 8. Esses dados já estão disponíveis no RAG, inclusive na forma de gráfico. Nesta pesquisa, optou-se por acrescentar uma faixa destacada em azul, com o objetivo de melhorar a visualização, a qual corresponde à parcela dos alunos ativos que não estão retidos. Recomenda-se que a funcionalidade de avaliação da taxa de retenção faça a distinção entre alunos beneficiados e não beneficiados pelas ações do PNAES. Como argumentam Silva e Sampaio (2022), a retenção prolongada configura um desafio tão grave quanto a evasão, pois compromete o tempo médio de formação e onera as estruturas institucionais.

Outro ponto a ser analisado em relação a dimensão eficácia consiste no acompanhamento dos efeitos do auxílio estudantil na trajetória acadêmica dos alunos, por meio da comparação dos coeficientes de rendimento dos discentes atendidos pelo PNAES em relação ao total de estudantes da instituição.

Por último, sugere-se o levantamento dos estudantes desistentes cobertos pelo PNAES. A fórmula consiste no total de ingressantes menos o total de concluintes no tempo de integralização. A meta é de 0% (Fava, 2021).

5.3 Dimensão efetividade

No que se refere à dimensão efetividade, propõe-se a utilização do indicador Taxa de Sucesso da Graduação (TSG), identificando-se por meio deste se as ações de Assistência Estudantil impactaram diretamente na conclusão do Ensino Superior, visando à promoção da inclusão social por meio da educação e analisando se tais ações geraram efeitos concretos nas condições dos estudantes, especialmente na obtenção do diploma (Mauricio, 2019). Esses dados encontram-se disponíveis no RAG, inclusive apresentados sob a forma de gráfico. Contudo, optou-se por exibí-los de maneira que se considera visualmente mais clara e informativa, por meio do Gráfico 10.

Para o segundo indicador proposto na análise da efetividade do PNAES, recomenda-se mensurar a proporção de estudantes beneficiados que concluíram a formação com êxito frente ao total de concluintes da UTFPR.

Finalmente, sugere-se a mensuração da quantidade de alunos com renda per capita menor ou igual a 1,5 salário mínimo assistidos pelo PNAES. A fórmula é dada pela razão entre o número de alunos com bolsas em relação à quantidade de alunos com renda per capita menor ou igual a 1,5 salário mínimo. A meta deve ser superior a 75% (Fava, 2021).

Conforme demonstrado, a UTFPR já dispõe, por meio do RAG, de um conjunto significativo de informações em relação aos desafios da UTFPR, quais sejam, evasão, retenção,

ingresso de novos alunos. Possui dados relacionados ao auxílio estudantil. Todavia, diante dos recursos identificados, torna-se viável tanto a expansão das funcionalidades desse sistema quanto a sistematização e o aproveitamento dos dados existentes para a construção de um mapeamento analítico das referidas ações, promovendo uma visualização mais estratégica e integrada das políticas implementadas. Some-se a isso, conforme já indicado neste capítulo, a possibilidade de incorporação de novos dados referentes às demais ações vinculadas à Assistência Estudantil, de modo a contemplar as áreas previstas nas normativas da PNAES.

O Produto Técnico Tecnológico (PTT) desenvolvido a partir desta pesquisa apresenta-se sob a forma de um Processo ou Tecnologia, que aponta subsídios no que se refere à criação de um Dashboard de Assistência Estudantil para o acompanhamento das políticas desta área, no âmbito da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Esse instrumento, concebido como um portal de análise e transparência, foi pensado para permitir o monitoramento sistemático da eficiência, da eficácia e da efetividade das ações relacionadas à política de Assistência Estudantil. A partir dele, busca-se criar condições para que gestores, técnicos e pesquisadores possam visualizar dados de forma integrada e acessível, facilitando tanto a avaliação das políticas já implementadas quanto a construção de novas estratégias de fortalecimento da permanência estudantil. A implementação das propostas contidas neste PTT pode contribuir de maneira significativa para o aprimoramento da gestão da Assistência Estudantil, na medida em que oferece subsídios concretos para o planejamento institucional. Ao mesmo tempo, constitui um ponto de partida para que novos estudos sejam realizados sobre os impactos do PNAES na realidade acadêmica, contribuindo para a construção de uma base de evidências que favoreça decisões mais assertivas e alinhadas às necessidades dos estudantes em situação de vulnerabilidade. Neste sentido, destaca-se a relevância de que estas propostas sejam debatidas e incorporadas ao próximo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), de forma a consolidar uma cultura de monitoramento e avaliação contínua.

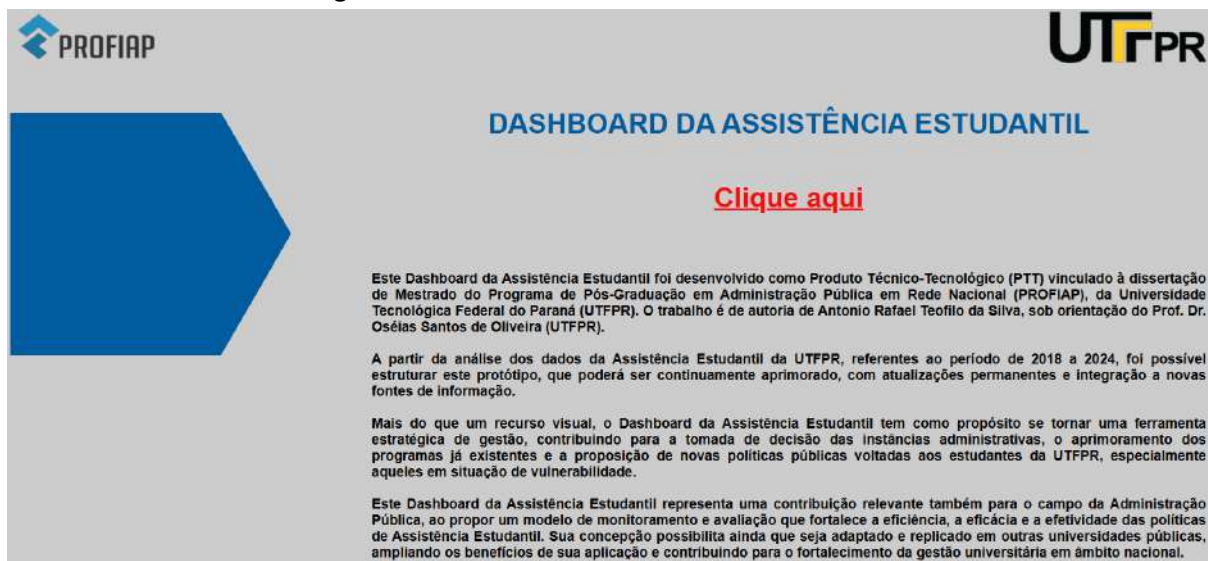
Por fim, este PTT adquire uma importância estratégica tanto para a UTFPR, instituição na qual foi realizada esta pesquisa, quanto para outras universidades federais que enfrentam desafios semelhantes no campo das políticas de Assistência Estudantil. Trata-se de uma ferramenta que busca qualificar a gestão interna, mas também fortalecer a função social da universidade, assegurando que os estudantes tenham condições de permanência com qualidade, formação acadêmica sólida e perspectivas futuras mais amplas. Ao oferecer alternativas práticas e fundamentadas, este Processo ou Tecnologia configura-se como uma contribuição efetiva à construção da Administração Pública e, no seu bojo, de políticas mais consistentes e capazes de gerar impactos positivos para a comunidade acadêmica e, em última instância, para toda a sociedade.

5.4 Dashboard da Assistência Estudantil - UTFPR

A partir da análise dos dados da Assistência Estudantil da UTFPR, referentes ao período de 2018 a 2024, avançou-se além da proposta conceitual e elaborou-se um

protótipo do Dashboard da Assistência Estudantil. O protótipo pode ser visualizado em: <<https://codeapp86.github.io/index.html>> conforme ilustrados nas figuras 18, 19 e 20, configurado como uma ferramenta tecnológica voltada ao monitoramento e à transparência das ações institucionais. Trata-se de uma contribuição que, embora ainda em estágio inicial, pode servir como embrião para o desenvolvimento de um futuro software ou aplicativo a ser efetivamente implementado pela UTFPR, de acordo com o interesse e a prioridade da instituição.

Figura 18 – Dashboard da Assistência Estudantil



Fonte: autoria própria (2025).

Figura 19 – Dashboard da Assistência Estudantil



Fonte: autoria própria (2025).

Figura 20 – Dashboard da Assistência Estudantil



Fonte: autoria própria (2025).

A elaboração desse protótipo é relevante pois demonstra a viabilidade técnica da proposta, ao mesmo tempo em que fornece um modelo inicial que pode ser aprimorado, expandido e institucionalizado, passando por todas as validações necessárias. Assim, cria-se uma base prática que reduz o tempo e o esforço demandados para a concepção de uma solução definitiva.

Importa destacar que a implementação de um produto dessa natureza requer um olhar criterioso e integrado, que envolva gestores, docentes e técnicos vinculados às políticas de Assistência Estudantil da IES. Dessa forma, o protótipo apresentado neste estudo configura-se como um ponto de partida estratégico para fomentar o debate, orientar decisões e apoiar o desenvolvimento futuro de uma ferramenta institucional capaz de fortalecer a gestão da Assistência Estudantil na UTFPR.

Apesar de o RAG possuir grande importância na gestão e concentrar uma quantidade expressiva de dados, trata-se de um sistema de uso geral, cujo acesso ocorre apenas por meio de login e senha, por possuir informações e dados sensíveis. A finalidade do dashboard da Assistência Estudantil é apresentar informações de forma visual e acessível aos usuários e administradores, sem a necessidade de autenticação, além disso, servir como instrumento direcionado ao monitoramento da Assistência Estudantil em particular.

O protótipo foi desenvolvido utilizando a linguagem Python, em conjunto com as bibliotecas apresentadas na Figura 21, visando em especial o reaproveitamento dos códigos já empregados no processamento dos dados descritos no Apêndice A.

Figura 21 – Bibliotecas empregadas no protótipo

```
import pandas as pd
import math
import matplotlib.pyplot as plt
import seaborn as sns
import streamlit as st
import geopandas as gpd
import matplotlib.pyplot as plt
import matplotlib.colors as mcolors
import numpy as np
from sklearn.linear_model import LinearRegression
from matplotlib.colors import ListedColormap
from flask import Flask, render_template
```

Fonte: autoria própria (2025).

Por se tratar de um dashboard, os dados são quantitativos, compreendendo o período supracitado como objetivo geral desta dissertação: 2018 a 2024, o que não impede que este período seja ampliado. Esta ferramenta possibilita ampliar a visualização dos gráficos, além do download sob a forma de imagem em formato .png.

O protótipo foi testado em um servidor VPS com as seguintes especificações: 4 núcleo da CPU, 16 GB de memória, 200 GB de espaço em disco, e em um servidor Ubuntu 24.04 LTS, possibilitando comprovar e analisar a viabilidade da ferramenta. Contudo, foi necessário realizar alterações no código, que passou por adaptações posteriores para ser executado diretamente na plataforma da tecnologia utilizada no desenvolvimento do dashboard, o Streamlit.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar a eficiência, a eficácia e a efetividade da da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) implementada pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, entre 2018 e 2024, com foco em seu impacto na promoção da inclusão social, na redução das desigualdades educacionais e na garantia da permanência dos estudantes na instituição.

Para o alcance deste objetivo geral, foram definidas quatro estratégias, organizada por meio de quatro objetivos específicos. O primeiro objetivo específico envolveu a investigação dos processos históricos e dos fundamentos da Assistência Estudantil brasileira, com ênfase na PNAES, assim como em seus impactos na promoção da inclusão social e na permanência dos estudantes no Ensino Superior. Para atender a este objetivo específico, foi realizada uma pesquisa abrangendo a política pública de Assistência Estudantil brasileira, sua evolução histórica e os conceitos relacionados. Ainda, para atender a este primeiro objetivo específico, foi desenvolvida uma revisão integrativa, seguindo a metodologia proposta por Botelho, Cunha e Macedo (2011).

Esta revisão integrativa abrangeu as bases de dados Scielo, Scopus e *Web of Science*, sem restrição temporal, realizando-se uma análise da Assistência Estudantil com base em 14 tópicos definidos no Quadro 6, proporcionando, assim, uma compreensão abrangente da Assistência Estudantil, envolvendo aspectos que incluíam os indicadores e a avaliação desta política, a mobilidade social, a educação a distância, as áreas contempladas pelo PNAES, a escassez de informações, os impactos da política, as limitações financeiras, as prioridades na alocação de recursos entre as áreas do programa, as correções de distorções ao se consolidar como uma conquista significativa das camadas populares, os resultados do programa quanto à sua relevância para o processo de Assistência Estudantil, a coexistência de duas concepções de assistência – uma mais seletiva e outra mais abrangente –, a autonomia concedida às instituições, e, por fim, os critérios de seleção dos estudantes.

O segundo objetivo específico compreendeu a discussão dos conceitos estruturantes que abarcam a eficiência, eficácia e efetividade das políticas à luz da literatura, o que permitiu concluir que os indicadores atuam como uma ferramenta importante para o processo de monitoramento e avaliação. Os 6Es do Desempenho estão estruturados com base nas dimensões de esforço e resultado, sendo que a opção desta pesquisa foi por uma visão mais restrita, focada na dimensão de resultado, a qual envolve os 3Es, eficiência, eficácia e efetividade.

Visando atender o penúltimo objetivo desta pesquisa, relacionado à identificação dos diferentes instrumentos normativos e operacionais da UTFPR, em relação à Assistência Estudantil, assim como sobre a viabilidade da aplicação de indicadores de desempenhos, que integrem as dimensões de eficiência, eficácia e efetividade, nas políticas desta área, efetivou-se a análise dos dados da IES pesquisada.

Entre os principais achados desta pesquisa está a ausência de indicadores e critérios de avaliação claramente definidos no âmbito do PNAES, agindo como um dos principais obs-

táculos à sua efetividade, pois a inexistência de um referencial normativo claro compromete o monitoramento sistemático das ações nas IFES. Ademais, inexistiu uma base padronizada de informações sobre o PNAES, o que limita a efetividade das análises, uma vez que os dados disponíveis encontram-se pulverizados. Outro ponto destacado foi o não atendimento aos estudantes da EaD pelo PNAES, configurando-se como uma lacuna relevante em sua estrutura normativa.

Esta pesquisa também revelou que a literatura reforça a importância do Ensino Superior na mobilidade social, destacando a Assistência Estudantil como política estratégica. Neste sentido, a PNAES configura-se como um instrumento de transformação social, fundamentado nas tensões de classe e orientado por uma lógica de não favor, mas como medida reparadora frente a desigualdades históricas, atuando no enfrentamento das desigualdades sociais e na promoção da mobilidade social. Contudo, embora contribua para a permanência, o PNAES ainda é alvo de críticas por seu caráter predominantemente assistencialista.

O estudo também evidenciou que investimentos em Assistência Estudantil são determinantes para assegurar condições igualitárias de permanência, atuando na redução dos empecilhos estruturais que condicionam de forma negativa o acesso, promovendo a permanência e a mobilidade acadêmico-profissional de jovens provenientes das classes inferiorizadas.

O levantamento também permitiu observar que a autonomia da IES pesquisada – o que pode ser uma realidade no contexto das IFES – permite a adequação das políticas de assistência à diversidade sociocultural e regional dos discentes, que os critérios de acesso à Assistência Estudantil evoluíram de um enfoque exclusivo na renda para uma abordagem mais ampla, que inclui moradia, transporte e saúde, visando uma política mais justa e abrangente que reconheça a complexidade das desigualdades enfrentadas pelos estudantes no Ensino Superior e que a imposição de contrapartidas nos programas de Assistência Estudantil suscita controvérsias quanto à necessidade de se vincular o apoio financeiro ou material a compromissos acadêmicos ou de participação em atividades universitárias. Conclui-se que a discussão sobre Assistência Estudantil é indispensável como medida para assegurar a permanência discente e qualificar o Ensino Superior no Brasil, essencialmente quando possibilita o reconhecimento de que os desafios extrapolam a dimensão financeira e abrangem fatores sociais, econômicos e pedagógicos.

No contexto da UTFPR, os principais achados indicam que o auxílio estudantil – uma das ações da política de Assistência Estudantil – desempenha um papel relevante, mesmo diante de recursos limitados e da possibilidade de cortes orçamentários, como foi evidenciado. Observou-se que o Coeficiente de Rendimento (CR) dos alunos contemplados pelo auxílio estudantil é ligeiramente superior ao dos demais estudantes da instituição. Além disso, foi possível observar que o percentual de alunos que finalizaram com êxito os estudos é superior aos demais estudantes.

O estudo também apresentou a distribuição dos estudantes contemplados pelo auxílio em cada período do curso, durante todos os semestres analisados neste estudo, comparando-a com a distribuição geral dos discentes da instituição nos respectivos períodos. Revelou também

que a Assistência Estudantil é bem ampla, não se limitando a disponibilidade de recursos financeiros. Os dados indicam que o maior número de alunos recebem o auxílio estudantil por dois semestres, devendo se considerar que os cursos geralmente possuem uma duração de 8 a 10 semestres.

A análise efetivada nesta investigação permite afirmar que as políticas de Assistência Estudantil da UTFPR vêm apresentando avanços consistentes nas dimensões de eficiência, eficácia e efetividade, ainda que permeadas por desafios e limitações conjunturais. Do ponto de vista da eficiência, constatou-se que, mesmo diante de restrições orçamentárias e alta demanda distribuída pelos 13 campi, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná tem conseguido otimizar seus recursos, assegurando a manutenção das ações prioritárias de apoio estudantil. No aspecto da eficácia, os resultados demonstraram que as políticas implementadas têm contribuído para a permanência e o desempenho acadêmico dos estudantes, com índices de retenção e coeficientes de rendimento relativamente estáveis e positivos, sobretudo entre os alunos contemplados pelos auxílios. Já sob a perspectiva da efetividade, os dados analisados explicitam que as ações desenvolvidas favorecem a conclusão dos cursos ao mesmo tempo em que também ampliam oportunidades de inclusão social, mobilidade socioeconômica e pertencimento institucional para os estudantes em situação de vulnerabilidade. Destarte, apesar das adversidades, a UTFPR caminha para o fortalecimento e o aprimoramento de suas políticas de Assistência Estudantil, consolidando-se como uma instituição comprometida com a promoção da equidade e do acesso qualificado ao ensino superior público.

Esta pesquisa contribui para o aprofundamento dos estudos sobre a Assistência Estudantil e propõe caminhos para a criação de uma ferramenta de monitoramento desta política no contexto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). A partir da análise realizada, foi possível identificar informações relevantes presentes no Relatórios Analíticos de Gestão (RAG), acessíveis mediante pré-processamento de dados. Contudo, projeta-se como importante a criação de um portal específico para as ações de Assistência Estudantil, reunindo para além destas informações também os dados indicados no Quadro 10, definidos como Indicadores da Assistência Estudantil. Estes indicadores englobam dados sobre os seguintes atendimentos: nutricionais (somente campus Curitiba), sociais, pedagógicos, psicológicos, de necessidades educacionais específicas, para pessoas com deficiência, atenção à saúde, enfermagem, médico e odontológico.

A proposta de desenvolvimento desse portal configura-se como o Produto Técnico-Tecnológico (PTT) vinculado a esta dissertação e alinhado aos propósitos do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP). O PTT materializa-se em um processo ou tecnologia, no qual são apresentadas as principais discussões e achados da pesquisa, acompanhados de recomendações à instituição estudada. Esta proposta representa uma contribuição concreta do pesquisador, que, ao se debruçar sobre uma problemática real de seu ambiente de atuação, analisa, discute e propõe ações para o aprimoramento das políticas e práticas voltadas à área pesquisada.

Dentre as limitações identificadas no presente estudo, destaca-se a falta de continuidade entre os dados apresentados em diferentes versões de um mesmo documento institucional da UTFPR. As informações relativas à Assistência Estudantil, em especial, mostram-se fragmentadas e dispersas em diversos documentos, dificultando uma análise integrada e comparativa ao longo do tempo.

Este trabalho abre caminhos para pesquisas que se dediquem a investigar a relação entre a conclusão com êxito dos estudos e o rendimento acadêmico em relação às ações da PNAES. Outras possibilidades para pesquisas futuras podem se concentrar nas questões que envolvem a evasão da IES pesquisada principalmente em relação ao ingresso de novos estudantes e a falta de atratividade dos cursos, um dos problemas detectados por meio deste estudo e que podem motivar pesquisas subsequentes.

Por fim, cabe ressaltar que os resultados encontrados nesta pesquisa sobre a eficiência, a eficácia e a efetividade na implementação, desenvolvimento e avaliação das políticas de Assistência Estudantil na UTFPR possivelmente não se diferenciam de maneira significativa do cenário vivenciado por outras Instituições Federais de Ensino Superior. Os desafios identificados, como a limitação de recursos, a alta demanda por atendimentos e a necessidade de ações contínuas de monitoramento e avaliação, são complexos e estruturalmente presentes no contexto nacional. Por isto, demandam políticas amplas, determinadas e articuladas, que acolham os estudantes em situação de vulnerabilidade, acompanhem seu percurso acadêmico e avaliem sistematicamente os resultados para além dos termos quantitativos, considerando igualmente os progressos e conquistas dos estudantes no ambiente universitário e em sua formação integral. A permanência qualificada, respaldada por políticas públicas efetivas, pode beneficiar, em primeiro plano, o estudante, entretanto, ganha também a sociedade como um todo, que passa a contar com profissionais mais bem preparados, sensíveis às questões sociais e capazes de atuar de forma crítica, competente e ética nos distintos contextos profissionais e sociais onde estarão inseridos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. K. d. A.; XIMENES, V. M. Pobreza, permanência de universitários e Assistência Estudantil: uma análise psicossocial. **Psicologia USP**, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo v. 32, n. s.n., p. e200067, 2021. ISSN 0103-6564. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e200067>. Acesso em: 01 ago. 2025.
- ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, v. 51, n. 4, p. 5–60, fev. 2014. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/334>. Acesso em: 20 out. 2024.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa**, Fundação Carlos Chagas, v. 36, n. 129, p. 637–651, set. 2006. ISSN 0100-1574. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742006000300007>. Acesso em: 02 fev. 2025.
- ANDRADE, A. M. J. d.; TEIXEIRA, M. A. P. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Publicação da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade de Sorocaba (UNISO), v. 22, n. 2, p. 512–528, mai. 2017. ISSN 1414-4077. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000200014>. Acesso em: 06 fev. 2025.
- ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 1, n. 1, p. 126–133, 2013. Disponível em: <https://www.revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/64/113>. Acesso em: 21 out. 2024.
- ARRUDA, E. P. Reflexões sobre a política nacional de formação de professores a distância e o enfraquecimento da EaD pública pela Universidade Aberta do Brasil (UAB). **Educação**, v. 43, n. 4, p. 823–842, out. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/32607>. Acesso em: 31 jan. 2025.
- BAHIA, L. O. **Guia referencial para construção e análise de indicadores**. Brasília, 2021. 43 p. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6154/1/GR%20Construindo%20e%20Analisando%20Indicadores%20-%20Final.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- BARBOSA, R. d. A. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB**. 2009. 133 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7212>. Acesso em: 07 dez. 2024.
- BARROS, R. P. d.; CARVALHO, M. d. **Desafios para a política social brasileira**. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/788de932-59be-43cc-b99a-cd2f5320d673/content>. Acesso em: 25 jul. 2024.
- BERTOLINO, P. L.; DERGINT, D.; MENDES, M. A. Estrutura organizacional e classificação de órgãos públicos: um estudo de caso na UTFPR. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 2, p. 5916–5930, fev. 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/6685>. Acesso em: 18 dez. 2024.
- BLEICHER, T.; OLIVEIRA, R. C. N. d. Políticas de Assistência Estudantil em saúde nos institutos e universidades federais. **Psicologia Escolar e Educacional**, Associação Brasileira

de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), v. 20, n. 3, p. 543–549, set. 2016. ISSN 1413-8557. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3539201502031040>. Acesso em: 20 out. 2024.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. d. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121–136, dez. 2011. Disponível em: <https://ges.face.ufmg.br/index.php/gestaoesociedade/article/view/1220>. Acesso em: 3 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**: Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Casa Civil, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024**: Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, DF: Casa Civil, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em: 08 out. 2024.

BRITO, A. C. T. d. C.; COSTA, A. K. T. d.; SOUZA, K. R. Política pública de Assistência Estudantil no ensino superior brasileiro como um instrumento para novos habitus nas universidades. **Nuances: Estudos sobre Educação**, v. 33, n. 00, p. e022021, set. 2022. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/9630>. Acesso em: 10 ago. 2024.

BROTTI, M. G.; LAPA, J. d. S. Modelo de avaliação do desempenho da administração da escola sob os critérios de eficiência, eficácia, efetividade e relevância. **Avaliação (Campinas)**, v. 12, n. 4, p. 625–661, 2007. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/aval/v12n04/v12n04a05.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2024.

CALBINO, D.; BRITO, E. Programa Nacional de Assistência Estudantil: tendências e lacunas a partir da análise integrativa. **Educação**, v. 48, n. 1, p. e126/1–36, out. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/68745>. Acesso em: 31 jul. 2024.

CAMARGO, F. d. O.; GUIMARÃES, K. M. S. O princípio da eficiência na gestão pública. **Revista. CEPPG**, s.v., n. 28, p. 133–145, 2013. Disponível em: https://www.portalcatalao.com/painel_clientes/cesuc/painel/arquivos/upload/downloads/376b38ef01c9b0caae5d67f8c6bf4d03.pdf. Acesso em: 23 jul. 2024.

CARDIN, S. A. *et al.* Controle interno na administração pública como ferramenta para economicidade de processos. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA—XII SEGET. 2015. **Anais [...]** [s.n.], 2015. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/35622398.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2024.

CARNEIRO, L. A. V.; BRIDI, F. R. d. S. Políticas públicas de ensino superior no Brasil: um olhar sobre o acesso e a inclusão social. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 15, n. 1, p. 146–158, jan. 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12059>. Acesso em: 22 set. 2024.

CARVALHO, E. R. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) através das equipes pedagógicas no IFPR**: possibilidades e desafios. 2024. 464 p. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) — Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2024. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/33894>. Acesso em: 13 abr. 2025.

CARVALHO, H. A. d.; OLIVEIRA, O. S. d.; LIMA, I. A. d. Avaliação institucional em uma universidade pública brasileira multicâmpus: processos e desafios na qualificação da gestão.

Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), Publicação da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade de Sorocaba (UNISO). v. 23, n. 1, p. 217–243, jan. 2018. ISSN 1414-4077. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772018000100012>. Acesso em: 27 fev. 2025.

CASTRO, R. B. d. Eficácia, eficiência e efetividade na administração pública. *In*: 30º ENCONTRO DA ANPAD (ENANPAD). 2006, Salvador-BA. **Anais [...]** Salvador-BA: [s.n.], 2006. Disponível em: https://arquivo.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=NTI4MQ==. Acesso em: 30 set. 2024.

CAVALCANTI, R. W. **Por entre labirintos**: as barreiras e os desafios vivenciados pelas estudantes assistidas pelo programa de assistência estudantil dos cursos de engenharia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Curitiba. 2023. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) — PPGTE - Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2023. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/31109/1/estudantesengenhariaassistenciaestudantil.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2025.

CESPEDES, J. G. *et al.* Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Fundação CESGRANRIO, v. 29, n. 113, p. 1067–1091, out. 2021. ISSN 0104-4036. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-403620210002902418>. Acesso em: 06 fev. 2025.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.

COSTA, A. B.; FONTANARI, A. M.; ZOLTOWSKI, A. P. C. Como escrever um artigo de revisão sistemática: um guia atualizado. *In*: **Produção científica: um guia prático**. USP. 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10923/23917>. Acesso em: 04 fev. 2025.

COTTA, T. C. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. **Revista do Serviço Público**, v. 49, n. 2, p. 103–124, fev. 2014. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/368>. Acesso em: 9 out. 2024.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

CUNHA, C. G. S. d. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. **Revista Estudos de Planejamento**, s.v., n. 12, p. 27–57, dez. 2018. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/avaliacao-de-politicas-publicas-e-programas-governamentais-tendencias-recentes-e-experiencias-no-brasil>. Acesso em: 09 out. 2024.

DELLA-MÉA, L. G. T.; VEIGA, A. M. d. R.; BOLZAN, D. P. v. A internacionalização da pós-graduação brasileira: o caso de uma universidade pública. **Educação Por Escrito**, v. 10, n. 1, p. e30340, dez. 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/porescrito/article/view/30340>. Acesso em: 29 out. 2024.

DIAS, C. E. S. B.; SAMPAIO, H. A constituição da assistência estudantil como campo científico. **Cadernos de Pesquisa**, Fundação Carlos Chagas v. 53, n. s.n., p. e10516, 2023. ISSN 0100-1574. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980531410516>. Acesso em: 06 fev. 2025.

DUTRA, N. G. d. R.; SANTOS, M. d. F. d. S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Fundação CESGRANRIO, v. 25, n. 94, p. 148–181, jan. 2017. ISSN 0104-4036. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362017000100006>. Acesso em: 19 out. 2024.

ESTRELA, C. **Metodologia científica**: ciência, ensino, pesquisa. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2018. 338 p. (Métodos de pesquisa). E-book. ISBN 9788536702742. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536702742/>. Acesso em: 03 fev. 2025.

FAGUNDES, H.; MOURA, A. B. de. Avaliação de programas e políticas públicas. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul v. 8, n. 1, p. 89–103, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3215/321527164006.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2024.

FAVA, H. d. L. **Indicadores na gestão da assistência estudantil em instituições federais de ensino superior no Brasil**: da produção acadêmica à aplicação. 2021. 146 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) — Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2021. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-ADMINISTRACAO-PUBLICA/DISSERTA%C3%87%C3%95ES%20DEFENDIDAS/HelderdeLimaFava%20-%20dissertacao.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2025.

FAVA, H. d. L.; CINTRA, R. F. Indicadores na Assistência Estudantil: Análise nas universidades federais brasileiras. **Revista Ciências Administrativas**, v. 28, n. s.n., p. e12649, out. 2022. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rca/article/view/12649>. Acesso em: 7 out. 2024.

FERREIRA, L. C. C. *et al.* Assistência Estudantil: uma avaliação de sua efetividade. **Education Policy Analysis Archives**, v. 31, n. 112, p. s.p., out. 2023. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/7512>. Acesso em: 01 ago. 2024.

FERREIRA, N. I. d. O.; CINTRA, R. F. O orçamento do PNAES e a “fatia” do esporte e lazer nas universidades federais brasileiras: mais do mesmo!? **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 9, p. 15912–15938, set. 2023. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2194>. Acesso em: 06 fev. 2024.

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. M. C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Anál. & Conj.**, s.v., n. s.n., p. 107–127, 1986. Disponível em: <https://picture.iczhiku.com/resource/paper/whksjoUKOudfEbXb.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

FRASSON, I. **Critérios de eficiência, eficácia e efetividade adotados pelos avaliadores de instituições não-governamentais financiadoras de projetos sociais**. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) — Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2001. 170 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82184/175094.pdf?sequence>. Acesso em: 23 jul. 2024.

GANAM, E. A. S.; PINEZI, A. K. M. Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. **Educação em Revista**, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, v. 37, n. s.n., p. e228757, 2021. ISSN 0102-4698. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698228757>. Acesso em: 06 fev. 2025.

GARCIA, D. R. N. D. S.; MACIEL, C. E. Concepções de estado e a materialização do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Educação**, v. 44, n. s.n., p. e40/ 1–21, maio 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/31459>. Acesso em: 31 jul. 2024.

GHELMAN, S.; COSTA, S. R. R. d. Adaptando o BSC para o setor público utilizando os conceitos de efetividade, eficácia e eficiência. **Anais do Simpósio de Engenharia da Produção, Bauru, SP, Brasil**, v. 12, n. s.n., p. s.p., 2006. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos06/422_Adapt%20BSC%20efic%20eficacia%20e%20efetivid.pdf. Acesso em: 24 jul. 2024.

GIBBS GRAHAM; FLICK, U. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Bookman, 2009. 1 p. E-book. ISBN 9788536321332. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536321332/>. Acesso em: 02 mai. 2025.

GOMES, L. M. L. d. S.; OLIVEIRA, A. A. S. d. Permanence policy in the brazilian university: Psychology and social insertion through education. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, v. 38, n. s.n., p. e38321, 2022. ISSN 0102-3772. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e38321.en>. Acesso em: 06 fev. 2025.

GOMES, L. S. I.; SCHLICKMANN, R. Política de apoio pedagógico no ensino superior: um estudo de caso. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Publicação da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade de Sorocaba (UNISO), v. 29, n. s.n., p. e024003, 2024. ISSN 1414-4077. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-57652024v29id275628>. Acesso em: 06 fev. 2025.

GOMES, M. d. A. A.; PIRES, E. D. P. B.; SILVA, S. S. Contradições do ideário neoliberal na política de assistência estudantil: do nascedouro aos dias atuais. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 13, n. 32, p. 1–24, abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/13475>. Acesso em: 31 jul. 2024.

HENRIQUES, A.; MEDEIROS, J. B. **Metodologia científica na pesquisa jurídica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. ISBN 9788597011760. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011760/>. Acesso em: 03 set. 2024.

HÖFLING, E. D. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, CEDES - Centro de Estudos Educação e Sociedade v. 21, n. 55, p. 30–41, Nov 2001. ISSN 0101-3262. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>. Acesso em: 5 out. 2024.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da Assistência Estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, Cortez Editora Ltda, n. 129, p. 285–303, May 2017. ISSN 0101-6628. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.109>. Acesso em: 07 out. 2024.

JANUARIO, R. G.; NELSON, A. V. M.; MEDEIROS, M. F. M. D. Mapeamento das ações de Assistência Estudantil realizadas pelas universidades federais na gestão do PNAES. **Revista Meta: Avaliação**, v. 16, n. 52, p. 679–705, 2024. ISSN 2175-2753. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/4436>. Acesso em: 05 fev. 2025.

JUNIOR, D. V.; CARVALHO, A. d. L. A política pública de Assistência Estudantil nas instituições federais de ensino superior: conscientização e educação libertadora em debate. **Educação**, v. 48, n. 1, p. e85/1–22, ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/66469>. Acesso em: 31 jul. 2024.

JUNIOR, E. B. L. *et al.* Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, p. 36–51, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356/1451>. Acesso em: 06 set. 2024.

JUNIOR, J. d. S. S.; MAGALHÃES, A. M. d. S.; REAL, G. C. M. A gestão da evasão nas políticas educacionais brasileiras: da graduação à pós-graduação stricto sensu. **ETD - Educação Temática Digital**, v. 22, n. 2, p. 460–478, abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8654823>. Acesso em: 7 out. 2024.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de Assistência Estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 180 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre 2012. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10923/5137>. Acesso em: 29 out. 2024.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597026580. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026580/>. Acesso em: 02 jun. 2024.

LEITE, J. C. C. (Ed.). **UTFPR uma história de 100 anos**. Curitiba: Ed. UTFPR, 2010. E-book. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/32279>. Acesso em: 10 dez. 2024.

LEMES, T. d. C.; DIAS, M. O. d. S.; OLIVEIRA, T. d. Análise do uso de dashboard como ferramenta de apoio a tomada de decisão em instituições de ensino: uma revisão sistemática da literatura. **RENOTE**, v. 21, n. 1, p. 281–290, jul. 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/134356>. Acesso em: 07 nov. 2025.

LIMA, G. V. de M.; OLIVEIRA, P. R. P. de; CHAGAS, M. J. R. Gestão por processos um estudo de caso quanto à efetividade numa empresa pública. **Anais do Encontro Brasileiro de Administração Pública (EBAP)**, Brasília, s.v., n. s.n., p. s.p., 2021. ISSN 2594-5688. Disponível em: <https://sbap.org.br/ebap/index.php/home/article/view/81/141>. Acesso em: 28 jul. 2024.

LIMA, W. A. S.; MENDES, V. L. P. S. Estudos sobre a avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil à luz das múltiplas abordagens teórico-metodológicas. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Publicação da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade de Sorocaba (UNISO). v. 25, n. 1, p. 199–218, jan. 2020. ISSN 1414-4077. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-407720200001000011>. Acesso em: 06 fev. 2025.

MACEDO, G. D. **A eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para permanência dos ingressantes do sistema de cotas na UFPB**. 2017. 113 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) — Universidade Federal da Paraíba João Pessoa-PB, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/23389>. Acesso em: 28 jul. 2025.

MACEDO, G. D.; SOARES, S. d. P. L. Avaliação da eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil para permanência de cotistas na Universidade Federal da Paraíba. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Publicação da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade de Sorocaba (UNISO). v. 25, n. 2, p. 439–457, mai. 2020. ISSN 1414-4077. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-4077/S1414-40772020000200011>. Acesso em: 06 fev. 2025.

MARINHO, A.; FAÇANHA, L. O. **Programas sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/08750ca1-d0d7-459e-9f82-3448ca50f68d/content>. Acesso em: 24 jul. 2024.

MARTELLI, C. G.; COELHO, R. Avaliar o quê? os vários sentidos de efetividade no campo de estudos da participação. **Opinião Pública**, v. 27, n. 2, p. 623–649, set. 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8666925>. Acesso em: 21 out. 2024.

MASTRODI, J.; IFANGER, F. C. d. A. Sobre o conceito de políticas públicas. **Revista de Direito Brasileira**, v. 24, n. 9, p. 03–16, dez. 2019. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/5702>. Acesso em: 4 out. 2024.

MAURICIO, N. M. M. **Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal Do Tocantins**. 2019. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) — Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Universidade Federal Do Tocantins Palmas-To 2019. 178 f. Disponível em: <https://umbu.uft.edu.br/bitstream/11612/1167/1/Nathanni%20Marrelli%20Matos%20Mauricio%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2025.

MEDEIROS, A. M.; VALÉRIO, S. G. B.; LIMA, W. S. de. Princípio da eficiência na administração pública brasileira: Avaliação dos resultados e limitações da reforma de 1998. **Revista Foco**, v. 17, n. 12, p. e7290–e7290, 2024. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/7290/5219>. Acesso em: 23 jul. 2025.

MENDA, C. *et al.* Perfil das equipes de Assistência Estudantil nas universidades federais do Brasil no atendimento à saúde mental dos estudantes. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Publicação da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade de Sorocaba (UNISO). v. 27, n. 3, p. 591–608, set. 2022. ISSN 1414-4077. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772022000300011>. Acesso em: 19 out. 2024.

MOTA, L. V. C.; SANTOS, C. R. B.; CAMPOS, F. M. Senses and repercussions of student assistance on the eating practices of students from a brazilian public university during the COVID-19 pandemic. **Frontiers in Public Health**, v. 11, n. s.n., p. 1168494, 2023. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10315908/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

MUELLER, J. P.; MASSARON, L. **Python Para Data Science Para Leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020. 15 p. E-book. ISBN 9786555201512. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555201512/>. Acesso em: 08 nov. 2025.

OLIVEIRA, L. R. A eficácia social das políticas públicas fundamentais: um desafio [principlológico] da boa administração pública. In: XIV SEMINÁRIO INTERNACIONAL, X MOSTRA INTERNACIONAL DE TRABALHOS CIENTÍFICOS. 2017. **Anais [...]** [s.n.], 2017. ISSN 2358-3010. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewFile/17697/4571>. Acesso em: 04 out. 2024.

OLIVEIRA, M.; SOARES, S.; MELLO-NETO, R. d. D. E. Desigualdade e juventude: reflexões acerca de critérios adotados pelo plano nacional de Assistência Estudantil no Brasil. **Revista Lusófona de Educação**, v. 49, n. s.n., p. 115–134, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/349302609_Desigualdade_e_juventude_reflexoes_acerca_de_criterios_adotados_pelo_plano_nacional_de_assistencia_estudantil_no_Brasil. Acesso em: 08 ago. 2024.

OLIVEN, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (Ed.). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre-RS: Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe IESALC – Unesco – Caracas 2002. p. 24–38. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139317>. Acesso em: 08 dez. 2024.

PALAVEZZINI, J. **A multidimensionalidade da vulnerabilidade acadêmica no programa de Assistência Estudantil da UTFPR**. 2020. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) — Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço

Social e Política Social, Universidade Estadual de Londrina, 2020. 370 p. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/handle/123456789/14272>. Acesso em: 10 dez. 2024.

PALAVEZZINI, J. A multidimensionalidade da vulnerabilidade acadêmica no programa de Assistência Estudantil da UTFPR. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Publicação da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade de Sorocaba (UNISO). v. 26, n. 1, p. 217–236, jan 2021. ISSN 1414-4077. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772021000100012>. Acesso em: 10 dez. 2024.

PAULA, M. d. F. C. d. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Publicação da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade de Sorocaba (UNISO), v. 22, n. 2, p. 301–315, mai. 2017. ISSN 1414-4077. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000200002>. Acesso em: 23 out. 2024.

PERES, U. D. *et al.* Desafios para o estudo comparado do financiamento da segurança pública nos estados. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, v. 29, n. s.n., p. e88328, 2024. ISSN 2236-5710. Disponível em: <https://doi.org/10.12660/cgpc.v29.88328>. Acesso em: 23 jul. 2025.

PIZZA, S. N.; SIQUELLI, S. A. A Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e o debate sobre sua consolidação jurídica. **Revista Ensaios Pioneiros**, v. 8, n. 1, p. s.p., dez. 2024. Disponível em: <https://revistaensaiospioneiros.usf.edu.br/ensaios/article/view/442/232>. Acesso em: 16 jun. 2025.

RAMOS, A. **Metodologia da pesquisa científica**: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento. Rio de Janeiro: Atlas, 2009. 183 p. ISBN 9788522465989. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522465989/>. Acesso em: 01 abr. 2025.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. 1. ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. v. 5. Disponível em: <https://ifg.edu.br/attachments/article/32019/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Fundação Getulio Vargas, v. 46, n. 5, p. 1271–1294, set. 2012. ISSN 0034-7612. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000500005>. Acesso em: 08 out. 2024.

RECKTENVALD, M.; MATTEI, L.; PEREIRA, V. A. Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Publicação da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade de Sorocaba (UNISO), v. 23, n. 2, p. 405–423, jul 2018. ISSN 1414-4077. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772018000200008>. Acesso em: 18 out. 2024.

RISTOFF, D. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Publicação da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade de Sorocaba (UNISO), v. 19, n. 3, p. 723–747, nov. 2014. ISSN 1414-4077. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772014000300010>. Acesso em: 05 fev. 2025.

RODRIGUES, K. R. d. A. **Condições e possibilidades da eficiência social do serviço público no Brasil**: algumas perspectivas. 2023. 129 p. Dissertação (Mestrado em Direito) — Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul-RS, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/3667/1/K%C3%A1tia%20Rejane%20de%20Ara%C3%BAjo%20Rodrigues.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

ROSETTO, M. R. C. A. A história das universidades no Brasil e a internacionalização do sistema universitário. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 2, p. 136–149, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/859>. Acesso em: 05 mai. 2024.

SACCARO, A.; FRANÇA, M. T. A.; JACINTO, P. de A. Dropout in tertiary education in Brazil: An analysis of the effects of the PNAES Bolsa Permanência. **Economia**, v. 21, n. 3, p. 407–421, 2020. ISSN 1517-7580. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1517758020300606>. Acesso em: 08 out. 2024.

SAMPAIO, C. A. C. **Uma proposta de um modelo de gestão organizacional estratégica para o desenvolvimento sustentável (SIGOS)**. 1999. Tese (Doutorado em Engenharia) — Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis-SC 1999. 257 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/80993/141719.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 jul. 2024.

SANO, H.; MONTENEGRO-FILHO, M. J. F. As técnicas de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e sua relevância para o desenvolvimento social e das ações públicas. **Desenvolvimento em Questão**, v. 11, n. 22, p. 35–61, fev. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/186>. Acesso em: 30 set. 2024.

SANTOS, J. F. d. O. N. **Monitoramento e avaliação da Assistência Estudantil da UFCG/Campina Grande – análise de indicadores**. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional) — Centro de Ciências Jurídicas e Sociais-CCJS, Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, Sousa-PB, 2024. 88 f. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/35523>. Acesso em: 04 jun. 2025.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Poiesis Pedagógica**, v. 8, n. 2, p. 4–17, abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/poiesis/article/view/14035>. Acesso em: 13 out. 2024.

SCHER, A. J.; OLIVEIRA, E. M. Acesso e permanência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Realeza/PR. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Publicação da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade de Sorocaba (UNISO), v. 25, n. 1, p. 5–26, jan. 2020. ISSN 1414-4077. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000100002>. Acesso em: 11 out. 2024.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2023. 5 p. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522125470/>. Acesso em: 09 dez. 2024.

SECCHI, L.; COELHO, F. d. S.; PIRES, V. **Políticas Públicas**: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3. ed. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2019.

2 p. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522128976/>. Acesso em: 09 dez. 2024.

SECRETARIA DE GESTÃO. **Produto 4:** guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores. Brasília: Ministério do Planejamento, 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/613>. Acesso em: 05 jan. 2025.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017. 132 p. E-book. ISBN 9788524925207. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524925207/>. Acesso em: 01 abr. 2025.

SHIGUNOV-NETO, A.; MACIEL, L. S. B. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar em Revista**, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, n. 31, p. 169–189, 2008. ISSN 0104-4060. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602008000100011>. Acesso em: 27 ago. 2024.

SILVA, A. R. X.; CARVALHO, M. C. A. d. Demarcações históricas sobre a política de Assistência Estudantil no Brasil. **Revista Exitus**, v. 10, n. 1, p. e020042, jul. 2020. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/1244>. Acesso em: 14 out. 2024.

SILVA, J. B. F. d. **Efeitos da pandemia da COVID-19 em universidades públicas federais da região norte do Brasil:** os desafios da gestão universitária. 2023. 158 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) — Universidade Federal do Tocantins, Palmas-TO, 2023. Disponível em: <https://umbu.uft.edu.br/bitstream/11612/6941/1/Jeann%20Bruno%20Ferreira%20da%20Silva%20-%20Tese.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2025.

SILVA, L. S. d.; NUNES, R. d. S.; PACHECO, A. S. V. Mecanismos de avaliação das políticas de Assistência Estudantil utilizados pelas universidades federais a partir do PNAES. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 18, n. 00, p. e023116, dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16708>. Acesso em: 7 out. 2024.

SILVA, P. T. d. F. e.; SAMPAIO, L. M. B. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Fundação Getulio Vargas v. 56, n. 5, p. 603–631, set. 2022. ISSN 0034-7612. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220220034>. Acesso em: 18 out. 2024.

SILVEIRA, C. *et al.* Saúde mental em estudantes do ensino superior: experiência da consulta de psiquiatria do centro hospitalar são joão. **Acta Médica Portuguesa**, v. 24, n. s.n., p. 247–256, dez. 2011. Disponível em: <https://www.actamedicaportuguesa.com/revista/index.php/amp/article/view/1504>. Acesso em: 08 nov. 2025.

SIQUEIRA, T. D. A. *et al.* A relevância da autoavaliação institucional na UFAM - Avalies. **BIUS -Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia**, v. 17, n. 11, p. s.p., 2020. ISSN 2176-9141. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/BIUS/article/view/7206>. Acesso em: 07 nov. 2025.

SOARES, P. d. S.; AMARAL, C. d. A. A Assistência Estudantil no processo educacional: possibilidades de atuação. **Educação e Pesquisa**, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo v. 48, n. s.n., p. e238181, 2022. ISSN 1517-9702. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248238181>. Acesso em: 19 out. 2024.

SOARES, P. d. S.; AMARAL, C. D. A.; FERREIRA, E. d. S. Políticas de Assistência Estudantil e educadores não docentes nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. **Educação**

em **Revista**, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais v. 38, n. s.n., p. e36853, 2022. ISSN 0102-4698. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469836853>. Acesso em: 06 fev. 2025.

SOARES, R. P. F. **A3ES e SINAES/MEC**: estudo comparado dos contextos institucionais e políticos de avaliação e regulação do sistema de qualidade da educação superior em Portugal e no Brasil — sentidos e identidades dos dois lados de uma mesma moeda. 2021. Tese (Doutoramento em Currículo e Inovação Pedagógica) — Universidade da Madeira, Portugal, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.13/4104>. Acesso em: 12 out. 2024.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFRGS, s.v., n. 16, p. 20–45, jul. 2006. ISSN 1517-4522. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>. Acesso em: 04 out. 2024.

SOUZA, G. V. d.; FAVA, H. d. L.; CINTRA, R. F. Restaurante universitário no contexto da Assistência Estudantil: Análise da produção científica (2010-2021). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 18, n. 00, p. e023153, dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17484>. Acesso em: 6 fev. 2025.

SOUZA, M. T. d.; SILVA, M. D. d.; CARVALHO, R. d. Integrative review: what is it? how to do it? **Einstein (São Paulo)**, Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein, v. 8, n. 1, p. 102–106, jan. 2010. ISSN 1679-4508. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>. Acesso em: 26 fev. 2025.

SOUZA, R. C. d.; COSTA, M. A. T. S. d. Monitoramento e avaliação da assistência ao estudante universitário: o caso do programa de residência universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Fundação CESGRANRIO, v. 28, n. 107, p. 362–385, abr. 2020. ISSN 0104-4036. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002801803>. Acesso em: 06 ago. 2024.

SPERLING, A. K. *et al.* Eficiência e eficácia na gestão pública: práticas para a melhoria dos serviços públicos. **Revista ft**, v. 27, n. 128, p. s.p., 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/eficiencia-e-eficacia-na-gestao-publica-praticas-para-a-melhoria-dos-servicos-publicos/>. Acesso em: 01 out. 2024.

TCU. **Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União**: Tc 014.924/2023-4. Brasília, 2024. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/408/%2520%2520COPIATIPO%253A%2528%2522DECIS%25C3%2583O%2522%2529%2520%2520DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/11>. Acesso em: 12 set. 2025.

UNESP. **Por que o número de jovens que se candidatam a uma vaga no ensino superior gratuito tem caído nos últimos anos?** [S.l.], 2023. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2023/06/22/por-que-o-numero-de-jovens-que-se-candidatam-a-uma-vaga-no-ensino-superior-gratuito-tem-caido-nos-ultimos-anos/>. Acesso em: 6 jun. 2025.

URSI, E. S. **Prevenção de lesões de pele no perioperatório**: revisão integrativa da literatura. 2005. 130 p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) — Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo Ribeirão Preto-SP 2005. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22132/tde-18072005-095456/publico/URSI_ES.pdf. Acesso em: 26 fev. 2005.

UTFPR. **Aprovação do orçamento da UTFPR para o exercício de 2024**. Curitiba, 2024b. Disponível em: <https://nuvem.utfpr.edu.br/index.php/s/PRSbRvrFZLnhv9r>. Acesso em: 10 jun. 2025.

UTFPR. **Deliberação nº 34, de 17 de dezembro de 2018**. Curitiba, 2018. Disponível em: https://sei.utfpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=716121&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 18 dez. 2024.

UTFPR. **Edital nº 01/2025 - PROGRAD/ASSAE**: Processo de seleção do auxílio estudantil da UTFPR período 2025/2026. Curitiba, 2025a. Disponível em: https://www.utfpr.edu.br/editais/assessoria-estudantil/reitoria/processo-de-selecao-do-auxilio-estudantil-2025/edital-no-01-2025-prograd-assae-processo-de-selecao-do-auxilio-estudantil-da-utfpr/@@download/arquivo_edital. Acesso em: 03 abr. 2025.

UTFPR. **Orçamento do PNAES**. Curitiba, 2024c. Disponível em: <https://www.utfpr.edu.br/alunos/bolsas/auxilio-estudantil/orcamento-do-pnaes>. Acesso em: 09 jun. 2025.

UTFPR. **Plano de Desenvolvimento Institucional PDI 2018-2022**. Curitiba, 2017a. 163 p. Disponível em: <https://cloud.utfpr.edu.br/index.php/s/15P0OcMLMdt9Rv7>. Acesso em: 11 dez. 2024.

UTFPR. **Plano de desenvolvimento institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná: 2023–2027**. Curitiba, 2023a. 377 p. Disponível em: <https://www.utfpr.edu.br/noticias/geral/publicado-o-plano-de-desenvolvimento-institucional-2023-2027-da-utfpr>. Acesso em: 20 ago. 2024.

UTFPR. **Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)**. Curitiba, 2017b. Disponível em: <https://www.utfpr.edu.br/internacional/mobilidade/pec-g>. Acesso em: 05 abr. 2025.

UTFPR. **Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná**. Curitiba, 2019b. Disponível em: https://sei.utfpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=1033898&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 19 mai. 2024.

UTFPR. **Regulamento do Programa de Auxílio Estudantil da UTFPR**. Curitiba, 2017c. Disponível em: <https://nuvem.utfpr.edu.br/index.php/s/ThSwV7W2XySjpz0>. Acesso em: 05 abr. 2025.

UTFPR. **Relatório de Auditoria Ra201912**. Curitiba, 2019a. Disponível em: <https://www.utfpr.edu.br/transparencia/auditoria/interna/relatorios-e-notas-de-auditoria/2019-evasao-ra-201912-alteracao-couni>. Acesso em: 13 abr. 2025.

UTFPR. **Relatório de Autoavaliação Institucional da UTFPR**. Curitiba, 2025c. Disponível em: https://www.utfpr.edu.br/comissoes/permanentes/cpa/documentos/relatorios-de-autoavaliacao/relatorio_autoavaliacao_utfpr_2024_final.pdf. Acesso em: 06 jun. 2025.

UTFPR. **Relatório de Autoavaliação Institucional da UTFPR - 2022**. Curitiba, 2023. Disponível em: <https://www.utfpr.edu.br/comissoes/permanentes/cpa/documentos/relatorios-de-autoavaliacao/relatorio-autoavaliacao-2022.pdf/@@download/file>. Acesso em: 26 ago. 2025.

UTFPR. **Resolução COUNI/UTFPR Nº 126, de 9 de maio de 2024**. Curitiba, 2024a. Disponível em: <https://nuvem.utfpr.edu.br/index.php/s/YjZsBTrwiXhT7xy>. Acesso em: 18 mar. 2024.

UTFPR. **Resolução nº 39/2020 - COGEP**: Regulamento disciplinar discente da utfpr. Curitiba, 2020. Disponível em: https://sei.utfpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=1740259&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 24 mai. 2025.

UTFPR. **Seguro contra acidentes**. Curitiba, 2025b. Disponível em: <https://www.utfpr.edu.br/alunos/servicos/seguro-contra-acidentes>. Acesso em: 05 abr. 2025.

VARGAS, M. d. L. F. Ensino superior, Assistência Estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Publicação da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade de Sorocaba (UNISO), v. 16, n. 1, p. 149–163, mar. 2011. ISSN 1414-4077. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772011000100008>. Acesso em: 05 fev. 2025.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da Assistência Estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino em Re-vista**, v. 17, n. 2, p. 599–616, 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/download/11361/6598>. Acesso em: 16 jun. 2025.

WESTPHAL, M. F.; MENDES, R. Avaliação participativa e a efetividade da promoção da saúde: desafios e oportunidades. **Boletim Técnico do Senac**, v. 35, n. 2, p. 16–27, 2009. Disponível em: <https://bts.senac.br/bts/article/view/243/226>. Acesso em: 28 jul. 2024.

ZBUINOVICZ, K. d. F.; MARIOTTI, M. C. As vulnerabilidades do estudante universitário: uma revisão integrativa. **SciELO Preprints**, s.v., n. s.n., p. s.p., out. 2021. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/3011>. Acesso em: 08 nov. 2025.

ZIPPERER, O. A FUNCEFET e sua importância na gestão administrativa do CEFET-PR. **Revista Tecnologia e Humanismo**, Curitiba, v. 19, n. 29, p. 146–150, 2005. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rth/article/view/6374/4025>. Acesso em: 13 dez. 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Codificação e Tratamento dos Dados

A.1 Descrição dos dados e etapas de processamento

Para a execução desta pesquisa, foi necessário focar em alguns conjuntos de dados estruturados em arquivos no formato Microsoft Excel (.xlsx) e extraídos do RAG, correspondendo aos 13 campi da instituição, delimitados pelo intervalo entre o primeiro semestre de 2018 (2018/1) e o segundo semestre de 2024 (2024/2). A extração das informações foi realizada em data posterior a emissão de autorização formal pelo órgão da Reitoria, Anexo A desta dissertação. Os procedimentos adotados, bem como a estrutura de apresentação dos dados, foram mantidos em conformidade com as descrições originais no RAG, preservando-se a denominação dos conjuntos de dados com o objetivo de assegurar maior clareza e precisão em sua descrição. Os dados apresentados são essenciais para embasar a análise dos aspectos de eficiência, eficácia e efetividade da PNAES. Para todos os campus da instituição, foram aplicados filtros de busca estritamente definidos conforme os parâmetros discriminados nas figuras a seguir. Não foram inclusos no parâmetro "nível de ensino" os alunos *Stricto Sensu* e Técnico.

A.1.1 Listagem Nominal

O *dataset* Listagem Nominal é formado por 488.995 linhas ou registros e 69 colunas: 'Campus', 'Sede', 'Nível de ensino', 'Grau', 'Periodicidade', 'Funcionamento', 'Turno', 'Curso', 'Gênero', 'Ano', 'Semestre', 'Nome', 'Código', 'Situação', 'Ano de ingresso', 'Calouro', 'Categoria stricto sensu', 'Coeficiente de rendimento', 'Cor ou raça', 'Código do curso', 'Código INEP do curso', 'Data de colação de grau', 'Data de ingresso', 'Data de nascimento', 'Disciplinas aprovadas', 'Disciplinas consignadas', 'Disciplinas matriculadas', 'Disciplinas reprovadas por frequência', 'Disciplinas reprovadas por nota', 'E-mail', 'Forma de ingresso', 'Idade', 'Matriz curricular', 'Mudou de curso - mesmo campus', 'Mudou de curso - outro campus', 'Município', 'Município SiSU', 'Nota ENEM Humanas', 'Nota ENEM Liguagem', 'Nota ENEM Matemática', 'Nota ENEM Natureza', 'Nota ENEM Redação', 'Nota final (SiSU/Vestibular)', 'Nota Vestibular Biologia', 'Nota Vestibular Filosofia e Sociologia', 'Nota Vestibular Física', 'Nota Vestibular Geografia', 'Nota Vestibular História', 'Nota Vestibular Literatura Brasileira', 'Nota Vestibular Língua Estrangeira Moderna (Espanhol ou Inglês)', 'Nota Vestibular Língua Portuguesa', 'Nota Vestibular Matemática', 'Nota Vestibular Química', 'Número de entradas em outros cursos', 'Número de entradas no curso', 'Ordem de ingresso no curso', 'País de nascimento', 'Período', 'Provável jubileamento', 'Regime de ensino', 'Retenção parcial', 'Retenção total', 'Sede.1', 'Semestre de ingresso no curso', 'Tipo de cota', 'Total de períodos do curso', 'Total de semestres cursados', 'UF', 'UF SiSU'.

Para o *download* deste *dataset*, foram aplicados filtros de busca estritamente definidos conforme os parâmetros discriminados na Figura 22. Devido ao grande volume de dados e à limitação imposta pelo sistema, que permite downloads com no máximo 30.000 registros por vez, foi necessário ajustar o parâmetro ano/semestre, conforme o campus, para retornar os dados dentro deste limite.

Figura 22 – Filtro aplicado ao download dos dados referente ao *dataset* Listagem Nominal

Fonte: Relatórios Analíticos de Gestão - UTFPR (2025).

Neste conjunto de dados, foram identificadas 10.972 instâncias redundantes, o que representa 2,24% do total de registros. Para os fins desta pesquisa, uma instância só é redundante se apresentar correspondência exata nos valores das colunas 'Código', 'Ano' e 'Semestre'. Cabe frisar que a coluna 'Código' armazena o número do Registro Acadêmico (RA), 'Ano' e 'Semestre' representam um período específico dentro do qual o aluno está vinculado a instituição.

Como estratégia para suprimir redundâncias, adotou-se a ordenação ascendente da variável 'Ano de ingresso', com a subsequente manutenção da última ocorrência, com base nas variáveis 'Código', 'Ano' e 'Semestre'. Esta operação resultou na exclusão de 5.496 linhas ou (1,12%), contando o *dataset* final com 483.499 instâncias.

Tal procedimento se justifica pela necessidade de realizar a junção deste *dataset* com o *dataset* de Auxílio Estudantil, uma vez que determinadas informações não estavam presentes em ambos os conjuntos de dados. Contudo, em algumas análises, essa junção não foi aplicada, tampouco a exclusão dos registros. Tais situações são apresentadas individualmente, considerando as particularidades de cada caso, ao longo desta dissertação. A extração dos dados ocorre em 24 de abril de 2025, subsequente à obtenção de autorização formal da reitoria.

A.1.2 Auxílio Estudantil

O *dataset* Auxílio Estudantil, incluído nesta análise, apresenta 63.491 registros e 18 colunas: 'Campus', 'Nível de ensino', 'Grau', 'Periodicidade', 'Funcionamento', 'Turno', 'Curso', 'Gênero', 'Nome', 'Código', 'Ano', 'Semestre', 'Situação', 'RU Almoço', 'RU Jantar', 'Básico', 'Moradia', 'Alimentação Pago'. Para a obtenção do *dataset*, foram aplicados os parâmetros de filtragem especificados na Figura 23, durante o processo de download. A extração dos dados ocorre em 24 de abril de 2025, subsequente à obtenção de autorização formal da Reitoria.

Do total de 63.491 instâncias, 1.817 apresentaram mais de uma ocorrência, correspondendo a 2,86% do volume total de registros. Para que um registro seja classificado como duplicado neste *dataset*, é indispensável que os valores das colunas 'Código', 'Ano' e 'Período' sejam simultaneamente equivalentes aos de outra instância. Considerando a baixa ocorrência de registros com duplicidade, foi adotada uma estratégia de exclusão seletiva, priorizando-se a manutenção daqueles em que a coluna 'Situação' apresenta valores distintos de 'Regular',

aplicável especificamente aos casos de redundância identificados. Na ocorrência de registros redundantes contendo exclusivamente o valor 'Regular' na coluna 'Situação', a exclusão será realizada de forma arbitrária, sem aplicação de critério específico de priorização. Este processo resultou na eliminação de 910 instâncias, ou 1,43% do total. Ademais, a coluna 'Período' foi renomeada para 'Semestre', com o objetivo de assegurar a padronização em relação a outros *dataset*.

Figura 23 – Filtro aplicado ao download dos dados referente ao *dataset* Auxílio Estudantil

Fonte: Relatórios Analíticos de Gestão - UTFPR (2025).

Após uma inspeção minuciosa do *dataset*, observou-se que 8.836 instâncias, o que representa 14,11% dos registros, exibiam nas colunas 'RU Almoço', 'RU Jantar', 'Básico', 'Moradia' e 'Alimentação Pago' — simultaneamente — valores iguais a zero ou nulos. Tal situação coincide com o período da pandemia de COVID-19, durante o qual os estudantes, passaram a receber os benefícios em espécie. Essa informação deve ser considerada na análise das Figuras 32 e 33, especialmente no que se refere aos semestres 2020/2, 2021/1 e 2021/2.

A.1.3 Taxa de Conclusão Semestral

O *dataset* Taxa de Conclusão Semestral contém 182 registros e 5 colunas: 'Ano', 'Semestre', 'Ingressantes do ciclo', 'Formados', 'Taxa de conclusão semestral'. A coluna 'Campus' foi inserida posteriormente. Os parâmetros aplicados para o *download* dos arquivos estão descritos na Figura 24. Para este conjunto de dados, não houve necessidade de exclusão de registros, uma vez que já se trata de uma compilação. A extração dos dados ocorre em 25 de abril de 2025.

Figura 24 – Filtro aplicado ao download dos dados referente ao *dataset* Taxa de Conclusão Semestral

Fonte: Relatórios Analíticos de Gestão - UTFPR (2025).

A.1.4 Taxa de Retenção

O *dataset* Taxa de Retenção contém 182 registros e 07 colunas: 'Ano', 'Semestre', 'Retenção total', 'Retenção parcial', 'Percentual de retenção total', 'Percentual de retenção parcial', 'Estudantes ativos'. A coluna 'Campus' foi inserida posteriormente. O download do *dataset* ocorre no dia 13 de maio de 2025. Os parâmetros aplicados para o download dos arquivos estão descritos na Figura 25. Para este conjunto de dados, não houve necessidade de exclusão de registros, uma vez que se esta já se tratam de uma compilação.

Figura 25 – Filtro aplicado ao download dos dados referente ao *dataset* Taxa de Retenção

Fonte: Relatórios Analíticos de Gestão - UTFPR (2025).

A.1.5 Estudantes por Situação

O *dataset* Estudantes por situação contém 1.924 registros e 28 colunas: 'Campus', 'Nível de ensino', 'Grau', 'Periodicidade', 'Funcionamento', 'Turno', 'Curso', 'Gênero', 'Ano', 'Semestre', 'Ingressantes SiSU', 'Ingressantes outras formas', 'Regular', 'Trancado', 'Afastado', 'Formado', 'Desistente', 'Capacidade', 'Vagas ociosas', 'Aguardando versão final', 'Enade pendente', 'Expulso', 'Falecido', 'Jubilado', 'Mudou de curso', 'Sede', 'Sub judice', 'Transferido'. O download do *dataset* ocorre no dia 16 de maio de 2025. Os parâmetros aplicados para o download dos arquivos estão descritos na Figura 26. Para este conjunto de dados, não houve necessidade de exclusão de registros.

Figura 26 – Filtro aplicado ao download dos dados referente ao *dataset* Estudantes por Situação

Filtros

Campus: Todos

Nível de ensino: Graduação

Grau: Todos

Periodicidade: Todas

Funcionamento: Todos

Turno: Todos

Curso: Todos

Gênero: Todos

Exibição: ☒ Relatório ☐ Gráfico ☐ Anual/semestre ☒ Selecionar

De: 2018/1

A: 2024/2

Estudantes por situação - Campus: Todos | Nível de ensino: Graduação | Período: 2018/1 a 2024/2

Q

Pesquisar

Linhas: 10

Ações

1 - 10 de 1.924

Fonte: Relatórios Analíticos de Gestão - UTFPR (2025).

A.1.6 Ingressantes por Microrregião de Origem

O *dataset* Ingressantes por Microrregião de Origem contém 17.819 registros e 17 colunas: 'Campus', 'Nível de ensino', 'Grau', 'Periodicidade', 'Funcionamento', 'Turno', 'Curso', 'Gênero', 'Ano', 'Semestre', 'Nome da microrregião de origem', 'Mesma microrregião do campus', 'Nome da mesorregião de origem', 'UF de origem', 'Nome da região de origem', 'Total de calouros', 'Forma de ingresso'. O download do *dataset* ocorre em 16 de maio de 2025. Os parâmetros aplicados ao download dos arquivos estão descritos na Figura 27. Para este conjunto de dados, não houve necessidade de exclusão de registros.

Figura 27 – Filtro aplicado ao download dos dados referente ao *dataset* Ingressantes por Microrregião de Origem

Filtros

Campus: Todos

Nível de ensino: Graduação

Grau: Todos

Periodicidade: Todas

Funcionamento: Todos

Turno: Todos

Curso: Todos

Forma de ingresso: Todas

Exibição: ☒ Relatório ☐ Gráfico ☐ Todos ☒ Selecionar

De: 2018/1

A: 2024/2

Ingressantes por microrregião de origem - Campus: Todos | Nível de ensino: Graduação | Período: 2018/1 a 2024/2

Q

Pesquisar

Linhas: 10

Ações

1 - 10 de 17.819

Fonte: Relatórios Analíticos de Gestão - UTFPR (2025).

A.1.7 Estudantes por Tipo de Situação

O *dataset* Estudantes Por Tipo de Situação contém 196 registros e 7 colunas: 'Ano', 'Semestre', 'Ativo', 'Desistente', 'Formado', 'Total', 'Campus'. A coluna 'Campus' foi inserida poste-

riormente. Os parâmetros aplicados ao download são os mesmos da Figura 26. A extração dos dados ocorre em 30 de maio de 2025.

A.2 Processamento

Alguns dos dados obtidos neste trabalho a partir do RAG não exigiram qualquer tipo de processamento, outros, porém, exigiram algum tipo de tratamento, motivo pelo qual esta seção se dedica a detalhá-las, de forma a viabilizar a reprodução dos resultados obtidos. Os gráficos e figuras foram desenvolvidos utilizando a biblioteca Matplotlib.

As informações apresentadas nas Figura 29 foram obtidas a partir do processamento do conjunto de dados descrito na Subseção A.1.5. Os dados foram agrupado com base nas colunas 'Campus', 'Ano' e 'Semestre', sendo que para cada grupo – ou combinação –, o código realiza o cálculo da soma dos valores correspondentes às colunas que representam a situação acadêmica dos estudantes ('Ingressantes SiSU', 'Ingressantes outras formas', 'Regular', 'Trancado', 'Afastado', 'Formado', 'Desistente', 'Capacidade', 'Enade pendente', 'Falecido', 'Jubilado', 'Mudou de curso', 'Sub judice', 'Transferido', 'Expulso'). As informações obtidas são aplicadas na geração dos gráficos 3, 4, 5, 6, 7, 13, 14, 15, 16, 17.

A Figura 11 é resultante do conjunto de dados apresentado na Subseção A.1.6, obtido por meio de um processamento que consiste em agrupar os dados pelas colunas 'Campus' e 'Nome da mesorregião de origem', que representa a região geográfica de origem dos calouros. Em seguida, soma-se os valores da coluna 'Total de calouros' para cada grupo, resultando no total de calouros por campus e por mesorregião de origem.

As informações visualizadas nos gráficos 30 e 31 foram geradas a partir de dois processos distintos:

- O gráfico à direita, que exibe o número de alunos contemplados com uma ou mais modalidades do auxílio estudantil por campus, ano, semestre e período, foi criado por meio do cruzamento entre os *datasets* Listagem Nominal e Auxílio Estudantil. Este processo foi necessário porque, no conjunto de dados do Auxílio Estudantil, embora exista uma coluna denominada 'Período', ela não indica o período do aluno, mas sim o semestre ao qual o registro está associado. A junção foi realizada com base nas colunas em comum — 'Ano', 'Semestre' e 'Código' — utilizando a função *merge* da biblioteca Pandas, com o parâmetro *how='left'*. Após a junção, os dados foram agrupados pelas colunas 'Campus', 'Ano', 'Semestre' e 'Período', possibilitando a contagem dos alunos contemplados em cada grupo.
- O gráfico à esquerda apresenta a contagem de alunos da instituição, agrupados pelas colunas 'Campus', 'Ano', 'Semestre' e 'Período', permitindo visualizar a distribuição de estudantes em cada um desses grupos.

Neste processo, optou-se por não aplicar filtros com base na situação do aluno. A distribuição dos estudantes, por situação, no período de 2018/1 a 2024/2, pode ser visualizada na Tabela 2.

Tabela 2 – Situação do aluno

Situação	Auxílio Estudantil	Listagem Nominal
Regular	56.445	383.142
Formado	1.858	18.974
Desistente	1.786	32.743
Trancado	1.590	44.170
Afastado	408	3132
Mudou de Curso	277	109
Transferido	165	533
Matrícula sub judice	29	90
Enade pendente	16	220
Falecido	6	77
Jubilado	1	303
Expulso	0	6
Total	62.581	483.499

Fonte: autoria própria (2025).

Cabe destacar que, durante o processo de concatenação dos *dataframes*, 137 registros foram excluídos, conforme ilustrado na Figura 28, resultando em um total de 62.444 registros no *dataset* de Auxílio Estudantil, os quais compõem os gráficos 30, 31 e 13 (b), na parte relacionada ao número de alunos contemplados pelo Auxílio Estudantil.

Figura 28 – Registros removidos

```

_merge
left_only      421055
both           62444
right_only      137
Name: count, dtype: int64

```

Fonte: autoria própria (2025).

A opção por não filtrar os dados com base na situação dos alunos (desistente, falecido, jubilado, ...) teve como objetivo preservar todos os registros relacionados ao auxílio estudantil. Do mesmo modo, remover apenas os registros provenientes do *dataset* Listagem Nominal não seria coerente, uma vez que todos os registros do *dataset* Auxílio Estudantil foram mantidos integralmente. Essa opção está relacionada à decisão tomada na elaboração dos gráficos 30, 31 e 13.

Os gráficos 8 e 18 traduzem os dados obtidos e descritos na Subseção A.1.4. Ao passo que os gráficos 10 e 19 representam os dados obtidos e abordados na Subseção A.1.3.

A Figura 14 exibe a quantidade de alunos que receberam o auxílio por exatamente determinado número de semestres. Para isso, foi necessário realizar novamente o download do

dataset Auxílio Estudantil, incluindo todos os registros disponíveis, inclusive os anteriores a 2018. O processo consistiu, inicialmente, em agrupar o *DataFrame* pelas colunas 'Campus' e 'Código', sendo que cada 'Código' representa um aluno distinto. Essa primeira etapa teve como objetivo contar quantas vezes cada aluno aparece no conjunto de dados, o que corresponde ao número de semestres em que ele foi contemplado com o auxílio. O resultado dessa operação é um novo *DataFrame*, no qual cada linha representa um aluno e informa quantos semestres ele recebeu o benefício. Em seguida, realizou-se um segundo agrupamento, desta vez pelas colunas 'Campus' e pela quantidade de semestres de contemplação registrada para cada aluno, permitindo assim obter a distribuição de alunos por campus e pelo número exato de semestres em que foram beneficiados.

Embora a elaboração deste gráfico tenha exigido o download de toda a base de dados referente ao auxílio estudantil, o processo de tratamento seguiu os mesmos procedimentos descritos na Subseção A.1.2.

Os gráficos 15 e 32 apresentam, somente por semestre, e por campus e semestre, o número de alunos que foram beneficiados em cada modalidade de auxílio estudantil. Primeiramente, foi definida uma lista com os nomes das modalidades de auxílio, ou seja, as colunas do dataframe: 'RU Almoço', 'RU Jantar', 'Básico', 'Moradia' e 'Alimentação Pago'. Para cada uma das colunas, o código aplica uma transformação: se o valor da célula for diferente de nulo e maior que zero, ele é substituído por 1, indicando que o aluno foi contemplado naquela modalidade; caso contrário, é substituído por 0, indicando que não foi beneficiado. Esse processo transforma as colunas de valores numéricos ou ausentes em colunas binárias (1 ou 0), sinalizando quanto ao recebimento ou não de cada tipo de auxílio. Em seguida, o *DataFrame* é agrupado pelas colunas 'Semestre' e 'Campus', e a soma é realizada sobre as colunas de auxílio. Como cada linha representa um aluno e os valores são 0 ou 1, a soma dessas colunas indica quantos alunos foram beneficiados por modalidade em cada semestre e campus.

Os gráficos 16 e 33 registram o número de entregas por cada modalidade de auxílio. O processo de extração desta informação foi feita por meio do agrupamento do *DataFrame* pelas colunas 'Semestre' e 'Campus'. Dentro de cada grupo, são somados os valores das colunas correspondentes às modalidades de auxílio estudantil: 'RU Almoço', 'RU Jantar', 'Básico', 'Moradia' e 'Alimentação Pago'. O resultado é um novo *DataFrame* no qual cada linha representa um campus em um semestre específico, e os valores numéricos indicam o total de benefícios concedidos em cada tipo de auxílio nesse contexto. Os gráficos 15, 32, 16 e 33 foram construídos a partir dos dados extraídos do *dataset* Auxílio Estudantil, Subseção A.1.2.

As informações apresentadas nos gráficos 9 e 21 foram obtidas a partir do processamento dos datasets Listagem Nominal e Auxílio Estudantil, após os respectivos tratamentos descritos nas subseções A.1.1 e A.1.2. Inicialmente, são selecionadas as colunas relevantes de cada conjunto de dados. Em seguida, realiza-se uma junção entre os dois *datasets* com base nas colunas 'Ano', 'Semestre' e 'Código', que identificam unicamente cada aluno. Neste processo, 137 registros foram eliminados dos *dataset* Auxílio Estudantil, pois não encontravam correspondência com o *dataset* Listagem Nominal, conforme Figura 28. A partir dessa junção,

é criada uma nova coluna chamada 'Recebe', que indica se o aluno foi contemplado com auxílio estudantil. Com essa estrutura, os dados são então agrupados por 'Campus', 'Ano', 'Semestre' e 'Recebe', e, para cada grupo, calcula-se a média do coeficiente de rendimento dos alunos, permitindo uma comparação entre os estudantes que receberam e os que não receberam o benefício.

Os gráficos 11, 12, 22 e 23 foram gerados a partir do processamento dos *datasets* Auxílio Estudantil e Listagem Nominal. Para esta análise específica, optou-se por não aplicar os procedimentos de remoção de registros redundantes, conforme descritos nas seções A.1.1 e A.1.2, uma vez que não se identificou a necessidade de junção dos dados dos *datasets*. Inicialmente, os alunos foram classificados de acordo com sua situação acadêmica, conforme exemplificado na Figura 8. Os estudantes foram agrupados em três categorias: concluintes com êxito, que incluem as situações 'Formado', 'Enade pendente'; e concluintes sem êxito, compreendendo os casos 'Transferido', 'Jubilado', 'Desistente', 'Falecido', 'Mudou de Curso' e 'Expulso'; e uma terceira categoria para os demais casos, os quais não foram considerados na análise. Em seguida, os registros dos *datasets* Listagem Nominal e Auxílio Estudantil foram agrupados pelas colunas 'Ano', 'Semestre' e 'Categoria', resultando nos dados contidos nos gráficos 11 e 12; também foram agrupados por 'Campus', 'Ano', 'Semestre' e 'Categoria', obtendo-se os gráficos 22 e 23.

Os dados apresentados por meio do Gráfico 20 foram extraídos do *dataset* Estudantes por tipo de situação A.1.7.

APÊNDICE B – Situação por Campus

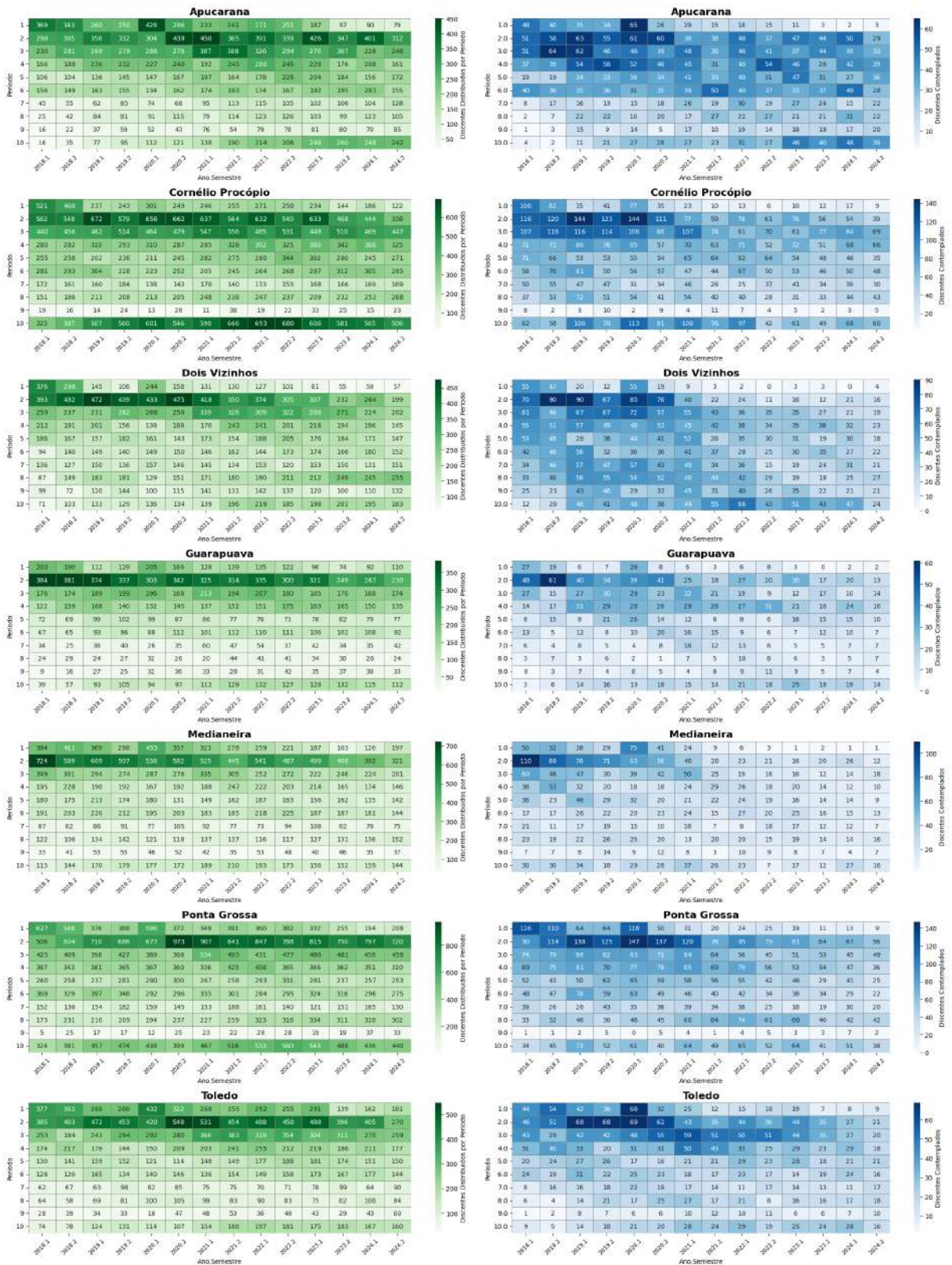
Figura 29 – Alunos por situação

		Apucarana													
Situação	Ingressantes	257	268	363	266	323	264	274	201	243	192	234	138	196	133
	Regular	1210	1291	1422	1457	1649	1690	1797	1750	1749	1648	1564	1472	1430	1133
	Trancado	87	90	90	111	74	89	103	129	158	170	182	174	137	101
	Afastado	0	8	8	9	10	6	3	3	6	6	11	8	9	16
	Formado	36	43	50	68	39	55	31	60	104	70	81	104	101	100
	Desistente	106	121	124	129	107	135	125	134	160	153	235	127	164	96
	Enade pendente	0	3	3	3	0	0	1	3	0	1	0	0	0	0
	Falecido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Jubilado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
	Mudou de curso	0	0	0	4	7	11	3	0	0	0	0	10	12	7
Sub judice	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	
Transferido	2	1	4	5	9	2	0	2	0	30	10	6	4	1	
Expulso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2	
Semestre															
		Cornélio Procopio													
Situação	Ingressantes	357	311	444	356	374	354	341	275	322	267	370	204	284	197
	Regular	2543	2543	2379	2579	2682	2688	2808	2782	2825	2651	2595	2461	2374	2247
	Trancado	173	182	206	210	172	225	254	323	342	352	312	311	213	183
	Afastado	28	35	32	33	16	10	7	8	13	13	13	8	16	1
	Formado	72	147	108	126	173	79	52	110	115	192	129	177	186	123
	Desistente	161	168	175	187	130	187	151	156	164	217	288	164	286	148
	Enade pendente	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0	0	0	1	1
	Falecido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Jubilado	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0
	Mudou de curso	14	0	4	20	27	20	0	0	0	27	47	8	1	1
Sub judice	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	1	1	1	1	
Transferido	13	7	10	24	19	6	2	0	3	8	20	2	7	9	
Expulso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2	
Semestre															
		Dois Vizinhos													
Situação	Ingressantes	261	182	239	223	242	178	241	227	196	150	168	105	154	18
	Regular	1563	1525	1533	1510	1629	1554	1660	1669	1589	1503	1421	1349	1239	1243
	Trancado	170	175	168	169	139	143	157	159	235	246	254	252	157	180
	Afastado	11	12	9	20	9	7	4	4	13	14	22	21	12	17
	Formado	57	85	109	120	63	58	36	61	123	79	93	102	81	91
	Desistente	111	131	135	107	87	151	123	99	119	140	143	86	188	100
	Enade pendente	1	0	0	0	0	0	7	0	1	0	0	0	0	1
	Falecido	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	Jubilado	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Mudou de curso	2	0	2	6	4	5	0	0	0	8	8	2	0	0
Sub judice	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Transferido	8	0	3	4	17	2	0	0	8	4	5	4	8	2	
Expulso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	
	2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2	
Semestre															
		Guarapuava													
Situação	Ingressantes	161	148	151	157	160	148	150	139	145	88	130	104	140	125
	Regular	924	953	948	909	968	953	989	983	975	876	824	789	795	767
	Trancado	103	118	121	131	101	110	115	129	144	158	149	143	105	119
	Afastado	4	8	8	15	13	6	5	3	5	6	8	7	6	9
	Formado	12	18	30	46	34	22	22	48	42	53	40	56	50	22
	Desistente	90	83	134	120	90	139	94	92	90	127	142	84	119	113
	Enade pendente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Falecido	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Jubilado	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	4	2	2	0
	Mudou de curso	1	0	2	3	1	1	0	0	0	6	9	2	3	1
Sub judice	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Transferido	5	1	8	13	9	6	0	1	3	8	10	7	3	3	
Expulso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2	
Semestre															
		Medianeira													
Situação	Ingressantes	389	337	359	297	318	207	255	164	234	163	167	130	204	265
	Regular	1880	1786	1764	1721	1834	1698	1678	1565	1577	1421	1286	1176	1158	1051
	Trancado	189	200	199	214	185	196	213	245	289	268	271	279	183	206
	Afastado	21	19	12	14	19	11	7	10	7	9	8	10	30	17
	Formado	105	120	111	111	69	59	56	80	89	104	74	70	73	81
	Desistente	211	218	265	225	157	287	238	217	190	235	277	171	260	227
	Enade pendente	0	0	0	0	0	0	9	0	0	0	0	0	0	0
	Falecido	0	1	1	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0	1
	Jubilado	1	0	3	2	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
	Mudou de curso	11	3	11	14	13	7	0	0	0	12	26	9	8	0
Sub judice	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Transferido	7	2	10	17	13	12	1	0	1	12	5	2	10	3	
Expulso	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
	2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2	
Semestre															
		Ponta Grossa													
Situação	Ingressantes	690	436	413	443	438	418	398	392	311	339	353	277	324	324
	Regular	2640	2659	2716	2707	2902	2977	3030	3060	3043	2925	2755	2598	2544	2427
	Trancado	202	227	247	254	188	203	248	233	313	328	345	378	254	287
	Afastado	49	45	48	44	27	35	31	37	30	36	22	23	35	43
	Formado	159	171	139	196	104	86	59	109	123	195	194	190	192	169
	Desistente	178	212	191	225	160	237	241	275	224	255	302	192	296	235
	Enade pendente	0	0	0	0	0	0	9	1	0	0	1	0	1	2
	Falecido	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	2	0	0
	Jubilado	5	0	10	12	7	0	0	0	0	1	7	14	0	0
	Mudou de curso	284	8	7	13	11	1	1	0	0	13	12	10	11	0
Sub judice	1	3	5	8	10	5	2	3	4	5	3	4	1	1	
Transferido	7	2	10	0	4	14	13	2	1	4	7	17	5	7	
Expulso	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2	
Semestre															
		Toledo													
Situação	Ingressantes	218	235	302	293	311	275	285	199	262	169	234	103	188	148
	Regular	1337	1342	1392	1390	1605	1604	1648	1580	1578	1446	1397	1288	1232	1164
	Trancado	129	158	175	188	122	153	198	241	250	298	299	299	198	214
	Afastado	3	5	6	10	5	2	3	4	3	4	3	4	3	7
	Formado	66	57	61	73	33	35	48	77	81	71	62	78	78	44
	Desistente	156	143	174	194	124	202	156	164	134	202	300	120	260	173
	Enade pendente	0	1	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	1
	Falecido	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
	Jubilado	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
	Mudou de curso	0	0	0	9	0	0	0	0	0	19	6	10	7	4
Sub judice	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Transferido	2	1	3	4	7	11	1	1	1	7	3	4	3	5	
Expulso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2	
Semestre															

		Campus Mourão															
		1º Semestre				2º Semestre				3º Semestre				4º Semestre			
Situação		Ingressantes	290	218	794	211	281	230	166	151	215	158	180	106	187	108	
		Regular	1688	1654	1207	1583	1739	1704	1772	1707	1644	1572	1383	1290	1279	1178	
	Trancado	140	141	124	157	108	112	132	142	187	206	244	229	175	194		
	Afastado	24	38	29	33	24	8	7	15	24	25	30	22	21	22		
	Formado	85	98	71	109	75	70	27	72	111	86	105	102	77	66		
	Desistente	153	138	170	167	94	192	150	168	142	158	158	116	157	119		
	Enade pendente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	Falecido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1		
	Jubilado	2	0	4	2	3	0	0	0	0	2	2	0	0	0		
	Mudou de curso	1	2	7	6	4	5	0	0	0	14	10	9	12	8		
	Sub judice	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	Transferido	7	1	18	17	11	9	0	1	1	7	7	2	7	4		
Expulso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
		2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2		
Semestre																	
		Curitiba															
Situação	Ingressantes	1119	1075	1229	1229	1169	1144	1648	1619	997	1132	1123	1033	950	1100		
	Regular	751	7492	7452	7447	8154	8247	8534	8545	8695	8455	8133	7917	7800	7830		
	Trancado	713	822	755	807	584	724	817	969	1080	1183	1355	1442	1244	1231		
	Afastado	38	73	76	96	49	38	36	38	43	58	64	73	57	59		
	Formado	366	490	524	428	515	238	179	339	375	495	403	429	401	397		
	Desistente	605	510	654	614	503	630	512	624	500	756	855	731	911	701		
	Enade pendente	4	0	0	4	0	0	0	24	0	2	3	5	7	0		
	Falecido	1	1	3	1	3	0	1	2	1	2	2	0	0	0		
	Jubilado	6	27	25	37	15	6	0	0	0	0	2	13	8	12		
	Mudou de curso	28	13	24	43	33	30	4	0	0	38	30	8	17	13		
Sub judice	5	5	4	2	4	3	4	3	2	3	4	7	3	3			
Transferido	8	2	6	5	10	9	1	1	12	7	7	5	9	3			
Expulso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
		2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2		
Semestre																	
		Francisco Beltrão															
Situação	Ingressantes	157	138	180	135	159	95	149	159	77	71	140	128	125	119		
	Regular	751	753	840	829	874	831	861	808	752	654	650	668	449	662		
	Trancado	78	52	92	95	80	87	105	123	121	120	91	64	20	54		
	Afastado	1	5	3	8	9	8	7	6	3	1	8	11	3	7		
	Formado	22	35	15	35	36	19	26	30	55	50	43	28	34	54		
	Desistente	103	94	97	95	80	117	68	90	75	105	121	75	19	75		
	Enade pendente	0	0	0	1	0	0	6	0	0	0	0	0	0	1		
	Falecido	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0		
	Jubilado	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0		
	Mudou de curso	4	0	4	2	3	0	0	0	0	4	4	10	99	4		
Sub judice	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
Transferido	3	3	13	12	10	6	0	1	2	6	8	3	1	4			
Expulso	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0			
		2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2		
Semestre																	
		Londrina															
Situação	Ingressantes	303	276	318	334	334	279	303	271	291	188	277	148	233	173		
	Regular	1718	1810	1861	1899	2065	2023	2049	2033	1867	1815	1723	1586	1537	1460		
	Trancado	153	187	191	223	160	176	192	238	301	297	300	307	201	227		
	Afastado	7	9	15	23	10	8	9	8	13	10	12	12	7	6		
	Formado	35	52	16	37	51	65	55	82	86	112	82	102	92	101		
	Desistente	165	154	176	167	167	237	208	185	230	233	301	182	308	118		
	Enade pendente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3		
	Falecido	2	0	0	0	3	6	1	1	0	0	1	1	0	0		
	Jubilado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	Mudou de curso	4	2	4	15	8	0	0	0	0	4	4	3	3	7		
Sub judice	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0			
Transferido	6	2	11	4	8	9	0	0	15	6	7	3	1	2			
Expulso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
		2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2		
Semestre																	
		Pato Branco															
Situação	Ingressantes	525	324	495	370	519	355	469	290	448	247	453	155	403	265		
	Regular	2881	2483	2633	2641	3020	2737	3065	2283	2971	2608	2620	2355	2418	2119		
	Trancado	173	169	227	252	189	219	251	282	359	349	389	364	249	298		
	Afastado	45	46	39	36	25	19	14	27	28	39	29	28	29	176		
	Formado	162	192	201	174	118	70	137	141	151	158	194	136	163	179		
	Desistente	234	171	233	172	195	267	227	249	219	297	329	213	337	225		
	Enade pendente	45	0	0	0	0	0	1	12	1	36	0	0	1	2		
	Falecido	0	0	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	3	1		
	Jubilado	3	8	5	6	8	0	0	0	0	1	5	3	6	0		
	Mudou de curso	0	0	1	8	39	0	0	0	0	17	18	14	15	15		
Sub judice	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0			
Transferido	9	6	9	15	8	11	3	0	6	19	22	15	21	9			
Expulso	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0			
		2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2		
Semestre																	
		Santa Helena															
Situação	Ingressantes	83	100	130	99	105	102	107	75	103	42	97	27	89	38		
	Regular	281	316	381	387	455	471	496	494	510	493	485	444	472	443		
	Trancado	39	45	48	54	46	46	54	64	78	67	60	67	55	68		
	Afastado	0	0	0	2	7	1	2	1	1	2	3	4	3	1		
	Formado	3	10	7	13	7	5	2	11	12	8	25	24	16	27		
	Desistente	45	48	48	65	36	76	69	71	64	56	66	42	56	31		
	Enade pendente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	Falecido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	Jubilado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	Mudou de curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Sub judice	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
Transferido	1	1	7	3	5	5	0	0	3	9	14	5	5	0			
Expulso	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
		2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2		
Semestre																	
		Todos os campi															
Situação	Ingressantes	4810	3948	4648	4415	4723	4030	4253	3441	3839	3206	3926	2653	3477	3054		
	Regular	27087	26647	27448	26879	29527	29206	30385	28801	29896	28801	26848	25389	24798	23921		
	Trancado	2349	2604	2642	2948	2113	2485	2870	3125	3013	4048	4205	4320	3191	3538		
	Afastado	221	303	286	346	219	251	113	282	189	239	234	230	219	242		
	Formado	1180	1517	1494	1572	1153	862	725	1229	1467	1673	1525	1607	1546	1451		
	Desistente	2319	2191	2556	2467	1930	2877	2362	2496	2311	2934	3317	2325	3361	2363		
	Enade pendente	50	4	3	6	0	1	82	2	39	4	6	11	4	11		
	Falecido	4	3	6	3	16	1	6	6	5	4	5	9	8	5		
	Jubilado	29	37	47	60	35	6	0	0	1	8	32	27	24	6		
	Mudou de curso	399	28	70	158	133	75	1	0	18	163	184	93	182	68		
Sub judice	11	5	11	11	11	4	1	5	1	4	1	1	1	1			
Transferido	78	29	112	127	104	161	10	8	59	130	125	63	86	47			
Expulso	0	0	1	1	0	0	2	0	1	1	0	0	0	0			
		2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2		
Semestre																	

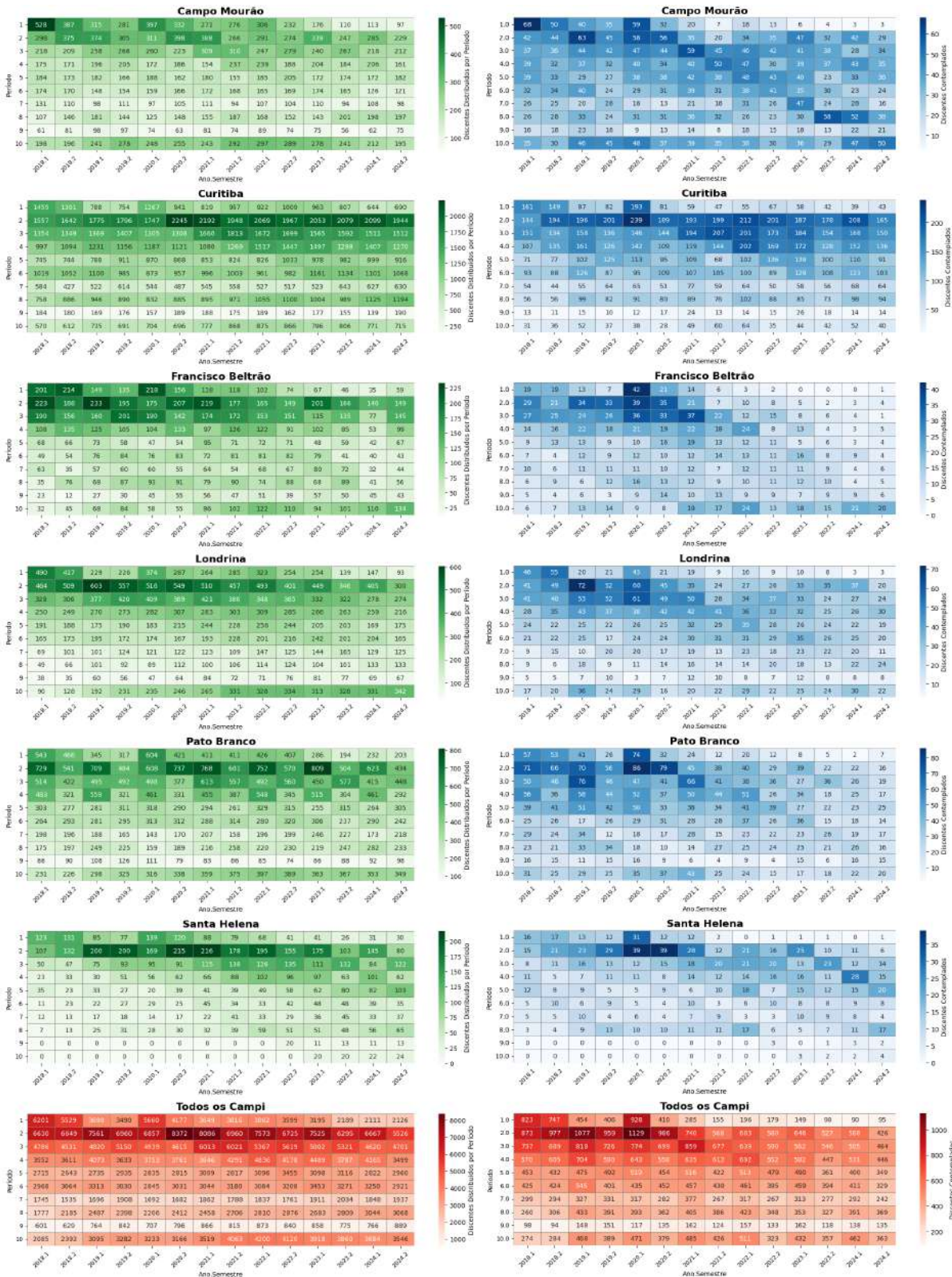
Fonte: autoria própria (2025).

Figura 30 – Distribuição dos alunos e do auxílio por período



Fonte: autoria própria (2025).

Figura 31 – Distribuição dos alunos e do auxílio por período



Fonte: autoria própria (2025).

Figura 32 – Número de alunos contemplados por modalidade

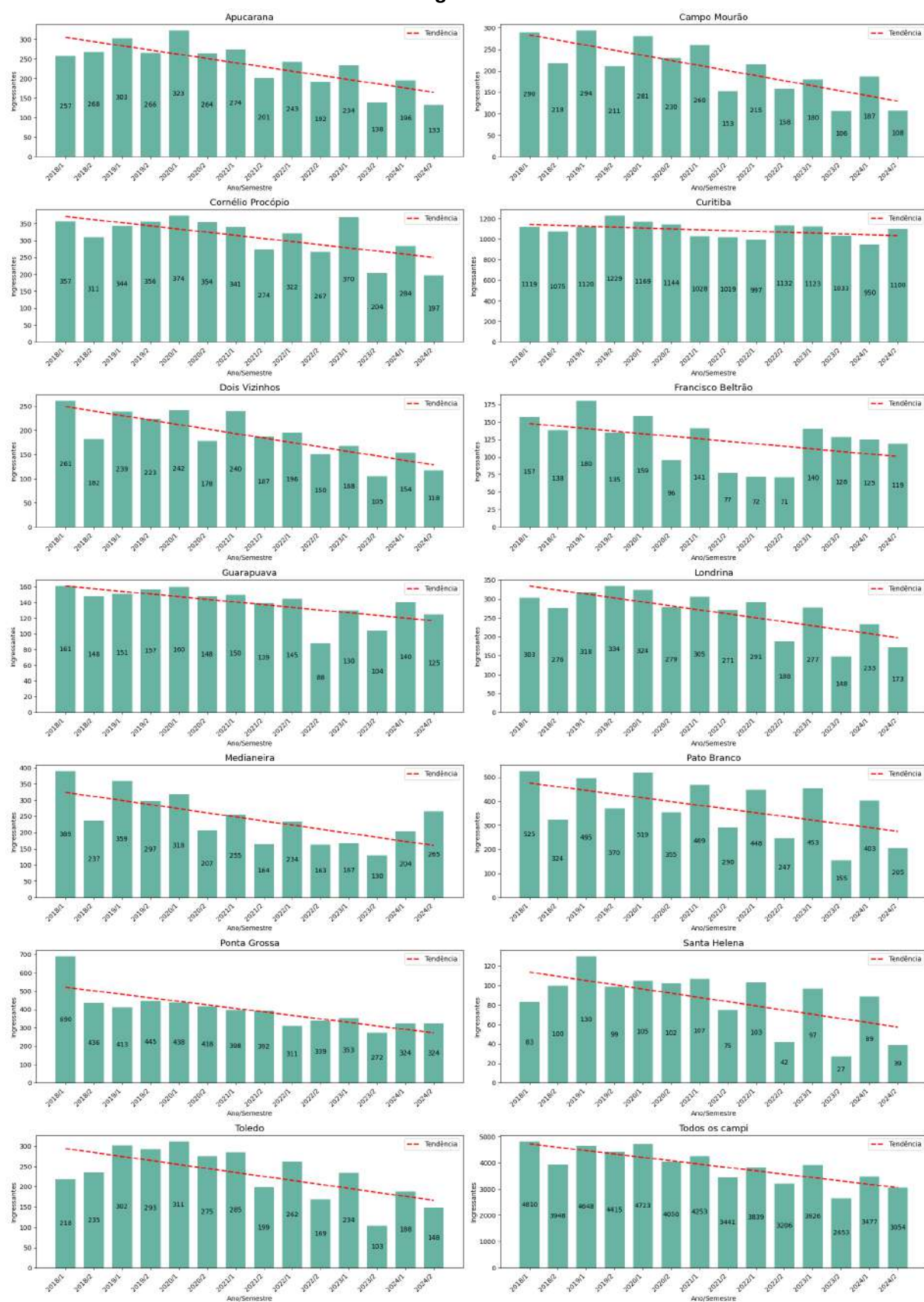
Avalios	Apucarana														
	RU Almoço	205	238	279	278	218	0	0	0	221	213	216	185	201	174
	RU Jantar	189	226	267	253	174	0	0	0	205	188	193	173	185	140
	Básico	205	246	262	316	275	1	157	281	332	304	330	293	322	271
	Moradia	174	202	222	255	223	0	99	185	232	213	239	218	247	216
	Alimentação Pago	0	0	1	2	3	2	1	2	1	0	2	0	0	0
Semestre															
2018.1															
2018.2															
2019.1															
2019.2															
2020.1															
2020.2															
2021.1															
2021.2															
2022.1															
2022.2															
2023.1															
2023.2															
2024.1															
2024.2															
Avalios	Campo Mourão														
	RU Almoço	292	274	292	282	211	0	0	0	217	195	204	182	179	146
	RU Jantar	228	214	232	205	129	0	0	0	181	144	173	138	113	103
	Básico	292	284	310	311	269	3	174	283	337	297	333	286	316	286
	Moradia	232	224	249	241	212	0	98	179	228	212	236	202	235	217
	Alimentação Pago	0	5	5	8	6	3	0	1	2	2	2	1	2	2
Semestre															
2018.1															
2018.2															
2019.1															
2019.2															
2020.1															
2020.2															
2021.1															
2021.2															
2022.1															
2022.2															
2023.1															
2023.2															
2024.1															
2024.2															
Avalios	Cornélio Procopio														
	RU Almoço	538	569	548	524	352	0	0	0	295	240	253	212	219	188
	RU Jantar	563	575	550	522	348	0	0	0	297	242	258	214	218	185
	Básico	547	582	590	613	352	7	279	464	508	412	461	408	469	404
	Moradia	516	536	563	558	306	0	159	298	364	300	349	310	369	348
	Alimentação Pago	8	3	11	13	11	6	2	3	2	1	1	1	2	1
Semestre															
2018.1															
2018.2															
2019.1															
2019.2															
2020.1															
2020.2															
2021.1															
2021.2															
2022.1															
2022.2															
2023.1															
2023.2															
2024.1															
2024.2															
Avalios	Dois Vizinhos														
	RU Almoço	350	387	415	388	281	0	0	0	216	156	155	132	116	90
	RU Jantar	233	256	246	232	126	0	0	0	140	106	98	85	73	48
	Básico	364	408	451	446	376	5	188	338	342	247	272	240	254	196
	Moradia	323	350	389	386	340	0	140	255	271	185	214	187	207	169
	Alimentação Pago	0	1	1	1	7	9	5	3	2	2	0	6	7	2
Semestre															
2018.1															
2018.2															
2019.1															
2019.2															
2020.1															
2020.2															
2021.1															
2021.2															
2022.1															
2022.2															
2023.1															
2023.2															
2024.1															
2024.2															
Avalios	Guarapuava														
	RU Almoço	138	120	120	127	96	0	0	0	95	81	70	64	58	52
	RU Jantar	80	96	95	102	75	0	0	0	86	76	64	55	47	51
	Básico	128	145	146	158	139	2	80	134	151	126	135	110	121	96
	Moradia	95	113	108	108	92	0	41	69	91	87	92	74	81	65
	Alimentação Pago	0	0	0	2	3	2	0	0	0	1	1	0	0	0
Semestre															
2018.1															
2018.2															
2019.1															
2019.2															
2020.1															
2020.2															
2021.1															
2021.2															
2022.1															
2022.2															
2023.1															
2023.2															
2024.1															
2024.2															
Avalios	Londrina														
	RU Almoço	174	211	219	195	145	0	0	0	139	121	117	112	97	88
	RU Jantar	155	183	189	182	116	0	0	0	134	121	121	97	78	68
	Básico	193	221	233	247	218	2	122	219	257	225	241	205	217	179
	Moradia	140	172	195	189	170	0	71	136	164	156	167	136	148	135
	Alimentação Pago	0	0	0	1	3	2	2	2	2	2	0	0	0	0
Semestre															
2018.1															
2018.2															
2019.1															
2019.2															
2020.1															
2020.2															
2021.1															
2021.2															
2022.1															
2022.2															
2023.1															
2023.2															
2024.1															
2024.2															
Avalios	Pato Branco														
	RU Almoço	280	275	284	250	209	0	0	0	184	146	120	81	79	67
	RU Jantar	223	202	224	173	124	0	0	0	142	110	97	69	60	45
	Básico	318	330	364	320	306	2	127	269	304	232	247	191	204	166
	Moradia	263	253	275	238	219	0	70	159	183	159	163	116	122	118
	Alimentação Pago	1	2	5	7	6	2	0	0	0	1	1	0	0	0
Semestre															
2018.1															
2018.2															
2019.1															
2019.2															
2020.1															
2020.2															
2021.1															
2021.2															
2022.1															
2022.2															
2023.1															
2023.2															
2024.1															
2024.2															
Avalios	Santa Helena														
	RU Almoço	65	71	73	83	57	0	0	0	60	64	38	32	34	49
	RU Jantar	65	72	80	85	59	0	0	0	66	58	52	51	57	43
	Básico	59	72	76	87	69	0	41	79	95	83	98	84	98	88
	Moradia	44	55	63	64	56	0	24	51	70	61	71	63	75	71
	Alimentação Pago	0	0	0	1	1	1	0	1	1	0	0	1	1	0
Semestre															
2018.1															
2018.2															
2019.1															
2019.2															
2020.1															
2020.2															
2021.1															
2021.2															
2022.1															
2022.2															
2023.1															
2023.2															
2024.1															
2024.2															
Avalios	Todos os campi														
	RU Almoço	3738	3878	4104	3905	2848	0	0	0	2771	2270	2281	1881	1834	1486
	RU Jantar	3118	3272	3405	3104	2092	0	0	0	2332	1916	1940	1584	1524	1225
	Básico	3927	4375	4563	4642	4102	40	2261	4057	4602	3811	4098	3429	3789	3209
	Moradia	3099	3290	3526	3434	3080	0	1230	2368	2798	2476	2705	2203	2505	2229
	Alimentação Pago	58	63	84	119	114	38	23	19	52	44	55	46	51	42
Semestre															
2018.1															
2018.2															
2019.1															
2019.2															
2020.1															
2020.2															
2021.1															
2021.2															
2022.1															
2022.2															
2023.1															
2023.2															
2024.1															
2024.2															

Figura 33 – Número de alunos contemplados por modalidade por unidade

Avaliador	Apucarana															Campo Mourão															
	RU Almoço	8663	12550	11074	15342	2565	0	0	0	8339	9218	7360	8221	7784	6406	RU Almoço	10315	12248	6510	13082	1597	0	0	0	6591	6035	5613	5665	3533	4064	
	RJ Jantar	6322	9520	8127	10887	1189	0	0	0	0588	6597	5505	5834	5156	3629	RU Jantar	4840	5519	2837	5242	596	0	0	0	3072	2463	2394	2462	1284	1537	
	Básico	504	943	751	1246	549	6	504	1416	1471	1625	1225	1609	1205	1637	Básico	778	1025	870	1215	535	12	569	1431	1482	1598	1244	1595	1235	1619	
	Moradia	705	921	1027	1151	884	0	312	934	1006	1138	1049	1184	1125	1216	Moradia	1048	866	1109	1118	833	0	308	910	974	1144	1071	1140	1070	1139	
	Alimentação Pago	0	0	3	11	8	3	8	2	0	0	4	8	0	0	Alimentação Pago	0	7	28	32	23	11	0	3	9	8	1	16	10	24	
	Semestre															Semestre															
	2018.1	2018.2	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2	2021.1	2021.2	2022.1	2022.2	2023.1	2023.2	2024.1	2024.2	2018.1	2018.2	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2	2021.1	2021.2	2022.1	2022.2	2023.1	2023.2	2024.1	2024.2			
	Avaliador	Cornélio Procopio															Curitiba														
		RU Almoço	21406	26846	20023	28053	3158	0	0	0	10310	9564	8206	7941	7229	7187	RU Almoço	20675	30846	23895	30527	3909	0	0	0	15534	16089	16301	14217	12678	12106
RJ Jantar		17862	21565	16327	20711	2425	0	0	0	8436	6985	6599	6440	5649	5661	RU Jantar	11892	16411	14136	17008	1991	0	0	0	10101	9808	10776	8629	8743	8064	
Básico		1220	2283	1654	2409	1078	22	900	2307	2135	2206	1869	2227	1747	2284	Básico	2229	3483	2502	3672	1688	29	1832	4714	4262	5131	3754	4805	3734	4644	
Moradia		1991	2446	2571	2577	1945	0	504	1441	1424	1615	1499	1674	1664	1882	Moradia	2056	2275	2319	2269	1986	0	784	2209	2953	2674	2352	2343	2206	2406	
Alimentação Pago		14	18	31	54	50	23	6	11	6	5	1	5	8	6	Alimentação Pago	153	169	144	268	177	20	17	18	123	203	153	191	194	179	
Semestre															Semestre																
2018.1		2018.2	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2	2021.1	2021.2	2022.1	2022.2	2023.1	2023.2	2024.1	2024.2	2018.1	2018.2	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2	2021.1	2021.2	2022.1	2022.2	2023.1	2023.2	2024.1	2024.2			
Avaliador		Dois Vizinhos															Francisco Beltrão														
		RU Almoço	13743	10440	14141	18295	2586	0	0	0	6827	5740	4732	4403	3220	3083	RU Almoço	3988	5215	4641	5973	637	0	0	0	2631	2472	2212	1560	870	647
	RJ Jantar	5247	8464	5778	7627	637	0	0	0	2032	2019	1490	1194	1175	1193	RU Jantar	1766	2031	1990	2183	180	0	0	0	1089	648	779	577	138	127	
	Básico	1706	1012	1289	1831	753	19	590	1694	1424	1332	957	1295	876	1087	Básico	272	425	319	538	239	12	222	614	528	521	312	305	217	288	
	Moradia	1489	1614	1799	1857	1320	0	432	1263	1081	996	913	1010	877	907	Moradia	429	430	461	452	388	0	117	416	376	388	299	249	186	214	
	Alimentação Pago	0	1	2	21	28	16	9	9	4	0	24	36	26	12	Alimentação Pago	0	1	6	7	10	15	10	12	6	0	0	0	0	6	
	Semestre															Semestre															
	2018.1	2018.2	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2	2021.1	2021.2	2022.1	2022.2	2023.1	2023.2	2024.1	2024.2	2018.1	2018.2	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2	2021.1	2021.2	2022.1	2022.2	2023.1	2023.2	2024.1	2024.2			
	Avaliador	Guarapuava															Londrina														
		RU Almoço	4336	4966	3909	7110	686	0	0	0	2890	2617	2409	2339	1585	2385	RU Almoço	5628	7901	6757	8298	872	0	0	0	3511	3198	3121	3490	1852	3022
RJ Jantar		1877	2522	2239	3768	384	0	0	0	1776	1335	1496	1360	972	1659	RU Jantar	3811	4648	4020	4501	512	0	0	0	2153	1970	2255	2188	1644	1961	
Básico		379	588	406	622	277	12	201	688	667	664	493	605	433	545	Básico	527	824	643	985	431	9	389	1068	1129	1185	851	1096	813	1013	
Moradia		442	528	504	487	364	0	127	351	386	401	391	410	360	370	Moradia	663	762	848	877	667	0	117	655	684	813	711	731	689	737	
Alimentação Pago		0	0	0	7	12	10	0	0	5	2	0	0	0	0	Alimentação Pago	0	0	0	1	7	8	5	6	3	3	0	0	0	0	
Semestre															Semestre																
2018.1		2018.2	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2	2021.1	2021.2	2022.1	2022.2	2023.1	2023.2	2024.1	2024.2	2018.1	2018.2	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2	2021.1	2021.2	2022.1	2022.2	2023.1	2023.2	2024.1	2024.2			
Avaliador		Medianeira															Pato Branco														
		RU Almoço	15767	17492	11442	14132	2162	0	0	0	4861	5258	4135	3990	3135	2679	RU Almoço	8474	10629	6883	11618	1851	0	0	0	5566	4644	3583	3265	2395	2292
	RJ Jantar	9784	10486	7757	9370	1293	0	0	0	3622	3650	2520	2525	2137	1981	RU Jantar	5378	5177	5166	9845	838	0	0	0	3282	2732	1938	1774	1147	911	
	Básico	711	1183	724	984	452	5	331	861	781	755	540	664	508	611	Básico	930	1084	1009	1206	611	3	415	1255	1270	1235	809	1033	790	922	
	Moradia	1168	1179	1078	964	735	0	177	524	485	574	518	496	448	460	Moradia	1275	991	1274	1021	866	0	227	716	736	834	642	620	567	626	
	Alimentação Pago	2	0	9	14	10	5	9	3	11	11	10	6	3	0	Alimentação Pago	2	4	17	26	21	3	0	0	5	1	0	0	0	0	
	Semestre															Semestre															
	2018.1	2018.2	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2	2021.1	2021.2	2022.1	2022.2	2023.1	2023.2	2024.1	2024.2	2018.1	2018.2	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2	2021.1	2021.2	2022.1	2022.2	2023.1	2023.2	2024.1	2024.2			
	Avaliador	Ponta Grossa															Santa Helena														
		RU Almoço	16119	23222	21479	14229	2229	0	0	0	6681	6203	5905	4283	3168	3181	RU Almoço	2611	4112	3084	3347	358	0	0	0	2373	3297	2157	2768	1825	2357
RJ Jantar		9148	16262	14146	6185	661	0	0	0	2673	2638	1954	1606	1160	1190	RU Jantar	2676	3532	3156	4844	362	0	0	0	2088	2297	1674	2153	1379	1597	
Básico		1343	2053	1255	2209	971	15	862	2391	2245	2288	1493	1869	1373	1677	Básico	139	289	214	342	138	0	135	393	382	442	317	450	352	489	
Moradia		1582	1771	1870	1762	1376	0	394	1236	1213	1357	1117	1111	1016	1061	Moradia	168	241	271	283	209	0	73	346	273	328	271	335	312	376	
Alimentação Pago		0	0	5	26	60	54	15	10	12	10	0	0	0	0	Alimentação Pago	0	0	0	4	2	0	3	3	3	0	0	0	3	3	
Semestre															Semestre																
2018.1		2018.2	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2	2021.1	2021.2	2022.1	2022.2	2023.1	2023.2	2024.1	2024.2	2018.1	2018.2	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2	2021.1	2021.2	2022.1	2022.2	2023.1	2023.2	2024.1	2024.2			
Avaliador		Toledo															Todos os campi														
		RU Almoço	7510	11309	10293	13963	2537	0	0	0	7059	7398	6475	6638	4600	4098	RU Almoço	139055	188776	146631	163899	26347	0	0	0	83093	81733	71609	68791	54087	55370
	RJ Jantar	3206	6092	6070	7879	303	0	0	0	4042	4942	4284	4369	3134	2542	RU Jantar	85381	132960	91779	105492	12011	0	0	0	51754	47993	43664	41491	33118	32520	
	Básico	405	704	640	1019	430	5	408	1160	1053	1178	833	1048	724	895	Básico	10510	16494	12576	18278	8154	149	7418	19990	19189	20160	14497	18661	13951	17710	
	Moradia	562	612	782	826	613	0	207	642	640	837	726	726	651	656	Moradia	13558	14588	15013	15642	11968	0	3879	11543	11540	13159	11559	12029	11171	12181	
	Alimentação Pago	0	0	0	7	8	5	2	0	0	0	0	0	3	6	Alimentação Pago	171	205	266	512	410	136	79	79	172	237	196	251	235	233	
	Semestre															Semestre															
	2018.1	2018.2	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2	2021.1	2021.2	2022.1	2022.2	2023.1	2023.2	2024.1	2024.2	2018.1	2018.2	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2	2021.1	2021.2	2022.1	2022.2	2023.1	2023.2	2024.1	2024.2			

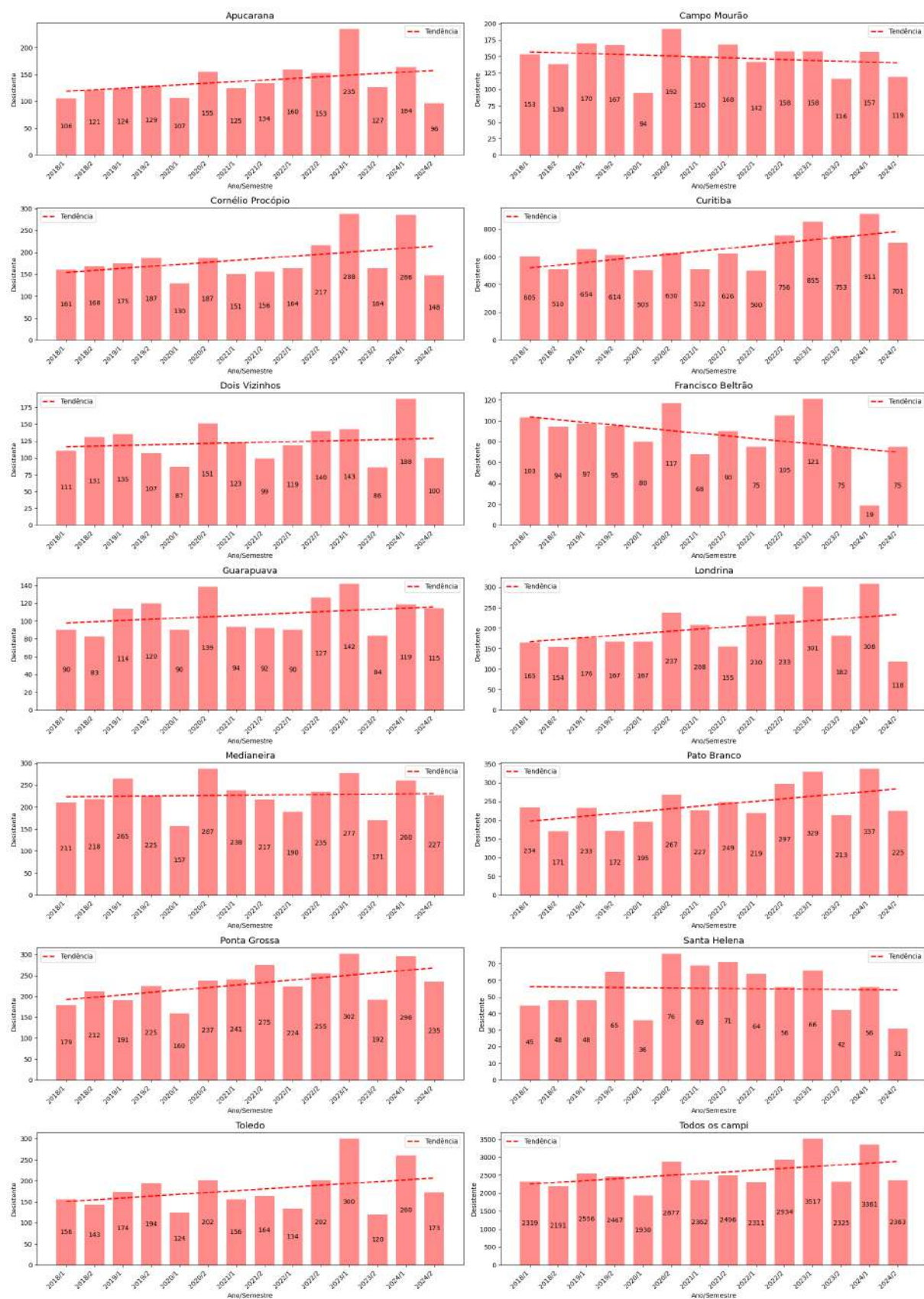
Fonte: autoria própria (2025).

Gráfico 13 – Ingresso de estudantes



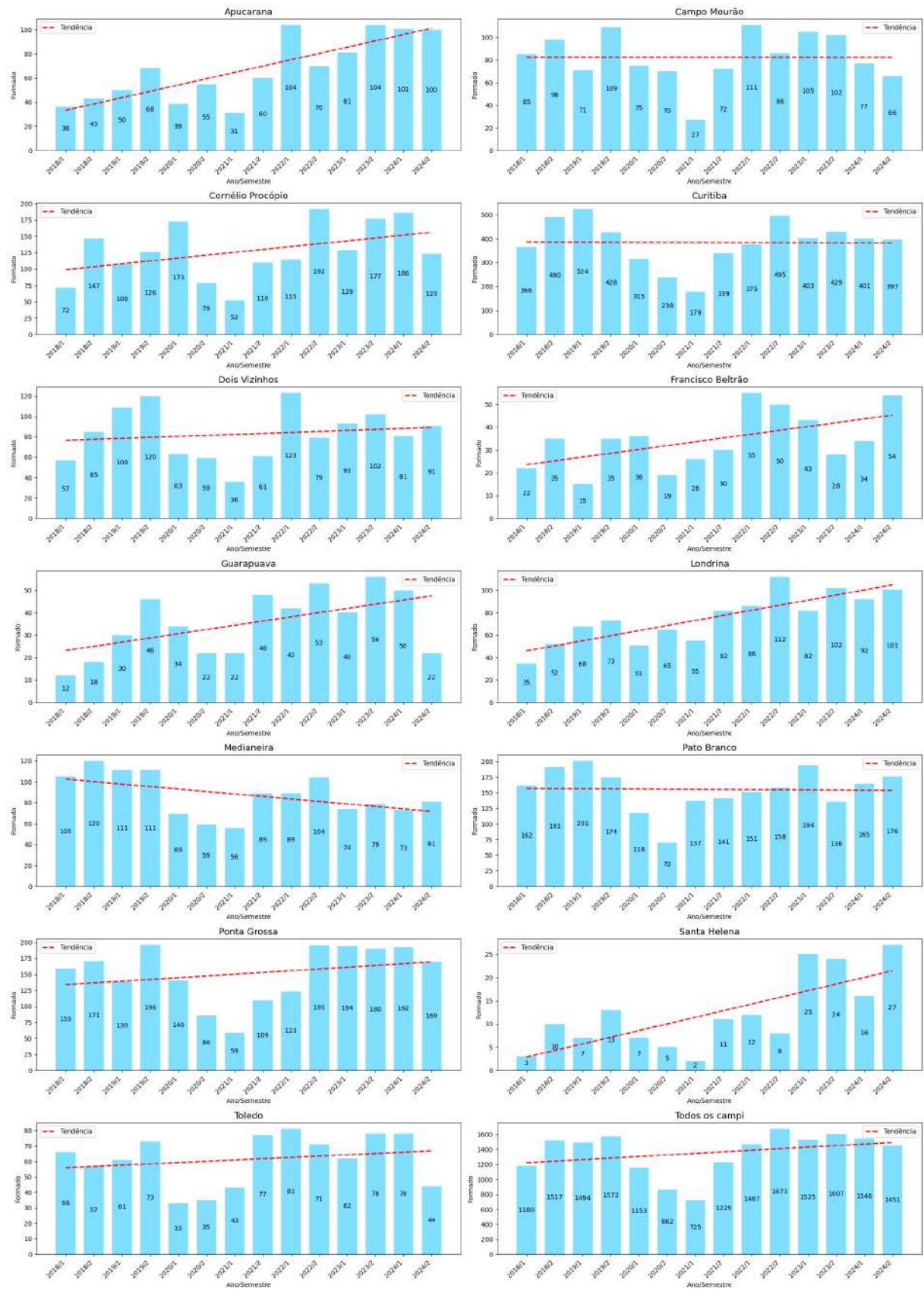
Fonte: autoria própria (2025).

Gráfico 14 – Alunos desistentes



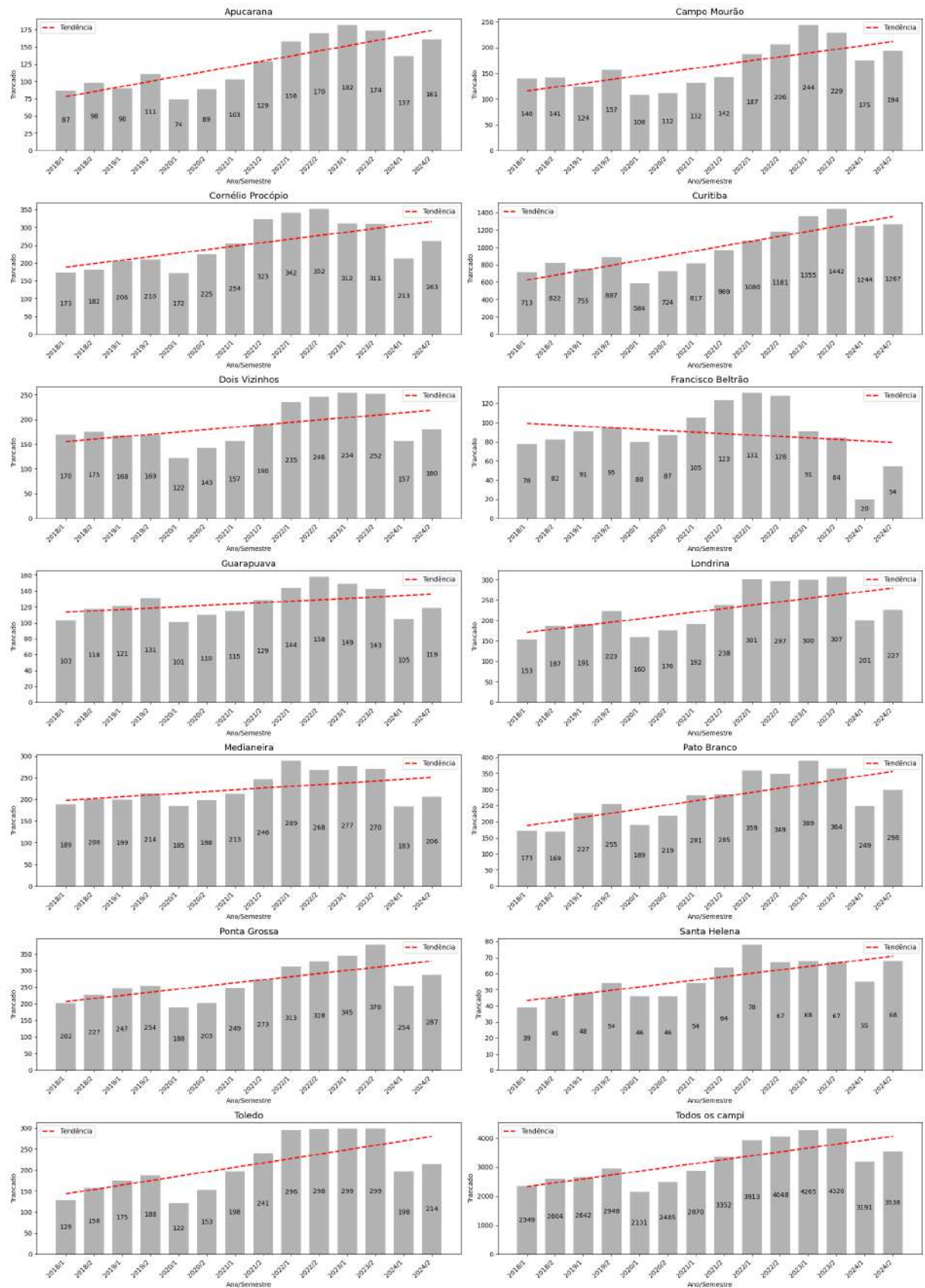
Fonte: autoria própria (2025).

Gráfico 15 – Alunos formados



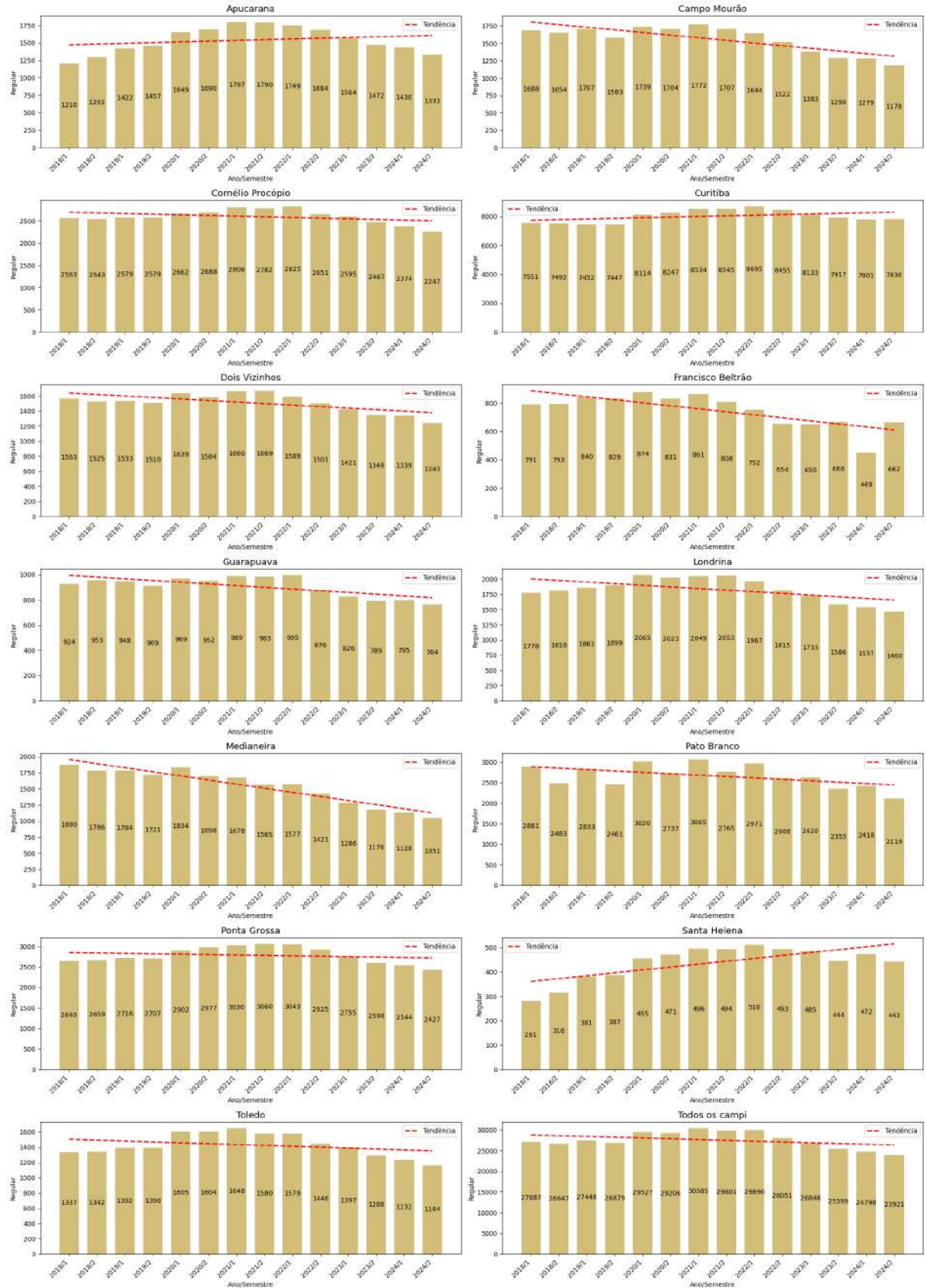
Fonte: autoria própria (2025).

Gráfico 16 – Alunos com trancamento



Fonte: autoria própria (2025).

Gráfico 17 – Alunos regulares por campus e semestre



Fonte: autoria própria (2025).

Gráfico 18 – Retenção discente



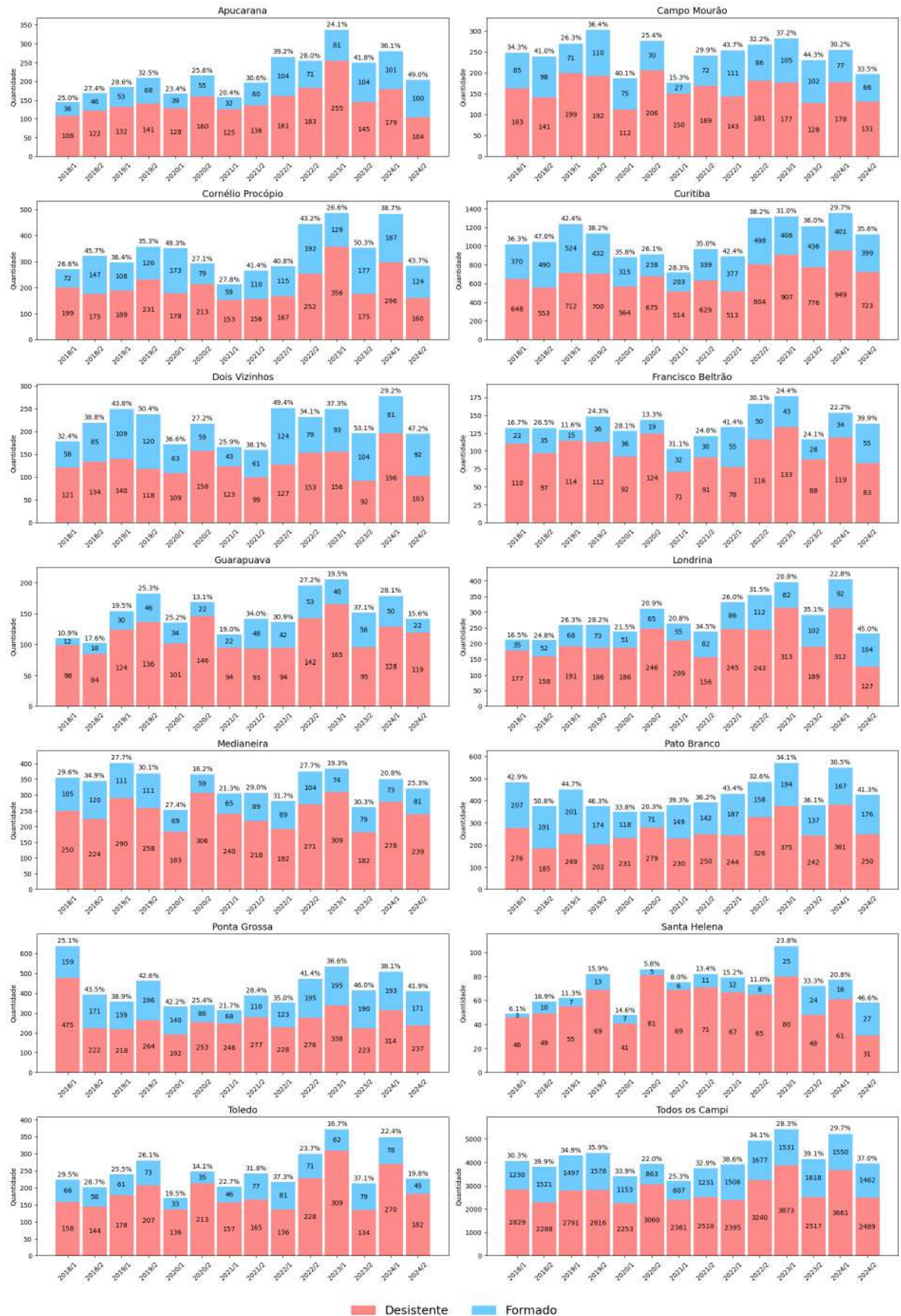
Fonte: autoria própria (2025).

Gráfico 19 – Taxa de sucesso na graduação



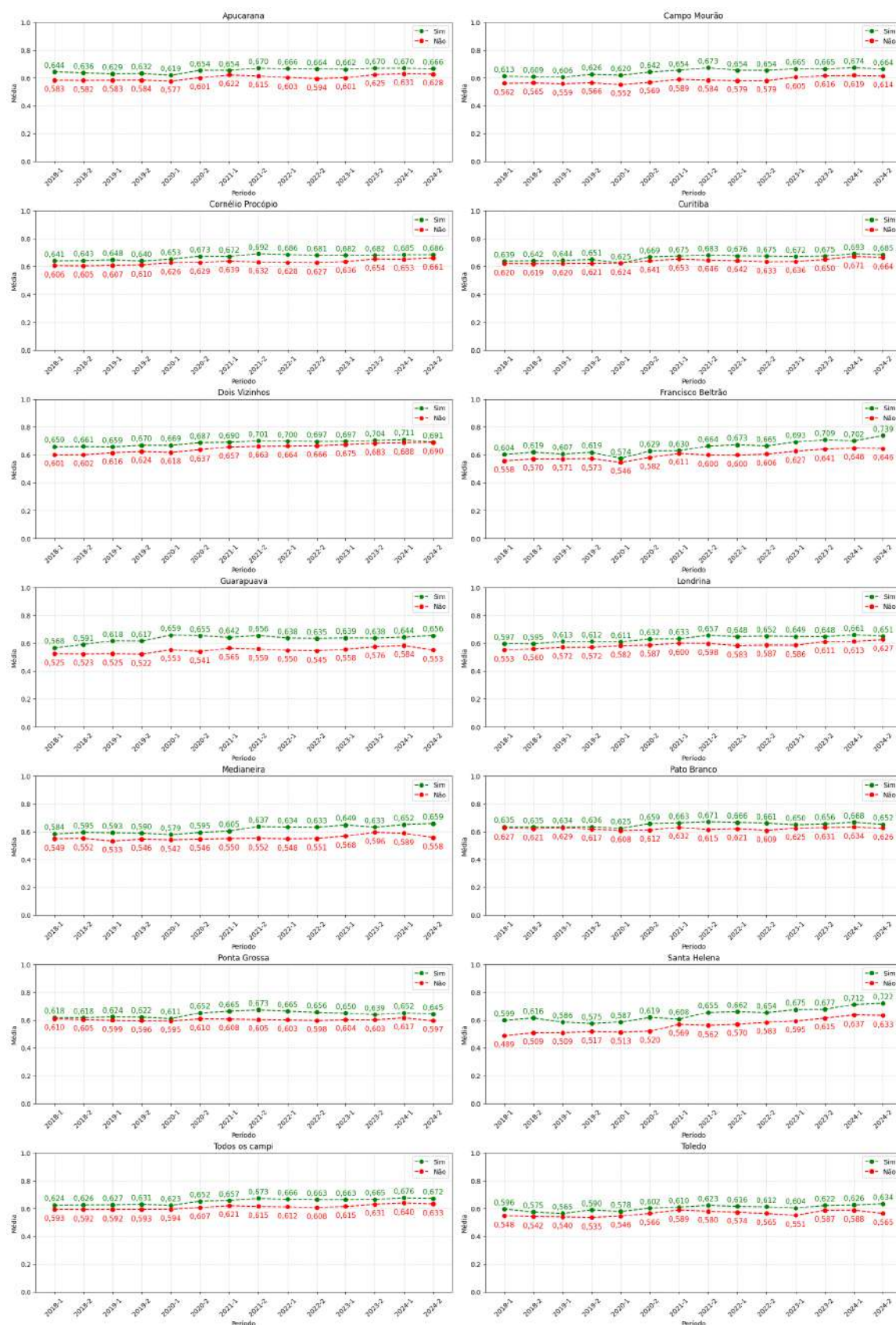
Fonte: autoria própria (2025).

Gráfico 20 – Formados e desistente por semestre



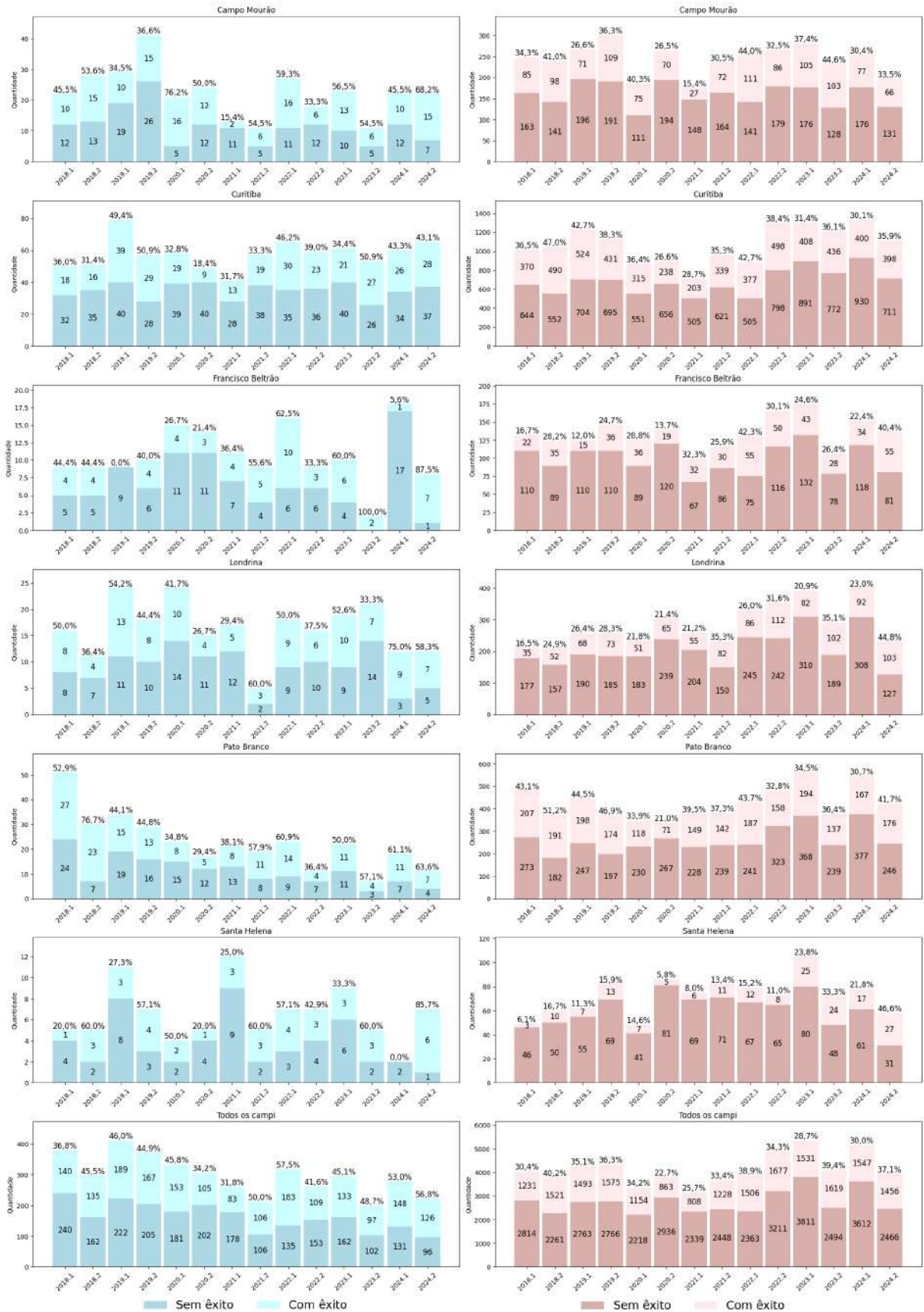
Fonte: autoria própria (2025).

Gráfico 21 – Coeficiente de rendimento



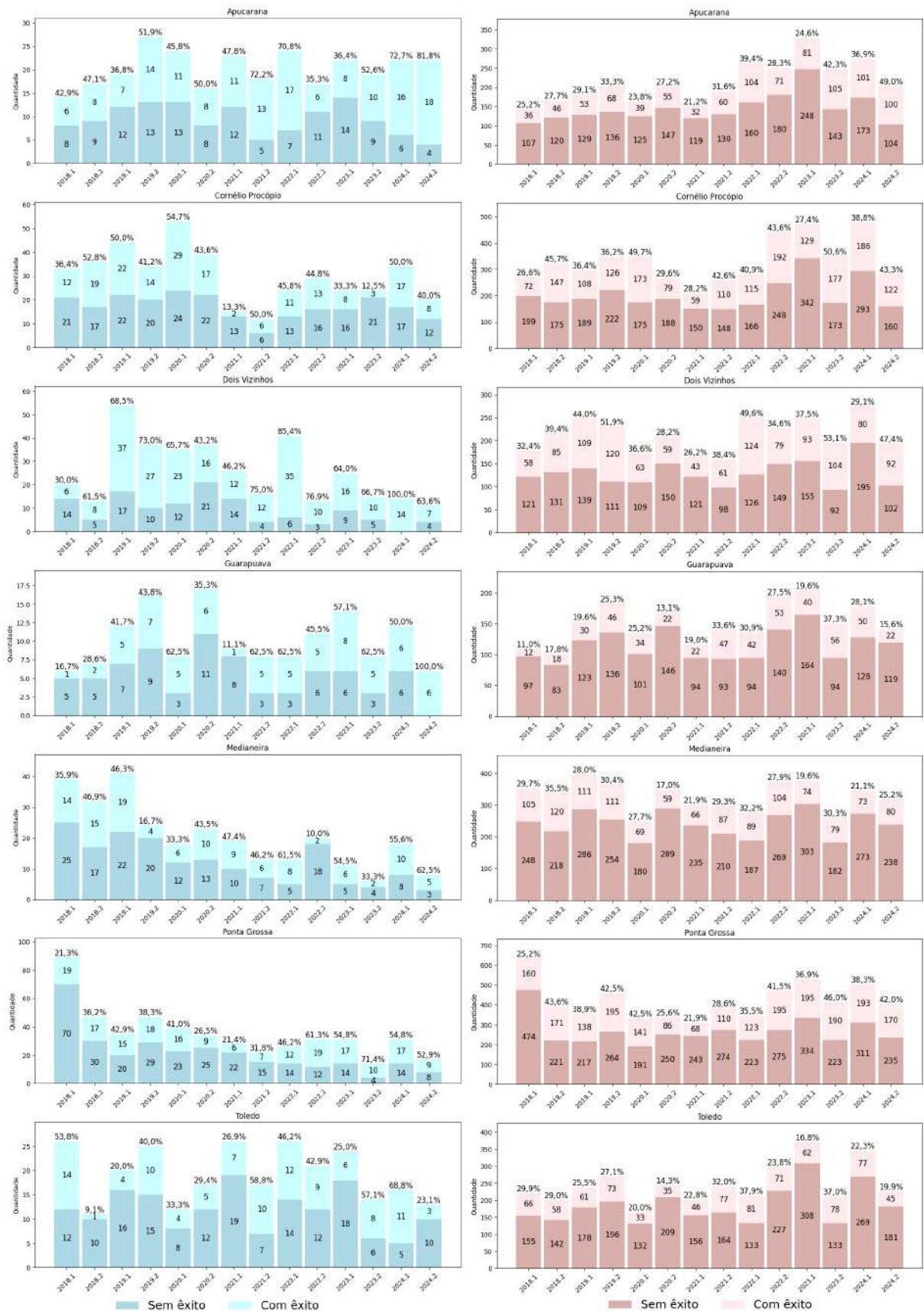
Fonte: autoria própria (2025).

Gráfico 22 – Concluintes com êxito



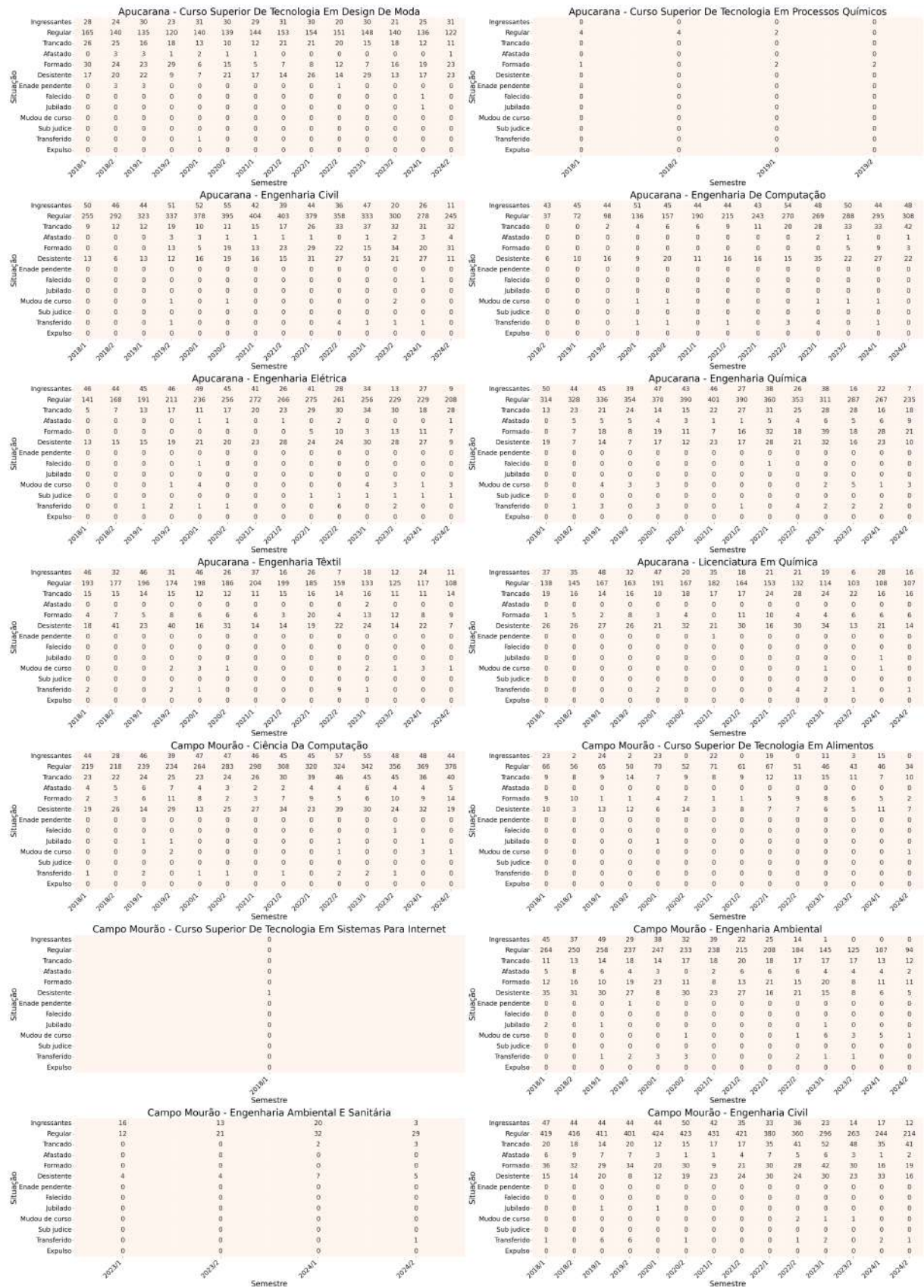
Fonte: autoria própria (2025).

Gráfico 23 – Concluintes com êxito



Fonte: autoria própria (2025).

Figura 34 – Composição da situação acadêmica por semestre



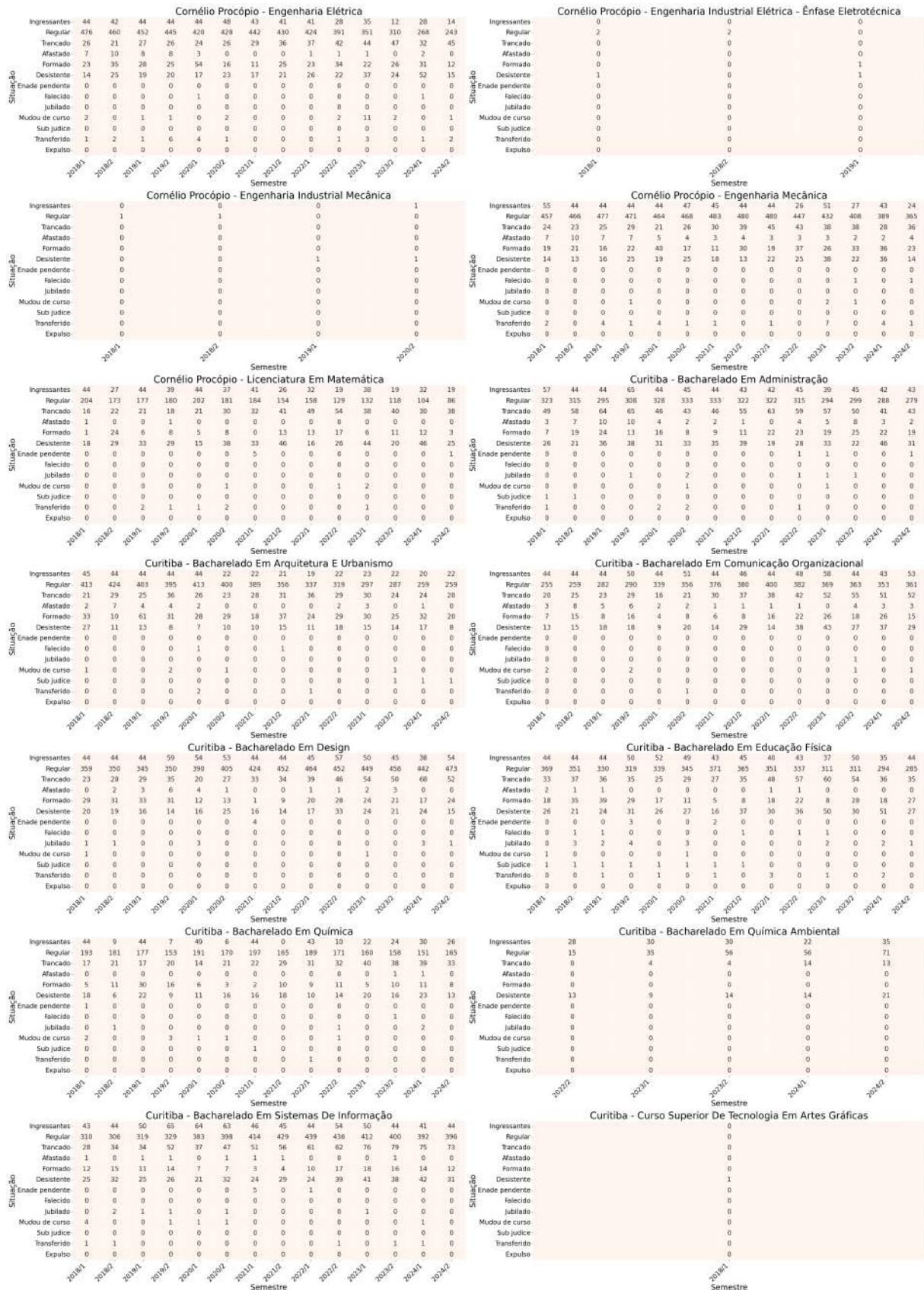
Fonte: autoria própria (2025).

Figura 35 – Composição da situação acadêmica por semestre

[illegible]

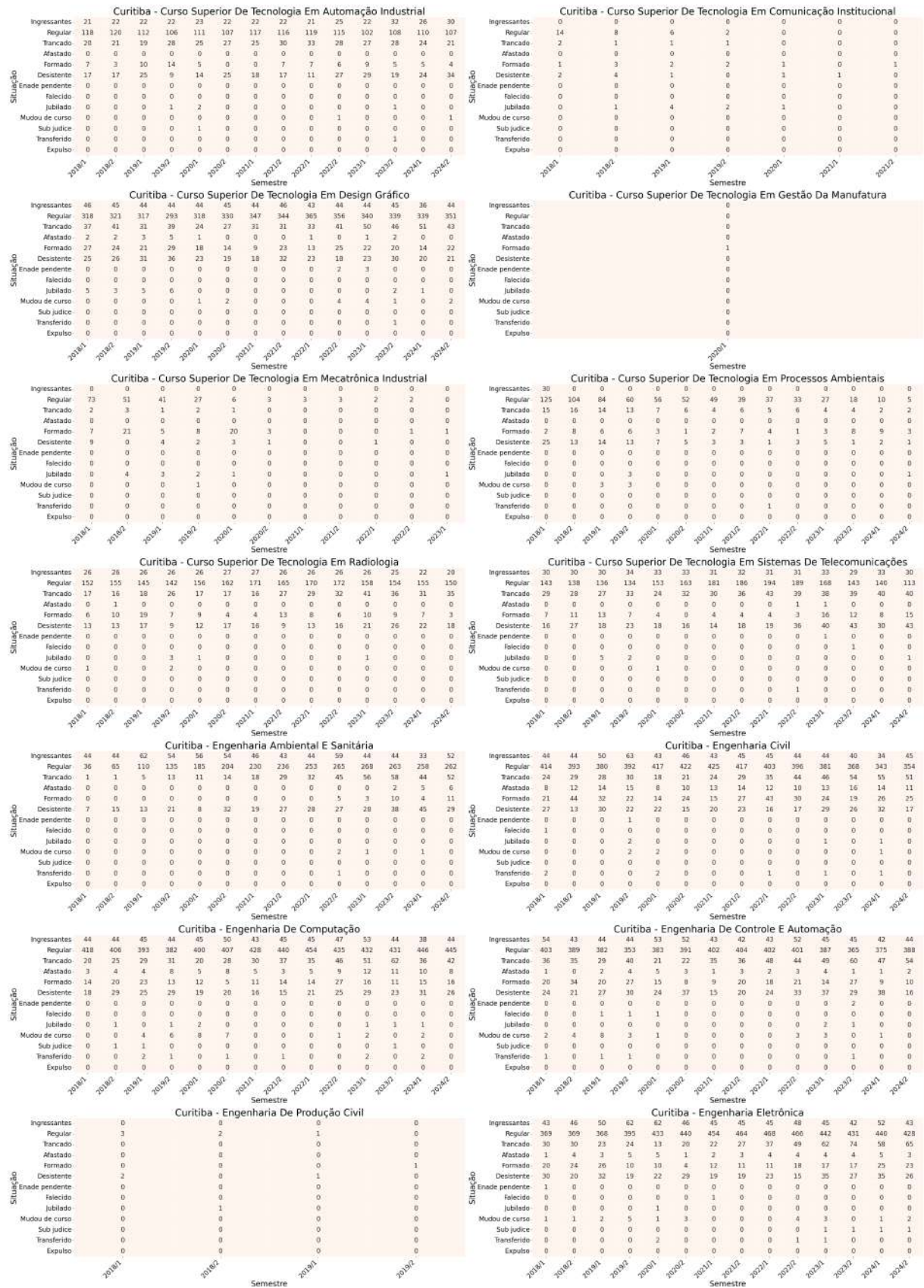
Fonte: autoria própria (2025).

Figura 36 – Composição da situação acadêmica por semestre



Fonte: autoria própria (2025).

Figura 37 – Composição da situação acadêmica por semestre



Fonte: autoria própria (2025).

Figura 38 – Composição da situação acadêmica por semestre

Curitiba - Engenharia Elétrica																Curitiba - Engenharia Industrial Elétrica - Ênfase Automação															
Situação	Semestre															Situação	Semestre														
	2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2	2018/1		2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2		
Ingressantes	85	95	105	108	87	93	88	88	89	91	91	80	90		Ingressantes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Regular	765	757	773	772	812	810	825	820	852	812	751	711	709	711	Regular	9	6	4	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Trancado	59	68	61	72	43	57	70	87	82	95	120	132	100	107	Trancado	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Afastado	1	10	12	18	8	3	3	3	2	4	4	4	2	1	Afastado	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0		
Formado	36	50	40	35	41	31	28	33	33	54	46	40	36	25	Formado	1	1	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Desistente	34	34	50	37	39	59	41	50	42	64	84	81	80	58	Desistente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Enade pendente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	Enade pendente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Falecido	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Falecido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Jubilado	0	0	3	2	4	0	0	0	0	0	0	2	1	1	Jubilado	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Mudou de curso	1	0	2	0	2	1	0	0	0	0	1	4	0	1	Mudou de curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Sub judice	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	Sub judice	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Transferido	0	1	0	1	1	0	0	0	3	1	0	0	0	1	Transferido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Expulso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Expulso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Semestre																Semestre															
Curitiba - Engenharia Industrial Elétrica - Ênfase Eletrotécnica																Curitiba - Engenharia Industrial Elétrica - Ênfase Eletrônica Industrial E Telecomunicações															
Situação	Semestre															Situação	Semestre														
	2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2	2018/1		2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2		
Ingressantes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Ingressantes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Regular	16	9	9	6	7	6	3	0	0	0	0	0	0	0	Regular	8	6	2	2	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0		
Trancado	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Trancado	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0			
Afastado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Afastado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
Formado	4	3	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	Formado	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Desistente	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	Desistente	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Enade pendente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Enade pendente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Falecido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Falecido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Jubilado	0	0	5	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Jubilado	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Mudou de curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Mudou de curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Sub judice	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Sub judice	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Transferido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Transferido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Expulso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Expulso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Semestre																Semestre															
Curitiba - Engenharia Industrial Mecânica																Curitiba - Engenharia Mecatrônica															
Situação	Semestre															Situação	Semestre														
	2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2	2018/1		2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2		
Ingressantes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Ingressantes	44	50	54	60	50	52	44	43	44	53	61	44	43	49		
Regular	3	3	3	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Regular	162	187	228	272	316	334	357	380	407	415	434	430	448	447		
Trancado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Trancado	22	35	30	40	25	37	44	45	45	48	55	70	62	71		
Afastado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Afastado	0	1	1	0	0	0	1	1	1	2	4	4	2	5		
Formado	3	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Formado	0	0	0	0	0	0	3	3	4	10	5	4	5	21		
Desistente	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	Desistente	9	11	16	8	21	22	12	18	18	27	29	29	30	17		
Enade pendente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Enade pendente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Falecido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Falecido	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Jubilado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	Jubilado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Mudou de curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Mudou de curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Sub judice	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Sub judice	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0		
Transferido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Transferido	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Expulso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Expulso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Semestre																Semestre															
Curitiba - Engenharia Mecânica																Curitiba - Licenciatura Em Física															
Situação	Semestre															Situação	Semestre														
	2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2	2018/1		2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2		
Ingressantes	88	88	89	88	87	96	87	87	88	89	92	88	74	91	Ingressantes	46	44	45	47	47	44	42	41	44	42	40	25	35	38		
Regular	880	870	863	849	874	882	898	895	891	845	820	760	737	735	Regular	212	210	225	231	257	241	246	238	248	225	229	210	207	197		
Trancado	63	63	61	61	45	50																									

Figura 39 – Composição da situação acadêmica por semestre

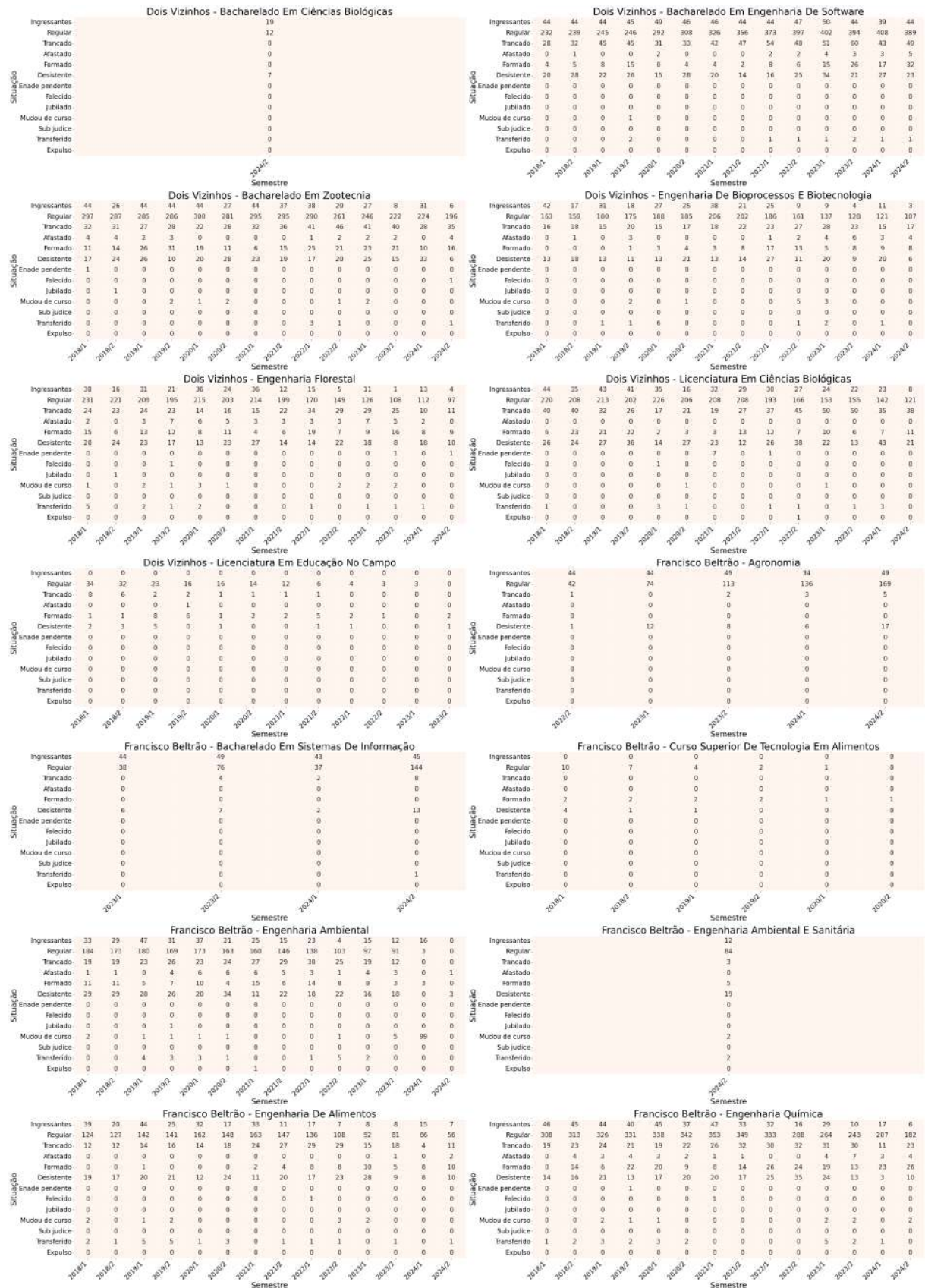


Figura 40 – Composição da situação acadêmica por semestre

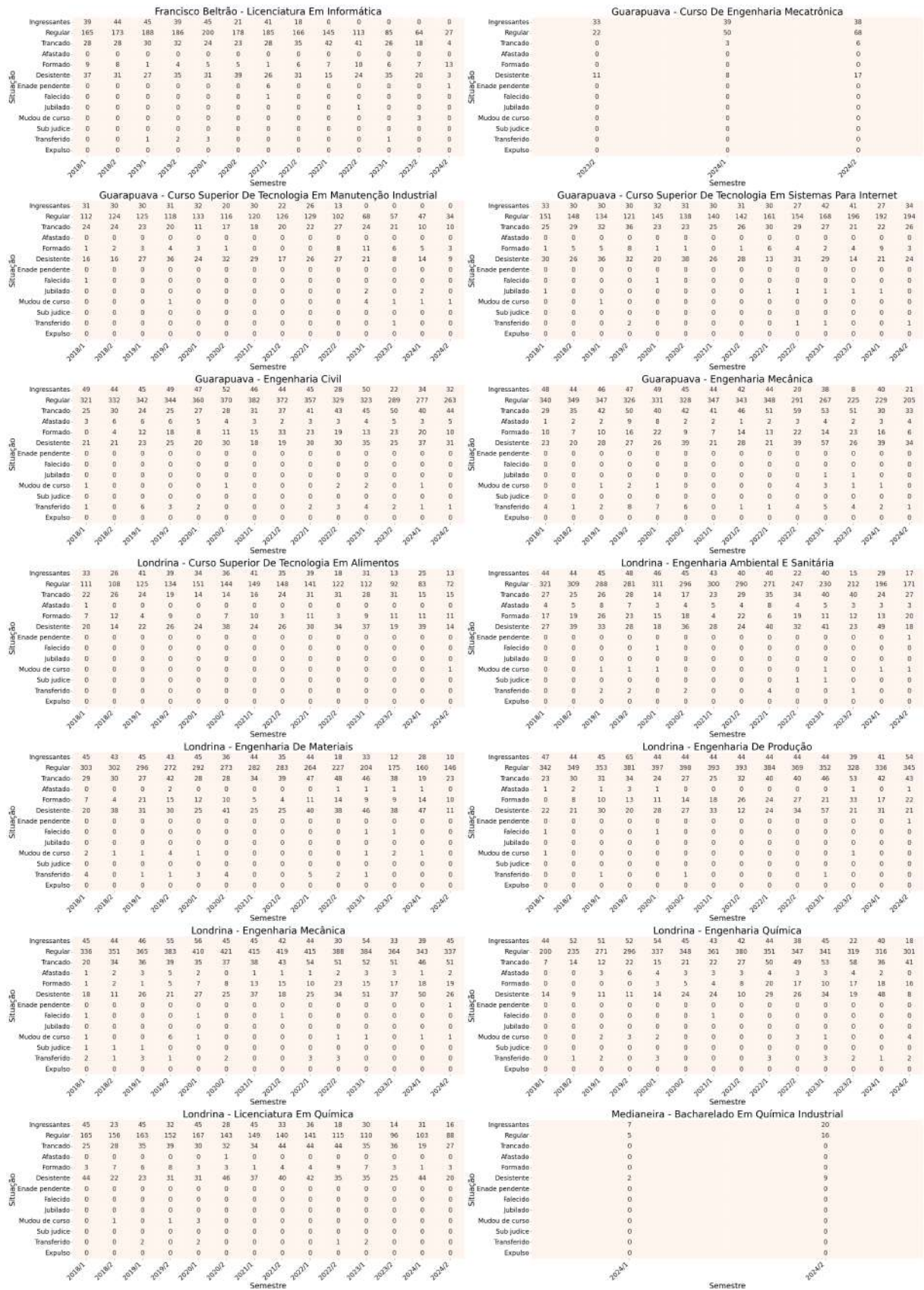
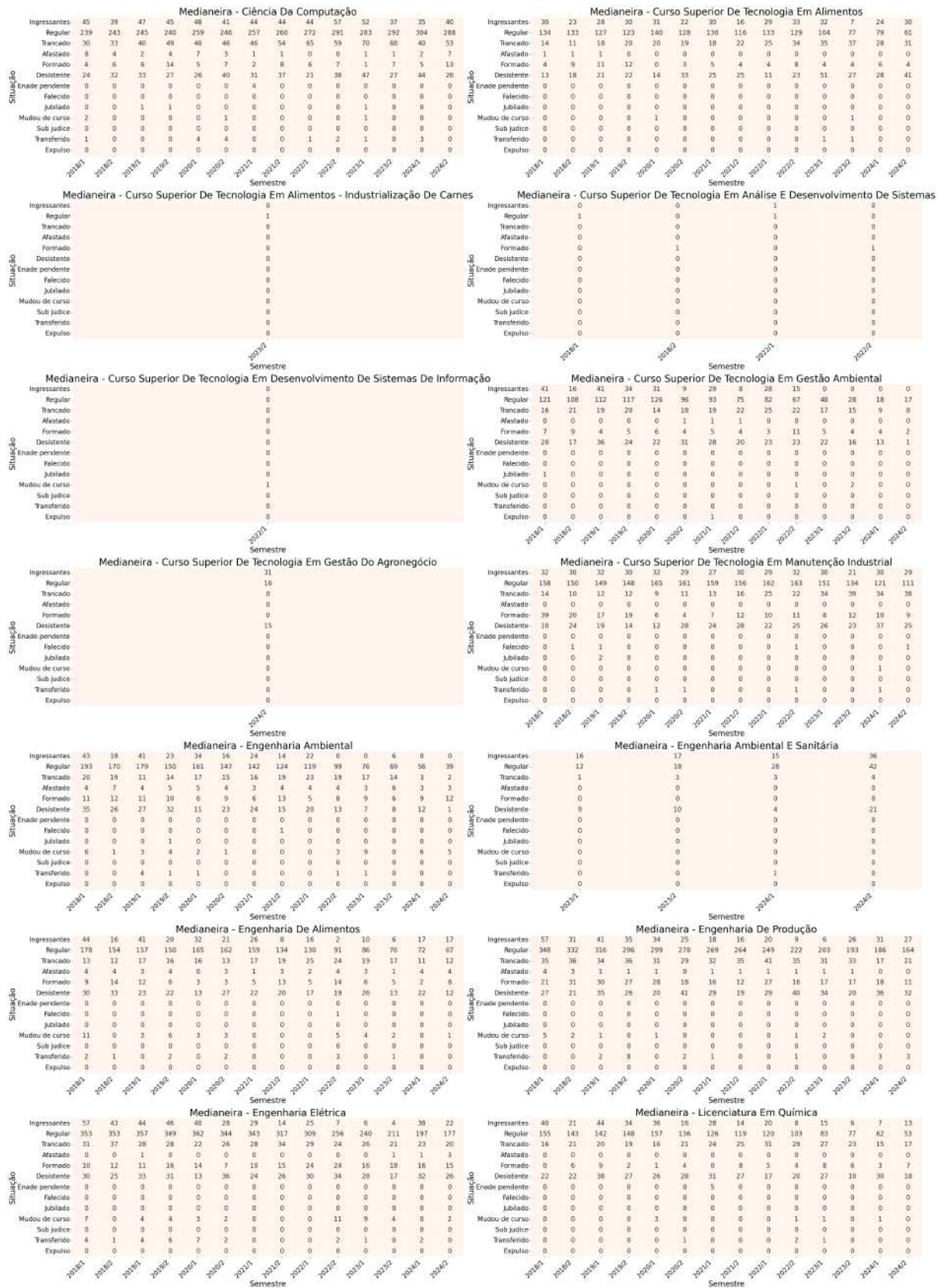


Figura 41 – Composição da situação acadêmica por semestre



Fonte: autoria própria (2025).

Figura 42 – Composição da situação acadêmica por semestre

Situação	Pato Branco - Agronomia																Pato Branco - Bacharelado Em Administração															
	Semestre																Semestre															
	2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2	2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2				
Ingressantes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Ingressantes	45	44	58	46	0	51	1	49	1	40	7					
Regular	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Regular	128	128	168	38	158	62	156	94	148	111	144	121				
Trancado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Trancado	9	20	5	2	17	4	22	9	23	16	16	18				
Atestado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Atestado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
Formado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Formado	0	15	4	0	21	0	1	0	12	0	11	5				
Desistente	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Desistente	25	18	10	12	21	8	16	12	28	9	32	7				
Enade pendente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Enade pendente	18	6	0	0	6	16	0	6	0	0	0	0				
Falecido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Falecido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
Jubilado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Jubilado	0	0	2	0	0	0	0	0	3	0	0	0				
Mudou de curso	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Mudou de curso	0	0	6	0	0	9	0	1	0	1	0	1				
Sub judice	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Sub judice	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
Transferido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Transferido	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	3	0				
Expulso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Expulso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
Pato Branco - Bacharelado Em Administração																																
Situação	Semestre																Semestre															
	Semestre																Semestre															
	2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2	2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2				
Ingressantes	48	44	44	49	46	51	44	44	46	47	23	42	25		Ingressantes	47	44	55	1	45	0	50	0	52	3	43	8					
Regular	341	336	341	344	363	375	387	389	388	374	364	343	346	305		Regular	131	126	171	43	182	71	170	104	174	140	185	139				
Trancado	15	21	24	33	21	23	28	29	38	40	33	31	18	22		Trancado	15	20	0	0	9	2	19	7	16	7	13	17				
Atestado	5	7	6	3	3	3	2	5	6	11	9	7	8	9		Atestado	3	2	0	0	1	0	0	0	0	1	4	3				
Formado	25	31	22	23	23	13	1	0	23	25	33	31	31	23	27	Formado	3	25	10	0	13	0	1	0	24	0	10	13				
Desistente	16	9	18	10	17	23	12	15	13	20	33	17	25	30		Desistente	11	19	10	4	14	7	23	4	21	4	18	14				
Enade pendente	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0		Enade pendente	26	0	0	0	0	0	20	0	6	0	0	0				
Falecido	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0		Falecido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
Jubilado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		Jubilado	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
Mudou de curso	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	Mudou de curso	0	0	4	0	0	0	6	0	5	1	0	0				
Sub judice	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		Sub judice	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
Transferido	0	2	0	2	2	0	0	0	1	2	2	1	4	3		Transferido	0	0	0	0	1	0	0	0	0	6	1	0				
Expulso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		Expulso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
Pato Branco - Bacharelado Em Ciências Contábeis																																
Situação	Semestre																Semestre															
	Semestre																Semestre															
	2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2	2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2				
Ingressantes	47	44	55	1	45	0	50	0	52	3	43	8		Ingressantes	47	44	55	1	45	0	50	0	52	3	43	8						
Regular	131	126	171	43	182	71	170	104	174	140	185	139		Regular	131	126	171	43	182	71	170	104	174	140	185	139						
Trancado	15	20	0	0	9	2	19	7	16	7	13	17		Trancado	15	20	0	0	9	2	19	7	16	7	13	17						
Atestado	3	2	0	0	1	0	0	0	0	1	4	3		Atestado	3	2	0	0	1	0	0	0	0	1	4	3						
Formado	3	25	10	0	13	0	1	0	24	0	10	13		Formado	3	25	10	0	13	0	1	0	24	0	10	13						
Desistente	11	19	10	4	14	7	23	4	21	4	18	14		Desistente	11	19	10	4	14	7	23	4	21	4	18	14						
Enade pendente	26	0	0	0	0	0	20	0	6	0	0	0		Enade pendente	26	0	0	0	0	0	20	0	6	0	0	0						
Falecido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		Falecido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						
Jubilado	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		Jubilado	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						
Mudou de curso	0	0	4	0	0	0	6	0	5	1	0	0		Mudou de curso	0	0	4	0	0	0	6	0	5	1	0	0						
Sub judice	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		Sub judice	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						
Transferido	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	6	1		Transferido	0	0	0	0	1	0	0	0	0	6	1	0						
Expulso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		Expulso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						
Pato Branco - Curso Superior De Tecnologia Em Análise E Desenvolvimento De Sistemas																																
Situação	Semestre																Semestre															
	Semestre																Semestre															
	2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2	2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2				
Ingressantes	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	27	27	28	31		Ingressantes	26	26	26	26	26	26	26	26	27	27	28	31				
Regular	140	132	141	143	145	138	152	157	175	158	145	147	160	153		Regular	140	132	141	143	145	138	152	157	175	158	145	147	160	153		
Trancado	17	22	23	25	22	23	23	26	28	27	33	34	23	32		Trancado	17	22	23	25	22	23	23	26	28	27	33	34	23	32		
Atestado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		Atestado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
Formado	10	4	4	4	8	2	4	3	5	4	3	3	9		Formado	10	4	4	4	8	2	4	3	5	4	3	3	9				
Desistente	17	20	12	16	15	30	12	22	10	40	25	21	23	20		Desistente	17	20	12	16	15	30	12	22	10	40	25	21	23	20		
Enade pendente	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0		Enade pendente	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0				
Falecido	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0		Falecido	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0				
Jubilado	1	1	0	1	2	0	0	0	0	1	0	2	0		Jubilado	1	1	0	1	2	0	0	0	0	1	0	2	0				
Mudou de curso	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1		Mudou de curso	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1			
Sub judice	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		Sub judice	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
Transferido	0	1	0	1	2	0	2	2	0	2	0	1	1		Transferido	0	1	0	1	2	0	2	2	0	2	0	1	1				
Expulso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		Expulso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
Pato Branco - Curso Superior De Tecnologia Em Manutenção Industrial																																
Situação	Semestre																Semestre															
	Semestre																Semestre															
	2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2	2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2				
Ingressantes	25	22	26	26	26	27	26	26	21	26	25	24	14	25		Ingressantes	25	22	26	26	26	27	26	26	21	26	25	24	14	25		
Regular	151	143	132	128	131	135	122	110	108	105	100	96	92	83		Regular	151	143	132	128	131	135	122	110	108	105	100	96	92	83		
Trancado	11	12	13	8	18	14	14	16	15	13	12	7	7		Trancado	11</																

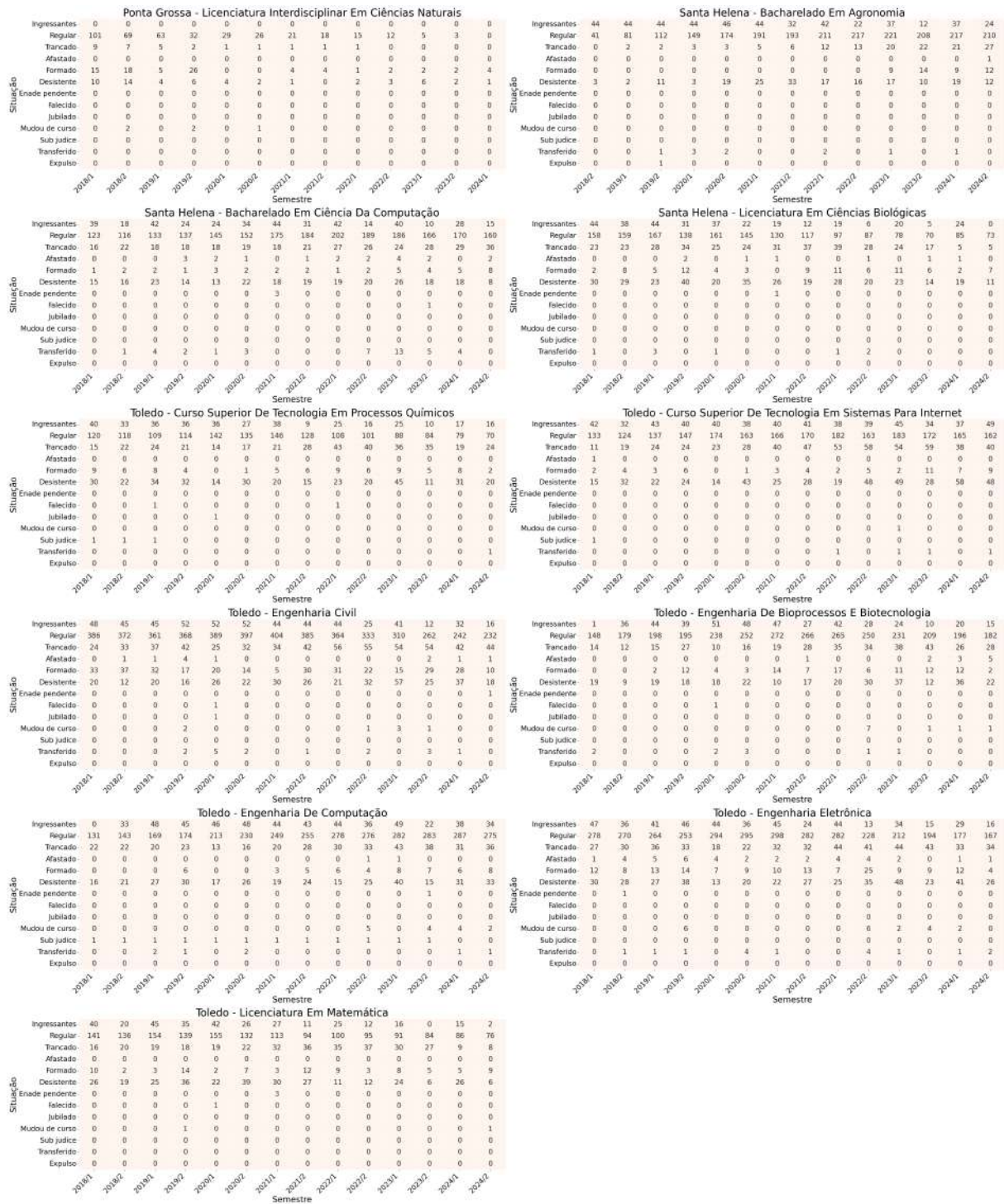
Fonte: autoria própria (2025).

Figura 43 – Composição da situação acadêmica por semestre

[illegible]

Fonte: autoria própria (2025).

Figura 44 – Composição da situação acadêmica por semestre



APÊNDICE C – Produto Técnico Tecnológico



**PROCESSO OU
TECNOLOGIA**

**DASHBOARD DA ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL**



**UMA FERRAMENTA PARA O
MONITORAMENTO DAS AÇÕES DA
PNAES NA UNIVERSIDADE
TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**



PROCESSO/TECNOLOGIA PARA ACOMPANHAMENTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UTFPR

Processo/Tecnologia apresentado pelo mestrando Antonio Rafael Teofilo da Silva ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), sob orientação do docente Prof. Dr. Oséias Santos de Oliveira, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

DOI: [10.5281/zenodo.17583437](https://doi.org/10.5281/zenodo.17583437)



Fonte: <https://utfpr.curitiba.br/sejautfpr/campus-curitiba-centro/>

SUMÁRIO

Resumo	03
Contexto	04
Público-Alvo	04
Descrição da situação-problema	05
Objetivos e resultados esperados	06
Análise situacional	07
Recomendações	12
Protótipo: Dashboard da Assistência Estudantil	17
Cronograma	19
Considerações finais	20
Referências	21
Responsáveis pela proposta de intervenção e data	22
Protocolo de recebimento do produto técnico-tecnológico	23

RESUMO

A Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) é um instrumento importante na democratização do ensino, visando contribuir para que um número significativo de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica possa concluir sua formação acadêmica.

Como Produto Técnico-Tecnológico (PTT), propõe-se a implantação de um Dashboard da Assistência Estudantil no âmbito da UTFPR.

O objetivo deste PTT consiste em propor a criação de um Dashboard para o monitoramento das ações de Assistência Estudantil no contexto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) para uma avaliação abrangente dos resultados obtidos quanto a eficiência, eficácia e efetividade das políticas e práticas executadas pela instituição.

Com esta proposta espera-se oferecer à gestão institucional uma ferramenta estruturada para a criação e implementação de um painel estratégico de análise de dados e apoio à tomada de decisão. Esta iniciativa poderá subsidiar a formulação de estratégias mais eficazes para o monitoramento das ações de Assistência Estudantil na universidade.

Com o uso do **Dashboard de Assistência Estudantil**, será possível acompanhar de forma sistematizada o andamento dos programas vinculados à Assistência Estudantil, promover maior transparência junto à comunidade acadêmica e contribuir para a identificação de singularidades e desafios específicos. A interface da ferramenta permitirá comparações e correlações entre os diferentes campi da instituição, oferecendo diagnósticos que, anteriormente, seriam de difícil obtenção. Ainda, destaca-se a possibilidade de realizar análises dinâmicas a partir de recortes semestrais, o que poderá fomentar a proatividade institucional, assim como uma observação mais aprofundada das tendências e dificuldades relacionadas às dimensões contempladas pela Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).



Fonte: <https://www.utfpr.edu.br/noticias/geral/campo-mourao-celebra-27-anos-com-novo-curso-de-graduacao>

CONTEXTO

Com a expansão e a interiorização das Instituições de Ensino Superior (IES), especialmente das universidades federais, nas últimas décadas, houve uma mudança significativa no perfil dos novos discentes, que passaram a ser majoritariamente oriundos das camadas mais populares da sociedade.

Neste cenário, a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituída, inicialmente como um programa, via Decreto nº 7.234/2010, transformado pela Lei nº 14.914/2024, com abrangência de uma política ampla, surge como um instrumento importante de democratização do Ensino Superior, que tem o potencial de contribuir para que um número significativo de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica possa concluir, com qualidade, sua formação acadêmica.

Afinal, o ingresso na universidade, por si só, não garante a permanência, especialmente para estudantes de baixa renda e pertencentes a minorias étnico-raciais, que enfrentam múltiplas barreiras – econômicas, pedagógicas e simbólicas.

Assim, é imprescindível que seja compreendida a dinâmica de uma política pública como a PNAES quanto à manifestação de seus resultados em relação à eficiência, à eficácia e à efetividade, uma vez que, desta forma, se torna possível reconfigurar ou reajustar a implementação e a execução da política pública, com foco na avaliação dos resultados, o que favorece o aperfeiçoamento contínuo.

PÚBLICO-ALVO

Este estudo é direcionado à comunidade acadêmica da UTFPR — uma vez que oferece dados relevantes a respeito das iniciativas de Assistência Estudantil — e à Assessoria de Assuntos Estudantis (ASSAE), compreendendo que a busca pela igualdade de condições no acesso e permanência dos estudantes vulneráveis socioeconômicamente em relação aos demais somente pode ser alcançada por meio da construção de uma política interna que reconheça na Assistência Estudantil uma ferramenta de democratização e de inclusão educacional.



DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

A Assistência Estudantil tem como objetivo ampliar e garantir as condições necessárias para que os estudantes do Ensino Superior e da educação profissional, científica e tecnológica pública federal consigam permanecer e concluir seus cursos.

Sugere-se o desenvolvimento deste Produto Técnico-Tecnológico com base em dados resultantes da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), instituição centenária que foi transformada em universidade em 2005 e presente em diversas regiões do Estado do Paraná, com campi localizados nas cidades de: Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa, Santa Helena, Toledo.

Este contexto motivou o estudo que resultou na Dissertação sob o título POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ: IMPACTOS NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO, NO APOIO ACADÊMICO E NO BEM-ESTAR ESTUDANTIL, apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP/UTFPR). A partir deste estudo é que se estrutura esta proposta de criação de um painel de monitoramento, identificado como: Dashboard da Assistência Estudantil - uma ferramenta para o monitoramento das ações da PNAEs na Universidade Tecnológica Federal do Paraná



OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS

Buscou-se, por meio da pesquisa intitulada: *Políticas de Assistência Estudantil na Universidade Tecnológica Federal do Paraná: impactos na promoção da inclusão, no apoio acadêmico e no bem-estar estudantil*, uma análise sobre a eficiência, a eficácia e a efetividade da PNAES implementada pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, entre 2018 e 2024. O foco voltou-se para os impactos desta política pública na promoção da inclusão social, na redução das desigualdades educacionais e na garantia da permanência dos estudantes na instituição.

OBJETIVO DA PROPOSTA

Propor a criação de um Dashboard para o monitoramento das ações de Assistência Estudantil no contexto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) para uma avaliação abrangente dos resultados obtidos quanto a eficiência, eficácia e efetividade das políticas e práticas executadas pela instituição.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as ações na área de Assistência Estudantil e seu alinhamento aos resultados esperados, especialmente no que se refere à distribuição dos recursos e à eficiência na execução.
- Monitorar se as ações influenciam nos resultados acadêmicos, especificamente no coeficiente de rendimento.
- Acompanhar se as ações de Assistência Estudantil asseguram, de fato, a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade.
- Aprimorar as políticas de Assistência Estudantil a partir da análise de sua eficiência, eficácia e efetividade.
- Fortalecer as ações na área da Assistência Estudantil, redirecionando estratégias, promovendo a melhoria contínua dos resultados ao longo do tempo e possibilitando a tomada de decisões institucionais.

ANÁLISE SITUACIONAL

No contexto teórico que aborda a utilização de indicadores relacionados à Assistência Estudantil, a construção dos argumentos está em uma fase inicial, evidenciando uma carência de estudos sobre o tema, assim como de mecanismos visando ao acompanhamento deste programa governamental (Fava, 2021).

No âmbito da Assistência Estudantil, algumas pesquisas, como as realizadas por Fava (2021) e Mauricio (2019), investigaram aspectos relacionados a eficiência, eficácia e efetividade desta política. Com o objetivo de compreender essa questão na UTFPR, a pesquisa fundamentou-se em dados primários e secundários, ambos extraídos do Relatórios Analíticos de Gestão (RAG), elaborados pela própria instituição, e processados, quando necessário, por meio da linguagem Python, abrangendo o período de 2018/1 a 2024/2, além de documentos institucionais disponíveis na internet.

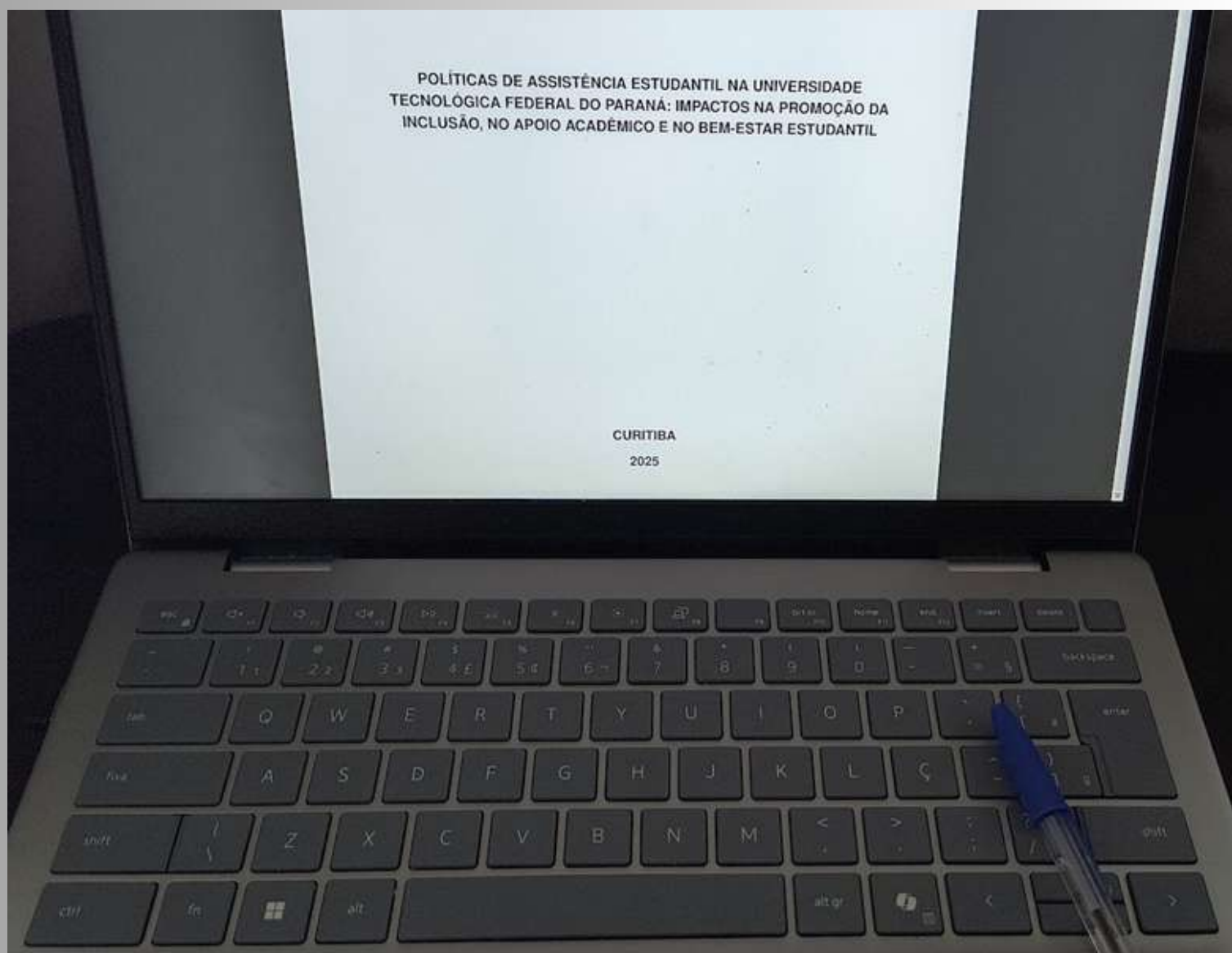
Os resultados da pesquisa indicam que:

- 1 - A UTFPR tem incorporado as dez áreas definidas pelo decreto do PNAES em suas ações, por meio das diversas atividades desenvolvidas, entre elas o auxílio estudantil.
- 2 - O auxílio estudantil desempenha um papel importante, mesmo diante de recursos limitados e da possibilidade de cortes orçamentários, como a ocorrida em 2021.
- 3 - O coeficiente de rendimento dos alunos contemplados pelo auxílio estudantil supera, ainda que de forma discreta, aquele apresentado pelos demais discentes da instituição.

ANÁLISE SITUACIONAL

4 - O percentual de alunos contemplados com o auxílio estudantil que finalizaram com êxito os estudos é superior aos demais estudantes. Entende-se como finalizado com êxito os alunos cuja situação seja 'Formado' e 'Enade pendente', enquanto aqueles que finalizaram sem êxito estão incluso em uma das situações: 'Transferido', 'Jubilado', 'Desistente', 'Falecido', 'Mudou de Curso' e 'Expulso'.

5 - Os dados indicam que o maior número de alunos recebem o auxílio estudantil por dois semestres, devendo se considerar que os cursos geralmente possuem uma duração de 8 a 10 semestres.



Fonte: autoria própria (2025).

ANÁLISE SITUACIONAL



Fonte: <https://www.utfpr.edu.br/>

6 - A análise efetivada nesta investigação permite afirmar que as políticas de Assistência Estudantil da UTFPR vêm apresentando avanços consistentes nas dimensões de eficiência, eficácia e efetividade, ainda que permeadas por desafios e limitações conjunturais, entre eles o corte orçamentário e o período de isolamento social em virtude pandemia de Covid.

7 - Do ponto de vista da eficiência, constatou-se que, mesmo diante de restrições orçamentárias e alta demanda distribuída pelos 13 campi, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná tem conseguido aperfeiçoar seus recursos, assegurando a manutenção das ações prioritárias de apoio estudantil.

8 - No aspecto da eficácia, os resultados indicam que as ações adotadas têm contribuído para a permanência e o desempenho acadêmico dos estudantes, com índices de retenção e coeficientes de rendimento relativamente estáveis e positivos, sobretudo entre os alunos contemplados pelos auxílios.

ANÁLISE SITUACIONAL

9 - Considerando a dimensão da efetividade, os resultados obtidos permitem afirmar que as ações desenvolvidas favorecem a conclusão dos cursos ao mesmo tempo em que também ampliam oportunidades de inclusão social, mobilidade socioeconômica e pertencimento institucional para os estudantes em situação de vulnerabilidade.

10 - Apesar das adversidades, a UTFPR caminha para o fortalecimento e o aprimoramento de suas políticas de Assistência Estudantil, reafirmando seu compromisso institucional com a promoção da equidade e do acesso qualificado ao ensino superior público.

11 - É possível afirmar que a UTFPR ainda se encontra em processo de recuperação frente ao abalo sofrido pela pandemia e que o fortalecimento das ações da Assistência Estudantil pode contribuir para amenizar estes efeitos.



Fonte:https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/0/06/UTFPR_logo.svg/2560px-UTFPR_logo.svg.png

ANÁLISE SITUACIONAL

12 - A necessidade de continuidade entre os dados apresentados em diferentes versões de um mesmo documento institucional da UTFPR. As informações relativas à Assistência Estudantil, em especial, mostram-se fragmentadas e dispersas em diversos documentos, dificultando uma análise integrada e comparativa ao longo do tempo.

13 - Ausência de uma ferramenta avaliativa capaz de mensurar a eficiência, eficácia e efetividade das ações do PNAES no contexto da UTFPR. A existência de informações qualitativas e quantitativas organizadas de forma centralizada sobre as ações relacionadas ao PNAES, podem permitir uma visão holística, permitindo avaliar de forma mais precisa a eficiência a eficácia e a efetividade da Assistência Estudantil.

14 - Inexistência de um canal institucional acessível ao público com acesso aos resultados obtidos pelas ações de Assistência Estudantil.



Fonte: <https://utfpr.curitiba.br/sejautfpr/campus-curitiba-centro/>

RECOMENDAÇÕES

Para o desenvolvimento do Produto Técnico-Tecnológico - **Dashboard da Assistência Estudantil** -, é necessário considerar algumas recomendações que possibilitem o aproveitamento pleno da ferramenta.

Ressalta-se, ainda, a importância de que os dados estejam acessíveis à comunidade, promovendo a transparência e atendendo ao princípio da publicidade, um dos cinco fundamentos da administração pública.

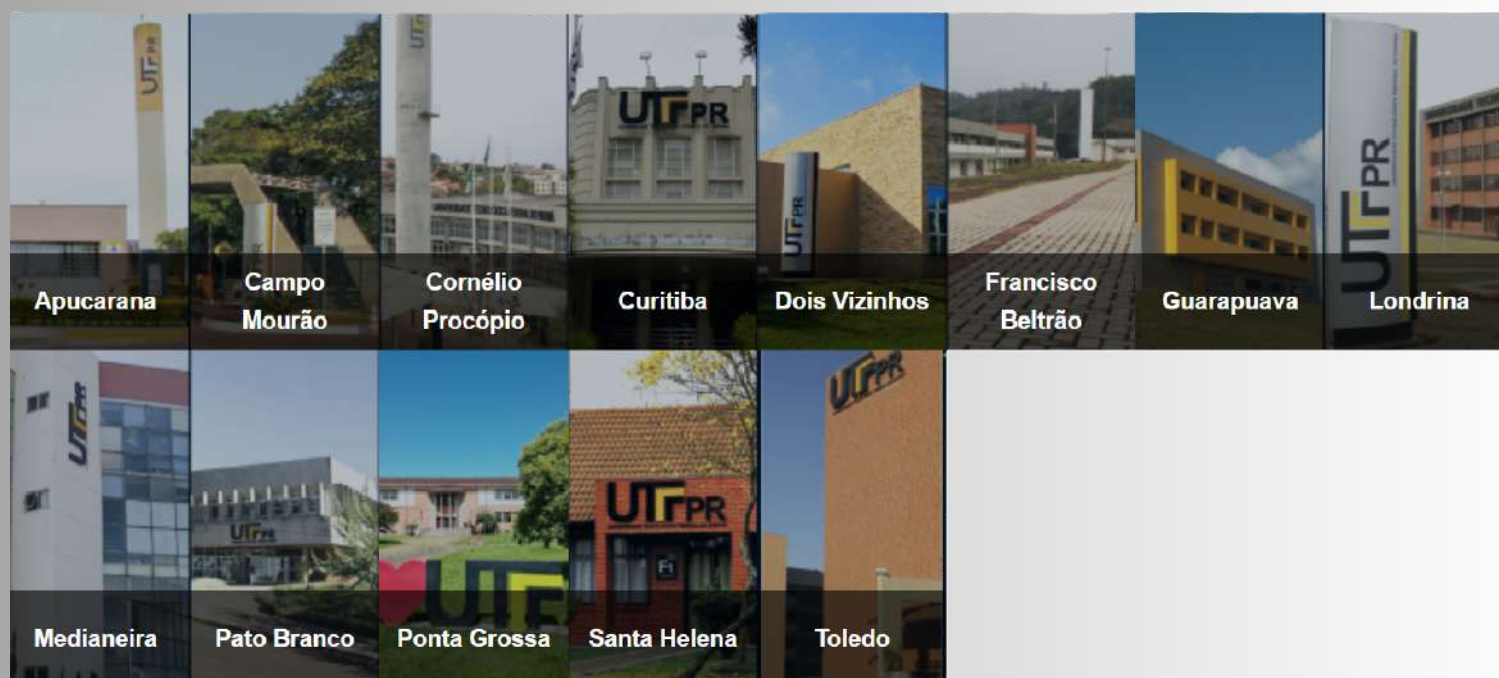
Registro dos atendimentos

Elaborar uma funcionalidade, no Dashboard de Assistência Estudantil, voltada à explicitação do número de atendimentos nas áreas psicológica e pedagógica, incluindo o número de profissionais disponíveis.

Periodicidade de atualização

Realizar atualizações periódicas do **Dashboard de Assistência Estudantil** a ser desenvolvido, preferencialmente de forma semestral, em consonância com os dados constantes nos Relatórios Analíticos de Gestão (RAG) da UTFPR.

RECOMENDAÇÕES



Fonte: <https://www.utfpr.edu.br/>

Embora haja uma omissão do PNAES em relação aos instrumentos de avaliação, um conjunto de princípios orientadores permite a cada universidade adotar os instrumentos que melhor se ajuste a sua realidade. Dentre estes princípios estão a melhoria do desempenho acadêmico, a redução das taxas de retenção e evasão e o êxito dos estudantes universitários assistidos, permitindo a partir deles sugerir indicadores (Santos, 2024).

Considerando o exposto, os indicadores aqui recomendados foram elaborados a partir de uma revisão da literatura existente e da análise do contexto e dos documentos internos. A expectativa é que, ao estarem alinhadas as três dimensões (eficiência, eficácia e efetividade), contribuam para a promoção da transparência e sirvam de embasamento para a tomada de decisões. Estes indicadores se mostram necessários: em relação à eficiência, esta avaliação é tanto amplamente desejável quanto reflexo de competência na utilização dos recursos utilizados (Lima; Oliveira; Chagas, 2021); quanto à eficácia, compreende a relação entre a ação realizada e os resultados produzidos (Fagundes; Moura, 2009); por fim, quanto à efetividade, procura-se demonstrar se o referido objetivo proporcionou melhorias à população destinatária (Castro, 2006).

Dimensão eficiência

Indicador

1 - Adoção do indicador "Sucesso do Estudante Assistido", o qual tem como foco mensurar o número de estudantes concluintes atendidos pelo PNAES. Ele é calculado a partir da razão entre o total de alunos beneficiados pelo PNAES que se formaram e o total de alunos contemplados pelo programa, resultando em uma porcentagem (Fava, 2021).

Relevância

Trata-se de um indicador que analisa se as ações de Assistência Estudantil são adequadas e suficientes na garantia permanência e principalmente na conclusão do curso.

Indicador

2 - Análise da distribuição dos estudantes atendidos pela PNAES, de acordo com o período do curso, em comparação ao total de alunos da instituição no mesmo intervalo. A análise comparativa permitirá uma avaliação da proporcionalidade dos atendimentos em relação ao total de discentes por período.

Relevância

Facilita uma análise das ações da Assistência Estudantil em relação a sua distribuição de forma equilibrada entre todos os períodos do curso, permitindo identificar possíveis desigualdades no atendimento, como uma menor oferta para calouros ou veteranos por exemplo.

Indicador

3 - Acompanhamento da quantidade de semestres em que cada aluno da UTFPR recebeu atendimento por alguma área do PNAES, segmentando os dados por campus e número de concessões, com vista à análise da continuidade do atendimento, especialmente em relação às modalidades de auxílio estudantil.

Relevância

Por meio deste indicador é possível analisar se o apoio ao discente está sendo garantido durante todo o curso ou apenas um breve período de sua trajetória acadêmica.

Dimensão eficácia

Indicador

1 - Avaliação da taxa de retenção (tanto total quanto parcial) entre os alunos beneficiados pelo PNAES, comparando-a com a dos demais estudantes da UTFPR.

Relevância

Como argumentam Silva e Sampaio (2022), a retenção prolongada configura um desafio tão grave quanto a evasão, pois compromete o tempo médio de formação e onera as estruturas institucionais, ao ocupar vagas de permanência sem efetivar a diplomação.

Indicador

2 - Monitoramento dos efeitos do Assistência Estudantil na trajetória acadêmica dos alunos, por meio da comparação dos coeficientes de rendimento dos discentes atendidos pelo PNAES em relação ao total de estudantes da instituição.

Relevância

Este indicador permite mensurar se as ações relacionadas à Assistência Estudantil tem gerado impactos positivos no aproveitamento acadêmico por meio do melhor desempenho no curso.

Indicador

3 - Mensuração do número de estudantes desistentes cobertos pelo PNAES. A fórmula consiste no total de ingressantes – total de concluintes no tempo de integralização. A meta é de 0% (Fava, 2021).

Relevância

Por meio deste indicador, será possível à universidade identificar se as ações do PNAES estão contribuindo para evitar a evasão.



Fonte: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Campus_Pato_Branco_UTFPR.jpg

Dimensão efetividade

Indicador

1 - Avaliação, por meio da Taxa de Sucesso da Graduação (TSG). Este indicador permite as universidades estabelecerem uma relação percentual entre o número de discentes diplomados e o número total de ingressantes (Mauricio, 2019).

Relevância

Identifica se as ações de Assistência Estudantil impactaram diretamente na conclusão do Ensino Superior, com vistas à promoção da inclusão social por meio da educação e analisando se tais ações geraram efeitos concretos nas condições dos estudantes, especialmente na obtenção do diploma (Mauricio, 2019).

Indicador

2 - Análise dos efeitos do PNAES, mensurando a proporção de estudantes beneficiados que concluíram a formação com êxito frente ao total de concluintes da UTFPR.

Relevância

Por meio deste indicador é possível afirmar que “os resultados encontrados na realidade social estão causalmente relacionados àquela política ou programa particularmente” (Fagundes; Moura, 2009, p. 101) .

Indicador

3 - Mensuração da quantidade de alunos com renda per capita menor ou igual a 1,5 salário mínimo assistidos pelo PNAES. A fórmula é dada pela razão entre o número de alunos com bolsas pela quantidade de alunos com renda per capita menor ou igual a 1,5 salário mínimo. A meta deve ser superior a 75% (Fava, 2021).

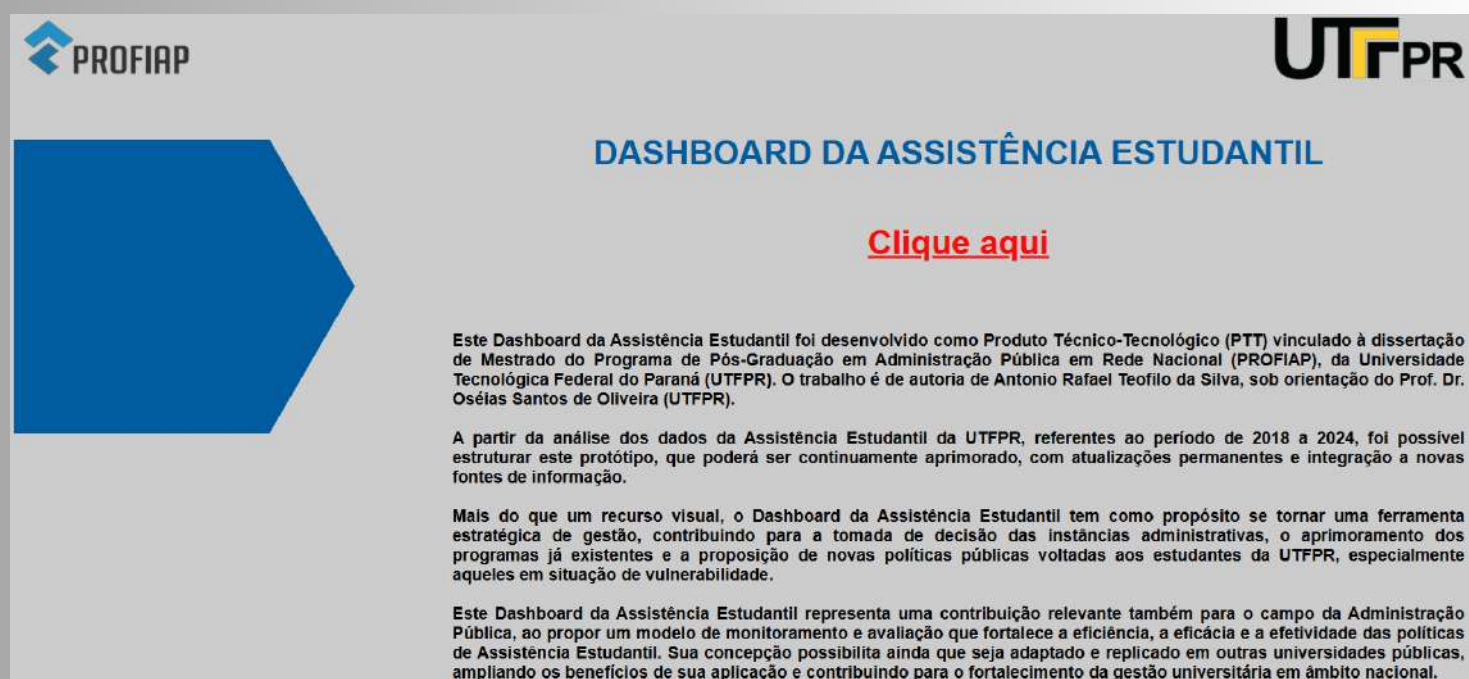
Relevância

Este indicador é importante, “pois sugere que os alunos necessitados estão sendo atendidos” (Fava, 2021, p. 92).

PROTÓTIPO: DASHBOARD DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A partir da análise dos dados da Assistência Estudantil da UTFPR, referentes ao período de 2018 a 2024, avançou-se além da proposta conceitual e elaborou-se um protótipo do Dashboard da Assistência Estudantil, configurado como uma ferramenta tecnológica voltada ao monitoramento e à transparência das ações institucionais. Trata-se de uma contribuição que, embora ainda em estágio inicial, pode servir como embrião para o desenvolvimento de um futuro software ou aplicativo a ser efetivamente implementado pela UTFPR, de acordo com o interesse e a prioridade da instituição.

O protótipo foi testado em um servidor VPS com as seguintes especificações: 4 núcleo da CPU, 16 GB de memória, 200 GB de espaço em disco, e em um servidor Ubuntu 24.04 LTS, possibilitando comprovar e analisar a viabilidade da ferramenta. Contudo, foi necessário realizar alterações no código, que passou por adaptações posteriores para ser executado diretamente na plataforma da tecnologia utilizada no desenvolvimento do dashboard, o Streamlit. O protótipo pode ser visualizado em: <<https://codeapp86.github.io/index.html>>.



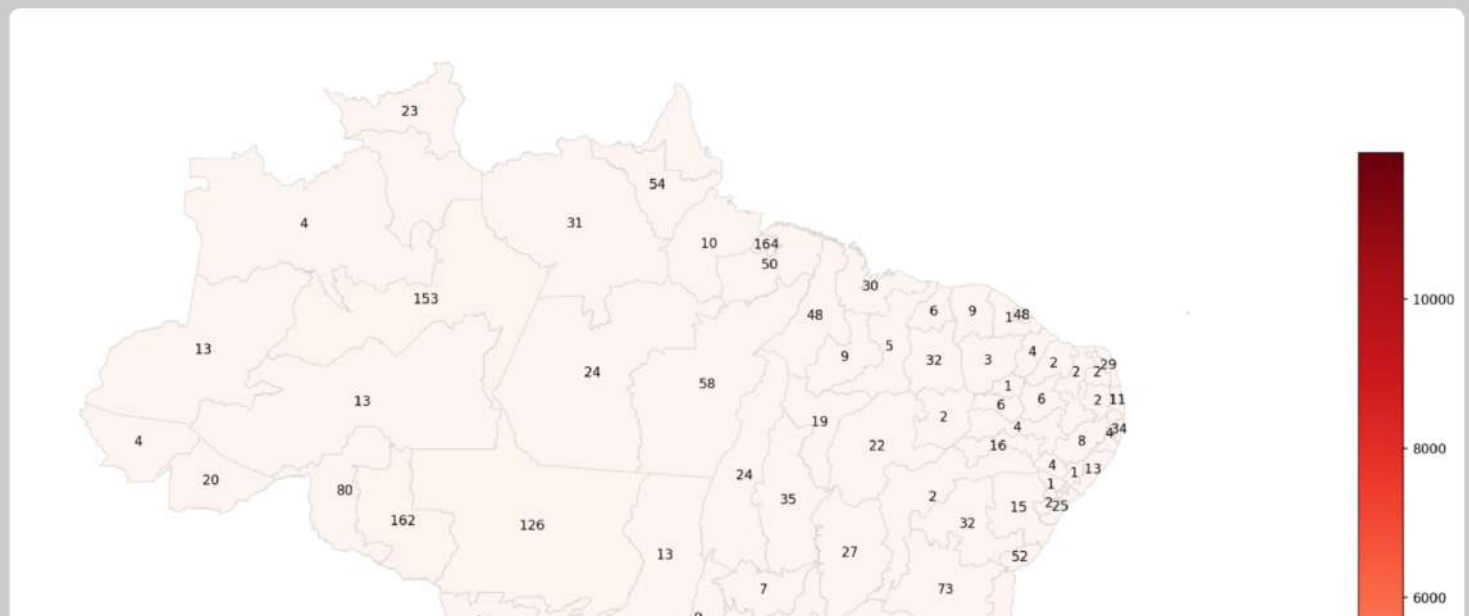
Fonte: autoria própria (2025).



DASHBOARD DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

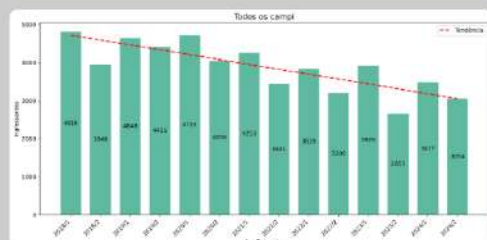
Distribuição dos ingressantes na UTFPR (2018-1 até 2024-2) por mesorregião de origem

Todos os Campus



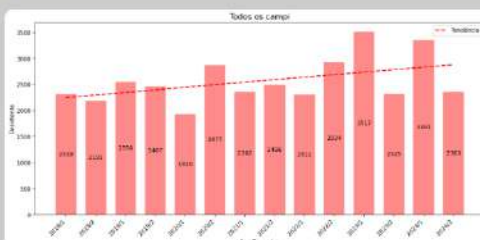
Fonte: autoria própria (2025).

Todos os campi



Alunos com trancamento

Todos os campi



Alunos regulares por campus e semestre

Todos os campi

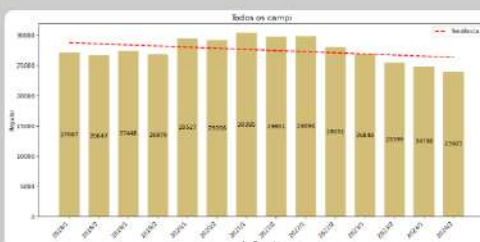


Retenção discente

Todos os campi

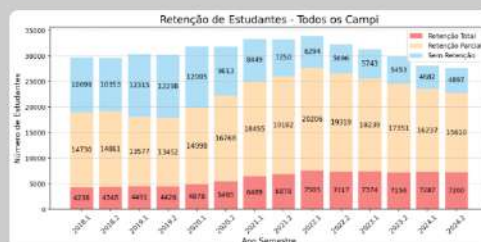


Todos os campi



Alunos regulares por campus e semestre

Todos os Campi



Fonte: autoria própria (2025).

CRONOGRAMA

O cronograma a seguir poderá guiar o processo de aprimoramento da ferramenta Dashboard da Assistência Estudantil, a ser implementado pela UTFPR.

WHAT**DESENVOLVIMENTO
DO DASHBOARD****WHY****MELHORAR A
TRANSPARÊNCIA E
AUXILIAR NO
PROCESSO DE ANÁLISE
E ACOMPANHAMENTO
DAS AÇÕES DA
ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL****WHERE****ONLINE****WHEN****PRÓXIMOS SEMESTRES****WHO****ÁREA DE TI
ASSAE****HOW****PODEM SER
UTILIZADAS DIVERSAS
FERRAMENTAS
DISPONÍVEIS****HOW MUCH****TEMPO E
DISPONIBILIDADE DE
SERVIDORES**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente PTT, configurado como um Processo ou Tecnologia apresenta um conjunto de sugestões voltadas ao desenvolvimento de um **Dashboard de Assistência Estudantil**, que na prática será um portal para análise e transparência quanto à eficiência, eficácia e efetividade das ações relacionadas à Assistência Estudantil.

A implementação das propostas apresentadas neste documento poderá auxiliar no acompanhamento e na formulação de estratégias futuras relacionadas às ações institucionais vinculadas ao PNAES.

Torna-se importante que estas propostas sejam incorporadas e debatidas no processo de elaboração do próximo PDI, além disto, as sugestões apresentadas têm o potencial de oferecer uma visão mais ampla da questão e funcionar como um impulso inicial a novas análises sobre os impactos da política de Assistência Estudantil.

REFERÊNCIAS

CASTRO, R. B. d. Eficácia, eficiência e efetividade na administração pública. In: **30º ENCONTRO DA ANPAD (ENANPAD)**. 2006, Salvador-BA. Anais [...] Salvador-BA: [s.n.], 2006. Disponível em: https://arquivo.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=NTI4MQ==. Acesso em: 30 set. 2024.

FAGUNDES, H.; MOURA, A. B. de. Avaliação de programas e políticas públicas. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 8, n. 1, p. 89–103, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3215/321527164006.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2024.

FAVA, H. d. L. **Indicadores na gestão da Assistência Estudantil em instituições federais de ensino superior no Brasil: da produção acadêmica à aplicação**. 2021. 146 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) — Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2021. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-ADMINISTRACAO-PUBLICA/DISSERTA%C3%87%C3%95ES%20DEFENDIDAS/HelderdeLimaFava%20-%20dissertacao.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2025.

LIMA, G. V. de M.; OLIVEIRA, P. R. P. de; CHAGAS, M. J. R. Gestão por processos um estudo de caso quanto à efetividade numa empresa pública. **Anais do Encontro Brasileiro de Administração Pública (EBAP)**, Brasília, 2021. ISSN 2594-5688. Disponível em: <https://sbap.org.br/ebap/index.php/home/article/view/81/141>. Acesso em: 28 jul. 2024.

MAURICIO, N. M. M. **Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal Do Tocantins**. 2019. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas)— Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Universidade Federal Do Tocantins, Palmas-To, 2019. 178 f. Disponível em: <https://umbu.uft.edu.br/bitstream/11612/1167/1/Nathanni%20Marrelli%20Matos%20Mauricio%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2025.

SANTOS, J. F. d. O. N. **Monitoramento e avaliação da Assistência Estudantil da UFCG/Campina Grande – análise de indicadores**. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional) — Centro de Ciências Jurídicas e Sociais-CCJS, Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, Sousa-PB, 2024. 88 f. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/35523>. Acesso em: 04 jun. 2025.

SILVA, P. T. d. F. e.; SAMPAIO, L. M. B. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Fundação Getulio Vargas, v. 56, n. 5, p. 603–631, set. 2022. ISSN 0034-7612. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220220034>. Acesso em: 18 out. 2024.

RESPONSÁVEIS PELA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO E DATA

Orientador

Dr. Oséias Santos de Oliveira
oseiass@utfpr.edu.br

Orientando

Antonio Rafael Teofilo da Silva
antrn.rafael@gmail.com

Data

31 de outubro de 2025

Protocolo de recebimento do produto técnico-tecnológico

Ao
Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Pelo presente, encaminhamos o produto técnico-tecnológico intitulado Dashboard da Assistência Estudantil: uma ferramenta para o monitoramento das ações da PNAES na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, derivado da dissertação de mestrado “Políticas de Assistência Estudantil na Universidade Tecnológica Federal do Paraná: impactos na promoção da inclusão, no apoio acadêmico e no bem-estar estudantil”, de autoria de Antonio Rafael Teofilo da Silva.

Os documentos citados foram desenvolvidos no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap), instituição associada Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

A solução técnico-tecnológica é apresentada sob a forma de um Processo ou Tecnologia e seu propósito é apresentar uma proposta de desenvolvimento de um dashboard online para acompanhamento das ações da Assistência Estudantil.

Solicitamos, por gentileza, que ações voltadas à implementação desta proposição sejam informadas à Coordenação Local do Profiap, por meio do endereço profiap.coord@utfpr.edu.br.

Curitiba, PR, 31 de outubro de 2025.

Registro de recebimento

Assinatura, nome e cargo (detalhado) do recebedor

Discente: Antonio Rafael Teofilo da Silva, Mestrando
<https://orcid.org/0009-0009-4498-3081>
antn.rafael@gmail.com

Orientador: Dr. Oséias Santos de Oliveira, Doutor
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7975-386X>
oseiass@utfpr.edu.br

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

31 de outubro de 2025

ANEXO A – Declarações de Anuência e de Interesse Institucional



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
REITORIA
GABINETE DA REITORIA



DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

Eu, Everton Ricardi Lozano da Silva, abaixo assinado, reitor responsável pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), autorizo a utilização de dados extraídos do Relatórios Analíticos de Gestão (Rag), a ser conduzida pelo mestrando Antonio Rafael Teófilo da Silva, do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, sob orientação do Prof. Dr. Oséias Santos de Oliveira, docente da instituição, desde que seja garantida a proteção segundo a a LGPD.

Os resultados obtidos poderão fornecer subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais mais eficazes e para o aprimoramento das práticas de gestão acadêmica.

Curitiba, 24 de abril de 2025

Everton Ricardi Lozano da Silva
Reitor da UTFPR



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **EVERTON RICARDI LOZANO DA SILVA, REITOR**, em (at) 24/04/2025, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **4883738** e o código CRC (and the CRC code) **16148B26**.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
REITORIA
GABINETE DA REITORIA



DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA E DE INTERESSE INSTITUCIONAL

Eu, Everton Ricardi Lozano da Silva, abaixo assinado, reitor responsável pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), autorizo o uso do nome da Universidade na dissertação de mestrado intitulada "Eficiência, Eficácia e Efetividades das Políticas de Assistência Estudantil: O Impacto na Promoção da Inclusão no Apoio Acadêmico e no Bem-Estar Estudantil", a ser conduzida pelo mestrando Antonio Rafael Teofilo da Silva, do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, sob orientação do Prof. Dr. Oséias Santos de Oliveira, docente da instituição.

Os resultados obtidos poderão fornecer subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais mais eficazes e para o aprimoramento das práticas de gestão acadêmica.

Curitiba, 22 de outubro de 2024

Everton Ricardi Lozano da Silva
Reitor da UTFPR



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **EVERTON RICARDI LOZANO DA SILVA, REITOR**, em (at) 22/10/2024, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (Informing the verification code) **4516792** e o código CRC (and the CRC code) **6757F528**.